

LEONI MALINOSKI FILLOS

A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA EM IRATI (PR):

MEMÓRIAS E HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, linha de pesquisa Educação Matemática, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Vianna

Co-orientador: Prof. Dr. Emerson Rolkouski

CURITIBA

2008

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

F487	<p>Fillos, Leoni Malinoski</p> <p>A educação matemática em Irati(PR): memórias e história / Leoni Malinoski Fillos. – Curitiba, 2008. 228 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Matemática – estudo e ensino – Irati(PR).2. Professores de matemática – formação – Irati(PR).3. Matemática – estudo e ensino – história – Irati(PR) <p>I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 510.1 CDU 510</p>
------	--



PARECER

Defesa de Dissertação de LEONI MALINOSKI FILLOS para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados: DR. CARLOS ROBERTO VIANNA, DR. ANTONIO VICENTE MARAFIOTTI GARNICA e DR^o ETTIENE CORDEIRO GUÉRIOS argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA EM IRATI (PR): MEMÓRIAS E HISTÓRIA".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. CARLOS ROBERTO VIANNA		Aprovado
DR. ANTONIO VICENTE MARAFIOTTI GARNICA		Aprovado
DR ^o ETTIENE CORDEIRO GUÉRIOS		Aprovado

Curitiba, 02 de abril de 2008

Prof^a Dr^a Maria Tereza Carneiro Soares
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

*A Letícia, Matheus e Ronaldo,
pelo amor, carinho e compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Aos professores da Linha de Pesquisa em Educação Matemática que acreditaram nas minhas contribuições para a Educação Matemática.

Ao Professor Carlos Roberto Vianna que sempre confiou neste trabalho.

À minha família pela compreensão, apoio e estímulo na caminhada.

Aos professores Antonio Vicente Marafioti Garnica, Ettiène Cordeiro Guérios, Alexandra Cousin e José Maria Soares Rodrigues, que formaram as bancas de qualificação e/ou defesa, pelas sugestões, leituras e observações que enriqueceram esta pesquisa.

Aos colaboradores: Rosala Garzuze, Irmã Verônica Sedoski, Avany Caggiano Santos, José Maria Orreda, Maria Iveth Martins, Joalice Zuber Bednarchuk, Izabel Passos Bonete e Valdecir Aksenon pelo carinho e comprometimento dedicado a este trabalho.

Aos colegas: Alexandre, Ângela, Kary, Liliana, Luciane, Marcell, Marcelo, Rudinei e Ruth pelo companheirismo, apoio e sugestões nos seminários.

Aos amigos do GHOEM pelas idéias partilhadas e colaboração ao texto.

Ao Professor Emerson Rolkowski que dividiu comigo insucessos e conquistas, que sempre estimulou minhas iniciativas e que, com competência e seriedade, me ensinou a ser pesquisadora.

E a todos que de alguma forma me auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa, dando-me conhecimento, apoio e incentivo.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender o movimento de formação e atuação dos professores em Irati (PR), em particular para o ensino de Matemática, no período que abrange o início do século XX – quando se constituiu o povoado - aos primeiros anos do século XXI. Para alcançar este objetivo, utilizamos a História Oral (temática) como metodologia de investigação, entrevistando oito professores que estudaram seus primeiros anos escolares em estabelecimentos de ensino da região. Além dos relatos orais, posteriormente transcritos e textualizados, foram incorporados à pesquisa documentos escritos e imagens. Procuramos, também, articular dados educacionais do município à organização social mais ampla, buscando compreender as relações específicas da região com as que se mantêm no contexto estadual e nacional. O uso de fontes orais, aliado às fontes escritas, possibilitou-nos traçar um panorama da Educação Matemática em Irati, nas diferentes décadas, e também compreender, de um modo geral, questões históricas do ensino de Matemática e da Educação.

Palavras-chave: Educação Matemática, Irati, Formação de Professores, História Oral.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the formation movement and the teacher's performance in Irati (PR), in particular for the teaching of mathematics, during the beginning of the 20th century – when the town was constituted – to the first years of the 21st century. To reach this objective, it was used the Oral History (thematic) as investigation methodology, interviewing eight teachers that studied their first academic years in establishments of teaching of the area. Besides the oral reports, later written and contextualized, writing documents and images were incorporated to the research. We also sought to articulate educational data of the municipal district to the wider social organization, looking for understanding the specific relationships of the area with the ones that already exist in the state and national context. The use of oral sources, associated to the writing ones, helped us to trace a panorama of the mathematical education in Irati, in different times and also to understand historical subjects of the teaching of mathematics and of the education.

Key-words: Mathematical Education, Irati, Formation of Teachers, Oral History.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Lembranças da infância... ..	10
1.2. ...Motivação do estudo.....	14
2. IRATI: ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS	18
3. ROSALA GARZUZE	24
4. OUTRAS HISTÓRIAS	32
4.1. Retrospecto do ensino no Brasil Império	33
4.2. Retrospecto do ensino na Velha República	37
5. DE ONDE ELES VIERAM?	43
6. IRMÃ VERÔNICA	48
7. OS IMIGRANTES EM IRATI	58
8. AVANY CAGGIANO SANTOS	66
9. RETROSPECTO DO ENSINO DA REVOLUÇÃO DE 30 AO FIM DO ESTADO NOVO	83
10. JOSÉ MARIA ORREDA	93
11. OS GRUPOS ESCOLARES EM IRATI	109
12. MARIA IVETH MARTINS	114
13. O COLÉGIO IRATI	123
14. QUE CURSOS FORAM ESSES?	127
14.1. CADES	127
14.2. PREMEM	128
14.3. Projeto Logos	130
15. JOANICE ZUBER BEDNARCHUK	134
16. OS EDUCANDÁRIOS RELIGIOSOS EM IRATI	146
17. IZABEL PASSOS BONETE	154
18. OS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL	164
18.1. Os cursos de Licenciatura Curta	166
18.2. A criação da Faculdade em Irati.....	167
19. VALDECIR AKSENEN	172
20. QUANTIFICANDO	186
21. DIÁLOGOS: MEMÓRIAS ENTRELAÇADAS	187

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
22.1. Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	201
22.2. Memórias e História: compreensões	205
22. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212
23. ANEXOS	216

1. INTRODUÇÃO

1.1. LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA...

Desde criança sempre gostei de ouvir histórias. Histórias fictícias, reais, lidas, contadas, inventadas, vividas, representadas... Acredito que tudo quanto se descreve oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, de uma localidade, de uma região, seja ela do passado ou do presente, verdadeira ou mítica. As histórias nos fazem esquecer os percalços da vida e nos fazem viajar no tempo, no espaço, na imaginação...

Quando eu era pequena e não conhecia as letras, minha irmã lia histórias incríveis de seus livros de escola. Eu adorava! Lembro-me de um livro de capa azul, cujo personagem era um garoto que contava suas aventuras numa fazenda ou num parque, na escola... Não me lembro do título, nem do autor do livro, mas o personagem principal das histórias era Marquinhos. Mesmo sem saber ler, folheei este livro incontáveis vezes: observando as ilustrações, me imaginava nas aventuras como um dos personagens.

Outras histórias que me encantavam eram as de Monteiro Lobato as quais eram representadas na TV, no Sítio do Pica-pau Amarelo. Quando já estava em idade escolar, recordo-me que a aula terminava às 17horas e o Sítio começava meia hora mais tarde. Então, todos os dias, eu fazia o trajeto de volta até minha casa numa corrida, só para dar tempo de assistir as histórias de reis, princesas, contos de fadas, de assombração, de bruxas que se passavam no Sítio. Eram histórias fascinantes!

Lembro-me também de Dona Júlia, uma vizinha que ia nos visitar, principalmente em dias de chuva, para tomar chimarrão com meus pais. Dona Júlia era uma senhora muito animada, mas contava histórias que me faziam perder o sono. Ela dizia que tinha visto boitatá, mula-sem-cabeça, lobisomem, fantasmas que rondavam o casarão onde morava e até uma noiva que em noite de luar chorava desencantada pelas redondezas. Contava fatos, dizia ela reais, sobre espíritos e coisas sobrenaturais. Muitas vezes, depois de ouvi-las, de medo, eu não conseguia dormir à noite.

Muitas das histórias que ouvi quando criança eram fatos e acontecimentos vividos por pessoas mais velhas em épocas passadas. Não raras vezes, eu deixava de brincar para ouvir dos adultos as histórias de seus velhos tempos... Contavam as peripécias de meninice, as brincadeiras de crianças, as aventuras na mocidade, as dificuldades dos antigos tempos, as alegrias, as tristezas, os encontros e desencontros da vida.

Mas as histórias que eu mais gostava de ouvir eram dos tempos de escola dessas pessoas: as aventuras nos longos caminhos percorridos, as lições dadas pelos professores, os castigos aplicados, as dificuldades enfrentadas, os amigos de infância...

Papai nos contava que o início de sua vida escolar foi muito difícil, até mesmo traumatizante. Também pudera: fora levado por seus pais, com apenas sete anos de idade, a um colégio interno, administrado por irmãs, num município vizinho que distava 30 quilômetros de sua casa. Hoje, essa distância é muito fácil de ser percorrida. Muitos pais percorrem trajetos com a mesma extensão – ou até maior – todos os dias, para levar seus filhos à escola. Mas, naquela época, a única condução que a família de meu pai dispunha era uma carroça, puxada por cavalos e, desse modo, a viagem de ida e volta até o vizinho município levava o dia todo, às vezes, por estradas quase intransitáveis.

As crianças eram levadas para o tal colégio porque lá freqüentavam a primeira série, também estudavam o catecismo e faziam a primeira comunhão no final do ano. Ficavam um ano inteiro no colégio, sem visitar a família. Meu pai nos contava que sofreu bastante nos primeiros meses porque não entendia nada do que as irmãs falavam. Elas falavam em português e ele havia aprendido apenas o idioma polonês. As irmãs do colégio eram bastante rígidas, “brutas”, como dizia meu pai. Aplicavam castigos físicos e ralhavam com as pequenas crianças por qualquer motivo. Meu pai fora muitas vezes repreendido por não falar em português. Teve que aprender a custa de gritos. A matemática era mais fácil, dizia ele, porque eram símbolos e, então, “tirava de letra”. Entretanto, as outras disciplinas foram bastante complicadas. Aprendeu a ler e escrever com muita dificuldade.

Depois de um ano meu pai voltou para casa com grande entusiasmo. Novamente fora muito repreendido, mas daí por seu pai, meu avô. O motivo? Havia esquecido de muitas palavras em polonês e se atrapalhava na comunicação com a família. Meu avô paterno era filho de poloneses e cultivava as tradições polonesas: o idioma, a comida, os costumes. Era um senhor bastante sisudo e muito severo com seus seis filhos.

No ano seguinte, meu pai passou a estudar em uma escola perto de casa e ia a pé com seus irmãos e vizinhos. Digo perto de casa porque era no mesmo município, mas “dava mais de duas léguas”, como ele dizia, para se chegar à escola. No tempo de inverno, de pés descalços, levavam muitos tombos pelo caminho porque deslizavam na geada. Na sala de aula havia muitos alunos de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Teve uma ocasião, no início do ano, que o professor, ao chegar à escola, percebeu que eram muitos alunos e que não caberiam todos em uma única sala. Então, disse aos meninos que poderiam ir embora, pois ele iria ministrar aulas apenas para as meninas. Até hoje me pergunto: por que somente para as meninas? Será que

era mais fácil ensinar para as meninas? O fato é que meu pai nunca me explicou a razão. Acho que nem ele sabia... Mas, por esse motivo, meu pai ficou um tempo sem estudar e, meses depois, fora matriculado em outra escola. Isso se passou nos primeiros anos da década de 1940.

Minha mãe, que estudou já nos anos finais da década de 1940, também nos contava suas histórias de criança. Dizia ela que na comunidade onde residia, os próprios moradores haviam construído uma casa para abrigar um professor ou professora que viesse dar aulas para as crianças e que poderia, então, ficar morando na própria escola. Era uma casa de madeira com uma sala de aula e mais dois cômodos. Em um deles havia um fogão à lenha. Mamãe nos contava que, não raras vezes, a professora vinha, ficava na escola alguns dias e ia embora de uma hora para outra. As crianças ficavam sem aulas por falta de professor. Dias depois, ou meses depois, aparecia outro professor e, então, a notícia se espalhava pelas redondezas. Era preciso avisar aos alunos que o novo professor havia chegado e reunir as crianças para recomeçar as aulas. Não havia seqüência alguma nos conteúdos. Eram aulas para aprender a ler e escrever e “fazer continhas”.

Contava minha mãe que algumas professoras vinham lecionar e não queriam ficar morando na escola porque tinham medo. Então, alguma família oferecia abrigo para a professora. Na residência de seus pais, meus avós maternos, várias professoras se abrigaram. O casarão de madeira era enorme e o quarto das professoras ficava no sótão. Houve uma professora que trouxe, inclusive, uma filha, uma menina de uns oito anos para ficar junto.

Quando minha mãe era juvenzinha, a escola ficou sem professor por um longo período. Não havia professor da cidade que quisesse lecionar na localidade. Então, um senhor que era líder na comunidade, solicitou para que minha mãe fosse com ele até a prefeitura da cidade pedir autorização para que ela fosse a professora da escola. Esse senhor estava muito preocupado porque tinha vários filhos em idade escolar que estavam sem frequentar a escola. Mesmo com a insistência desse senhor, minha mãe não quis ministrar aula na escola. Sentia-se despreparada, pois possuía apenas a 4ª série primária. Esse senhor convidou, então, outra moça, uma amiga de minha mãe, que aceitou o desafio. Essa moça, com a mesma escolaridade de minha mãe, ficou mais de vinte e cinco anos lecionando nessa mesma escola, primeiramente como professora municipal e depois da rede estadual.

Outra pessoa que seguidamente contava suas histórias era minha tia, que nasceu em meados da década de 1920. Ela frequentou uma escola onde as aulas eram transmitidas no idioma polonês. Seus professores primários haviam se formado na Polônia e teriam vindo para o Brasil para lecionar. Os pais dos alunos pagavam uma quantia e doavam mantimentos

para os professores que moravam na própria escola. A pequena escola tinha sido construída pelos primeiros imigrantes da comunidade. O primeiro dos professores que ministrou aulas para minha tia, tinha por sobrenome Stancheski (acho que era esse). Era um senhor bastante enérgico e, como castigo por mau comportamento, punha as crianças de joelho sobre o milho.

Em certa ocasião, um cônsul polonês visitou a escola que minha tia freqüentava. Dizia ela que por vários dias os alunos esperaram ansiosos a chegada do cônsul. No dia da visita, a escola estava toda enfeitada e houve muitos festejos na comunidade.

Outras histórias que me vêm na memória foram contadas por Seu Nicodemos, meu professor de 2ª e de 3ª série do 1º grau. Nós o chamávamos, carinhosamente, de Seu Nico. Era um senhor de meia idade, bondoso, mas bastante enérgico. A escola era rural e multisseriada. Uma professora lecionava no período da tarde para 1ª e 4ª séries e de manhã Seu Nico trabalhava com 2ª e 3ª séries.

Seu Nico nos contava que era professor por um acaso da vida. Tinha vindo de uma região próxima, a convite do inspetor regional de ensino do município, para que a esposa, que era professora, lecionasse numa escola onde estava faltando professor. Chegaram e se instalaram na própria escola, que ficava no interior do município. Dias depois, ao iniciar as aulas, a esposa não estava dando conta de todas as séries primárias porque eram mais de oitenta alunos. Então, Seu Nico começou a ajudar sua esposa e passou a ministrar aulas para as crianças da 1ª série, enquanto a mulher trabalhava com as outras séries. Tempos depois, depois de fazer uns exames, passou a ter o registro de professor, sem ter formação para tal. Ele trabalhou mais de 30 anos lecionando de 1ª a 4ª séries como professor leigo. Era um bom professor que ensinava com dedicação e responsabilidade. Em Matemática trabalhava bastante com a resolução de problemas.

Lembro-me que no primeiro dia de aula, na segunda série, o professor Nicodemos mandou como tarefa de casa algumas operações de divisão para que resolvêssemos, sem que ele tivesse explicado o algoritmo da divisão. Ele sabia que na 1ª série não tínhamos aprendido a fazer divisões. No dia seguinte, cuidadosamente, ele observou quem tinha feito a tarefa e, sem nada dizer, foi até o quadro e começou a explicar o algoritmo da divisão. Anos mais tarde, fui entender tal atitude após uma conversa com Seu Nico. Ele me disse que todo ano procedia da mesma maneira para saber quem eram os alunos que tinham apoio nos estudos em casa. Com os alunos que traziam as divisões corretas ele não precisava se preocupar. Já com os outros...

Tenho saudades das histórias que ouvi quando criança. Foram tempos em que as pessoas tinham “mais tempo” e, seguidamente, se visitavam e proseavam muito. Não

deixavam seus causos e histórias se perderem no tempo. Às vezes, falavam em polonês, mas somente quando não queriam que as crianças entendessem o que diziam. Foi uma época em que as famílias, reunidas ao redor de um fogão à lenha, muitas vezes à luz de uma lamparina, conversavam e narravam fatos corriqueiros, ao mesmo instante que assavam pinhões ou tomavam chimarrão.

1.2. ...MOTIVAÇÃO DO ESTUDO

As histórias contadas sobre as antigas escolas e seus professores me despertavam já na infância um interesse especial, pois, desde pequena, a profissão docente me seduzia. Um dos divertimentos preferidos de meu tempo de criança era brincar de escola com os vizinhos, irmãos ou primos, sendo sempre eu a professora.

Ao terminar o 1º grau, sem ter dúvidas, iniciei o Magistério e percebi, durante os três anos de curso, que ser professora era mesmo minha vocação. Nos estágios sempre me sobressaía e era merecedora de elogios. Findo o curso, logo comecei a lecionar em uma escola rural multisseriada de 1ª a 4ª série e, concomitantemente, iniciei o curso de Licenciatura Curta em Ciências, na faculdade existente no município.

Em 1991, com a Licenciatura já concluída e o direito de lecionar Matemática, teve início minha jornada como professora dessa disciplina. Passei, a partir daí, a conviver com outros professores, seja em cursos de aperfeiçoamento ou nas próprias escolas. Entre um intervalo e outro, meus colegas professores de Matemática seguidamente narravam suas trajetórias como aluno e de formação profissional em escolas da região ou em outros lugares.

Assim, meu interesse pela história educacional do município foi crescendo e foram aumentando também as dúvidas e inquietações. Passei a questionar, por exemplo, sobre: Quais foram as primeiras escolas instaladas no município? Quem foram os professores? Onde iniciaram seus primeiros anos escolares? De que forma os professores do município iniciaram suas carreiras no magistério? Foram amparados por uma legislação? Onde buscaram a formação? Quais as dificuldades e facilidades que encontraram nessa busca? Que cursos freqüentaram?

Vislumbrando possíveis respostas, tais indagações me direcionaram para um caminho pouco explorado e, para muitos, desconhecido, sobre como vem se delineando a educação no

município. E assim iniciei a pesquisa com a inspiração das histórias que ouvi ainda menina atrelada às outras narradas por meus colegas professores.

O município, foco de meus estudos, é Irati (PR), no qual nasci, exerço minha profissão docente e cuja paisagem é o meu lugar de vida, onde estabeleci uma identidade e vínculos afetivos e subjetivos. Tal município completou em 2007, ano de desenvolvimento desta pesquisa, cem anos de emancipação política: um fato, acredito, bastante significativo e atraente que me estimulou a esboçar um panorama da trajetória docente na região, a partir de relatos de alguns professores.

A principal motivação para a realização desta investigação foi buscar compreender as transformações históricas da Educação na região de Irati, cuja população foi formada pelo processo de imigração e de migração, por trabalhadores do campo e da cidade, de nacionalidade brasileira e estrangeira. Entre os interesses deste entrelace de pessoas, procurei investigar os determinantes políticos, econômicos e sociais que produziram as condições para a instalação das escolas, das modalidades e dos graus de ensino no município. Também busquei, igualmente, compreender o movimento de formação e atuação dos professores, em todo o período de existência de Irati, articulando-o aos processos de desenvolvimento do município.

Embora a pesquisa tenha abordado um município de pouca extensão territorial, devo salientar que esta não se desenvolveu de forma isolada, centrada em si mesma. A história da região contém características que são específicas do objeto da pesquisa, porém a sua compreensão só se dará, acredito, mediante o movimento de aproximação e articulação com a organização social mais ampla, isto é, procurando compreender o movimento da região foco do estudo, com as relações contraditórias que se mantém com o contexto estadual e nacional.

Desse modo, o processo investigativo do estudo teve por objetivo a constituição de um panorama do movimento de formação e atuação dos professores do município de Irati, em particular para o ensino de Matemática, articulada à conjuntura histórica do Paraná e do Brasil, no período que abrange o início do século XX – quando se constituiu o povoado de Irati - aos primeiros anos do século XXI.

Na busca de tal objetivo, coletei depoimentos de professores de Matemática e de ex-alunos de escolas da região, inserindo a pesquisa nos parâmetros metodológicos da História Oral. O estudo está arraigado, assim, nos interesses do Grupo de Pesquisa em História Oral e

Educação Matemática – GHOEM¹ - que se dedica a estudar a interface entre a História Oral e a Educação Matemática e busca, dentre outros objetivos, um mapeamento da formação docente no Brasil.

Para reconstituir os caminhos, interpretar os fatos e compreender o movimento de formação docente em Irati, oito professores foram entrevistados e contaram individualmente histórias de sua trajetória como aluno e depois como docentes. São pessoas que, se não nasceram no município, vieram nele residir quando crianças, sendo que seus primeiros anos escolares se deram em estabelecimentos de ensino da região, em espaços de tempo e épocas diferentes. Na ocasião das entrevistas, o professor mais idoso contava com 101 anos e o mais jovem com 35 anos. Desta maneira, procurei abranger todo o período de investigação e considere suficiente o número de oito colaboradores. Devo deixar claro, porém, que nem todos os entrevistados exerceram a profissão docente em Irati e nem todos são professores formados em Matemática.

Além das fontes orais - documentos fundamentais na coleta de dados - o estudo contou com uma investigação que incluiu consultas a jornais, livros, atas de reuniões, fotografias e outros documentos escritos que busquei em escolas e secretarias da administração pública, bem como nos arquivos particulares dos depoentes e de outros colaboradores.

Ainda, para compreender a trama de relações existentes entre os fatores que vêm atuando no sistema educacional no município, a pesquisa esteve ancorada na legislação vigente nos diferentes períodos da educação no Brasil, como leis, decretos, regulamentos, normas e pareceres baixados por órgãos superiores da administração do ensino.

Assim, a partir de experiências vividas e de acordo com olhares e vozes de oito professores, busquei neste estudo (re)constituir uma parte da história de Irati, restabelecendo fatos sobre a Educação ocorridos em um período de mais cem anos. Por meio dessas vozes, de documentos escritos, de uma bibliografia específica e de um conjunto de leis, procurei entrelaçar memórias com a história e, ao mesmo tempo em que textualizei as falas, tive a intenção de dar evidência a um cenário muito mais amplo que contextualizasse tais falas.

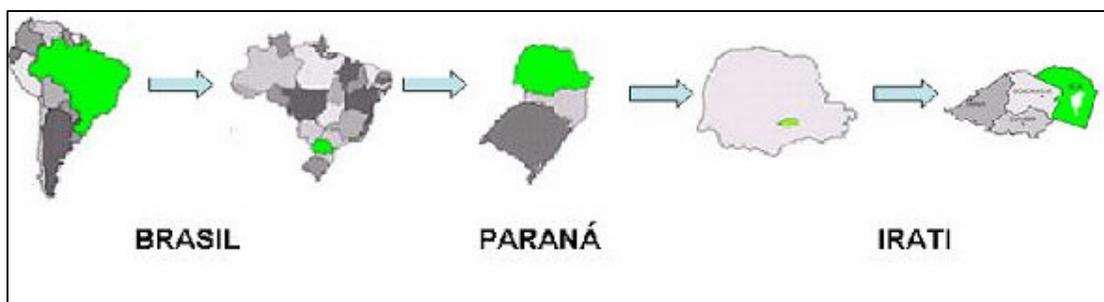
Para tanto, estruturei essa dissertação em capítulos que tratam da história educacional de Irati articulada à conjuntura histórica da Educação no Paraná e também no Brasil. São apresentados, desse modo, os estudos sobre a Educação do tempo imperial ao Estado Novo, sobre a influência da imigração e das congregações religiosas no ensino e sobre a criação dos

¹ A constituição deste grupo de pesquisa, do qual sou uma das integrantes, ocorreu no ano de 2002, com a realização de um seminário de estudos na Universidade Estadual Paulista, em Bauru. Maiores informações sobre o grupo podem ser obtidas em www.ghoem.com.

grupos escolares no Brasil. Também, são organizados textos que trazem esclarecimentos sobre os cursos emergenciais criados pela administração federal para suprimento de pessoal qualificado para os níveis primário e secundário e sobre a criação dos cursos de licenciatura no Brasil, em especial da Licenciatura Curta em Ciências. Permeadas aos textos estão as vozes, concordantes ou dissonantes, de Rosala, Irmã Verônica, Avany, José Maria, Iveth, Joanice, Izabel e Valdecir, disparadoras de compreensões, complementadas por documentos escritos e imagens.

2. IRATI: ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

O foco deste estudo é um dos mais de cinco mil municípios que compõem o nosso país. Trata-se do município situado no Brasil meridional, na região Centro-Sul do Estado do Paraná e denominado Irati.



A expressão Irati vem da língua indígena tupi e quer dizer: ira = mel e ty = rio, sendo, portanto, Irati = rio de mel.

As terras que compreendem a região, em tempos passados, pertenciam aos índios Iratins, um ramo dos tupis que habitava o Paraná. Eram assim denominados porque usavam chapéu feito de cera produzida pela abelha silvestre de nome Iratim. Evidências dessas antigas tribos como potes, vasos e tigelas de barro, pontas de flechas, pilões e machados de pedra foram encontradas em diversas partes do município (ORREDA, 1972).

A denominação IRATI foi escolhida, por volta de 1830, por Pacífico de Souza Borges e Cipriano Francisco Ferraz que moravam na região onde hoje se situa a cidade de Teixeira Soares. Segundo Orreda² (1972), Pacífico e Cipriano eram bastante jovens quando resolveram aventurar-se pelo sertão. Seguiram primeiramente de canoa pelo leito de um rio e depois, abandonando o rio, entraram pelo mato e saíram num lugar onde encontraram uma abelheira. Assim, batizaram o lugar com o nome das abelhas: Irati. Não havia morador na região. Tudo era mata fechada. Os dois jovens, considerados os primeiros desbravadores, percorreram diversos lugares da região, batizaram terras e rios e retornaram para casa após quinze dias de aventura. Mais tarde, Pacífico fixou residência numa das localidades que percorreu.

Em 1839, chegaram à região duas bandeiras procedentes de Sorocaba (SP). Uma comandada por Domingues da Trindade que deu origem ao povoado de Bom Retiro, denominado hoje Guamirim, e outra de João Pereira de Jesus que, seguindo pelo sertão, fixou-

² José Maria Orreda é autor de várias obras sobre a História de Irati. Professor de Educação Física, é um dos colaboradores dessa pesquisa. A textualização de seu depoimento se encontra a partir da página 87 desta dissertação.

se nas terras onde fundou o povoado de Pirapó. A ocupação do território se fez, também, no ciclo do tropeirismo – tropas procedentes do sul abriram diversos caminhos e fixaram acampamentos e pousadas na região (ORREDA, 2004).

A partir de 1860, diversas famílias fixaram residência na região. Teriam vindo de Palmeira, Santo Antônio de Imbituva (hoje Imbituva), Lapa, Itaicoica, Assungui (hoje Cerro Azul) e Curitiba. Para Orreda (1972):

Os homens são movidos pelo desejo de prosperar e encontrar a felicidade. E vão assim desbravando o sertão, semeando vilas e cidades com entusiasmo e perseverança, motivados pela riqueza do solo e recursos naturais do meio em que florescem. Irati, centro geográfico de ervais e pinheiros, caminho natural do oeste, encontrou no vigor humano dos pioneiros a determinação para nascer e crescer (p. 01).

Assim, tendo as famílias pioneiras se concentrado em determinadas áreas, fundaram povoados. Um deles, com maior número de habitantes e situado em terras planas e secas, foi denominado Iraty³, hoje Vila São João, e outro, distante três quilômetros, era Covalzinho que se tornaria, mais tarde, a sede do município. Toda a região pertencia à vila de Santo Antônio do Imbituva, jurisdicionada pela Comarca de Ponta Grossa, e era rica em pinheiros e ervais, razão pela qual a extração da erva-mate e da madeira tornou-se a principal atividade econômica.

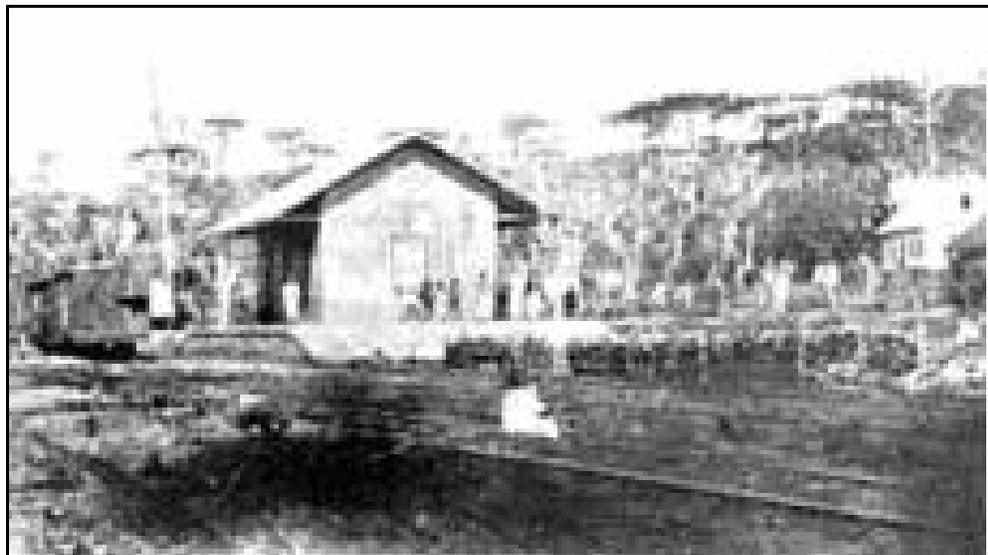
Em 1899, foram fixados em Covalzinho os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e, no início do ano seguinte, foi inaugurada a estação ferroviária e instalado o serviço de telégrafo. Na localidade havia algumas rústicas moradias e não era sequer quartelão policial⁴ estando subordinada ao povoado de Irati (hoje Vila São João). O traçado da ferrovia, no entanto, desviou o núcleo do Irati Velho para Covalzinho.

A estação ferroviária recebeu o nome Iraty e a denominação Covalzinho, aos poucos, começou a desaparecer. A ferrovia, facilitando o transporte, o comércio e as comunicações, atraiu novos habitantes vindos das redondezas e de outros lugares, principalmente de Campo Largo. As áreas próximas à estação e às margens da ferrovia começaram a se desenvolver acentuadamente. Matas foram cortadas e caminhos foram abertos, os quais logo se transformaram em ruas. O eixo principal era a Rua Velha, hoje denominada 15 de Julho.

Os meios de transporte, na época, eram as carroças e também os cargueiros, por meio dos quais chegavam produtos agrícolas e alimentícios como o xarque, o toucinho e a farinha de milho. A ferrovia fez de Irati um centro comercial de expressão, tanto que comerciantes de regiões distantes vinham vender e embarcar produtos na estação.

³O nome do município, Irati, primeiramente era escrito com y no final. Em 1936, houve a mudança para a letra i.

⁴ Nessa época, em Irati, não havia guarita policial, pois a quantidade de habitantes da região era insuficiente para que tal serviço fosse implantado.



A estação original em 1900. Foto EFBrasil⁵

Em 1900, instalou-se na vila uma agência de correio e o distrito policial. Covalzinho passou definitivamente a chamar-se Irati e se transformou em centro de convergência de toda a região.

Em 1901, foi criada a primeira escola no povoado e, em 1904, foi inaugurada a capela Nossa Senhora da Luz, onde se situa hoje a Praça da Bandeira. Nesse tempo, Irati recebia o primeiro contingente de imigrantes poloneses que formaram núcleos expressivos na região.

No ano de 1904, foi instalado, também, o distrito judiciário. No entanto, os pagamentos de impostos, a regularização de documentos e diversos atos judiciais eram realizados na sede do distrito de Santo Antônio de Imbituva⁶, distante cerca de 30 quilômetros de Irati. As viagens por difíceis caminhos – atoleiros, picadas e taquarais – feitas no dorso de animais, levavam um dia e tornavam-se um sacrifício que o povo passou a reclamar. Nasceram, por essa razão, manifestações para a separação do distrito de Irati do distrito de Santo Antônio de Imbituva.

⁵Imagem disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/irati_pr.htm

⁶ O distrito de Santo Antônio de Imbituva foi elevado à categoria de vila pela lei provincial n.º 651, de 26-03-1881 quando foi desmembrado do município de Ponta Grossa. O Distrito foi elevado à condição de cidade, pela lei estadual n.º 938, de 02-04-1910 e, em 10-04-1929, o município de Santo Antônio do Imbituva passou a denominar-se Imbituva.



A vila de Irati em 1906⁷

Os camaristas eleitos para representar o povo na câmara Municipal de Imbituva, coronéis Francisco de Paula Pires e Emílio Baptista Gomes, renunciaram seus mandatos, rompendo com as autoridades de Santo Antônio do Imbituva. Apoiados pela comunidade iratiense, iniciaram, então, negociações requerendo junto ao governo estadual a autonomia política do distrito.

Com o apoio do vice-governador, Dr. João Cândido Ferreira, é instalado solenemente com festejos populares, sob a lei nº 716, o município de Irati, no dia 15 de julho de 1907. O coronel Emílio Baptista Gomes assumiu o cargo de primeiro prefeito da nova comuna.

A partir desse período, o município, tendo a ferrovia como ponto de referência de toda região, empreendeu grande desenvolvimento, tanto econômico como demográfico, atingindo em 1920, o número de 13.422 habitantes (MENON, 1993).

Em meados da segunda década do século XX, o comércio de madeira de pinho esteve no auge da economia no Paraná. As serrarias multiplicaram-se ao longo das ferrovias e a exploração do pinho ultrapassou a erva-mate como fonte de arrecadação e absorveu parte da mão de obra excedente do mate já em crise. Irati beneficiou-se deste ciclo como nenhum outro município da região dos pinhais do segundo planalto. O destaque para o ramo madeireiro foi, principalmente, nas décadas de 1940 e 1950, quando foram instaladas diversas indústrias de beneficiamento de madeira (ORREDA, 1972).

De acordo com Mário Menon (1993), que fez um estudo detalhado sobre o crescimento demográfico e econômico de Irati, a agricultura, que desde a emancipação política já era bastante expressiva, teve seu ponto mais alto no período de 1925 até a década de 1940. Nesse período, o município cultivava 40% do trigo paranaense e se enquadrava como o maior produtor de batata inglesa do país, razão pela qual a cidade ficou conhecida como a “capital da batata”. A partir de então, houve uma decadência, tanto na produção de

⁷ Imagem disponível em www.irati.pr.gov.br

batata como de trigo. Os agricultores da região passaram a se dedicar, também, a outras culturas.

Atualmente, a agricultura constitui o fator mais ponderável na economia de Irati, cujo território está quase todo distribuído em pequenas propriedades. Predominam as culturas de cebola e grãos (milho, soja e feijão). Na pecuária, há predominância do rebanho bovino e, em menor escala, da criação de frangos e suínos.

O comércio é de pouca expressão, contando com algumas empresas varejistas, sobretudo de gêneros alimentícios, e de prestações de serviços. No setor industrial, destaca-se o beneficiamento da madeira, a fabricação de produtos alimentícios e bebidas e as fábricas de fósforos, de papel e de chicotes para carros.

Em linha reta, Irati situa-se a 138 Km de Curitiba, capital do Estado. Está localizado na sub-região dos pinhais do Segundo Planalto paranaense⁸. Faz divisa com os municípios de Imbituva, Prudentópolis, Inácio Martins, Rio Azul, Rebouças e Teixeira Soares.

O território do município é bastante acidentado, sendo aproximadamente dois terços montanhosos. Com uma área de 998,30 km², Irati, atualmente, é constituído por quatro distritos: Guamirim, Gonçalves Júnior, Itapará e o Distrito Sede.

É banhado por uma extensa rede de drenagem e conta com vários locais onde a natureza prevalece e mostra toda a sua beleza com recantos, quedas d'água e paisagens. As principais espécies nativas são: araucária, imbuia, erva-mate, bracatinga e cedro. O território municipal, bastante ocupado e explorado, conta hoje com menos de 15% das suas matas nativas, valor que a cada dia é reduzido, principalmente pela ocupação das terras para lavouras.

O acesso a esse município efetua-se pelas vias rodoviárias: BR 277 (Irati – Palmeira – Guarapuava), BR 153 (Irati – Rebouças – Imbituva) e PR 364 (Irati – São Mateus do Sul – Inácio Martins), as quais se encontram em bom estado de conservação. A ferrovia, que conferiu grande progresso ao município, agora é privatizada e administrada pela América Latina Logística do Brasil. Desde 1985, extinguiu-se o serviço de trens de passageiros e atualmente o transporte ferroviário é apenas de cargas (madeira, combustível e grãos).

O patrimônio cultural de Irati encontra-se na arquitetura religiosa representada por diversas igrejas espalhadas pelo município e pelo monumento a Nossa Senhora das Graças, construído por ocasião da comemoração do cinquentenário de emancipação política do

⁸ O Paraná tem cinco zonas naturais de paisagem: Litoral, Serra do Mar, Primeiro Planalto, Segundo Planalto, Terceiro Planalto. A região de Irati situa-se no segundo planalto onde predominam as rochas sedimentares, folhetos, arenitos e calcários.

município, em 1957. Tal monumento, esculpido em setenta peças, possui 22 m de altura e é a maior imagem da Mãe de Deus do mundo, localizado numa das colinas que circundam a cidade.

Em Irati, o Parque Aquático e de Exposições, com 79 000 m², representa o principal patrimônio ecológico e de lazer da população com canchas, pista de cooper/ciclismo, mini-estação ferroviária, pontes, playground, churrasqueiras, pavilhão de exposição, além de um lago que exubera a paisagem.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE, o município possuía em 2000 uma população de 52 352 habitantes, sendo 75,10 % concentrada na área urbana e 24,90 % na área rural. Com uma taxa de crescimento anual de 0,66%, em 2008, a população estimada está em 55 531 habitantes.

O povo iratiense é constituído de uma mistura de raças, uma vez que antes mesmo da emancipação política do município, imigrantes e descendentes iniciaram o processo de povoamento do território.

Tal povoamento foi intensificado a partir de 1908, com a chegada de diversos grupos étnicos, principalmente de europeus. As políticas idealizadas pelo governo federal estimularam a vinda de tais imigrantes que, dedicando-se principalmente à agricultura e à pecuária, organizaram muitas colônias pelo país, inclusive em Irati, onde se fixaram holandeses, alemães, italianos e, em maior escala, ucranianos e poloneses.

Apesar da evasão que se verificou após esse primeiro desbravamento colonizador, em virtude das péssimas condições de vida e sobrevivência no sertão, as endemias, a falta de mercado para seus produtos, os colonos holandeses, alemães, ucranianos, poloneses, italianos e seus descendentes, na fusão das raças com os portugueses, espanhóis e nacionais, disseminados em todas as áreas do município, tornaram-se a grande força e motivação da economia de Irati (ORREDA, 2003, p.03).

Dentre os grupos minoritários, o município recebeu também moradores de outras nacionalidades como de sírio-libaneses, popularmente conhecidos como turcos. Estes se dedicavam na vila ao comércio, principalmente ao comércio móvel (mascateio).

Uma das famílias proveniente do Líbano foi de Assef Garzuze, que se instalou na cidade em 1913. O filho mais velho de Assef é o médico e professor Rosala Garzuze - muito mais professor do que médico, uma vez que dedicou mais de sessenta anos de sua existência à Educação. Rosala é um dos colaboradores deste estudo e concedeu a entrevista em maio de 2007. Cabelos grisalhos, voz tênue, estatura mediana, simpático e bem humorado, me recebeu com toda disposição mesmo com a saúde debilitada. Relatou, com zelo e paciência, momentos de sua história vivida em Irati e em Curitiba. Uma história de mais de cem anos...

3. ROSALA GARZUZE

Eu me chamo Rosala Garzuze. Nasci no Líbano em 1906. No último dia dois de fevereiro, completei 101 anos.

Meu pai, Assef Garzuze, veio do Líbano antes de se casar para trabalhar aqui no Brasil. Tempos depois, voltou para o Líbano, se casou e ficou por lá uns dois ou três anos. Retornou, então, ao Brasil porque nossa vida estava muito difícil naquele país. Nossa família era muito humilde.

Aqui no Brasil, meu pai começou a trabalhar inicialmente em Curitiba. Depois, passou a mascatear no município da Lapa⁹, vendendo armarinhos em geral, secos e molhados, roupas, objetos... Miudezas que eram bastante procuradas no interior.

Quando os negócios melhoraram, meu pai mandou chamar a família. Veio, então, minha mãe, minha avó, meu irmão, um primo e eu. Saímos de lá em janeiro de 1909 e chegamos ao Brasil dois meses depois. Viemos num navio de nacionalidade italiana que partiu do porto de Beirute e atravessou o Mediterrâneo, com paradas nos portos do Egito, da Itália e de Marselha na França.

No porto de Marselha houve a separação da tripulação: um grupo tinha por destino a América do Norte e outro grupo a América do Sul. Minha família e eu apanhamos um navio rumo ao Brasil, que veio para o porto de Santos.

De Santos, apanhamos um trem para São Paulo e de lá apanhamos outro trem da linha São Paulo – Rio Grande, chegando até a cidade de Ponta Grossa, no Paraná, onde era necessário fazer baldeação. Ficamos uns dias em Ponta Grossa e depois fomos para Curitiba, onde meu pai nos aguardava. Em Curitiba moramos por aproximadamente dois anos e, como o negócio de meu pai não ia bem, ele parou de mascatear e procurou um lugar onde pudesse continuar no comércio. Aí fomos para Irati, em princípio de 1913.

Irati era apenas uma vila. Tinha poucos moradores. A principal rua era a Rua Quinze de Julho, onde a maioria das famílias estava estabelecida. Grande parte dos moradores tinha vindo da Lapa depois da Revolução Federalista¹⁰, no final do século XIX. Já haviam chegado

⁹ Cidade histórica fundada em 1769, localizada na região sudeste do estado do Paraná, a 69 km da capital Curitiba.

¹⁰ Conflito que teve início no Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1893, pela disputa do governo local e que acabou se estendendo até o Rio de Janeiro. Os revolucionários lutavam contra o presidente do Estado, Júlio de Castilhos, e o presidente da República, Floriano Peixoto. Alguns de seus integrantes defendiam ainda o sistema parlamentarista de governo, o recuo do federalismo exacerbado e outros a restauração da Monarquia. Foi uma revolução muito sangrenta e durou até agosto de 1895. O município da Lapa foi um dos cenários dos combates.

também colonos de diversas etnias como poloneses, ucranianos, italianos, holandeses e alemães. Depois chegaram outros de várias nacionalidades. Minha infância em Irati foi muito animada. Eu brincava muito, andava pelas redondezas, corria... Estava sempre descalço com chuva ou sol, em casa ou na rua...

Em Irati, papai continuou no ramo comercial. Abriu uma loja de secos e molhados e armarinhos, vendendo no varejo e atacado. Havia diversos produtos na loja: fazendas de vários tipos, açúcar, arroz, cachaça, fumo em rolo... Meu pai também comprava e vendia produtos dos colonos, ajudado por um sobrinho que tinha vindo conosco. O principal produto de extração era a erva-mate que meu pai comprava e enviava para Curitiba. Adquiria dos colonos, também, batatinha, arroz, milho, batata-doce, feijão... Produtos agrícolas em geral...

Minha vida escolar se iniciou em Irati, em 1913, numa escola instalada num barracão que ficava em frente à casa comercial de meu pai. Na sala de aula havia uns bancos compridos e não tinha mesinhas para escrever. Havia somente a mesa do professor. Na classe estudavam alunos de 1ª a 4ª séries. Todos juntos! Meu primeiro professor foi Adolfo Nascimento Brito que tinha vindo de Curitiba para lecionar em Irati. Era formado na Escola Normal.



**Certificado de conclusão da 3ª série primária de
Rosala Garzuze - 1916**

Naquele tempo, os professores se formavam normalistas em Curitiba e iam para o interior sem saber, muitas vezes, das dificuldades que iam encontrar. Eles se aventuravam para o interior porque na capital não havia muitas escolas. Ficavam pouco tempo nas vilas e cidades do interior do Estado e iam para outros lugares. Os grupos escolares já estavam sendo instalados tanto na Capital como em outros municípios.

Em Irati, o primeiro Grupo Escolar foi instalado por volta de 1914, ano que rompeu a Primeira Guerra Mundial e atrapalhou a vida de todo mundo... O Grupo Escolar ficava bem no alto da Rua 15 de Novembro. Lá terminei o curso primário, em 1918, com certificação.

O Grupo Escolar era uma construção de alvenaria. Era uma pequena escola com um único professor para todas as séries primárias e não havia muitos alunos. Reunidas as classes de 1ª a 4ª série, devia ter de trinta a quarenta meninos. Do feminino não sei, porque nós os meninos, estudávamos de manhã e as meninas estudavam à tarde. Em 1918, lembro-me que a escola começou a ruir e o edifício foi condenado. A escola passou, então, a funcionar em salas particulares, alugadas pelos próprios normalistas.

Na época que estudei em Irati, tive outros professores como o Alcídio Ribeiro que era lapeano (procedente do município da Lapa), João Alves da Conceição, Nilo Brandão e, também, Leônidas Ferreira da Costa que era irmão do Lysímaco¹¹. O último professor foi Zacarias Alves de Souza. O filho dele, mais tarde, foi meu aluno na Faculdade de Medicina. Eram bons professores! Eu não posso me queixar! Alguns eram pioneiros na pedagogia. O professor Alcídio fazia competições de Matemática: dividia a turma em equipes e nomeava um chefe de equipe que fazia perguntas para os outros chefes de equipe. Tudo tinha que ser rápido! Outros professores ficavam somente na exposição. E a palmatória ainda funcionava... Em Matemática estudávamos porcentagem, regra de três, raiz cúbica, raiz quadrada, juros simples, compostos... Tenho, ainda, uma prova guardada dessa época¹². Tínhamos, também, aulas de Português, noções de História do Paraná, noções de História do Brasil...

Naquele tempo, já havia livro. Lembro-me do livro de Matemática, de Português, de História do Paraná e de História do Brasil. Tínhamos também livros de literatura como *Iracema* de José de Alencar e livros de Olavo Bilac que despertavam o espírito de brasilidade, o amor a terra e a igualdade de raças e religiões, indiscriminadamente.

As turmas eram separadas: os meninos tinham aulas com professores homens e as meninas com professoras femininas. Não sei bem quem lecionava para as meninas. Uma das professoras era Rosalina Gonçalves Cordeiro, mais conhecida por D. Noca, a primeira professora de Irati. A precursora dos professores. Ela casou-se com um lapeano, Davi Araújo, e teve vários filhos. Ainda deve existir algum por lá...

¹¹ Lysímaco Ferreira da Costa, educador e economista paranaense, nasceu em Curitiba em 1883. Foi diretor do Ginásio Paranaense e Inspetor Geral da Instituição Pública. Realizou diversas reformas no ensino no Paraná na década de 1920.

¹² Em anexo p. 220.

Lembro-me também do futebol que jogávamos às tardes, quando a gurizada se reunia. O professor Zacarias jogava conosco. Tínhamos até formado um time: o Iraty Sport Clube. Era uma época divertida. O primeiro cinema instalado na cidade foi do Wasilewski e ainda não era cinema falado. Havia também muitas serenatas. Eu, no entanto, era muito reservado, ficava mais em casa. Quase não participava de divertimentos como bailes, carnaval, aniversários - essas coisas que produzem alegria para as crianças, moços e moças. Eu participava somente do futebol.

No ano que estudei com o professor Zacarias, em 1919, eu já tinha o certificado, mas continuei estudando. Esse professor me aconselhou a continuar os estudos em Curitiba. Ele me dizia: “Deixa essa vida boa, folgada... Vai para a Capital”!

No começo fiquei com medo, mas depois resolvi enfrentar o desafio. Vim para Curitiba com um colega que tinha a minha idade, o Alfredo Bufren. Fomos estudar, primeiramente, no Instituto Becker, uma escola particular, onde iniciamos o curso secundário. Não havia um programa oficial. O Instituto era dirigido pelo próprio dono e sua esposa. O diretor era o único professor que lecionava todas as matérias. Não havia livro. As disciplinas de Português e de Francês eram ensinadas paralelamente. O professor passava a matéria no quadro e nós copiávamos.

Fiquei um ano e meio estudando no Instituto Becker. O primeiro ano, de janeiro a dezembro. No ano seguinte, estudei lá até o meio do ano. O regime era de internato e semi-internato e era bastante rigoroso. A escola, no entanto, fechou de um dia para o outro. Mas para mim foi bom porque eu estava com quatorze anos e estudando com a gurizada de onze anos. Eu já era um adolescente!

Já em seguida, então, me inscrevi no internato do Ginásio Paranaense que era público e onde terminei o curso secundário em três anos. Recuperei, assim, o tempo perdido. Meu colega Bufren também foi estudar nessa escola.

No Ginásio Paranaense havia externato e internato com um programa de ensino oficial. Eram doze matérias que eram preparatórias para o vestibular. A frequência era facultativa, mas no final do ano o aluno tinha que fazer os exames finais, que chamavam de madurez. Eram exames muito difíceis, com a matéria do ano todo!

O aluno podia requerer por ano no máximo quatro disciplinas. No 1º ano, por exemplo, fazia o requerimento para: Português, Francês, Aritmética e Álgebra (que era uma só disciplina) e Geografia. No 2º ano requeria: Geometria, História, História do Brasil e Latim. As outras quatro disciplinas eram: História Universal e do Brasil, História Natural,

Física e Química (que também era uma só disciplina) e mais a disciplina de Inglês. Era o Ensino Secundário com o mesmo padrão do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Terminando o curso no Ginásio Paranaense, prestei vestibular para Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná que naquele tempo era particular. Havia as seguintes opções: Medicina, Engenharia, Direito, Farmácia ou Odontologia. Não havia outras opções. Hoje, é uma infinidade de cursos! Dezenas e dezenas de opções. Tem possibilidade para todo mundo!

Antes mesmo de terminar Medicina, já comecei a lecionar Física e Química, preparatório para o vestibular, no Colégio Ateneu¹³. Era uma pequena escola particular, onde eu ministrava aulas para uns dois ou três alunos. Mais tarde, foi criado o Ginásio Novo Ateneu, do qual fui um dos fundadores, que fica na Rua Bispo D. José. Hoje está todo modificado! A frente é semelhante à frente do Templo das Musas¹⁴.

Naquele tempo, havia muitos outros colégios particulares como o Ginásio Belmiro César, onde lecionei por um tempo. Era um só professor. Havia também outro colégio denominado Parodi, próximo à Praça Rui Barbosa. Outras escolas particulares eram financiadas pela Igreja e por isso se mantiveram.

Depois que terminei o curso de Medicina, voltei para Irati, mas lá não havia recursos para exercer a profissão. Recém-formado, tinha que atender doentes de todos os tipos: homens, mulheres, crianças... Quando aparecia alguma pessoa vítima de assassinato era necessário preencher fichas. Imagine o que era ser médico no interior do Estado! Era muito difícil! Não havia outros médicos na cidade, somente um farmacêutico, o Antonio Xavier da Silveira, um lapeano. Os lapeanos eram intelectuais, muito cultos...

Fiquei apenas um mês em Irati exercendo a profissão de médico. Não agüentei! Tinha que atender de noite ou de dia, com chuva ou não. Meu pai me acompanhava à noite nos atendimentos aos doentes. Isso não era vida! Voltei para Curitiba cuidar da minha cadeira de Física e Química, que era muito mais sossegado! Sempre gostei de ser professor! Tentei exercer a profissão de médico na Capital, mas resolvi ficar somente no ensino. Não dava para ser professor e médico. A profissão do magistério é muito absorvente.

Logo que retornei à Curitiba, um colega me disse: “Vem fazer concurso na Medicina. Tem vaga lá. Vem trabalhar comigo!” Esse meu colega se chamava César Pernetá. Hoje temos o hospital da criança que leva o seu nome. Ele era um sábio! Dedicou sua vida ao

¹³ Colégio de Curitiba fundado em 1925.

¹⁴ Sede do Instituto Neo-Pitagórico, presidido pelo depoente, do qual há referências na seqüência desta textualização.

estudo e ao trabalho. Não fez outra coisa na vida, nem mesmo se casou. Por questões políticas, tempo depois deixou a cadeira na Faculdade de Medicina e foi para São Paulo onde fez concurso e ficou em primeiro lugar. Depois fez concurso em Niterói e também obteve o primeiro lugar. Ele era muito requisitado. Eu segui o conselho dele. Fiz o concurso para docente na Faculdade de Medicina do Paraná e fui aprovado. Hoje é a Universidade Federal.

Comecei, então, a ministrar aulas de Patologia Geral e logo meu colega César me deixou sozinho na cadeira. Tive que estudar muito para lecionar. Eram três aulas teóricas por semana e aulas práticas no laboratório todos os dias. Sozinho, sem assistência, tive vontade de desistir, de largar tudo! Teve uma época que eu já não agüentava...

Fiquei dez anos na Faculdade de Medicina. Quando mudaram o regime e a faculdade se tornou federal, deixei a cadeira, mas continuei no magistério secundário e no magistério superior. Trabalhei com diversas matérias: Física e Química, História Natural.... Em História Natural se estudava Biologia, Geologia, Botânica, Anatomia, Fisiologia Animal e Vegetal... É o mundo! Também trabalhei como professor no Conservatório de Canto Orfeônico do Paraná, no Colégio Belmiro César e na Escola Superior de Educação Física, onde um dos meus alunos foi o José Maria Orreda. Fui professor, ainda, no Ginásio Paranaense que depois passou a se chamar Colégio Estadual do Paraná onde lecionei Psicologia e Lógica.

Foram várias escolas que lecionei e diferentes disciplinas. Tive que estudar muito. Era dia e noite aula, aula... Mas aprendi muito também. Tenho vários ex-alunos advogados, juízes, médicos... Muitos são de Irati como o Fornazari¹⁵ que foi médico e criou o arranha-céu lá daquela cidade. Também o João Mansur¹⁶ que está aposentado. E muitos outros...

Fui professor também na CADES, um curso de aperfeiçoamento para o professor secundário, instituído pelo governo federal. No Paraná, os cursos da CADES eram realizados no Colégio Estadual. Vinham pessoas de diversos lugares: padres, freiras, moços, moças, pessoas de mais idade... Tinha gente do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Era uma miscelânea! Os cursos eram bem puxados. As aulas eram de manhã e à tarde, todo dia, durante um mês. Eu me divertia no meio daquela multidão!

Lembro-me que na CADES eu trabalhava de manhã os conteúdos de História Universal e à tarde um jovem professor, vindo do Rio de Janeiro, ministrava aulas de Didática. Ele era um mocinho inteligente, entusiasmado, muito extrovertido!

¹⁵ Lourival Luis Fornazari, médico e ex-prefeito de Irati.

¹⁶ Ex-prefeito de Irati e ex-governador do Paraná, exerceu diversos mandatos na Assembléia Legislativa como deputado estadual.

O Estado exigiu, na época, que um professor do Paraná ministrasse aulas na CADES. Eu aceitei o desafio, mas fiquei somente um ano. Era muito puxado e eu tinha outras escolas que tomavam meu tempo.

Minha carreira como professor teve início em 1925. Encerrei minhas atividades docentes em 1986, na Associação de Ensino Novo Ateneu, onde lecionei Medicina Legal para o curso de Direito. A Associação Novo Ateneu mantém, atualmente, diversos cursos. Foi a primeira escola que trabalhei e onde me aposentei.

Na minha família, minha filha mais nova, a Marian, e uma sobrinha também exerceram a profissão docente. Elas se formaram na escola normal no Instituto de Educação. Começaram a lecionar em classes multisseriadas em um bairro de Curitiba. Atualmente estão aposentadas. Sou pai de três filhas: Sumakê, Atamis e Marian.

Dentre meus irmãos, o Jorge também foi professor. Trabalhou no Ginásio Irati. Ele não era formado para atuar no magistério, era advogado. Mas, naquele tempo, bastava ter mais estudo para poder lecionar. Um advogado, por exemplo, tinha que saber um pouco de Português e de História. Meu irmão lecionava a disciplina de História. Ele não tinha parada em lugar algum! Morava uma temporada em Irati, outra em Curitiba e outra, ainda, no Rio de Janeiro. Não sei como dava aula no Colégio Irati, pois vivia viajando.

Ao todo éramos nove irmãos na família. Sou o mais velho. Os homens são: Michel, Pedro Alim, Jorge e eu. As mulheres são: Abla, Linda, Rosa, Jasmin e Anita. A Anita mora aqui em Curitiba.

Atualmente, sou presidente do Instituto Neo-Pitagórico que é uma associação filosófica, destinada ao estudo e ao desenvolvimento das faculdades superiores do homem. É inspirado nos Versos de Ouro de Pitágoras. O objetivo é a difusão da cultura para a promoção da paz, da justiça, da liberdade, da fraternidade, da harmonia na sociedade. No Instituto não fazemos distinção de raça, nacionalidade, fortuna e posição social, nem credo religioso, filosófico ou político.

Nossa intenção é preparar pessoas para auxiliarem na promoção dos princípios da amizade, do estudo e do altruísmo. A entidade divulga seus princípios através de estudos sistemáticos com palestras, congressos nacionais e internacionais, simpósios, seminários, reuniões mensais, publicações, músicas e cursos por correspondência. Hoje chamam cursos à distância.

Neo-Pitagórico quer dizer novo pitagorismo. O pitagorismo é a escola fundada por Pitágoras, no século VI antes de Cristo. A Matemática, a Física, a História Natural, a Sociologia, a Política, enfim a ciência em geral, é por pitagóricos anunciada como uma

aplicação imediata para o bem, para a paz e para a harmonia da sociedade. Pitágoras é conhecido como filósofo da unidade, da harmonia, do número, da ética. De tudo que ele ensinou, não há documento escrito. Tudo era oral. Os gregos tinham uma memória fantástica! O conhecimento, principalmente a poesia, era transmitido de século em século oralmente e integralmente. A Ilíada de Virgílio e a Odisséia de Homero, por exemplo, foram transmitidas de geração em geração. Nos versos de ouro, esta sintetizada toda a filosofia, toda a ética da escola de Crótona.

O Instituto Neo-Pitagórico foi fundado, em 1909, pelo professor Dario Veloso e um grupo de alunos. Dario Veloso foi professor no Ginásio Paranaense das disciplinas de História Universal e História do Brasil. Na Escola Normal lecionou também Pedagogia e Sociologia. Há uma escola em Mallet, município vizinho de Irati, que leva seu nome: Colégio Dario Veloso.

A sede mundial do Instituto Neo-Pitagórico é o Templo das Musas, em Curitiba, que mantém reuniões abertas ao público. O Instituto é semeador do bem, da compreensão, da solidariedade e do respeito em claro e amplo sentido. Sem essas condições, a existência do homem periclita.

A Matemática eu defino como a ciência do número, a ciência do raciocínio. Não se pode ser filósofo se não souber Matemática. Na escola, ela deve ser ensinada com muita dedicação. Bom professor é aquele que ensina com amor. Amor por inteiro e não artificial. Por isso que não é fácil ser professor. O professor sem amor, que só transmite, não é marcante.

Tenho saudades de muitas pessoas e fatos ocorridos. Também tenho boas lembranças do meu tempo de menino em Irati. Em minha memória guardo boas recordações da infância lá vivida, da adolescência, dos meus amigos, das brincadeiras, do futebol... Há vários anos não visito Irati. A última vez foi para receber o título de cidadão iratiense.

Percebi na última visita que Irati mudou bastante, cresceu e se expandiu. Mas tudo mudou tanto em nível nacional como estadual. A escola mudou, as leis, os regulamentos são outros... As pessoas vão, no decorrer da vida, modificando suas formas de pensar... Mas chega uma época que o indivíduo vai se desprendendo das coisas...

4. OUTRAS HISTÓRIAS

Rosala Garzuze, com a concessão de sua entrevista, me permitiu recuperar informações sobre o passado de Irati, anteriores à década de 1920, que não se encontram registradas em outros documentos e que dificilmente outra pessoa poderia fornecer, tendo em vista que é praticamente impossível encontrar alguém com a idade avançada e memória praticamente ilesa como a do professor Rosala. A riqueza de seu depoimento está também na relação entre as diversas épocas, ou seja, as lembranças da criança, do jovem, do adulto e do idoso se entrecruzam e se constituem em fontes não apenas para o acervo histórico do município, mas em fontes que nos permitem contrastar fatos e compreender o porquê de certos acontecimentos e seus reflexos no presente. Esta é, certamente, uma das potencialidades das narrativas orais para a História da Educação: recuperar memórias e histórias locais, regionais e em contextos mais amplos, reconstituindo particularidades de uma sala de aula, da formação profissional a aspectos da evolução do ensino.

Na medida em que fui realizando as entrevistas para este estudo, fui percebendo que a formação de professores e a História da Educação têm suas trajetórias entrelaçadas, que uma interfere na constituição da outra e que o contexto que as produzem são conseqüências de políticas governamentais em diferentes períodos. Assim sendo, considerei primordial para compreender o movimento de formação dos professores de Irati, objetivo principal da pesquisa, recorrer a leituras sobre a História da Educação do Brasil com o intuito de elucidar dúvidas, preencher lacunas e compreender o ensino em distintas épocas.

Desse modo, paralelamente à realização, transcrição e textualização das entrevistas, realizei um estudo sobre a História da Educação. Partindo de tempos e espaços mais remotos, do ensino jesuítico, às aulas de artilharia e fortificação do Brasil Colônia, mergulhei no tempo do Brasil Império chegando às reformas do Brasil República até as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação da segunda metade do século XX, sempre procurando compreender a evolução do ensino brasileiro.

Entretanto, percebendo a amplitude do tema em questão, resolvi fazer um recorte temporal e submeter à aprovação uma produção escrita sobre o assunto a partir de um período que se aproximasse ao tempo histórico da pesquisa. Desse modo, apresentei, na ocasião do exame de qualificação, um “ensaio” com minhas compreensões dos principais aspectos da Educação brasileira desde o início do Brasil Império até o final do Estado Novo, com a

intenção, entretanto, de dar prosseguimento à escrita do texto e abranger o período até os dias atuais – início do século XXI.

A banca de qualificação, porém, pertinentemente me sugeriu que as compreensões até então apresentadas eram suficientes, tornando-se desnecessário expor as conjunturas da Educação no Brasil a partir de meados do século XX, tendo em vista que muitos são os trabalhos em História da Educação que abordam esse período e que as falas dos depoentes se reportam a este tempo.

Assim, apresento o recorte em três textos, que abrangem a História da Educação no Brasil Império até o final do Estado Novo no Brasil República, nos quais procuro articular aspectos de natureza ampla aos aspectos de natureza local, ou seja, as compreensões partem do ensino no Brasil, perpassam o ensino no Paraná, chegando à História da Educação no município de Irati, foco do estudo. Os textos - como se poderá verificar - estão intensamente amparados nos estudos de Romanelli (1985), Ghiraldelli (2006) e Martins (1984) e se intitulam: *Retrospecto do ensino no Brasil Império*, *Retrospecto do ensino na República Velha* e *Retrospecto do ensino da Revolução de 30 ao final do Estado Novo*. Intercaladas a estes textos, estão outras duas textualizações, dados sobre as primeiras escolas de Irati e seus professores e, ainda, um capítulo que traz um estudo sobre a formação da população do município.

4.1. RETROSPECTO DO ENSINO NO BRASIL IMPÉRIO

Da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, à proclamação da Independência em 1822, o povo brasileiro viveu sob o chamado regime colonial, no qual quem ditava as regras, tanto na política quanto na educação era o governo português.

O ensino neste período é marcado basicamente por três fases: (1) fase do predomínio da pedagogia jesuítica com a imposição dos costumes europeus à população negra, mestiça e índia; (2) fase das reformas pombalinas e a expulsão dos jesuítas da colônia e (3) fase da permanência da cômte portuguesa no Brasil que trouxe significativas mudanças no quadro educacional, com a criação de faculdades e a instalação dos primeiros cursos superiores na colônia.

Se por um lado a preocupação com o ensino superior foi acentuada no período de permanência da família real, por outro, houve um abandono quase total dos demais níveis de

ensino. Conforme salienta Piletti (1989), a preocupação principal do governo, no que se refere à educação, era a formação das elites dirigentes do país, regulando as vias de acesso aos cursos superiores, principalmente por meio do curso secundário e dos exames de ingresso. Desse modo, era clara a fragmentação do sistema de ensino em seus graus e modalidades.

Tal situação, no entanto, prosseguiria sem grandes alterações mesmo após a independência política, em 1822, e a promulgação da primeira Constituição, em 1824, que se limitou, pelo artigo 179, a estabelecer a instrução primária gratuita a todos os cidadãos (ROMANELLI, 1984).

O ensino no Império foi estruturado em três níveis: primário ou “escola de ler e escrever”, secundário com o esquema de “aulas régias¹⁷” e dividido em disciplinas, e superior com a concentração dos cursos principalmente na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (GHIRALDELLI, 2006).

Em 15 de outubro de 1827, uma lei complementar foi promulgada estabelecendo que houvesse escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império¹⁸. As escolas localizadas em núcleos pouco populosos poderiam ser extintas e seus professores removidos para outros lugares onde o número de alunos fosse maior.

De acordo com o disposto na Lei, cabia ao professor ensinar os meninos

[...] a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (Art. 6º).

Às meninas excluía-se as noções de geometria e limitava-se a instrução de aritmética somente às quatro operações. Incluía-se, ainda, o ensino da economia doméstica.

A Lei definia, ainda, que o método de Lancaster ou ensino mútuo¹⁹ fosse o instrumento de ensino utilizado nas escolas e os professores, em especial os das capitais das Províncias, deveriam receber curso de treinamento antes do concurso de provas para a admissão. Tais provas deveriam ser realizadas publicamente perante os Presidentes das Províncias, em Conselho.

¹⁷ Aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica, para as quais os professores, por eles mesmos, organizavam os locais de trabalho e requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho de ensinar.

¹⁸ Lei disponível na íntegra no site <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>

¹⁹ O sistema de ensino mútuo foi uma prática que se iniciou na Índia no século XVIII e, em 1798, Joseph Lancaster o recriou na Inglaterra, por falta de recursos. Era um método no qual cada grupo de aluno (decúria) tinha um aluno menos ignorante (decurião) que dirigia os outros. Praticamente se dispensava a figura do professor, pois os meninos se ensinavam mutuamente. Era uma forma de economia do Estado, pois uma escola podia abrigar 500 alunos para um só mestre.

Os salários dos professores foram pré-determinados pela própria Lei, assim como os prêmios por tempo de exercício. Entretanto, como era um trabalho mal remunerado, não houve estímulo por parte da população letrada e os professores não apareceram (BARBIERI, 1973). Tal situação revelava, então, a escassez de escolas e professores e, evidentemente, a falta de organização para com o ensino no país.

Em 1834, é promulgado o Ato Adicional que conferiu às Províncias o direito de legislar sobre a instrução pública, repassando ao poder local o direito de criar estabelecimentos próprios, além de regulamentar e promover a educação primária e secundária. Excluía-se, assim, a competência das Províncias sobre as faculdades e academias existentes e instituíam-se a descentralização do ensino do poder central (ROMANELLI, 1985).

Essa descentralização suscitou uma dualidade de sistemas, cabendo ao poder central apenas a promoção e regulamentação do ensino primário e secundário no município da Corte e o monopólio do ensino superior em todo o Império. Às Províncias delegou-se a incumbência de promover e regulamentar somente a educação primária e média em suas próprias jurisdições. Houve, desse modo, uma ruptura entre o ensino superior e os níveis anteriores.

A falta de recursos impossibilitou as províncias, na época, de criarem uma rede organizada de escolas e o resultado foi que o ensino secundário assumiu o caráter de preparação para o superior, ficando, a maioria das escolas, nas mãos da iniciativa privada. A escola primária, por sua vez, quantitativamente insuficiente, pelejava com a falta de professores devidamente habilitados e, qualitativamente, restringia-se aos rudimentos da leitura, escrita e cálculo.

Um elemento de destaque da época do Brasil Império foi a criação da primeira Escola Normal, em 1835, e a criação da primeira instituição brasileira de ensino secundário sistemático, o Colégio D. Pedro II, ambas na Província do Rio de Janeiro.

O Colégio D. Pedro II seria, durante muitos anos, o único ginásio oficial no país e também o único a realizar exames que possibilitavam o ingresso nos cursos superiores, impondo-se, então, como modelo aos liceus provinciais e colégios particulares que numerosos surgiam pelo Brasil. Tal colégio passou, durante o Império, por várias reformas curriculares que oscilavam entre o ideário positivista e o ideário humanista de herança jesuítica (GHIRALDELLI, 2006). A duração do curso secundário era de sete anos, sendo o ensino da Matemática subdividido em Aritmética, Geometria, Álgebra e Matemáticas Elementares.

Outras Escolas Normais também foram fundadas na época imperial, como a da Bahia em 1836, do Ceará em 1845 e de São Paulo em 1846. Sabe-se, no entanto, que foram escolas

de pouca duração. Por falta de condições para mantê-las, logo foram fechadas. A de São Paulo, por exemplo, instalada com um único professor, foi fechada em 1867, reaberta em 1874, novamente fechada em 1877, para reafirmar-se no fim do Império, em 1880 (NASCIMENTO, 2004).

Além do Colégio D. Pedro II, outro elemento marcante do ensino no Império foi a Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, que instituiu a liberdade do ensino primário e secundário no município da Corte e a liberdade do ensino superior em todo o país, além de adotar a medida pela qual se percebia que o trabalho docente era incompatível com outros cargos públicos e administrativos.

Paulo Ghiraldelli Jr. (2006), em sua obra *História da Educação Brasileira*, esclarece que por liberdade de ensino a nova lei entendia que todos que se julgassem capacitados a ensinar poderiam expor suas idéias, adotando os métodos que melhor lhe conviessem. O autor complementa ainda que:

A freqüência aos cursos secundários e superiores tornou-se livre, de modo que o aluno poderia aprender com quem lhe conviesse e, no final, deveria se submeter aos exames de seus estabelecimentos. Com isso, as instituições se organizaram por matérias, de modo que o aluno pudesse escolher quais as que ele cursaria e quais ele julgava que eram desnecessárias diante do exame final. Enfim, aconselhava-se que as escolas, no final, fossem rigorosas nos exames (p. 30).

O quadro geral do ensino no Brasil, no final do período monárquico, era precário. As várias reformas propostas não produziram os resultados esperados. Além de poucas escolas primárias, dos liceus nas capitais das províncias e de diversos colégios particulares, alguns cursos normais tinham sido criados em cidades mais populosas e mais alguns cursos superiores.

No Paraná, a situação do ensino não era diferente. As escolas em nível primário eram insuficientes e praticamente não havia professores formados para nelas atuarem. Em nível secundário, o Liceu criado por lei federal em 1846, não funcionou a contento e sempre esteve sujeito à extinção. O ensino era fragmentado em aulas avulsas, tendo por finalidade o preparo do jovem para o ingresso nos cursos superiores em outras províncias, com o predomínio na procura dos exames parciais das matérias preparatórias (MARTINS, 1984). Não havia, ainda, nenhuma instituição de ensino superior no Estado.

Quanto à formação de professores para o ensino primário, a primeira Escola Normal foi criada apenas em 1876 em Curitiba, quando o Liceu se transformou em Instituto Paranaense e passou a ofertar, além do ensino secundário, também o ensino normal.

Entretanto, ela suscitou pouca atenção, tanto que em 1879, estavam matriculados seis alunos no 1º ano e apenas dois alunos no 2º ano²⁰ (MARTINS, 1984, p. 147).

Tal situação permaneceu nos anos seguintes, pois segundo um relatório apresentado em 1882, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Moyses Marcondes, a Escola Normal “*não funciona por falta de alumnos*” (apud Martins, 1984, p. 151). No relatório é proposta a criação de um pensionato feminino na Capital e é sugerido que as alunas que não pudessem pagar o pensionato e os estudos, ao término do curso, seriam obrigadas a ensinar na província por alguns anos.

4.2. RETROSPECTO DO ENSINO NA VELHA REPÚBLICA

A situação do Brasil, em termos educacionais, no final do Império, não era das melhores. Além das poucas escolas existentes de ensino primário, secundário e superior, o modelo de ensino privilegiava a Educação da elite e não havia um sistema articulado de instrução pública.

Após a Proclamação da República, instaura-se no país um período de turbulência e de consolidação de uma ideologia - denominado Primeira República ou República Velha²¹ – trazendo reflexos positivos para o ensino. A Educação passa a ser discutida com mais vigor por intelectuais brasileiros que começam a visualizá-la como preponderante na construção de uma sociedade democrática.

Segundo Schelbauer (1998, p. 64):

Essas preocupações pareciam exigir um projeto nacional de educação para o Brasil, com a finalidade precípua de formar o cidadão de uma mesma pátria, através de uma educação comum. [...] **É, portanto, nesse período que a escola passa a ser vista como a instituição responsável pela formação do sentimento de cidadania necessário para colocar o País rumo ao progresso e à consolidação da democracia, nos moldes dos países civilizados.** Pois, se antes, numa visão quase que consensual dos homens da época, o atraso em que o país se encontrava era atribuído à escravidão, com sua abolição definitiva, esse passa a ser atribuído à educação, por não cumprir ou cumprir precariamente seu papel social (grifos nossos).

A Constituição da República, promulgada em 1891, não garantiu mudanças significativas para a Educação no país, pois consagrou a descentralização do ensino e a dualidade de sistemas que vinha se mantendo desde o Império: de um lado o sistema federal, responsável pelo ensino secundário e superior que continuava privilegiando a classe

²⁰ A instrução normal era dada no Instituto Paranaense em dois anos. Quanto à Matemática, somente no segundo ano desse curso se ensinava Aritmética e Geometria.

²¹ Período que vai da Proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930.

dominante; de outro lado os sistemas estaduais se limitando a prover e legislar sobre a instrução primária e manter o ensino profissional – e diga-se de passagem, de forma bastante precária (ROMANELLI, 1984).

Cientes dessa dualidade e dos problemas educacionais no país, na Primeira República, líderes do governo, tanto da Nação como dos Estados, decretaram várias reformas no ensino; nenhuma delas, porém, com grande êxito.

A primeira das reformas e a mais ampla, a de Benjamim Constant, foi posta em prática somente em alguns aspectos, sendo dirigida apenas ao ensino do Distrito Federal, na época Rio de Janeiro. Dentre outras coisas, essa reforma:

[...] tentou a substituição do currículo acadêmico de cunho humanístico por um currículo de caráter enciclopédico, com disciplinas científicas, ao sabor do positivismo endossado por vários republicanos [...] e, talvez o que realmente tenha feito com alguma consequência e repercussão na prática [...] foi o fato de declarar o ensino ‘livre, leigo e gratuito’ ”(GHIRALDELLI, 2006, p. 35).

A escola primária ficou organizada, a partir de tal reforma, em duas categorias: de 1º grau para crianças de 7 a 13 anos e de 2º grau para adolescentes de 13 a 15 anos. O currículo do ensino secundário foi reorganizado e o diploma da Escola Normal passou a ser exigido para o exercício do magistério em escolas públicas. Criou-se, também, o *Pedagogium*, um centro de aperfeiçoamento do magistério.

A reforma de Benjamim Constant impôs a avaliação da aprendizagem através dos exames: de suficiência, finais e de madureza. Os de suficiência eram feitos para as disciplinas com continuidade no ano seguinte; os finais para as disciplinas concluídas e os de madureza eram realizados no final do curso secundário e se destinavam a verificar a cultura intelectual do jovem. A aprovação no exame de madureza dos ginásios, que seguia os padrões do Ginásio Nacional²², habilitava o aluno à matrícula nos cursos superiores existentes no país.

Pelo fato de não ter respeitado o modelo pedagógico da corrente filosófica de Comte, os positivistas da época fizeram restrições à reforma de Benjamin Constant. Na concepção positivista, o ensino das ciências deveria ser iniciado somente após o aluno completar 14 anos. Na reforma já se incluía na escola primária de 1º grau, a aritmética e a geometria prática e, na de 2º grau, a trigonometria e as ciências físicas e naturais. Desse modo, o ensino se tornou enciclopédico com o acréscimo de matérias científicas às tradicionais (RIBEIRO, 1993, p. 74).

De 1901 a 1911, vigorou a reforma de Eptácio Pessoa, que afetou principalmente o ensino secundário no país e transformou o Ginásio Nacional num instrumento para a

²² O Colégio D. Pedro II, com a reforma de Benjamin Constant, passou a denominar-se *Gimnásio Nacional*. Em 1909, voltou ao nome original sem o D.

unificação deste nível de ensino. Também, acentuou a parte literária com a inclusão da lógica no ensino e a supressão da biologia, da sociologia e da moral.

Outras reformas se seguiram a essa, mas não lograram acarretar nenhuma mudança substancial ao sistema. Algumas delas, como a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, no Governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 1911, chegaram até a ocasionar um retrocesso na evolução do sistema, em virtude de facultar total liberdade e autonomia aos estabelecimentos e suprimir o caráter oficial do ensino, o que trouxe resultados desastrosos. A reforma Carlos Maximiliano representou uma contramarcha: reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores. E a reforma Rocha Vaz, no Governo Arthur Bernardes, em 1925, representou a última tentativa do período no sentido de instituir normas regulamentares para o ensino, tendo o mérito de estabelecer, pela primeira vez, um acordo entre a União e os Estados, com o fim de promover a educação primária, eliminar os exames preparatórios e parcelados, ainda vigentes e herança do Império. Foi, na verdade uma tentativa de impor a sistematização sobre a desordem. (ROMANELLI, 1984, p. 42).

A reforma Rocha Vaz introduziu a seriação e a frequência obrigatória no regime escolar e, a partir de acordos feitos, contribuiu para a difusão do ensino primário rural. Conforme disposto na Lei, caberia à União o pagamento dos professores e aos Estados o fornecimento de material escolar, a escola e a residência do professor, além da obrigação de não reduzir o número de escolas e de aplicar 10% das suas receitas no ensino primário e normal.

Todas as reformas impostas no período da Primeira República não realizaram transformações significativas no sistema de ensino e não passaram de tentativas frustradas de renovação. Mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos governantes, longe de serem comparadas a uma política consistente de educação.

A política educacional que norteou as ações nesta área a partir do século XIX, e se estendeu até a metade do século XX, foi uma política de exclusão, de favorecimento das elites e de contenção de gastos, pois a educação não era vista como um investimento prioritário, o que não permitiu que a instrução de qualidade chegasse efetivamente à população, fato este que acarretou um crescente número de analfabetos em todo o país (VAZ, 2005, p. 96)

Como reflexo da situação nacional, o ensino no Paraná, no período da Primeira República, também sofreu com as contradições das reformas educacionais. No início do período republicano, o ensino primário ainda pelejava com a falta de professores formados para atuar nas escolas e o curso Normal, instalado no Ginásio Paranaense²³, continuava com número escasso de alunos matriculados.

Segundo um relatório de 1894, do inspetor geral Victor Ferreira do Amaral e Silva, (apud MARTINS, 1984), a matrícula na Escola Normal era muito reduzida com quatro alunos no 1º ano e apenas duas alunas no 2º ano.

Entretanto, as garantias de melhores vencimentos para os professores diplomados pela Escola Normal, decretadas pelo Regulamento da Instrução Pública do Paraná, de 11/04/1901,

²³ Com a Proclamação da República, o Instituto Paranaense passou a denominar-se *Gimnásio Paranaense e da Escola Normal*.

fizeram com que o quadro de matrículas para o curso fosse considerado promissor, tanto que em 1903 eram em número de 96.

Já o ensino secundário foi se fortalecendo com a sistematização proposta pelas primeiras reformas do início do período republicano e especialmente com a equiparação²⁴ do Ginásio Paranaense com o Ginásio Nacional. Com a Reforma Rivadávia, o Ginásio Paranaense entrou em fase de decadência, principalmente após a criação da Universidade do Paraná, em 1912, que abriu, no ano seguinte, cursos preparatórios para a admissão nos cursos superiores. A Reforma de Maximiliano modificou um pouco a situação e impôs novamente o crescimento do ensino secundário no Estado. Novos programas escolares foram elaborados e as escolas públicas passaram a ganhar prestígio, tanto no Paraná como no país.

Um dos fatos marcantes no período republicano no Paraná, que pôs em destaque o Estado em termos de Educação, foi, sem dúvida, a criação, em 19 de dezembro de 1912, da já citada Universidade do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, que passou a abrigar as faculdades de Medicina, Engenharia e Direito. Segundo Wachowicz (1988, p. 206), tal universidade, que seria oficializada somente em 1946,

[...] passou a influir decisivamente na formação dos dirigentes locais, e ao mesmo tempo atraiu dos estados vizinho grande número de jovens, a ponto de Curitiba ter recebido o título de Cidade Universitária. Foi a universidade um elemento importante no impulso do progresso paranaense. Colaborou decisivamente para que o Paraná pleiteasse um lugar de destaque entre os mais prósperos Estados brasileiros, transformando sua capital em um dos maiores centros culturais do país.

Desse modo, pode-se afirmar que, com a criação da Universidade Federal do Paraná, a abertura de novas escolas e o crescente número de matrículas tanto no Ginásio Paranaense, nas escolas das cidades e do interior e na Escola Normal do Paraná, o Estado encontrava-se em um momento privilegiado em relação ao cenário nacional. As várias reformas na legislação de ensino no Estado, assegurando melhores condições aos professores primários para o exercício do magistério, também corroboravam para que o Paraná se destacasse em termos educacionais.

Em 1914, são colocadas em execução as instruções da diretoria geral de ensino, reorganizando o curso Normal que passou a ser de quatro anos. No ano seguinte, 175 cadeiras da instrução pública no Paraná eram preenchidas por professores normalistas (WACHOWICZ, 1981).

A partir de 1917, o ensino no Paraná passou a ser regido pelo Decreto nº 17 de 9/01/1917, que dentre outras determinações, delegava que para lecionar nas escolas urbanas

²⁴ A equiparação devia-se ao fato do Ginásio Paranaense estar funcionando em um edifício com aparelhagem necessária e com todas as disciplinas exigidas por lei.

ou suburbanas, das cidades ou vilas, só seriam nomeados e selecionados professores formados pela Escola Normal, mediante avaliação da capacidade física²⁵ e moral para o exercício do magistério, realizada na capital do Estado, perante uma comissão examinadora.

Entretanto, não se pode esquecer que, nessa época, o Paraná contava com apenas uma escola de formação de professor primário para atender a todo o Estado - um número absolutamente insuficiente. Desse modo, apesar das determinações do Decreto nº 17, abria-se o precedente na própria legislação para os não normalistas, que poderiam atender às escolas públicas rurais, que predominavam em todo o Estado. De acordo com Maria Isabel Moura Nascimento (2004, p. 114),

Os professores que não eram formados pela Escola Normal poderiam ser provisórios e efetivos. Os candidatos a esses cargos só poderiam exercer essas funções após requerem a sua nomeação ao presidente do Estado, por intermédio da Secretaria do Interior, e, para isso, o candidato deveria apresentar os documentos comprobatórios²⁶.

A autora esclarece ainda, que os professores provisórios tornavam-se efetivos após uma avaliação realizada no período de férias em Curitiba, perante uma comissão nomeada pelo secretário do Interior. Tal avaliação era constituída de uma prova oral, com conteúdos das matérias da Escola Normal, e uma prova prática, realizada em um dos institutos de ensino público primário da capital.

Desse modo, muitas escolas urbanas e, sobretudo, as localizadas no interior do Estado, não tinham professores com formação específica para exercer a profissão. Para essas localidades, qualquer pessoa, após o exame de habilitação, poderia ser nomeado para o exercício do magistério.

E assim, se vai adentrando a década de 1920. Diversas escolas são criadas, há um salto quantitativo no número de alunos matriculados, porém grande quantidade dos professores é leiga. Nesse contexto, como forma de suprir a defasagem de professores formados, são criadas, no Paraná, em 31 de março de 1921, duas outras Escolas Normais: uma em Paranaguá e outra em Ponta Grossa. A última veio a funcionar somente em 1924 (WACHOWICZ, 1981).

²⁵ Segundo o decreto, a capacidade física consistia em o candidato provar estar isento de qualquer “[...] moléstia infecto-contagiosa ou repulsiva ou defeito físico que incompatibilize com o exercício do magistério.” (Art. 102 § 1º, Decreto 17 de 9 de janeiro de 1917, apud Nascimento, 2004, p. 14)

²⁶ Documento legal para provar quem tem mais de 18 anos de idade; - Atestado médico provando capacidade física; - atestado de autoridades provando capacidade moral; - Ata de exame de habilitação em que tenha sido aprovado em leitura escrita e rudimentos de Aritmética, Geografia e História do Brasil; exame esse que será prestado em qualquer localidade do Estado, sendo examinadores duas pessoas idôneas, de preferência professores, nomeados a requerimento do examinado pelo Inspetor Escolar, que presidirá o exame. §único. – são dispensados desse exame as pessoas que exibirem certificado de exame da 4ª série do ensino primário”. (Art. 106, Decreto nº 17 de 9.1.17, apud Nascimento, 2004, p. 114).

Nesse tempo, vive-se na educação as influências de questões políticas, produto da I Guerra Mundial, além de uma intensa campanha de renovação da educação, sob a flâmula do escolanovismo. O movimento que partiu dos sistemas estaduais novos, entrava em confronto com os ideais conservadores, plasmados nas velhas culturas das elites dirigentes, travando-se um debate “pedagogia nova” *versus* “pedagogia tradicional” (GHIRALDELLI, 2006).

As conseqüências concretas seriam encontradas nos Estados, onde jovens intelectuais procuraram dar consistência à Educação e regular as condições escolares com diretrizes mais definidas. Dentre outros, destaca-se a atuação de Anísio Teixeira na Bahia, Lourenço Filho no Ceará e em São Paulo, Fernando de Azevedo no Distrito Federal e Francisco Campos em Minas Gerais.

Neste cenário da década de 20, no qual se projetam mudanças educacionais no Brasil, surge a importante figura de César Prieto Martinez, Inspetor Geral de Ensino na época, responsável por efetivar a reforma do ensino no Estado do Paraná. Tal reforma buscava garantir a qualidade do ensino nas diferentes esferas: seja no aspecto físico, na construção de novos espaços educacionais, seja na formação dos professores responsáveis pela formação da nova escola que emergia.

Nesse processo de reforma do ensino no Estado, nome de destaque ainda foi do professor Lysímaco Ferreira da Costa, que representava o movimento renovador no Paraná. Diretor do Ginásio Paranaense e lente de Pedagogia da Escola Normal, Lysímaco organizou o plano de reforma do magistério, em 1923, e foi Inspetor Geral de ensino de 1925 a 1928, quando assumiu a Secretaria de Fazenda do Estado.

Lysímaco era irmão de Leônidas Ferreira da Costa, também professor, formado pela Escola Normal do Ginásio Paranaense. Leônidas, ao concluir o curso, foi nomeado para assumir uma cadeira no interior do Estado, em Irati, onde exerceu a profissão por um curto período, no Grupo Escolar do município.

4. DE ONDE ELES VIERAM?

No final do século XIX, uma das preocupações dos primeiros habitantes do povoado de Irati foi quanto à instrução dos filhos. Quem seriam os professores das crianças numa pequena vila, em pleno sertão, no interior do Estado do Paraná? De acordo com uma ata da sessão da Intendência Municipal de Imbituva – poder ao qual a vila estava subordinada – os moradores do bairro do Iratim, através de um abaixo assinado, pediam a criação de uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino, alegando que havia mais de vinte meninos para serem matriculados. Tal solicitação foi encaminhada em 8 de outubro de 1891, não havendo, porém, registros sobre o atendimento (ORREDA, 2004).

Com a inauguração da estação ferroviária, em 1900, a vila de Irati desencadeou acelerado processo de crescimento. O povoado recebeu muitos novos moradores que vieram de diversos municípios, principalmente da região de Curitiba. Com o aumento populacional tornou-se urgente a criação de uma escola no povoado a qual foi instalada somente em 1901.

A primeira professora, D. Rosalina Gonçalves Cordeiro, se deslocou de Curitiba com o objetivo de lecionar em Irati. Chegou à vila acompanhada por seu pai, Antonio Gonçalves Cordeiro Sobrinho, que, atraído por informações elogiosas sobre a natureza e progresso da região, acabou fixando residência no Distrito, onde passou a se dedicar ao comércio.

D. Rosalina, que ficou conhecida por D. Noca, tendo prestado exame de habilitação para o magistério público primário a 26 de novembro de 1900, apresentou às autoridades do Distrito de Irati o título de nomeação²⁷ fornecido pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Assim, logo começou a lecionar em um depósito de erva-mate, perto da recém inaugurada estação ferroviária, sem nenhum requinte pedagógico. Os bancos eram rústicos, compridos, servindo para os alunos ora como assento, ora como mesa para escrever. Crianças do povoado e de localidades distantes vinham à escola a pé, de carroça ou a cavalo. A escola funcionava em dois turnos: das nove às onze horas e das treze às dezesseis horas, despertando a atenção e o interesse da comunidade (ORREDA, 2004).

Naquela época, de acordo com os estudos de Lílian Wachowicz (1981), o provimento de professores para as escolas públicas do Paraná era de responsabilidade do poder executivo. Na falta de professores normalistas, a efetivação para o exercício do magistério era feita sob critérios e regulamentações, incluindo um exame de habilitação no qual o candidato submetia-

²⁷ Documento em anexo, p. 224.

se a uma prova de conhecimentos sobre os conteúdos da escola primária e uma prova prática para demonstrar aptidão para o ensino.

Com o título de habilitação, os professores passavam a ministrar aulas em cidades, vilas ou povoados e exerciam a profissão sob vigilância de um inspetor escolar, nomeado pelo governo republicano. Em 1901, havia no Estado 58 inspetores escolares que tinham a função de visitar as escolas e observar plano de estudos, regimento, livros de chamada e condições de funcionamento, além de aplicar exames finais nos alunos²⁸.

Conforme consta num livro ata destinado ao registro de exames anuais de aprovação ou reprovação, o primeiro exame oficial dos alunos da Escola de Irati ocorreu em 24 de novembro de 1902²⁹. Foram examinados 10 alunos nas matérias: contabilidades, leitura e gramática, história pátria, pontos agulhas e trabalhos domésticos. Ao final dos trabalhos, foram registrados em ata os seguintes elogios à professora Rosalina:

Achavam-se presentes trinta e seis alumnos, todos devidamente decentes, pelo que esta comissão muitos elogios faz a Ilustre Preceptora, não só pelo zelo, dedicação que tem a causa da instrução como também pelo asseio e ordem que mantém na escola, que em tão boa hora o Ilustre Governador do Estado colocou nesta localidade, pelo que até a presente data é digna de todo elogio. (ATA DE EXAME, 1902)



**Professora Rosalina Gonçalves Cordeiro e alunos.
Foto da primeira década do século XX³⁰**

O primeiro professor normalista chegou a Irati em 1909 (ORREDA, 1972). Trata-se de Roberto Emílio Mongruel. A partir da chegada de tal professor, a Escola de Irati deixou de ser “promíscua³¹”. Mongruel passou a ministrar aulas para uma turma de meninos, enquanto D. Rosalina lecionava para uma classe feminina.

²⁸ Os professores do Estado, na época, tinham obrigação de apresentar alunos para o exame final, sob pena de não receberem seus vencimentos ou perderem o direito de exercer a profissão.

²⁹ Documento em anexo, p. 225.

³⁰ Foto do arquivo pessoal de José Maria Orreda.

³¹ Segundo Lílian Wachovicz, escola promíscua era o nome dado para aquelas que tinham turmas de meninos e meninas na mesma classe.

Em 1914, segundo o registro em um livro de chamada³², D. Rosalina tinha uma turma com 28 alunas. Nesse ano, o professor Mongruel deixou o município de Irati.

As políticas públicas para a educação na época, propunham que as primeiras nomeações deviam ser sempre para as escolas rurais, com acesso destas para as escolas das cidades e depois para as da capital, onde os vencimentos eram maiores. Desse modo, os professores normalistas procuravam as escolas do interior pela facilidade de conseguirem a nomeação.

Por esse motivo, vários professores normalistas, na maioria homens, vieram para a recém criada Irati, na década de 1910. Dentre eles destacam: Adolfo Nascimento Brito, João Alves da Conceição, Alcídio Ribeiro, Leônidas Ferreira da Costa, Zacarias Alves de Souza, João Anastácio Dellê, Ercílio Ramos, Alfredo Caetano Dias e Maria da Conceição Andrade.



Prof. João Alves da Conceição e alunos – 1916³³

A maioria desses professores normalistas aspirava, no entanto, uma cadeira para lecionar em Curitiba, como outros professores que se aventuravam para diferentes localidades do interior do Estado. Conforme consta num relatório do ano de 1921, do inspetor geral de ensino César Prieto Martins, (apud WACHOWICZ, p. 198, 1981), “vir para a capital é o desejo mais ardente”. O inspetor declara ter conseguido que muitos professores normalistas

³² Documento em anexo p. 227.

³³ Foto do arquivo pessoal de José Maria Orreda.

aceitassem as cadeiras em povoados distantes, mas considerava “ser desvantajoso ficar o professor muitos anos no mesmo povoado, pois torna-se um verdadeiro sertanejo”.

De acordo com o Decreto nº 710, de 18 de outubro de 1915 - que estabelecia o código de ensino no Paraná - para lecionar nas escolas das cidades ou vilas só seriam nomeados os professores que possuíssem o diploma de formação pela Escola Normal e somente depois de avaliados quanto à capacidade física e moral para o exercício do magistério. Era uma época, no entanto, que a quantidade de professores formados pela Escola Normal não era suficiente. O número de normalistas era, na verdade, irrisório considerando todo o Estado do Paraná.

Por essa razão, abria-se o precedente para os não normalistas, que poderiam atender às escolas públicas rurais ou escolas ambulantes, que predominavam em todo o Estado.

Os primeiros cidadãos, nomeados pelo presidente do Estado do Paraná, na qualidade de professores ambulantes, de que se tem conhecimento, data do Decreto de nº 419. [...] Segundo tal decreto, o Presidente do Estado do Paraná nomeia os cidadãos Arnaldo Natael da Costa e Pedro Collares Marques, para exercerem o cargo de Professores ambulantes dos municípios de Iraty e de Palmeira, respectivamente. (NASCIMENTO, 2004, p. 113).

De acordo com registros de Orreda (2004), o professor Arnaldo Natael da Costa instalou em Irati uma escola de comércio, em 1917. Nesse tempo funcionou, também, uma escola americana, regida pelo professor Alfredo Caetano Dias³⁴ e já havia o Grupo Escolar, onde os professores normalistas passaram a lecionar.

A rotatividade de professores nas escolas era, nessa época, muito grande. Os professores formados permaneciam pouco tempo em Irati e retornavam a Capital. As dificuldades no exercício da profissão no interior eram imensas: falta de moradia e escola, saneamento, deslocamento, baixa frequência dos alunos, falta de materiais e livros, além do isolamento da família.

Eram muitos os obstáculos enfrentados pelos professores para lecionar no município, nas primeiras décadas do século XX. Outros tantos obstáculos eram enfrentados pela maioria dos alunos para frequentar uma escola. Talvez o pior deles fosse a falta de estímulo da família para o estudo, principalmente para as meninas.

Algumas dessas dificuldades foram apontadas pela Irmã Verônica Sidoski, na entrevista concedida em 24 de maio de 2007, nas dependências da Escola Nossa Senhora das Graças, sua atual residência.

³⁴ Da Escola Americana não encontrei registros escritos, somente foto – anexo IV – p. 228.

Irmã Verônica tem 84 anos e desde seu nascimento teve a vida predestinada ao serviço religioso. Muito amável, sorridente e prestativa, relatou, com muito zelo e atenção, sua história dedicada à educação de crianças e adolescentes.

5. IRMÃ VERÔNICA SIDOSKI

Meu nome leigo, nos documentos, é Verônica Sidoski. Antigamente muitas irmãs trocavam seus nomes no momento da consagração. Porém, muitas vezes essa troca causava problemas na assinatura de um documento. Eu optei, então, por não mudar meu nome. Na comunidade religiosa sou a Irmã Verônica.

A data de meu nascimento é 22 de março de 1923. Estou com oitenta e quatro anos. Nasci em Irati, na localidade do Alto da Serra, numa comunidade onde havia muitos descendentes de poloneses. Atualmente, o lugar é chamado Serra dos Nogueiras. Dos vizinhos, lembro-me das famílias do Miguel Koslik, do André Malinoski e outra que tinha por sobrenome Wolski.

Meus avós vieram da Polônia e se instalaram em colônias perto de Curitiba. Os avós paternos eram da colônia D. Pedro e os avós maternos eram da colônia Campo Magro. Meus pais nasceram no Brasil e se conheceram nessas colônias. Depois de casados, vieram para Irati em busca de terras melhores. Estabeleceram-se no Alto da Serra, onde possuíam um lote de terras e se dedicavam à lavoura. Muitas famílias vieram das colônias D. Pedro e Campo Magro como os Filipak e os Fillus. Acho que um parente vinha e atraía outros.

Na minha família éramos dez irmãos. Desses somente cinco estão vivos. Eu sou a filha mais velha e por isso não ia para a roça. Ficava em casa cuidando dos irmãos menores. Meu irmão mais novo é o Pedro. Meus pais sabiam ler e escrever somente em polonês. Papai sabia um pouco, mas mamãe sabia bem.

Comecei a estudar o 1º ano aos oito ou nove anos, em uma pequena escola numa localidade próxima de onde minha família morava, no interior do município. Não lembro o nome desse lugar. Eu ia a pé sozinha e o trajeto era longo. Era preciso descer uma serra para se chegar à escola.

Recordo-me que havia outras crianças que moravam perto, mas eram maiores e começaram a me judiar porque eu era muito acanhadinha. No caminho de volta da escola havia um riozinho para passar e meus colegas, então, se adiantavam e passavam antes de mim, só para jogar pedra na água e me molhar. Por esse motivo, comecei a chorar e não quis mais ir para a aula. Meus pais, então, me tiraram da escola e não concluí naquele ano a 1ª série.

Estudei, então, pouco tempo nessa escola, mas lembro-me que o professor era um polonês. Ele ensinava um pouco em português, mas a maior parte era no idioma polonês. A turma era mista com muitos alunos de 1ª a 4ª séries.

No ano seguinte, vim estudar no Instituto Nossa Senhora das Graças. As irmãs haviam chegado em Irati no ano de 1930 e instalado esse colégio. Em agosto de 1931 começaram a ministrar aulas.

Como era longe para eu vir lá do Alto da Serra, fiquei hospedada na casa de uma tia que morava num lugar, na época, chamado Irati Velho. Hoje é Vila São João. Era longe também da escola, mas eu vinha com outras crianças: os filhos de minha tia e alguns vizinhos. O trajeto era o seguinte: saindo aqui da Escola Nossa Senhora das Graças, passando perto da Igreja Nossa Senhora da Luz, subíamos o morro do Seminário São Vicente, descíamos uma serra e a casa da tia era naquela região.

Para a casa de meus pais, eu ia aos finais de semana ou quando a tia ficava meio enérgica e dava uns trotes. Então, eu ia para a escola e, ao término da aula, voltava para a casa dos meus pais. No outro dia, meu pai me trazia. Às vezes, ganhava uns trocadinhos para comprar pão com lingüiça no armazém do Wasilevski e vinha a pé. Era um consolo que mamãe dava...

Quando as irmãs chegaram a Irati, a comunidade fez festa. Eu não vim na chegada. Lembro-me que no domingo seguinte minha família foi à missa e eu vi, pela primeira vez, a Irmã Irene, no coro da igreja. Fiquei toda entusiasmada por ter visto a irmã. Elas usavam, na época, um chapéu grande e a roupa comprida.

Depois que vim estudar no colégio, comecei a ter mais contato com as irmãs. Tinha a Irmã Helena Olek, a Irmã Gertrudes e a Irmã Gabriela. Também as professoras que eram a Irmã Severina Noga, que lecionava polonês, e a Irmã Miqueta que ministrava aula em português. Outra era a Irmã Madalena que dava remédios, fazia curativos... Uma espécie de enfermeira. As irmãs professoras eram formadas na Polônia. Quando chegaram ao Brasil, fizeram os papéis e podiam, então, lecionar. Dentre elas, somente a Irmã Madalena não era polonesa. Se não me engano, havia uma irmã que ensinava em alemão, no período da tarde. Todas elas sabiam falar alemão, pois teriam vindo de uma região da Polônia onde se falava alemão, além do polonês. As irmãs falavam em alemão quando não queriam que entendêssemos o que diziam.

No início, as irmãs lecionavam numa casa de madeira com duas salas de aula e moravam em outra casa bem pequena, também de madeira. Havia internato para um grupo pequeno de meninas. A construção da escola de alvenaria teve início quando eu aqui

estudava. Os moradores ajudaram na construção com o incentivo do Padre Paulo Varkocz. Lembro-me que meu pai ajudou a puxar pedras com a carrocinha para a fundação. Na fundação não tem tijolos, é toda de pedras. Cada pedra enorme eles puxaram!



**Trabalhadores na construção do prédio de alvenaria
do Colégio Nossa Senhora das Graças³⁵**

Nessa escola, terminei, então, a primeira série. No final daquele ano, foram dados presentes para as crianças. Cada aluno tirava um bilhetinho e recebia o presente. Eu ganhei um tercinho. Teve uma vez que fizemos uma apresentação para os pais no pátio da escola, com os alunos todos uniformizados. Foi no dia três de maio, dia dos poloneses. Foi nessa data que os poloneses teriam vindo da Polônia e por isso é comemorado.

Havia bastante aluno na escola e as turmas eram mistas. Numa sala estudavam alunos de 1ª e 2ª séries com a Irmã Miketa e na outra 3ª e 4ª séries com a Irmã Severina Noga. O ensino era pago, mas era uma coisa pequena. Tínhamos aula em dois períodos: pela manhã no idioma Português e à tarde, até às duas horas, no idioma polonês. Para o almoço levávamos pão para se alimentar. O uniforme das meninas era blusa de listrinhas, saia azul e boina na cabeça. Dos meninos, se não engano, era da cor da roupa de soldado. No Grupo Escolar o uniforme era todo branco e nós apelidávamos os alunos de corvos brancos. Eles também davam um apelido para os alunos do Colégio Nossa Senhora das Graças, mas agora não me lembro qual era.

Em polonês era ensinado a escrever e a ler. Havia História também, mas da Polônia. Lembro-me que a Irmã Severina nos mostrava o mapa da Polônia, falava dos reis da Polônia... Pouco me lembro! Matemática era somente de manhã, em português. Era, ainda, aquela velha

³⁵ Foto do arquivo da Escola Estadual Nossa Senhora das Graças

ortografia. Ofélia, por exemplo, era escrito com ph e não com a letra f. Havia a cartilha Asa e Ema. Já na primeira folha de tal cartilha, estava escrito asa, ema, ímã, ovo e uva, palavras iniciadas por vogais.

Havia outros livros, inclusive um em polonês, que não lembro o nome. Era também uma cartilha e era bastante difícil a escrita e a pronúncia de algumas palavras. Relógio, por exemplo, eu não conseguia pronunciar. Em polonês é *zegarek*. Na cartilha tinha a figura de uma lombriga, cuja pronúncia é *dzdzownica*. São pequenas coisas que marcam a gente!

A Irmã Severina era enérgica. Se cometêssemos erros no ditado, ela chamava perto de sua mesa e dava reguada na mão. Palmatória! Não batia forte, mas batia. Eu tremia de medo! Na sala, era um silêncio que só vendo! As crianças eram muito comportadas! Eram muito tímidas.

A diretora da escola era a Irmã Helena Olek (foto ao lado)³⁶, que estava sempre andando, vistoriando tudo. Ela era muito carinhosa e, por isso, as crianças quando a viam, corriam até ela para cumprimentá-la. Nós falávamos “*Niech będzie pochwalony Jesus Chrystus*”³⁷, em polonês. E ela passava a mão bem maciazinha no rosto das crianças. Eu corria também para ganhar esse abraço, esse carinho. Como criança gosta e necessita de coisas assim! Isso é muito importante. A criança se sente feliz quando é acolhida com sorriso, com alegria. Ela tem medo de rosto fechado. Eu vejo hoje: quando saio e fico sorrindo, os picorruchos vêm atrás de mim e querem me abraçar. Tenho até que me cuidar, senão eles me derrubam. Mas, se fico séria, as crianças ficam com medo e nem se aproximam.



Na disciplina de Matemática, era tudo decorado. Regras, tabuada... Já no 1º ano, tínhamos que decorar a tabuada. Fazíamos continhas de somar, de subtrair, de multiplicar e de dividir. Na divisão eu tinha mais dificuldade, não conseguia compreender. Não havia material concreto, era só por escrito. Talvez por esse motivo eu não compreendesse a divisão. Quando havia tarefa, eu chorava sobre o caderno porque não conseguia resolver as divisões. Meu primo até me ajudava, mas fazia de qualquer jeito e eu trazia tudo errado! Isso foi em 1931, quando eu terminei o 1º ano.

Na 2º série, em 1932, logo que comecei, meus pais me tiraram da aula. Nesse ano, nasceu meu irmãozinho e, então, fiquei em casa para cuidar dele.

³⁶ Foto do arquivo da Escola Estadual Nossa Senhora das Graças

³⁷ Seja louvado Nosso Senhor Jesus Cristo.

Nessa época, meus pais mudaram de endereço. Saíram do Alto da Serra e foram para uma localidade denominada Mato Queimado, no próprio município. Aí, minha irmã começou a estudar no Nossa Senhora das Graças e eu fiquei como chefe da casa, aos doze anos. Antigamente, o estudo não era exigido. As crianças aprendiam um pouco e já saíam da escola. Bastava, mal e mal, saber ler e escrever. Alguns pais exigiam mais, porém, muitos dos poloneses iam na onda uns dos outros. Se o vizinho fazia assim, o pai fazia a mesma coisa!

Meus outros irmãos estudaram em escolas do interior. Primeiro na localidade de Mato Queimado. Depois meus pais mudaram novamente para Papanduva de Cima e lá meus irmãos continuaram os estudos até a 4ª série.

Lembro-me, então, que fiquei em casa até os 13 anos. Quando completei 14 anos, fui para um colégio no município de Prudentópolis, onde fiquei interna para estudar e me formar freira. Minha mãe tinha uma irmã que era religiosa, da congregação Sagrada Família, e por esse motivo, desejava que uma das filhas também fosse freira. Escolheram a mais velha e eu fui...

Nesse colégio, fiz a 3ª série e aí compreendi a divisão. Era uma boa irmã que dava aula. O colégio era particular, mas como candidata a freira, não precisei pagar. Ajudava, no entanto, em todos os trabalhos, na limpeza da igreja, da escola... Havia outras meninas internas no colégio, mas candidatas a freira era eu e mais uma moça. Eu fiquei e a outra não quis seguir a vida religiosa.

Havia também, nessa escola, aula em polonês, que logo foi proibida, quando houve a Segunda Guerra Mundial. Lembro-me que eu tinha um livro, na 3ª série, em polonês. Por volta da metade do ano, proibiram o ensino em língua estrangeira e, então, ficamos somente com o português.

Ainda na 3ª série, fiz um exame que chamavam na época de intermediário, para ir para a 5ª série, para o Complementar, que era um ano. Como eu só tinha a 3ª série, não consegui passar e chorei bastante por isso. Mas daí, fiz a 4ª série e fui para Curitiba. Lá comecei a ajudar uma irmã a dar aula, porque não pude fazer o ginásio.

Completando os 16 anos, me fizeram ir para o apostolado, no município de Araucária. Ao terminar o apostolado, voltei para nossa casa central em Curitiba, na Congregação Filhas da Caridade São Vicente de Paulo.

Em Curitiba, me formei irmã depois de um ano e pouco de noviciado, aos 17 anos. Ao se formarem religiosas, as irmãs eram selecionadas: umas iam para os hospitais e outras iam para as escolas. Como no noviciado eu já estava aprendendo a dar aula, fui selecionada para a escola. Havia duas irmãs, que eram formadas normalistas pelo Instituto de Educação em

Curitiba, que davam aulas para um grupo de quatro noviças, inclusive para mim. Uma delas era de Irati, a Irmã Zélia Patczyk.

Assim, pude aprender um pouco sobre a didática. Antes de completar 18 anos, no mês de dezembro, saí da casa central e fui para a localidade de Rio Claro, no município de Mallet, onde comecei a lecionar. Eram poucos alunos na escola, sete ou oito em cada turma, em classes multisseriadas. Minha turma era de 3ª e 4ª séries e da outra irmã era 1ª e 2ª série. A escola era particular.

Naquele tempo, quem aplicava os exames finais dos alunos de 4ª série eram inspetores que vinham de outras cidades. Graças a Deus, meus alunos lá em Mallet se saíram bem e todos passaram. Era início de carreira e eu tinha certa dificuldade. Mas a irmã diretora era bem preparada e, quando eu não sabia alguma coisa, ela me ajudava.

Ao sair para lecionar, as irmãs recebiam os pontos resumidos em um caderno, tudo prontinho. Em Português, por exemplo, os substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições... Era tudo decorado! Em Matemática os números decimais, frações ordinárias, regra de três, juros, problemas... Nós estudávamos o que estava no caderno e conseguíamos transmitir para os alunos. Em História, Geografia, Ciências os pontos já estavam prontos. Nós passávamos os textos no quadro, a criança copiava e depois também decorava. Não havia livro.

Como as irmãs não ficam muito tempo em um mesmo lugar, depois de Mallet, fui para Pitanga, em seguida vim para Irati, onde fiquei dois anos. Depois fui para o Estado do Rio Grande do Sul... Sempre dei aula de 3ª e 4ª séries.

A maioria das irmãs não tinha formação para ser professora. Não havia essa exigência. Mais tarde, o governo começou exigir e, então, as irmãs voltaram a estudar.

Teve uma época que uma lei impedia professores não formados de lecionar para o ginásio as matérias do currículo: Português, Matemática, História, Geografia... Então, muitas irmãs foram para São Paulo fazer um curso durante as férias. Não lembro o nome desse curso. Quando terminavam o curso, elas recebiam um diploma que lhes dava o direito de lecionar para o ginásio. Do ano de 1960 começou uma exigência muito forte. Para lecionar tinha que ter formação. Eu mesma tive que voltar a estudar.

Mesmo sem ter frequentado de 5ª a 8ª série, comecei o Magistério em 1960, na cidade de Prudentópolis, no Colégio José Durski. Naquela época, era possível pular etapas. De manhã, então, eu frequentava as aulas e no período da tarde lecionava numa outra escola. Era difícil, mas consegui vencer. Nos estágios o professor ia assistir e depois dava nota. Como eu já tinha experiência com alunos, preparava bem todo o material e me saía muito bem. Foram

três anos de curso. Na turma havia outras irmãs de outras comunidades também. Nós éramos as mais velhas. O curso Magistério foi muito importante para mim porque aprendi muito, principalmente a didática. Acho que melhorei muito as minhas aulas a partir daí.

Logo que terminei o curso normal, fui para o Rio Grande do Sul e, em 1970, passei a ministrar aula pelo Estado, por contrato. Primeiramente por contrato fechado e depois por contrato aberto. No contrato aberto o governo não podia despedir.

Como eu tinha a pretensão de fazer uma faculdade, era necessário que eu tivesse o diploma de 1º Grau completo. Por isso, no tempo que estive no Rio Grande do Sul, realizei alguns exames que eram chamados de Artigo 91 e que tinham a equivalência do ginásio. O aluno se inscrevia e depois prestava as provas. Num dia fazia a prova de Português, noutro de Matemática, depois de História, Geografia, Ciências, Educação Moral e Cívica... Não era preciso freqüentar as aulas, somente fazer as provas. Havia uma apostila para estudar com questões e respostas. Esses exames do Artigo 91, fiz nos anos de 1973 e 1974. Depois resolvi que não iria fazer a faculdade. Achei que não tinha mais idade para isso.

Então, continuei lecionando. Quando completei vinte e cinco anos de magistério, juntei os anos de particular, os anos de Estado e, com a ajuda de um deputado, me aposentei, no ano de 1978. Como eu não tinha feito concurso, sem a ajuda desse deputado teria sido difícil me aposentar.

Hoje em dia, para poder trabalhar nas escolas ministrando aulas, todas as irmãs fazem faculdade, depois fazem concurso ou são contratadas. Não podem exercer cargo nenhum sem formação. Por esse motivo, não entra nenhuma moça para a congregação sem ter formação. Elas precisam ter o Magistério antes de entrar e depois fazem a faculdade, quando já são irmãs.

Antigamente, as moças se tornavam religiosas aos 17 ou 18 anos e eram muitas que queriam seguir essa vida. Hoje, a maioria se forma somente depois dos 20 anos e são poucas as que procuram. A vocação religiosa diminuiu muito, não apenas em nossa congregação, como em todas. Os motivos são vários: não há incentivo das famílias, a mulher se tornou independente, na comunidade há regulamentos para os quais muitas moças não se adaptam e o mundo tem outros atrativos. As moças querem a liberdade e para se tornar irmã, deve haver toda uma preparação.

Sempre trabalhei com crianças e gostava bastante de dar aula. Eu era exigente, principalmente nas disciplinas de Português e Matemática. Minha meta era que o aluno aprendesse e eu me esforçava para isso. Os alunos me achavam meio enérgica e me

respeitavam. Mas acho que eles aprendiam. Nos exames de admissão para o ginásio, quase todos meus alunos passavam.

Hoje, vejo muito desrespeito para com os professores e muito aluno rebelde, desmotivado para estudar. Os estudantes têm muita liberdade. O Estatuto da Criança deu essa liberdade. Mas mesmo assim, acho que ser professor hoje, é mais fácil. Há mais preparo, técnica e didática. A escola está preparando melhor os alunos, dando mais visão de vida. Talvez, os professores tenham maior dificuldade no domínio da turma, na disciplina.

Na comunidade, temos tudo em comum. As irmãs não têm seu dinheiro particular. Fizemos voto de pobreza e o que ganhamos vai para a congregação. Não temos o dinheiro, mas temos tudo. Quando precisamos, compramos o que nos falta: remédios, dentista, vestuário, alimentação, viagens, férias... Nada nos falta, mas não ficamos manejando com o dinheiro. Há uma irmã responsável pelo caixa em cada comunidade que toma nota e presta conta de tudo. Entrando na vida religiosa, a moça já sabe de tudo isso. Não tem nada seu. Tem tudo e não tem nada, mas nada falta.

As irmãs, além de se dedicarem à educação, trabalham em asilos, hospitais, orfanatos e também nas inserções. As inserções são os serviços assistenciais que as irmãs oferecem às comunidades muito pobres como nas favelas. A congregação aluga uma casa próxima à comunidade e algumas irmãs vão morar nesta casa. Elas trabalham prestando assistência às famílias. Dão catequese, fazem reuniões com crianças, jovens...

Nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul há várias casas da congregação. São setenta e poucas ao todo, sendo que a de Irati é uma das maiores. Há também em São Paulo, mas pertence a outra província. Seguidamente as irmãs são transferidas de um lugar para outro. Isso não acontece com as religiosas que são idosas. Enquanto estiver bem de saúde, vou ficar em Irati, não serei transferida. Ainda consigo trabalhar ajudando as funcionárias ou as outras irmãs.

Para as irmãs idosas ou que não estão bem de saúde, há a Casa Betânia, em Araucária, onde é oferecido todo o atendimento e amparo necessário. Em Curitiba, na Casa Central, ficam as irmãs que precisam de médico seguidamente.

Na comunidade temos também divertimentos: festas de aniversário, comemorações de datas festivas como Páscoa, Natal... Os 25 anos ou 50 anos de alguma das irmãs são sempre celebrados... São festejos em que muitas irmãs da congregação se reúnem. Ganhamos presentes... É uma vida comunitária que tem suas dificuldades, mas quem não as tem? Superamos porque ajudamos umas às outras com conversas, conselhos e orações.

Diariamente fazemos orações em comum, todas juntas. Isso nos faz viver e crescer. A oração é alimentação espiritual da vida comunitária.

Temos a obrigação de renovar nossos votos todos os anos. É um dever de cada religiosa. Caso a irmã queria deixar a vida religiosa, ela é livre. Algumas deixam depois de fazer a experiência por um ano, dois, três ou mais anos... Tem alguma que até com vinte anos desiste. Depende da vocação, da convicção pelo serviço a Deus e ao próximo.

Nossa congregação é devota de Irmã Catarina Labourè a quem Nossa Senhora fez uma aparição. Temos Nossa Senhora das Graças como nossa mãe de companhia, nossa mãe espiritual. É ela que nos ajuda nas dificuldades.

Atualmente nessa instituição, aqui em Irati, somos cinco irmãs, das quais sou a mais velha. Duas das irmãs são diretoras: uma do Estado e outra do Município. Nesse edifício funcionam duas escolas: a Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, de 5ª a 8ª séries, e a Escola Municipal Irmã Helena Olek, que atende alunos da pré-escola à 4ª série. São quase mil alunos ao todo.

Instituto Nossa Senhora das Graças (arquivo da escola)

Início da década de 1930



Década de 1980



Agora que estou aposentada, faço o trabalho básico, coisas pequenas dentro de casa. Coordeno o trabalho das funcionárias, verifico se as janelas e portas estão fechadas à noite, observo a horta... Quem nasceu na roça, já tem o gosto pelo trabalho com a terra, está no sangue! Gosto muito de ver e cuidar da plantação.

Na nossa casa, em Irati, faz 23 anos que estou morando. Vim para ajudar a cuidar de meus pais que já estavam idosos e doentes e moravam perto dessa escola. Logo, porém, eles faleceram, mas eu continuei aqui.

Comparando com meus tempos de criança, a cidade de Irati está muito mudada. Antigamente as casas eram quase todas de madeira. Algumas ainda existem. Lembro-me de alguns pontos de comércio: a casa Santa Maria, o Olkoski... Meu pai vinha de carrocinha fazer compras e levava balas para a casa...

Acho que os descendentes poloneses fizeram a cidade crescer. A carroça era o principal meio de transporte e a lavoura era sempre à tração animal. Tanto os poloneses como outros imigrantes trouxeram, certamente, grande progresso para o município.

6. OS IMIGRANTES EM IRATI

Desde os tempos mais remotos, mudar de um lugar para o outro se constitui fenômeno permanente e comum para o homem que busca, geralmente, uma melhor qualidade de vida. Essa mudança ou migração se apresenta de diversas formas, aspectos, direção, ritmo, causas, quantidade e conseqüências.

Balhana (1961) em seus estudos sobre “Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira”, chama a atenção para duas tendências opostas que se verificam nesse fenômeno: uma relativa à mudança de lugar da morada e outra relativa ao apego pelo meio natural, familiar e social. Ainda destaca, dentre os aspectos da migração, a imigração, caracterizada pela procura do homem por outros países, no desejo de melhorar suas condições pessoais de vida que, em geral, obedecem a causas de atração e repulsão, motivadas por fatores biológicos, climáticos, políticos, econômicos, sociais ou religiosos.

Até a chegada da família real, em 1808, somente portugueses eram autorizados a se fixarem no Brasil. A partir de então, com a promulgação de uma legislação específica, introduziu-se no país uma política de incentivo ao fluxo imigratório, norteadas pela idéia de ocupação de espaços ociosos do território. Já independente, na segunda metade do século XIX, principalmente a partir de 1870, grandes massas de estrangeiros começaram a entrar no país a cada ano, provindos, sobretudo, de países da Europa (NADALIN, 2001).

Esses estrangeiros foram movidos pelas forças antagônicas já citadas: a de atração pelo sonho da América e a de repulsão exercida pela pobreza, dificuldades de sobrevivência e superpopulação dos territórios europeus onde o avanço do capitalismo gerou uma grande massa de trabalhadores desempregados que, em conseqüência, tornavam-se alvos dos convites e promessas de enriquecimento em outros continentes. A solução para esses trabalhadores desempregados e suas famílias era aceitar a imigração para terras distantes e desconhecidas, em aventuras que eram incentivadas por seus governos como forma de livrar-se do problema social.

Surgiram, então, diversos escritórios de recrutamento em alguns países europeus onde se espalhavam livretos de propagandas sobre as condições oferecidas pelo Brasil. Tais propagandas, porém, não tardaram em cair em excessos apresentando o Brasil como um paraíso, com terras admiravelmente férteis, frutos tropicais gigantescos adquiridos na Europa somente pelas camadas de posse e clima tropical como fator de economia, que evitava a compra de caras vestimentas para passar o inverno (WACHOWICZ, 1981).

De acordo com o artigo de Maria Tereza Petrone (1985), no Brasil a febre da América se apresentou de duas maneiras distintas: a existência de amplas áreas não ocupadas no Sul, onde o clima favorecia a instalação de imigrantes europeus em pequenas propriedades e o contínuo avanço dos cafezais, especialmente em São Paulo, que exigia constantes suprimentos de mão de obra. Além disso, as grandes migrações transoceânicas ocorreram num período de radicais transformações com o surgimento e expansão das redes ferroviárias, a incrementação de meios de comunicação como o telégrafo, o rádio e o telefone e a abolição da escravatura que tornou a mão-de-obra escassa no país. Outros motivos que pesaram em favor da vinda de estrangeiros europeus, incidiam nos ideais de branqueamento da população proposto por representantes da elite cultural brasileira e, para a região sul, na garantia de apoio e proteção às fronteiras, em virtude dos constantes conflitos. Outro fator apontado por Wachowicz (1981) foi quanto à garantia de fornecimento de produtos de subsistência para o país, com a criação de núcleos coloniais nos estados sulinos.

Com a proclamação da República, o Governo Federal tomou uma série de medidas para atrair imigrantes para o Brasil como: a criação de diversos núcleos coloniais, o subsídio de viagens e primeiras estadias e também a descentralização colocando a colonização e a imigração sob a tutela dos estados, conforme lutavam os federalistas.

Os imigrantes vinham para o Brasil com a promessa de ocupar um território próprio, onde poderiam se desenvolver com autonomia nas suas colônias, com liberdade de ministrar ensino para os seus filhos na sua língua pátria, sendo isentos de impostos e outros malefícios, desde que habitassem no local e produzissem para abastecer o mercado interno (NASCIMENTO, 2004, p. 31).

Desse modo, o desejo de se tornar um grande proprietário de terras e a gratuidade da passagem transoceânica ofertada pelo governo brasileiro, funcionavam como um ímã da emigração nos países europeus. Segundo Petrone (1985), de 1890 a 1929 entraram em todo o país mais de 3,5 milhões de imigrantes. Os grupos étnicos mais expressivos foram de italianos, portugueses, espanhóis e alemães, seguidos de austríacos, japoneses, russos, sírio-libaneses, poloneses, dentre outros.

Os imigrantes são caracterizados pela grande associatividade em virtude das necessidades das comunidades e contribuíram de maneira eficiente no desenvolvimento das cidades e das regiões interioranas do Brasil. Por terem vindo de lugares onde as dificuldades sociais e econômicas eram grandes, criaram aqui condições necessárias para uma vida menos difícil, com liberdade intelectual e religiosa, além de adquirirem sua própria terra ou comércio (RUDEK, et al, 2002),

Entretanto, as dificuldades encontradas no Brasil também foram enormes. Além dos problemas que encontravam com o idioma e a inexistência de moradias e escolas, a falta de assistência médica foi responsável por moléstias que assolavam os núcleos coloniais. Não havia comércio para os excedentes da produção e as terras eram comprometidas com os

latifundiários, com os quais os camponeses assumiam dívidas que deveriam ser pagas com uma parte da colheita ou com serviços. Muitos estrangeiros, explorados por proprietários de terras ou frustrados com as condições de trabalho, acabavam retornando para os países de origem.

Nos estados do sul do país, o sistema de colonização empregado consistia em instalar os imigrantes em núcleos coloniais de pequena propriedade, formados em terras devolutas ou em áreas compradas especialmente para esse fim. Nesses núcleos, oficiais ou particulares, a terra era vendida a prazo ou à vista em lotes de 20 ou 25 hectares, nos quais os imigrantes passaram a se dedicar à policultura e, em menor escala, à criação de gado (WACHOWICZ, 1981).

Os primeiros núcleos coloniais instalados no Sul do Brasil, no final do século XIX, rapidamente ficaram saturados; razão esta que obrigou os imigrantes recém-chegados a procurar outras terras e o Governo, por sua vez, a instalar novos núcleos coloniais, caracterizando o movimento de migrações internas, já a partir de 1900.

No Paraná, o processo imigratório se apresenta de maneira diferenciada dos outros estados do sul, uma vez que neste Estado dificilmente se encontra áreas de colonização compacta com uma só etnia, como acontece com italianos e alemães em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. No Paraná, um número maior de nacionalidades aparece tais como russos, poloneses, alemães, italianos, holandeses e ucranianos, formando áreas de colonização não muito homogênea que se adentraram reciprocamente, apesar de cada um tentar preservar sua identidade. Estas correntes imigratórias, acrescidas as populações tradicionais luso-afro-ameríndias, nas palavras de Ruy Wachowicz (1981, p. 90), “transformaram o Paraná em um laboratório étnico, talvez o maior do mundo”. Muitos desses imigrantes vieram recrutados para a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul.

O levantamento apresentado por Balhana (1969), no quadro das “Colônias estabelecidas no Paraná”, consta a formação de 75 colônias - muitas delas subdivididas em núcleos - desde o ano de 1829 até o ano de 1911. Com algumas exceções, a maioria das colônias era formada por mais de uma etnia como é o caso do Núcleo Colonial de Gonçalves Júnior³⁸, fundado pelo Governo Federal em 1908, no município de Irati. Em tal Núcleo, se estabeleceram holandeses, alemães, poloneses e ucranianos, numa área de 6240 hectares, dividida em 286 lotes. Em 1912, a população da Colônia foi estimada em 283 famílias com 1358 habitantes.

³⁸ O Núcleo Colonial de Gonçalves Júnior recebeu essa denominação somente em 1938. As primeiras denominações foram Núcleo Irati ou Colônia Irati.

Em Irati, foram criados também núcleos não oficiais como a Colônia do Alto da Serra, onde se instalaram predominantemente famílias polonesas, e a Colônia de Itapará, colonizada a partir de 1908 com a chegada de mais de trezentas famílias de ucranianos e poloneses provenientes do vizinho município de Prudentópolis³⁹.

Apesar das dificuldades iniciais dos imigrantes em Irati, a maioria das famílias logo se adaptou às condições das colônias, conforme aponta Emílio Baptista Gomes⁴⁰, em artigo escrito para o jornal Correio do Sul, em 1939, e transcrito para o mesmo jornal em 1957 :

Todos os colonos, quer espontâneos, quer localizados pelo Governo Federal, acham-se em situação magnífica, com boas casas, paiões, gado, animais, carroças para seu serviço e com boas economias guardadas, demonstrando logo a primeira vista, a satisfação e bem estar de todos (CORREIO DO SUL, nº 972, p. 08, 1957).

Nos núcleos coloniais criados, não apenas em Irati como em todo o território nacional, em princípio os filhos recebiam as primeiras instruções dos próprios pais que ensinavam a ler e escrever no idioma do país de origem. Depois, socialmente organizados, passaram a criar suas próprias escolas de instrução primária e secundária, com características de identificação com o país de origem.

Eram escolas subvencionadas⁴¹ - com professores estrangeiros ministrando aulas nos seus respectivos idiomas - que começaram a despertar a preocupação dos governantes dos estados e da federação, no final da década de 1910. As atenções da União voltaram-se, portanto, aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde os núcleos de imigrantes europeus eram mais numerosos. Começaram a ser tomadas, então, medidas que limitavam as imigrações, ao mesmo tempo em que se instalavam escolas brasileiras. De fato, em 1918, a União abriu crédito para que o Ministério da Justiça sustentasse 96 escolas no Paraná, pelo decreto nº 13.175, de 6 de setembro, o mesmo ocorrendo nos outros Estados do Sul e também em São Paulo em relação aos núcleos nipônicos (BARBIERI, 1972).

Para os governantes brasileiros, a língua nacional a ser falada em todo o país e ensinada em todas as escolas era um critério definido como formador da nação brasileira. [...] Era necessário que as escolas ensinassem a língua pátria e enfatizassem o ensino do Hino e da Bandeira Nacional, como também a história e a geografia do país. [...] A legislação educacional do Paraná, desde o ano de 1900, enfatizava a necessidade do ensino da língua nacional nas escolas de imigrantes. [...] Para formar o cidadão brasileiro, os programas escolares deveriam priorizar o ensino de História, Geografia, Moral e Cívica, estudos de Canto, Música e Declamação e também Ginástica e Esportes. Em 09 de abril de 1920, o Governador Caetano Munhoz da Rocha ampliou esta política, pela Lei n. 2.005, estabelecendo que as escolas estrangeiras fossem obrigadas a ensinar em língua nacional e também História e Geografia do Brasil. (RENK, 2007, p. 7)

³⁹ Em 1896, o governo federal criou a Colônia de Prudentópolis onde foram instalados cerca de 8000 imigrantes, dentre ucranianos (em maior escala) e poloneses.

⁴⁰ Emílio Baptista Gomes chegou ao povoado de Irati em 1899. Foi o primeiro prefeito após a emancipação política do município.

⁴¹ Escolas particulares abertas por iniciativa da comunidade. A subvenção era concedida pelo governo com a condição de que se falasse e escrevesse a língua portuguesa nas aulas.

Na região de Irati, há registro da instalação de diversas escolas estrangeiras. Dentre elas, destacam-se as polono-brasileiras, construídas pelos próprios imigrantes e fundadas a partir da segunda década do século XX. Tais escolas, além de serem destinadas à instrução das crianças, tinham o intuito de reunir a comunidade, celebrar festas e reavivar a cultura polonesa.

De acordo com José Maria Orreda (2004, p. 65) foram as seguintes escolas polonesas criadas em Irati:

- Sociedade Henryk Sienkiewicz, fundada em 1913, no Núcleo Alto da Serra, sendo a primeira professora uma polonesa de nome Makielka;
- Sociedade General José Haller, fundada em 1915, na Colônia de Itapará, onde lecionou a princípio o professor Jose Choinski;
- Sociedade Stanislaw Wyspianski, criada na comunidade de Cochinhos, em 1920, sendo professora Apolônia Fedorowicz;
- Sociedade Rolnik, instalada em 1920, na Colônia Irati (hoje Gonçalves Júnior), sendo a primeira professora foi Bárbara Hessel;
- Sociedade Nicolau Copérnico, na localidade de Rio Bonito, criada em 1925, onde lecionavam os professores Estanislau Malysz e Bárbara Hessel.

Na sede do município foi fundada a entidade Towarzystwo Wolnosc (Sociedade Liberdade), em 1921, que funcionava num casarão de madeira em dois turnos: em português pela manhã e à tarde em polonês, com professores brasileiros e poloneses.



Alicerces da escola polono-brasileira Towarzystwo Wolnosc – 1921⁴²

⁴² Foto do arquivo da Sociedade Beneficente Cultural Iratiense – SBCI.

A escola era particular e nela eram propostas diversas atividades para elevar a alma do povo polonês que em Irati estava morando. Para tanto, eram realizadas palestras, peças teatrais, leitura de livros e jornais de procedência polonesa, além de comemorações de datas festivas. Em 1922, foi registrado, num livro de matrícula, o número de oitenta alunos que freqüentavam a escola.



Alunos e professores da escola polonesa Towarzystwo Wolnosc - Década de 1920⁴³

De acordo com um livreto escrito por ocasião dos 75 anos de instalação da referida escola, entre os primeiros professores destacam-se João Zawora, Maria Ferrari dos Santos e Apoloniusz Zarychta formado em Topografia e História pelas Universidades de Varsóvia e Jagiellonica de Cracóvia. Zarychta lecionou Geografia, História da Polônia e Matemática na Towarzystwo Wolnosc até 1924, quando retornou à pátria mãe.

No Núcleo Colonial de Gonçalves Júnior, onde se instalaram famílias de diversas nacionalidades, foram criadas, pelos próprios imigrantes, outras três escolas estrangeiras: uma polonesa, uma ucraniana e outra alemã. Havia também uma escola brasileira.

Em conversa informal, Osvaldo Kortelt, ex-aluno da escola alemã no período de 1933 a 1938, relatou que seu professor, naquela época, foi Rodolfo Wolf Júnior, que substituiu o pai Rodolfo Wolf na tarefa docente.

Segundo Seu Osvaldo, a escola alemã foi instalada logo depois da chegada das primeiras sessenta famílias alemãs, em 1909, no núcleo colonial. O primeiro professor da escola foi Max Paulo Wagner. As crianças e também os adultos das nacionalidades com número mais expressivo de imigrantes (poloneses, ucranianos e alemães), viviam harmoniosamente na colônia, porém cada etnia tinha sua escola e sua igreja. Os holandeses, em número reduzido, não construíram nem escola, nem igreja. Seus filhos eram instruídos em casa pelos próprios pais.

⁴³ Foto do arquivo da Sociedade Beneficente Cultural Iratiense – SBCI.



Escola alemã - 1936⁴⁴

Em 1938, com o fechamento das escolas estrangeiras na colônia, os alunos foram transferidos para o grupo escolar, onde Seu Osvaldo estudou por mais dois anos. Seu professor, Rodolfo Wolf, deixou a profissão do magistério, mudou-se para a cidade de Irati e passou a trabalhar em uma cerealista.

Outra sociedade estrangeira, que também era sede para reuniões e festividades, foi a União Alemã Deutsche Vereinigung, inaugurada em 1930 num casarão de madeira na sede do município de Irati. Nesse local, as famílias alemãs cultivavam os costumes e tradições alemãs e também ensinavam os filhos a língua de origem.

As escolas estrangeiras estiveram ativas em Irati até 1938, quando por determinação federal foi proibido o exercício das funções das escolas de língua estrangeira, através do Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril, da Campanha de Nacionalização do governo brasileiro.

De acordo com Valquíria Renk (2005), esta lei enfatizava que:

[...] todo o ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em história e geografia do Brasil (p. 9).

A autora salienta ainda, que pelo Decreto Federal n.º 1.545, de 15 de agosto de 1939, os governos estaduais foram instruídos a construir e fiscalizarem escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira. Dessa forma, no Paraná, foram fechadas ao todo 78 escolas estrangeiras e abertas 70 escolas públicas.

O Governo Vargas tinha como premissa “erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente nos três Estados do Sul e incutir nas populações de origem européia o sentimento de brasilidade” (SEYFERTH, 1982, apud RENK, 2005, p.8). A legislação incidiu sobre as instituições consideradas estrangeiras, como as escolas, as sociedades assistenciais e a imprensa.

⁴⁴ Foto do arquivo pessoal de Osvaldo Kortelt (indicado pela flecha em azul). A flecha em preto indica o professor Rodolfo Wolf Júnior.

Na Towarzystwo Wolnosc, em Irati, as atividades recreativas continuaram e a escola transformou-se em um clube que, atualmente, tem a denominação Sociedade Beneficente Cultural Iratiense (S.B.C.I.), mais conhecido como Clube Polonês. Já nas dependências da sociedade alemã Deutsche Vereinigung, foi instalado, dois anos depois, o Colégio Irati, o primeiro de ensino secundário na região. Outras escolas polono-brasileiras, que se localizavam no interior do município, continuaram funcionando, porém no idioma português e, a maioria delas, pelejando com a falta de professores.

A ausência de professores para atuar nas escolas do interior do município foi um sério problema para a administração pública em Irati até o final da década de 1980, conforme assinala veemente a professora Avany Caggiano Santos no depoimento concedido para este estudo. Era comum escola rural fechada, às vezes por longo período, sem docente para ministrar aulas para crianças em nível primário.

Avany foi minha professora de Matemática na 7ª série do 1º grau, na Escola Estadual Nossa Senhora das Graças. Lembro-me com admiração de suas aulas... Ensinava com dedicação, amor, entusiasmo e muito respeito ao aluno. Atuou em escolas de Irati como professora, coordenadora pedagógica, diretora e inspetora de ensino, dedicando quase meio século de sua existência pela causa da Educação. Nunca deixou de lado, porém, seu papel de mãe e esposa.

8. AVANY CAGGIANO SANTOS

Nasci em 17 de junho de 1929, em Prudentópolis, cidade vizinha de Irati. Éramos onze filhos, sendo que três faleceram quando criança. Meu pai chamava-se Francisco Caggiano e trabalhava na agricultura, na localidade de Ponte Alta, antes de se mudar para Irati.

Minha mãe era Zelinda Garcez Caggiano. Ela estudou no Colégio Santa Sofia, em Prudentópolis. Era um colégio de irmãs ucranianas, onde as meninas ficavam internas e aprendiam, além da parte pedagógica, a bordar, costurar, confeccionar flores... Antes de se casar minha mãe foi professora primária por um curto tempo, mesmo sem ter formação. Depois passou a se dedicar ao lar; costurava e fazia todo o trabalho doméstico. Ela gostava muito de ler e por isso tinha uma visão profunda dos acontecimentos, inclusive sobre a violência, pois sempre nos alertava. Mamãe era fantástica! Até escrevi um livro sobre ela!

Meu avô paterno veio da Itália com 30 anos de idade, por volta de 1865, juntamente com quatro irmãos e um primo. Meu avô e um irmão se estabeleceram em Monjolinho, hoje município de Guamiranga, onde instalaram uma casa comercial e compraram uma grande área de terra. Dos outros irmãos, um foi para São Paulo, outro para a Argentina e um voltou para a Itália porque ficou doente.

Meus avós maternos moravam em Ponte Alta. Minha avó era trinta anos mais nova que meu avô. O casamento deles foi arranjado. Antigamente eram os pais que escolhiam os noivos para as suas filhas e assim foi com meus avós. Mas eles foram muito felizes. Tenho muitas saudades daquele casarão imenso onde moravam... Daqueles queijos, daquelas árvores frutíferas, do campo verdejante em frente à casa... Era o lugar que eu ia passar as férias... Meu avô foi um dos primeiros moradores de Ponte Alta. Na época, ele cedeu um terreno e um Zarpelon de Irati instalou uma madeireira na localidade. A partir daí, o lugar ficou povoado.

Em 1936, meus pais resolveram mudar para Irati, mais por insistência de minha mãe que desejava que os filhos estudassem. Em Ponte Alta, onde residíamos, havia somente até a terceira série primária e a escola era muito precária. Mamãe queria uma educação sólida para seus filhos.

Em Irati, meu pai passou a se dedicar ao ramo madeireiro e, mais tarde, nossa vida melhorou. Inicialmente, foi muito difícil! Mamãe costurava para fora e assim pagou o ginásio para meus irmãos. Todos os meus irmãos estudaram e hoje, todos estão bem de vida, com os filhos formados médicos, engenheiros, dentistas... Meus irmãos estudaram o ginásio no Colégio Irati. Eu ganhei o ginasial gratuito porque tirei a melhor nota final na 5ª série.

Minha vida escolar teve início no Grupo Escolar Duque de Caxias, no ano que foi inaugurado o novo prédio, em 1937. Minha primeira professora foi Dona Mafalda de Soti Lopes que deu aulas na minha 1ª série e depois na 3ª série primária. Jamais esquecerei dessa professora! Nas aulas de Português cada aluno lia um parágrafo e depois tínhamos que analisar gramaticalmente as palavras. Era uma coisa espetacular! Daquele parágrafo, ela trabalhava substantivos, verbos, pronomes, artigos... Para a Matemática ela também era excelente! Era um ensino tradicional com a lousa, giz... Mas lembro-me que havia alguns cartazes com bolinhas vermelhas com os quais D. Mafalda ensinava a tabuada, as quatro operações... Era muito interessante! Mais tarde, até procurei esses cartazes, mas não consegui encontrá-los.

Na 2ª série, minha professora foi D. Laura Leandro, que era muito enérgica! Em muitas ocasiões, ela me pedia para auxiliá-la ensinando meus colegas porque eu me destacava nas aulas. Eu gostava muito de Matemática.

D. Laura Leandro não fez a Escola Normal, fez somente o Complementar. Várias pessoas fizeram esse curso: Doraci Castanholi, Santa Leite, D. Laura Leandro, Lurdes Wiebich... Acho que o Complementar deveria equivaler a Escola Normal porque era de um preparo extraordinário. Não sei bem, mas acho que era a Secretaria da Educação que oferecia este curso. Não havia Escola Normal em Irati, naquele tempo. Então, muitos alunos faziam o primário até a 5ª série e, mais tarde, quem desejasse ser professor, fazia o curso Complementar. Esse curso funcionou por pouco tempo. Depois que fiz o primário, já não havia mais.



**Professoras do Grupo Escolar Duque de Caxias
Década de 1940⁴⁵**

⁴⁵ Foto do arquivo pessoal de Avany Caggiano Santos.

Na 4ª série, D. Jaci Varassim de Lara foi minha professora. Hoje, ela mora em Curitiba. Fui visitá-la há dois anos, ela está bem consciente e faz pinturas maravilhosas. É a única professora minha que ainda está viva.

Naquela época, o primário eram quatro séries e mais um ano, a 5ª série, para quem quisesse. Eu mesma fiz essa quinta série e depois fui para o ginásio. A maioria dos alunos freqüentava a 5ª série e não estudava mais. Justamente por isso é que existia essa 5ª série, pois apenas um por cento dos alunos fazia o ginásio. Nessa série, eram trabalhados juros, porcentagem, câmbio, regra de três... Os alunos saíam mais preparados para trabalharem no comércio. Quem me deu aula nessa série, foi D. Cirene Sabóia. Cheguei a visitá-la também em Curitiba. Fiquei muito feliz de ter conversado com ela, pois, três meses depois ela faleceu.

Minhas professoras do Duque de Caxias eram muito competentes. Sou professora de Matemática por causa delas que me transmitiram o gosto pela disciplina. Elas exigiam o raciocínio mental e rápido. Não se podia contar nos dedos. Tínhamos que raciocinar! Então, foi espetacular!

Naquela época existia o exame de admissão. Era como um vestibular! Eu acho que o vestibular deve existir e também que não se pode passar um aluno sem saber. Como é que um aluno vai passar da 1ª para a 2ª série sem dominar a leitura? Como que ele vai chegar na 4ª, na 5ª ou na 6ª série? Fiz o exame de admissão para ingressar no ginásio, após ter concluído o primário.

Freqüentei o curso ginásial no Colégio Nossa Senhora das Graças. Acho que foi um curso um pouco deficiente, principalmente na parte de Português e de Matemática. A professora de Matemática era competente, mas se prendia demais no livro didático. Ela precisava, naturalmente, de outros livros. Nós copiávamos a matéria e perdíamos, assim, muito tempo.

No Colégio Nossa Senhora das Graças fiz, ainda, a Escola Normal. Com a experiência que tenho hoje, avalio que a Escola Normal foi, também, um curso deficitário. No Português até hoje tenho algumas dificuldades que, acredito, são por falha do professor. A Matemática era elementar. Visava o preparo para o exercício do magistério em nível primário.

No ano que eu estava na terceira série da Escola Normal, aos 16 anos, acompanhada de minha mãe, fui requerer junto ao prefeito municipal, o Sr. José Galicioli, uma vaga para lecionar. Nossas condições financeiras não eram boas e éramos oito irmãos. Era difícil pagar o estudo para tantos filhos! Assim, com o consentimento do prefeito, comecei a trabalhar no Grupo Escolar Duque de Caxias, como professora auxiliar numa 3ª série.

Em 1952, me formei normalista e passei a ser regente de uma turma no Grupo. Dona Mercedes Braga era a diretora da escola. Ela era excelente! Uma professora brilhante, enérgica, que sabia o que queria! Tinha um amor, uma dedicação imensa pelo trabalho. Ela veio de Curitiba. Tendo me conhecido como aluna, tinha confiança em mim. No dia da distribuição das aulas, D. Mercedes disse: “Avany, você vai ficar com a 4ª série!” Eu fiquei muito aflita, pois não havia trabalhado nem com a 1ª série e já estava pegando uma 4ª série? Vendo minha aflição, ela pôs a mão no meu ombro e me disse: “Não, Avany! Eu tenho confiança em você! Conheci você como aluna e você será a professora da 4ª série”.

Assim, fiquei muito tempo trabalhando com quartas séries. Tive alunos fabulosos, como o Sérgio Winkler e o Carlos Augusto Feu Alvim da Silva. Do Carlos, tenho, inclusive, uma carta, por ele escrita, sobre seu tempo de estudo no Duque de Caxias quando foi meu aluno⁴⁶. Hoje ele está aposentado no Ministério da Física Nuclear em Brasília. Meu segundo filho, o César, que hoje é vice-reitor da Universidade de Londrina, fez o doutorado em Física Nuclear em Brasília e foi orientado pelo Carlos Augusto.

O Carlos Augusto lia muito. Numa ocasião, uma professora entrou em minha aula para falar sobre a biblioteca que seria inaugurada e disse para os alunos que na tal biblioteca, eles poderiam fazer pesquisas, por exemplo, sobre a aurora boreal, um fenômeno que se dava no Pólo Norte. Antes mesmo de a professora terminar de falar, o Carlos Augusto levantou e disse: “Esse assunto está no décimo sétimo volume de tal livro!” Ele era espetacular! Inclusive, aprendi numeração com ele, quando fui ensinar para meus alunos.

A numeração foi um conteúdo mal trabalhado no meu curso primário e no Normal. Então, naquela ocasião, escrevi na lousa por extenso: vinte e três dezenas de milhões e quatro unidades simples e pedi para os alunos escreverem em número. Depois, na correção da atividade, escrevi assim: 23 000 004. Nunca esqueci! O Carlos Augusto olhou e disse: “D. Avany, a senhora vai me desculpar, mas está errado! A senhora disse vinte e três dezenas, então, o três tem que estar nas dezenas e, então, são duzentos e trinta milhões e quatro!”. Ele então escreveu: 230 000 004. Tendo ficado em dúvida, desci na orientação, dei o número para as orientadoras e elas escreveram da mesma maneira que eu. Aí, passamos a estudar numeração com os novos livros didáticos, pois percebemos nosso equívoco. Nós, professores, através desse aluno, fomos aprender numeração.

⁴⁶ Um artigo, enaltecendo a figura do professor, em especial da professora Avany Caggiano, foi publicado por Carlos Augusto Feu Alvim da Silva na página do Ministério da Ciências e Tecnologia, no endereço eletrônico http://ecen.com/eee59/eee59p/d_avani_caggiano_e_o_aprova_brasil.htm.

Esse menino deveria ter dez ou onze anos de idade. Não gostava de produzir textos. Era superdesleixado, jogava a mala, não cuidava do guarda pó, não amarrava o cinto, mas era superinteligente. Eu estudava dia e noite para que ele não me surpreendesse com perguntas. Talvez tenha sido isso um dos fatores pelo qual estudei muito a Matemática.

Em 1954, o Carlos Augusto venceu cento e oitenta alunos numa maratona escolar em Curitiba, quando competiu com alunos de todo Paraná. Foi uma glória para uma escola de Irati. Eu lembro bem, porque eu havia entrado em licença maternidade do meu primeiro filho, em novembro, e o Carlos Augusto prestou essa maratona em dezembro. Dias depois, ele veio, acompanhado de seu pai, em minha casa me trazer um presente e eu estava de cama.

Foi no ano em que Getúlio Vargas se suicidou. Lembro-me que, em 24 de agosto de 1954, data da morte do presidente, eu estava chorando no pátio da escola e o Carlos Augusto foi me consolar. O meu pai era getulista ao máximo e acho que passou isso para mim! Mamãe também lia e comentava que a mulher foi muito beneficiada no governo do Getúlio e eu o admirava muito. Era o tempo da ditadura getulista.

Então, 1954 foi um ano marcante em minha vida: a morte de Getúlio, o nascimento de meu filho e a maratona vencida pelo Carlos Augusto.

No tempo que estudei e trabalhei no Grupo Escolar Duque de Caxias, eram as orientadoras que preparavam as provas bimestrais e finais com base nos diários escolares dos professores. Numa ocasião, elas colocaram na prova um problema envolvendo a área de triângulos isósceles que achei muito difícil para alunos de 4ª série. Mesmo com minhas reclamações, o problema não foi tirado da prova e, como eu havia previsto, somente o Carlos Augusto acertou a questão. E um aluno que sentava atrás e copiou dele!

Havia outros alunos também excelentes na classe! D. Mercedes Braga classificava as turmas pelas notas. Havia a classe forte, a classe média e classe fraca. A classe forte sempre ficava comigo e, por isso, eu tinha alunos de QI superelevado.

Numa ocasião, a Regina Xavier da Silveira foi fazer estágio na minha 4ª série. Foi dar aula de História sobre os indígenas e disse que os índios faziam buzina com o chifre de boi. Logo levantou um aluno e disse: “Não D. Regina, o boi veio com o Martins Afonso de Souza e na época do descobrimento, em 1500, Martins Afonso de Souza não estava no Brasil!”. Eu já devia ter falado sobre isso com os alunos. Meu Deus! Eu não sabia o que fazer diante da classe e ela também não soube responder. Então, D. Maria Cunha, que era professora de prática de ensino no curso Normal e estava assistindo a aula, se levantou e disse: “Não, é que no Brasil havia búfalos! O chifre era de búfalo!”. Assim, ela salvou a situação! Meus alunos

eram muito espertos e, por isso, ninguém queria fazer estágio na minha sala. Hoje, muitos deles são médicos, professores, advogados, engenheiros... Isso me realiza!

Naquela época, sempre que possível eu levava os alunos para visitar a tipografia, a telefônica, a estação ferroviária, o telégrafo, as fábricas... Nesses lugares os alunos podiam ter conhecimento de conteúdos do currículo com uma pessoa conhecedora do assunto. Eu também aprendia muito! D. Mercedes Braga permitia que levássemos os alunos com a devida autorização dos pais. O ensino era fantástico! Hoje em dia, não vejo mais isso! Vejo excursões para cascatas, praias, cidades... Mas relativo ao assunto do programa curricular, não tenho visto.

Com a disciplina de Matemática, os professores trabalhavam bastante com o álbum seriado, cartazes... A Revista do Ensino que vinha do Rio Grande do Sul para a escola, tinha muitas sugestões para elaboração de materiais didáticos. Eu e as outras professoras da 4ª série, Liene Leandro e Ledi Leandro, nos reuníamos em horário extra para confeccionar os materiais sobre numeração, números decimais, frações decimais...

Numa ocasião, a Lenita Ruva foi fazer estágio em minha sala e até hoje quando a encontro, ela lembra da aula sobre números decimais. Naquela aula, distribui para cada aluno uma folha de papel dividida em dez partes. Cada parte, por sua vez, era dividida em dez e depois em cem. Conforme se desenvolvia a aula, o aluno ia pintando os décimos, centésimos e milésimos, e também respondia minhas perguntas e questionava. A Lenita ficou encantada!

Difícilmente, naquela época, havia cursos de aperfeiçoamento e quando havia eram em Curitiba ou mesmo em São Paulo. Por esse motivo, a troca de experiência e as reuniões com as colegas eram essenciais para a prática.

Teve um momento, que a Inspeção Regional de Ensino necessitava de uma professora orientadora de Matemática que fosse fazer um determinado curso e depois trabalhasse com os professores da região. Fui designada para este curso pela professora Mercedes Braga, pelo Inspetor Regional de Ensino - José Siqueira Rosas - e também pelo Delegado de Ensino, José Iacheski.

Era um curso sobre a Matemática Moderna e foi realizado em Curitiba. Depois de terminado, tive a incumbência de transmitir os conteúdos ministrados para professores de 1ª a 4ª séries de toda a região. A região abrangia seis municípios e o curso era dividido por regiões. Lembro-me tão bem do primeiro dia quando entrei no salão do Grupo Duque de Caxias com os professores do meio rural! Aqueles professores já com cabelos brancos e eu com meus 18 ou 19 anos... Estremeci! Parecia que meu coração tremia inteiro! Mas, como havia me preparado bem para o curso com materiais diversos, me saí muito bem. Tornei-me,

desta forma, muito estimada pelos professores. E este foi um dos motivos pelo qual assumi, mais tarde, a Secretaria Municipal de Ensino.

No período que o Sr. João Mansur foi prefeito de Irati, de 1955 a 1958, foi inaugurado o Grupo Escolar Francisco Vieira de Araújo. Tornei-me a primeira diretora dessa escola. O trabalho foi difícil, pois não tínhamos serventes e os recursos eram escassos. Recebemos apoio de diversas firmas de Irati para compra de material escolar, merenda, uniformes... A Inspetoria também nos auxiliava.

Na década de 1960, houve um curso patrocinado pelo Ministério da Educação e Cultura para supervisores do ensino primário e havia quatro vagas para Irati. Tive o privilégio de ser uma das professoras escolhidas. As outras três foram: Maria José Hilgemberg, Lídia Rocca e Irene Gorzinski. Elas foram fazer o curso em São Paulo e eu, como tinha filhos pequenos, fui designada pela coordenadora, Leonor Lezan, para ficar em Curitiba. Este curso foi fabuloso! Foi realizado no Colégio Lysímaco da Costa e teve a duração de um ano. Fiquei hospedada em Curitiba, mas vinha todo mês para casa. Recebia uma ajuda de custo para alimentação, passagens... Era pouco, mas a gente trabalhava com amor...



**Professores no Colégio Lysímaco Ferreira da Costa
Curitiba – década de 1960⁴⁷**

Depois que terminamos o curso, vim para Irati com a missão de trabalhar com dez escolas rurais. Nessa época, a inspetora municipal era a professora Antonina Filus Panka, uma senhora muito dinâmica que trabalhava mais a parte administrativa e, com a nossa vinda para

⁴⁷ Foto do arquivo pessoal de Avany Caggiano Santos.

a inspetoria, passou a deixar a parte pedagógica por nossa conta: orientações, testes bimestrais...

Lembro-me que três cursos foram realizados pelo MEC no Colégio São Vicente, em períodos de férias. Trabalhei coordenando este curso para os professores primários das escolas rurais, na disciplina de Matemática. Os professores pernoitavam no estabelecimento e faziam ali mesmo suas refeições. Eu ficava até meia noite coordenando os cursos. As aulas eram o dia todo, se estendendo até as 22 horas. Vinha também uma coordenação de Curitiba que me auxiliava. O Amilton Gerva foi um dos professores que fez esse curso. Quando a gente se encontra até hoje ele fala! Também foi um curso fabuloso!



Professoras do curso patrocinado pelo MEC no Colégio São Vicente de Paulo

O programa curricular da Secretaria da Educação, naquele tempo, era outro. Depois foi transformado com a Lei 5692. Não fui favorável a essa Lei. Acho, inclusive, que o ensino decaiu muito a partir daí. Saiu um comentário até que essa Lei foi copiada de uma lei que não deu certo nos Estados Unidos. Se é verdade, não sei!

Quando a Lei 5692 foi implantada, os professores de cada estabelecimento tiveram a liberdade de modificar o currículo de cada série. Em Irati, uma professora formada em Geografia teve a incumbência de coordenar a formação do novo currículo de Matemática. Fui contra, pois acredito que deveriam ter pego um professor formado em Matemática. Fiquei muito triste com a retirada de alguns conteúdos da 3ª série primária como porcentagem, regra de três e juros; assuntos tão importantes e que muitos alunos deixavam de aprender, pois grande parte freqüentava somente o primário. Mais tarde, ao se empregar em balcões comerciais, tais conteúdos faziam falta a esses alunos.

Esses conteúdos foram passados para a 6ª série e, geralmente, estavam no final do livro didático. Na maioria das vezes, no entanto, não dava tempo de ser dado. Os professores

de 7ª e 8ª série, que recebiam um programa já definido, também não trabalhavam esses assuntos. Isso acontecia comigo, inclusive, que trabalhei por muito tempo com 7ª e 8ª séries, mesmo antes de trabalhar na Inspetoria de ensino.

Em 1969, assumi o cargo de secretária municipal de educação e inspetora estadual de ensino e passei a trabalhar com professores estaduais da sede e municipais das escolas rurais. Uma das maiores dificuldades que enfrentei foi a falta de pessoal qualificado para atuar nas escolas.

Para ser professor naquele tempo, não precisava de uma formação específica, pois não havia professores formados, principalmente para atuar no interior do município. Havia lugares, como na localidade denominada Linha 13, que numa determinada época não havia professor e a escola ficou fechada por muito tempo. Nesses lugares, acompanhada de professores e o motorista, eu ia à procura de uma pessoa que tivesse pelo menos a quarta série, para que esta pessoa ministrasse aulas para a primeira e segunda série. E isso de 1969, quando eu assumi o cargo, até 1982.

Nesse tempo, eu trabalhava como secretária municipal e estadual e exercia a profissão também em sala de aula, lecionando Matemática. Fiquei quatorze anos nesse cargo e sempre tive dificuldades em relação à formação dos professores do meio rural. Era difícil encontrar normalista. Em localidades próximas da cidade era mais fácil porque os professores iam e voltavam. Mas para o interior era muito complicado. Em certa ocasião, lembro-me que levei uma professora normalista na Linha 13. A mãe da moça nos acompanhou. Quando chegamos lá, aproximou-se de nós um deficiente mental que morava nas vizinhanças. Pronto, acabou! A moça não quis mais ficar!

Pensão também era difícil! Os pais achavam que as professoras da cidade eram “enjoadas”, que precisavam ter um quarto bom, mais conforto e por isso não ficavam com as moças. Teve uma época, na escola de Água Quente, localidade onde estava instalada a serraria do Prefeito Municipal Edgard Andrade Gomes, que tive que colocar um professor com apenas a segunda série primária! Esse professor, que se chamava José, vinha estudar comigo. Eu orientava-o para que ele pudesse lecionar para a primeira série. Era uma forma de se eliminar o analfabetismo.

As crianças, para mim, estavam sempre em primeiro plano. Eu dizia aos professores: “Quando forem ensinar um conteúdo, por favor, dominem esse conteúdo. Caso contrário, fechem a porta da escola e venham até nós receber orientações”. Como eu ia permitir que os alunos aprendessem coisas erradas? Os professores vinham, então, aqui na cidade receber aula

ou eu ia lá no interior. Houve ocasiões que fui a escolas rurais, ministrei aula para os alunos e o professor assistiu a minha aula.

Em todo tempo que fui secretária municipal de educação, fiz muitas e muitas visitas nas escolas do interior do município. Nessas visitas, eu ia de carteira em carteira tomar a lição dos alunos de 1ª série para ver se eles poderiam passar para a 2ª série. Eu era enérgica com os professores, mas tinha que ser! Alguns professores tentavam nos enganar aprovando alunos sem saber ler e escrever. Eu visitava as escolas rurais acompanhada de alguns dos supervisores. Íamos com a condução da prefeitura. Eram muitas escolas!

Nas reuniões pedagógicas na sede da Secretaria de Educação, recordo-me que eu trabalhava conteúdos de Matemática com os professores e a professora Lídia Roca trabalhava conteúdos de Português. Ela era supervisora, na época.

Às vezes, alguns professores vinham conversar com a gente e diziam: “Eu di! Eu ponhei!” Então, percebendo as dificuldades dos professores, nós começamos a mimeografar atividades que eram trabalhadas nos encontros mensais. Tudo para melhorar o ensino do meio rural, pois os professores não eram capacitados. Era o que podíamos fazer! E mais um detalhe: eles trabalhavam com classes de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries na mesma sala. Eram, por exemplo, oito alunos de primeira série, três de segunda, sete de terceira e três de quarta...

Quando, mais tarde, assumiu a prefeitura o Dr. Fornazari, foi nomeado mais um professor em cada escola. Não importava o número de alunos. Ele foi um excelente prefeito para a Educação! Até hoje falo isso para ele.

Um curso muito importante que houve no tempo que fui secretária de educação, foi o Projeto Logos II, que dava habilitação profissional para o magistério primário. Tal projeto foi instalado em Irati em 1976, mas foi muito difícil trazê-lo para Irati. Lembro-me que recebi um aviso da Secretaria de Educação para que em três dias fosse nomeado um professor coordenador para este curso. Tinha que ser uma pessoa competente! Então, meu marido e eu, fomos à noite até a casa de diversos professores convidando-os para que assumissem o cargo. Felizmente, consegui a Nilse Trevisan que foi fabulosa, muito dedicada!

Para que o Logos tivesse início, foi marcada uma reunião na prefeitura com diversos representantes educacionais de seis municípios da região. Quando estávamos no gabinete do prefeito, chegou o pessoal da Secretaria Estadual da Educação. O prefeito, Seu Edgar Gomes, muito meticoloso, muito responsável, quis saber qual seria a verba disponibilizada pela secretaria para que a prefeitura pudesse manter o curso. A pessoa responsável da Secretaria Estadual pelas questões financeiras, não tinha vindo. Diante das dúvidas, o prefeito, apoiado por secretários, disse que o curso não iria sair. O salão estava repleto de autoridades. Aí eu

comecei a chorar e implorei: “Seu Edgar, pelo amor de Deus, estão os prefeitos das cidades aí no salão, estão todos os diretores, alguns professores do meio rural, a orientadora... O curso tem que sair!” Então, pela confiança no meu trabalho, o prefeito resolveu fazer a reunião. Graças a Deus! Não era possível o curso não sair! Fomos, então, para o salão, fizemos a reunião e foi instalado o Projeto Logos.

Quase todos os professores do meio rural sem formação participaram do Projeto Logos II. Eram mais de cinquenta na primeira etapa. Somente uma professora se negou a fazer o curso e ainda foi se queixar na prefeitura que eu estava obrigando. Jamais obriguei! Apenas mostrei a vantagem de se fazer o curso. Era como o Curso Normal. Os professores que, na grande maioria, tinham apenas a 4ª série primária, podiam ter uma melhor formação. Professores da cidade também fizeram este curso.

O Logos era por módulos e os alunos faziam provas cuja média era 7,0. Caso não conseguissem a nota mínima, faziam a 1ª, 2ª e 3ª pós. Se ainda não conseguissem, eram reprovados. As disciplinas eram como na escola Normal: Português, Matemática, História, Inglês... e também as disciplinas pedagógicas: História da Educação, Psicologia, Didáticas... Havia aula inclusive em sábados e domingos, pois nos dias de semana os professores eram regentes de classe.

A coordenadora Nilse permaneceu no cargo por 2 anos e 6 meses. Para substituí-la vieram outras professoras: Vera Lúcia Kubiak, Dalva Gonçalves de Castro, Dione Iurk e Isolde. Elas passaram a trabalhar também em outros municípios da região com o Projeto Logos. Era um curso em nível nacional, cuja coordenação geral era do CETEB. Os professores coordenadores faziam cursos no CETEPAR, em Curitiba.

Depois desse curso, melhorou muito o ensino em Irati no meio rural. Os professores foram capacitados e melhoraram sua prática. Estavam mais preparados para trabalhar com as classes multisseriadas ou não multisseriadas.

Hoje, ensinar no meio rural está mais fácil, pois praticamente não existem mais as classes multisseriadas. As escolas foram reunidas em uma única escola, as chamadas consolidadas, como as catorze escolas que foram reunidas na consolidada do Rio do Couro, fundada em 1982.

Esta escola foi construída quando eu ainda era secretária da educação e o Seu Olavo Santini era prefeito. Na época, fomos diversas vezes a Curitiba, acompanhados por professores da região do Rio do Couro, solicitar verbas para a construção da escola. A escola era para ser em Ponte Alta, mas a comunidade do Rio do Couro foi mais insistente, participou

mais das reuniões, veio à prefeitura, solicitou por abaixo assinado... Na verdade, reivindicou mais! Então, hoje está lá a escola, maravilhosa! Tem até o Ensino Médio!

Após a fundação de tal escola, por questões políticas, fui destituída do cargo de secretária pelo prefeito. Porém, agradeço a Deus pelo tempo que fiquei nesse cargo, que me deu muita experiência. Aprendi muito!

A escola consolidada melhorou muito para os professores que passaram a lecionar apenas para uma série. Porém, por outro lado, os professores ganhavam mal, muito mal! Eu os defendia ao máximo! E olha, quando assumi de 1ª a 4ª série como professora estadual, o nosso ordenado era muito bom. Eu fazia tanta coisa com aquele dinheiro! Hoje, recebo uma importância bem maior relativa a dois padrões e não faço o que fazia antigamente. Acho, então, que o ensino está desvalorizado e o professor mais ainda. Os governos não valorizam o professor. Isso é uma lástima!

O professor de 1ª série deveria ser o mais bem remunerado. Deveria ter um ordenado especial porque não é brincadeira pegar uma criança no colo, pegar na mãozinha, ensinar, com aquele carinho todo especial. É diferente de se trabalhar numa 4ª série, numa 3ª série ou numa 2ª série! Agora, uma coisa eu saliento: para se assumir qualquer cargo de chefia na Educação, tem que ter sido professor primeiramente, seja um cargo de diretor, de orientador, de supervisor ou outro cargo. É necessário ter a experiência de sala de aula. Na minha carreira docente assumi vários cargos: direção de grupo escolar, supervisão de cursos do Ministério de Educação, secretaria e inspetoria de ensino e chefia de departamento na faculdade. A experiência que tive em sala de aula me auxiliou muito na condução desses cargos.

Por um período exerci, também, o cargo de orientação no Grupo Escolar Duque de Caxias. Minha função era auxiliar as professoras, orientar os alunos e preparar as provas bimestrais e finais. Meus filhos, nessa época eram alunos da escola. Então, quinze dias antes das provas, eu não olhava o caderno deles com receio de me influenciar por algum exercício. Eu estava preparando meus filhos para a vida como preparei meus alunos para a vida!

Meus filhos quando terminaram a 8ª série no Colégio São Vicente, foram estudar em Curitiba porque não tínhamos professores formados de Física e Química em Irati. Nas disciplinas de Português e Matemática o ensino era bom, pois os professores eram a Lídia Rocca e o Edgard Scharam. Quando meu segundo filho fez um teste para entrar no Colégio Santa Maria em Curitiba, foi elogiado pelo professor que corrigiu a prova de Matemática. Na ocasião, esse professor me perguntou quem tinha sido o professor de meu filho em Irati. Eu falei que era o Edgard Scharam, um excelente professor.

Meus quatro filhos são engenheiros. Sempre procurei orientá-los e ajudá-los nos estudos, mas praticamente não foi necessário, pois eles eram muito estudiosos. Todos passaram no primeiro vestibular que realizaram na Universidade Federal. O que minha mãe proporcionou a seus filhos, procurei proporcionar aos meus.

Quando saímos de Prudentópolis para que pudéssemos estudar, minha mãe teve uma visão incrível! Papai era mais calmo, se preocupava com seu trabalho, mas mamãe era enérgica. Se um dos filhos cometia uma falha no colégio, ela repreendia em casa.

Minha mãe dava apoio total aos professores. Nos dias de hoje isso não acontece! O aluno faz o que quer em sala de aula e os pais nem ligam. Não há disciplina! No meu tempo de aluna e depois professora havia mais respeito. Não tive problemas de disciplina nas escolas que lecionei.

Além do Grupo Escolar, lecionei na Escola Normal do Colégio Irati. Trabalhei com a disciplina de História da Educação porque eles não tinham professor. O Colégio Irati situava-se naquele terreno, hoje baldio, próximo ao Colégio São Vicente. Era particular e oferecia internato. Os proprietários eram da família Calderari. Lá estudavam os alunos que tinham posse, pois era muito caro. Era famoso! No Colégio era oferecido o ginásio completo e o curso de Contabilidade. A esposa do diretor era professora de Matemática. Quando o Colégio São Vicente e o Colégio Nossa Senhora das Graças foram estadualizados, o Colégio Irati decaiu porque muitos alunos se transferiram para o estadual. Pouco tempo depois ele fechou, por volta de 1966.

No início, o Colégio São Vicente e o Colégio Nossa Senhora das Graças também eram escolas particulares e funcionavam sob o regime de internato e externato. O São Vicente oferecia o ginásio e também o curso Técnico em Contabilidade. Já o Nossa Senhora das Graças ofertava o ginásio e a Escola Normal. Minha mãe costurava para os internos e, assim, pagava os estudos para os filhos.

Lecionei Matemática também nesses dois colégios. Comecei a atuar nessa disciplina antes mesmo de ter formação na área. No final da década de 1960, o Estado passou a exigir formação e isso me motivou ainda mais a fazer a faculdade. Eu tinha o sonho de fazer o curso de Matemática e, então, busquei tal curso em Guarapuava.

Em 1969 prestei o vestibular para Licenciatura em Matemática e iniciei o curso no ano seguinte. Na época, eu trabalhava das sete e meia às dezessete e trinta e me deslocava todos os dias a Guarapuava! Foi muito difícil!

Em Irati, não havia ainda a FECLI. Então, eu e mais dez colegas íamos de Kombi para Guarapuava e estudávamos na FAFIG, na recém criada faculdade. Alguns faziam História,

outros Geografia, Letras, Pedagogia... Matemática era eu e mais dois colegas que freqüentávamos. Eles faltavam muito e acabaram reprovando por falta.

Levávamos duas horas para chegar até a faculdade. Uma parte da estrada, até a localidade de Relógio, era cascalhada. Era uma poeira danada! De Relógio até Guarapuava era asfalto. Na volta, chegávamos perto de uma hora da manhã quando o carro não estragava, não furava o pneu ou se não houvesse acidentes que interrompessem a pista.

O curso foi difícil. Cheguei a tirar meio ponto na prova de Geometria Analítica. Até pensei em desistir, pois não era acostumada a tirar nota baixa. Mas meu marido me incentivou e então continuei. Meu serviço naquela época era trabalhar e estudar. Muitos conteúdos eu estudava com meus filhos. Uma empregada e uma professora que moravam comigo, cuidavam da casa para mim.

A maioria dos professores era da Universidade de Ponta Grossa. Eram bons professores! As matérias eram complicadas porque eu não tinha base. Tive que estudar os conteúdos do segundo grau paralelamente.

Aos sábados tínhamos aula das treze às dezoito horas. Teve um sábado que meu filho fraturou a clavícula e fui para Curitiba cuidar dele. Nesse dia, a turma com a qual eu viajava se acidentou. Meu Deus! Foi um acidente muito sério. Do outro carro faleceram duas pessoas! Meus colegas sofreram apenas ferimentos, mas alguns ficaram com seqüelas.

Concluí o curso em quatro anos. Foi a primeira turma de Matemática que se graduou na FAFIG. No dia da formatura, o professor Nelson que lecionava Fundamentos da Matemática, me pediu para que discursasse falando sobre o curso e atuação dos professores. Alguns professores eu elogiei, outros critiquei. Havia um professor que entrava em sala de aula, dividia a pedra em três partes e começava a escrever. Não tinha didática alguma. Nós somente copiávamos e depois nos reuníamos para estudar. Duas pessoas marcantes do curso foram meus colegas Dionísio Burak e Julieta Leandro, com os quais me reunia para estudar.

A faculdade de Irati, a FECLI, foi instalada pouco tempo depois que terminei o curso em Guarapuava. Foi difícil trazer a faculdade para cá, muito difícil! A Maria Rosa, baluarte da Educação em Irati, trabalhou de mangas arregaçadas. Meu marido e eu acompanhamos a Maria Rosa em diversas reuniões com autoridades de Ponta Grossa e de Curitiba. O Sr. Romeu Crissi e Seu Edgard não mediram esforços. O vice-governador, Parigot de Souza, veio diversas vezes a Irati para as negociações. Foi uma luta! Recebemos, na época, apoio de deputados e da sociedade iratiense que contribuiu com doações em dinheiro para a instalação da faculdade. Mas graças a Deus deu certo! Começou com o curso de Pedagogia, Letras e Ciências.

Na faculdade fui professora de Prática de Ensino no curso de Licenciatura Curta em Ciências. No início hesitei em assumir essas aulas porque achava que devia ter uma pós ou um mestrado. Porém, como não havia professor, assumi as aulas e, estudando muito, consegui alcançar os objetivos propostos. Substitui também, por algumas vezes, meu filho Tuco que trabalhou por um tempo com a disciplina de Cálculo Integral no curso de Ciências.

No final da década de oitenta, participei do movimento para a estadualização da FECLI, na gestão do governo do Álvaro Dias. Na ocasião da estadualização, o governador veio a Irati e, num evento na faculdade, fez um discurso criticando os professores. Tentei, em meio ao público, defender os professores, mas a diretora que estava comigo não me deixou falar. Depois que saí do salão, fora da faculdade, discurssei. Falei mesmo! Não se pode ter um pensamento desta maneira sobre o professor!

Depois que a FECLI se integrou a FAFIG formando a UNICENTRO, continuei lecionando no curso de Ciências. Só deixei as aulas bem mais tarde por motivo de saúde. A Luiza Fillus, que era a diretora, me pediu para continuar trabalhando ao lado dela, mas preferi sair. Não iria estragar todos os anos que trabalhei para ser chamada de “professora que não faz nada e fica só sentada”. Aposentei-me em 1995, encerrando, assim, meu trabalho.

Fazendo um balanço do tempo que trabalhei na educação, só tenho a agradecer. Encontro seguidamente ex-alunos que vêm me dizer com carinho que aprenderam Matemática comigo. Isso é muito gratificante. Tive alguns percalços, mas quem não os têm?

Um fato desagradável na minha carreira aconteceu quando já estava para me aposentar. A diretora da Escola Nossa Senhora das Graças, uma freira, quis que eu assumisse as aulas de Ciências para entregar as aulas Matemática para uma outra irmã do colégio. Não aceitei tal imposição! Fui, então, buscar meus direitos no Núcleo de Ensino e depois na Secretaria de Educação em Curitiba, onde foi verificada minha prioridade nas aulas de Matemática. Eu era insistente e todo professor tem que ser! Só porque a escola está instalada no prédio da congregação, a diretora achava que poderia dar as aulas para quem ela quisesse? O Estado, no entanto, paga aluguel! Na mesma semana, voltei ao colégio e assumi as classes de 7ª e 8ª séries que havia reclamado.

No meu trabalho em sala de aula sempre fui bastante enérgica e exigente, mas sempre tive muito respeito para com os alunos. Sempre impus a disciplina, não com maldade ou castigo, mas com atitudes. Procurava atender o aluno individualmente na carteira ou na mesa, chamava até a pedra os alunos que tinham dificuldade, formava grupos de estudo, cobrava bastante as tarefas de casa... Tive sempre muito carinho pelos meus alunos...

Sempre que possível, procurei voltar a Matemática para a realidade do aluno e acho que isso é muito importante na prática dos professores. Meus alunos iam às lojas pesquisar preços, descontos nas vendas, juros e depois levavam para sala de aula suas anotações e então, elaborávamos problemas. O professor, eu acredito, é a chave de tudo.

Nas minhas aulas, eu procurava trabalhar com diversos livros didáticos. O professor não pode se prender somente a um livro. Ele tem que enriquecer os assuntos pesquisando e se atualizando em outros livros, revistas... Considero os livros do Sangiorgi e do Ari Quintela os melhores da época. São do programa tradicional, antigos, mas são completos.

Acho que o ensino de Matemática hoje está falho devido ao currículo que está fraco para o aluno. Os professores estão desmotivados para desenvolver seu trabalho. No entanto, aquele que é consciente, tem responsabilidade, cumpre sua obrigação e prepara muito bem sua aula. Para que o professor dê uma boa aula ele deve estar dominando completamente o assunto que vai transmitir e deve ir mais além. No início da carreira é muito difícil porque o professor não tem aquele conhecimento vasto. Ninguém é obrigado a saber tudo, mas o professor deve ir bem preparado para a sala de aula.

Atualmente, um dos problemas na Educação é a aprovação dos alunos sem que estes tenham conhecimentos necessários. Os alunos passam para as séries seguintes sem saber ler ou interpretar e isso dificulta muito o ensino da Matemática. Tem que aprovar o aluno! Com toda essa informática, essas novas tecnologias, os alunos se mantêm demais diante dos aparelhos. É verdade que essas novas tecnologias podem auxiliar, mas há coisas que para serem apreendidas dependem dos alunos e eles não estudam.

Falando em aprovação e reprovação, lembrei-me de uma coisa muito importante que começou no meu tempo e perdura até hoje – o conselho de classe. Não concordo com esse tipo de reunião. Um professor de uma outra disciplina não pode opinar sobre as condições de um aluno ser ou não aprovado. Cada professor tem conhecimento sobre o andamento dos seus alunos em sua disciplina.

Nos meus anos de docência procurei dar muita atenção aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Atendi vários alunos em casa, principalmente os que tinham dificuldades financeiras. Nunca cobre pelas aulas particulares que dei a eles. Eu tinha uma salinha de aula em minha casa, com carteiras duplas que tinha ganhado da prefeitura, e atendi diversos alunos.

No tempo que fui secretária de educação, auxiliei, também, várias crianças doentes. O prefeito até me perguntou, numa ocasião, se eu era secretária da educação ou da saúde! Acho que as secretarias são irmãs gêmeas... Foram várias crianças que encaminhei para o Hospital

Pequeno Príncipe em Curitiba, socorri senhoras doentes no interior do município... Houve casos em que pessoas faleceram no hospital e a família não tinha recursos para pagar uma condução. Aproveitei, então, para visitar a escola da localidade e com a caminhonete da prefeitura, auxiliei a família. Fiz muita coisa nesse sentido. Mas uma coisa eu digo: deveria ter feito mais, ainda fiz pouco! Eu tinha uma condução da prefeitura, motorista... Por que não ajudar?

Até hoje sou lembrada pelos serviços assistenciais que prestei. As pessoas vêm até minha casa para me agradecer, trazem pinhão, frutas... Acho que depois dessa entrevista vou escrever esses fatos, deixar para meus filhos... São fatos dignificantes que não fiz para ganhar! Fiz para cumprir minha obrigação tanto na parte da Educação como da Saúde!

Em todo tempo que trabalhei nos cargos de chefia, sempre segui a legislação. As leis são para serem cumpridas! Nunca favoreci alguém ou deixei de favorecer fora do que a lei determinava. Seja lei municipal, estadual ou federal foram feitas para manter a ordem e beneficiar a população. Infelizmente, muitos que assumem cargos políticos e de chefia não cumprem essas leis. Por isso que temos tanta corrupção nesse país.

Ultimamente, não estou bem de saúde. Ando um tanto depressiva. Meu marido que tanto me incentivou na caminhada, está doente, respira pela traqueotomia, se alimenta por sonda... Só peço a Deus que não me leve antes dele... Meus filhos me ajudam, mantêm todo conforto ao pai. Eles são espetaculares! Veja como vale a pena a educação! A educação é tudo!

Se eu pudesse tirar de mim toda a experiência que tenho e entregá-la a alguém, eu faria. Porque toda essa experiência vai morrer comigo, não vou deixá-la a ninguém... Poderei apenas deixar algumas palavras escritas! Minha experiência é enorme... Pena que já estou esquecendo das coisas...

Mas hoje, lembrei tanta coisa! Foi ótimo fazer esta entrevista! Você despertou em mim coisas que estavam já esquecidas! Você parece que abriu minha memória...

9. RETROSPECTO DO ENSINO DA REVOLUÇÃO DE 30 AO FIM DO ESTADO NOVO

No final da década de 1920, o sistema educacional no Brasil, que até então era do domínio de uma classe privilegiada, estava abalado. A educação não comportava mais o ensino formalista, arcaico, visando à formação de uma elite.

Com o desenvolvimento do setor industrial, conforme ressalta Otaíza Romanelli (1984, p.59), “as exigências da sociedade impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo”. As mudanças nas relações de produção, com a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, e, sobretudo, as concentrações da população de forma cada vez mais ampla em centros urbanos, tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e de dar qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas.

O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades de consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. Ora, isso só é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho. (ROMANELLI, 1984, p. 59).

Desta forma, a nova situação implantada na década de 1930, veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais em matéria de Educação, e, por consequência, a ação do próprio Estado. O Governo Provisório, instituído no final de 1930, tendo a frente do poder Getúlio Vargas, logo criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, com Francisco Campos assumindo a pasta e propondo uma série de decretos que iriam consolidar na chamada reforma Francisco Campos.

Com a reforma, pela primeira vez imposta a todo o território nacional, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, entre outros méritos, deu uma estrutura orgânica ao ensino secundário, superior e comercial. Além de atingir profundamente a estrutura do ensino, deu início a uma ação mais objetiva do Estado em relação à Educação. Conforme Otaíza Romanelli (1985, p. 131), “são, portanto, justas as palavras de Maria Tetis Nunes, ao referir-se à reforma Francisco Campos: ‘Ela é, teoricamente, uma grande reforma’”.

Pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, o ensino secundário ficou subdividido em Curso Fundamental de caráter de cultura geral, com duração de cinco anos, e Curso Complementar, obrigatório para os candidatos ao ensino superior, com duração de dois anos. O Curso Complementar de caráter pré-vocacionado, oferecia três opções para o aluno:

- Curso Jurídico,

- Curso de Medicina, Farmácia e Odontologia e
- Curso de Engenharia, Arquitetura e Química Industrial.

Na exposição de motivos, Francisco Campos justificou o ensino complementar como necessário para a adaptação dos alunos ao ensino superior, pois parte de suas disciplinas estava de acordo com a orientação profissional dos estudantes (BARBIERI, 1973).

Quanto à Matemática, a reforma Francisco Campos representou um marco determinante no ensino dessa área no nível secundário, uma vez que agregou os conteúdos de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria intercalando-os numa mesma série, em uma única disciplina sob a denominação Matemática. Um dos grandes responsáveis por essa modificação foi o diretor do Colégio Pedro II na época, Euclides Roxo, que influenciado por matemáticos franceses e alemães como Felix Klein, Henri Poincaré, Pierre Boutroux, dentre outros, empreendeu amplos esforços para a concretude da unificação e da inserção dos ideários do movimento renovador do ensino da Matemática.

A reforma Francisco Campos, aplicada progressivamente, buscou articular o ensino secundário com o superior e acabou com o sistema de preparatórios. Embora com severas críticas de defensores do ensino clássico, foi a primeira reforma revolucionária no ensino.

Influências internas e externas balizaram no Brasil, nessa época, um período de grande efervescência doutrinária marcada pelos intensos debates no Parlamento e na imprensa, os quais exprimiam o poderoso movimento de renovação pedagógica que empolgavam os círculos educacionais no país. As discussões, que repercutiram em todo o território nacional e foram determinantes para consolidação da reforma, eram impulsionadas, principalmente, por integrantes da Associação Brasileira de Educação (ABE).

Tal Associação, fundada por Heitor Lira, em 1924, no Rio de Janeiro, desempenhou importante papel na congregação de educadores de diversos Estados e na agitação das novas idéias pedagógicas. A ABE era responsável pela organização, promoção e realização de conferências nas quais eram discutidos os rumos da Educação do país. A primeira delas, realizada em Curitiba, no ano de 1927, teve como tema principal a organização nacional do ensino primário com ênfase na colaboração da União para a subvenção e instalação de escolas elementares e normais em todo o país. Já a segunda conferência, realizada em Belo Horizonte, em 1928, se ocupou principalmente do ensino secundário e a de São Paulo, em 1929, com mais abrangência, abordou além do ensino primário, o secundário e o profissional (BARBIERI, 1972).

A IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE em 1931 no Distrito Federal, contou com a participação do Presidente Getúlio Vargas, eleito após a Revolução de

outubro de 1930, e do ministro da Educação e Saúde Pública⁴⁸, Francisco Campos. Teve como tema as “grandes diretrizes da educação popular”. Um ano depois, ocorreu a V Conferência em Niterói, cujo objetivo foi a discussão de um Plano Nacional de Educação, refletindo, na época, a preocupação dos educadores com o ensino no país. Da IV e da V conferência, surgiram discussões que culminaram na redação do “Manifesto dos Pioneiros”, fruto de debates em torno de questões como a gratuidade e obrigatoriedade do ensino, a laicidade e a co-educação.

As conferências realizadas pela Associação Brasileira de Educação representavam o confronto de duas correntes ideológicas opostas: as dos reformadores, que lutavam pelos princípios acima citados, e a dos católicos que viam na interferência do Estado uma ameaça, tendo em vista que a Igreja Católica praticamente monopolizava o ensino médio. A laicidade no ensino e a co-educação eram, também, afrontas aos ideários do catolicismo (ROMANELLI, 1984, p. 130).

Dentre os reformadores, destacam-se três grandes figuras no meio educacional: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, conhecidos como “cardeais do Manifesto dos Pioneiros”. O manifesto, uma vez tornado público, potencializou a notoriedade desses intelectuais que, além de contribuírem para uma literatura pedagógica nas décadas de 1920 e 1930, estiveram no campo da divulgação dos princípios didático-pedagógicos e do ideário da “Escola Nova” no âmbito da filosofia e da política da educação.

Com duras críticas ao sistema educacional então vigente, no Manifesto se assinalou a impossibilidade de se organizar o sistema e dar-lhe unidade de ação sem a devida formação universitária dos professores de todos os níveis de ensino, condenando, assim, o modo como vinham sendo até então recrutados os professores.

De uma forma geral, o Manifesto representou a reivindicação de mudanças profundas na estrutura do ensino, além de uma tomada de consciência, por parte de um grupo de educadores, da necessidade de se adequar a educação ao tipo de sociedade e à forma assumida pelo desenvolvimento do país da época. Representou também forte influência na elaboração do texto, no capítulo referente à educação, da nova Constituição promulgada em 1934.

Tal Constituição, em sua quase totalidade, teve fortes influências do movimento dos pioneiros, com exceção ao artigo 153, que instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas, favorecendo aos interesses da Igreja Católica. Excetuando isso, o conteúdo de vários artigos da Constituição pertence também ao Manifesto como o texto referente ao Plano Nacional de

⁴⁸ O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado por Getúlio Vargas, sob o Decreto nº 19402, de 14 de novembro de 1930.

Educação, à gratuidade do ensino e à instrução primária integral, bem como à descentralização do ensino que garantiu aos Estados e ao Distrito Federal a competência para organizar e manter sistemas educacionais em seus territórios. Fixou-se, também, a quantia mínima de 10% dos impostos arrecadados pela União ao sistema educativo e instituiu-se a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

A Carta de 1934 representou uma vitória dos reformadores, porém durou pouco tempo, já que três anos depois, com o golpe militar de Getúlio Vargas que instituiu o “Estado Novo”, foi promulgada outra Constituição que tratou a Educação de forma bastante restrita.

Conforme assinala Paulo Ghiraldelli (2005), a Constituição de 1937 inverteu as tendências democráticas da Constituição anterior, uma vez que foi imposta ao país como ordenamento legal e interesses que não privilegiaram a educação pública popular, diferentemente da Constituição de 1934, produzida por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Para o autor, a gratuidade do ensino ficou maculada na Carta de 1937, pois foi proposta sem afastar o dever de solidariedade dos menos com os mais necessitados. Aos alunos de maior poder aquisitivo, passou-se a exigir uma contribuição para a caixa escolar, destinada aos que alegassem escassez de recursos.

Dessa forma, institucionalizou-se no Brasil a escola pública paga e se aprofundou um explícito dualismo educacional: os ricos proveriam a educação dos filhos através do sistema público ou particular, enquanto que os filhos das classes menos favorecidas teriam de contar com a boa vontade da elite para com as caixas escolares ou dirigir-se às escolas profissionalizantes.

A Constituição de 1937 fez a União abrir mão da responsabilidade para com a educação pública com um texto que a desobrigava de manter e expandir o ensino público, não legislando sobre dotação orçamentária para a educação e não exigindo concurso público para o magistério oficial, obrigação imposta anteriormente na Constituição de 1934.

Todavia, se a nova Constituição foi feita em sentido oposto ao avanço democrático, [...] acabou sendo em parte atropelada pelas necessidades práticas da população brasileira, principalmente a necessidade dos pobres. Os pobres tornaram-se uma das bases da política Vargas. Em estilo populista, que dominou a política da época em quase toda a América Latina, Vargas jamais deixou de remeter alguma palavra de consolo e esperança aos pobres. (GHIRALDELLI, 2005, p. 79).

O “Estado Novo”, que se deu entre 1937 e 1945, foi um período de regime ditatorial, no qual o Governo ficou fortalecido, sem eleições, sem partidos políticos legais e sem o funcionamento do Congresso Nacional. Nesse tempo, o país continuou o processo de industrialização e foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O Ministério da Educação, pasta exercida por Gustavo Capanema, promoveu, nessa época, diversas iniciativas como a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia, a realização de Conferências Nacionais de Educação, a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, além da Comissão Nacional do Livro Didático e da Comissão Nacional do Ensino Primário.

Em 1942, numa ação empreendida pelo então Ministro, o Governo iniciou uma série de reformas que abrangeram os ensinos primário e médio. Essas reformas, nem todas realizadas sob o Estado Novo, foram denominadas Leis Orgânicas do Ensino e em seu conjunto são conhecidas como Reforma Capanema.

Deste conjunto, fazem parte os decretos-lei que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Também as Leis que organizaram os ensinos primário e secundário e ainda os decretos que regulamentaram o ensino profissionalizante.

O ensino primário, que até então era desenvolvido sob administração estadual, passou a receber atenção especial do Governo Central. Foi, dentre as Leis Orgânicas, a educação primária que mais se aproximou das aspirações dos “Pioneiros da Educação Nova”. O Decreto-lei, assinado em 1946, “aparecia num momento de crise política, gerada pela substituição do regime que implantara o Estado Novo por um regime de volta à normalidade democrática” (ROMANELLI, p. 160, 1985).

A escolarização primária ficou dividida em duas categorias:

- Fundamental: destinado às crianças de sete a doze anos e ministrado em dois cursos sucessivos: o primário elementar, com duração de quatro anos e o primário complementar, de um ano. No elementar, compunham o currículo as disciplinas: Leitura e Linguagem Oral e Escrita, Iniciação à Matemática, Geografia e História do Brasil, Conhecimentos Gerais aplicados à Vida Social, a Educação para a Saúde e para o Trabalho, Desenho e Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico e Educação Física. No complementar, a lei acrescentou noções de Geografia Geral, História das Américas e Ciências Naturais e Higiene.

- Supletivo: destinado aos adolescentes e adultos, tinha em seu currículo ainda noções de Direito Usual, Economia Doméstica e Puericultura – os dois últimos para classes femininas. Conforme assinala Romanelli (1985), o ensino primário supletivo contribuiu efetivamente para a diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil.

Já o ensino secundário, com a reforma Capanema, ficou subdividido em ginasial, com quatro anos de duração, e colegial, com três séries, bifurcado em clássico ou científico.

O curso ginásial distribuiu nos quatro anos as disciplinas: Português, Francês, Latim, Inglês, Ciências Naturais, Matemática, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico. Para o ingresso nesse nível de ensino, exigia-se a idade mínima de 11 anos, primário completo e aprovação no exame de admissão, comprovando aptidão intelectual para os estudos secundário.

Já o colegial, proporcionou nas suas três séries o ensino das disciplinas: Português, Francês, Latim, Inglês, Grego (optativa), Espanhol, Matemática, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Física, Química, Biologia e Filosofia.

À disciplina de Matemática eram destinadas três aulas semanais tanto no ginásial como no colegial científico. No colegial clássico eram três aulas nas duas primeiras séries e duas aulas na 3ª série (MARTINS, 1989, p. 177).

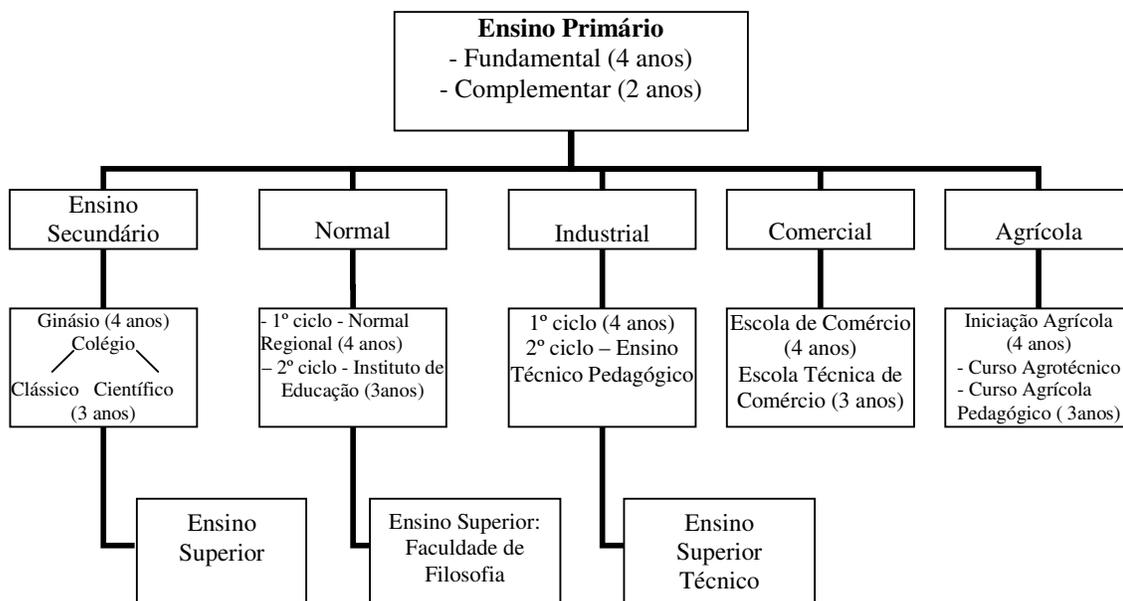
A diferença básica entre o clássico e o científico era que no científico incluía-se a disciplina de Desenho e suprimia-se o Latim e o Grego. Em ambos, contudo, percebe-se um claro objetivo: o preparo para o ensino superior.

Sem dúvida, o ensino secundário era exigente, seu currículo tinha um caráter enciclopédico e um sistema de provas e exames um tanto exagerado. Além disso, aliados à rigidez, estavam presentes dispositivos para mantê-lo alinhado com a ideologia do regime. A lei aconselhava a não adoção da co-educação dos sexos, além de instituir a educação militar para os meninos, com diretrizes fixadas pelo Ministério da Guerra (GHIRALDELLI, p. 84, 2005).

Aos maiores de 17 anos, sem o curso ginásial, a legislação abriu a possibilidade de obtenção do certificado de licença ginásial, mediante simples prestação de exames em estabelecimentos de ensino secundário federal ou equiparado.

As leis orgânicas que estruturaram o ensino técnico-profissional foram promulgadas a partir de 1942. Eram compostas de quatro modalidades: Industrial, Comercial, Agrícola e o Normal e subdividiam-se em dois ciclos: o básico de quatro anos e o 2º ciclo com duração de três ou quatro anos.

É interessante observar a estrutura geral do ensino, proposta pela reforma Capanema, com a observação do quadro a seguir, adaptado da obra de Paulo Ghiraldelli (2005, p. 81):



As escolas normais, que até a reforma Capanema não tinham diretrizes estabelecidas pela União, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, em 02 de janeiro de 1946, foram fixadas normas para a implantação dessa modalidade de ensino em todo o território nacional.

De acordo com o artigo 1º do Decreto-lei, o Ensino Normal tinha por finalidade formar professores e habilitar administradores para as escolas primárias e desenvolver e propagar conhecimentos e técnicas sobre a educação da infância. Porém, com um currículo no qual predominavam as matérias de cultura geral sobre as de formação profissional, a lei se tornava contraditória, pois não havia cuidado maior para com as disciplinas de formação como Psicologia e Didática.

Havia ainda, um exagerado sistema de avaliação como no ensino secundário, com um demasiado processo de provas e exames. Além disso, pelo artigo 21, não podiam ser admitidos à escola Normal alunos maiores de 25 anos. Como assinala Romanelli, “não se compreende uma exigência dessa ordem num país em que a maioria do pessoal empregado no magistério primário de então estava desqualificado para a função e pertencia a uma faixa etária que excedia esse limite” (1985, p. 165).

Nessa época, a procura pela escolarização havia se acentuado de maneira bastante significativa no Brasil e o contingente de professores formados não acompanhava esse crescimento. O país entrou num acelerado processo de industrialização, exigindo uma qualificação de mão-de-obra que o sistema público de ensino não tinha condições de fornecer. O Governo recorreu, então, à criação de um sistema de ensino profissionalizante em paralelo

com a rede pública, organizando o SENAI e o SENAC, em convênio com o setor industrial e comercial.

Em tais serviços – mais rápidos e ágeis na formação de mão-de-obra qualificada – os alunos recebiam um salário para estudar e eram treinados nas próprias empresas por meio de cursos de aprendizagem. Esses serviços tornavam-se, desse modo, mais atrativos que outras modalidades de ensino para os setores mais pobres da população.

Se a legislação de Capanema contribuiu de maneira notória e relevante para a sistematização do ensino no Brasil, acentuou também o dualismo na Educação, uma vez que eram as camadas médias e superiores que procuravam o ensino secundário e superior, enquanto que as escolas primárias e profissionais eram procuradas pelas camadas populares. “Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social” (ROMANELLI, 1985, p. 169).

Tal discriminação ficou acentuada, de modo rígido, na forma de acesso dos estudantes ao ensino superior. Somente o ensino secundário dava direito, mediante vestibular, às carreiras universitárias. O ensino técnico só dava direito de acesso às carreiras correspondentes ao mesmo ramo cursado pelo aluno. Era, enfim, uma forma de separação do ensino das elites - voltado ao trabalho intelectual - do ensino popular, voltado à preparação e ao adestramento dos trabalhadores manuais.

Em se tratando do cenário paranaense, pós década de 1930, no ensino primário foi de grande impacto a Campanha de Nacionalização do governo federal, colocada em prática em 1938, que radicalizou suas ações com o fechamento de centenas de escolas estrangeiras em todo o Brasil, sendo 78 escolas particulares étnicas no Paraná. Em contrapartida, foram abertas no Estado 70 escolas públicas e concedido auxílio especial para a construção de prédios escolares nas comunidades de imigrantes. A política de nacionalização das escolas se efetivou no Paraná pelo Decreto n.º 6.149 de 10.01.38, do Interventor Manoel Ribas (RENK, 2005).

Quanto ao ensino secundário, depois da Revolução de 1930, o Ginásio Paranaense⁴⁹, representava ainda “uma verdadeira direção mental do Paraná” (PILOTTO, 1954, apud MARTINS, 1989, p. 173). As escolas desse nível de ensino, que aos poucos se difundiam pelo Estado, tinham o seu currículo fundamentado no Ginásio Paranaense e este, por sua vez, se sustentava no currículo do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

⁴⁹ O Ginásio Paranaense, a partir do ano de 1943, passou a chamar-se Colégio Estadual do Paraná, continuando equiparado ao Colégio Pedro II. Em 1950, passou a funcionar numa ampla edificação na Avenida João Gualberto, n.º 250.

De acordo com Maria Antonieta M. Martins (1989), no período da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo, distinguem-se dois momentos na Educação no Paraná, idênticos ao ocorrido nos demais estados da federação: o primeiro é a expansão do ensino secundário pela iniciativa privada nas capitais e grandes centros, mais caracterizado após a Revolução de 1930, e o segundo momento é a disseminação deste nível de ensino para o interior do Estado, assinalando o início da democratização do ensino.

Para se ter uma idéia da difusão do ensino secundário no Paraná nos dois momentos citados, a autora, apoiada nas publicações de Erasmo Pilloto (1954)⁵⁰, esclarece que em 1948 havia no Estado 50 ginásios, dos quais 10 eram mantidos pelo governo estadual e 14 pertenciam aos municípios. Os demais, em número de 26, eram ginásios mantidos por instituições particulares. Dois anos depois, em 1950, a situação tinha se invertido, uma vez que havia 70 ginásios no Paraná, sendo 24 particulares e 46 estaduais.

Esta situação é confirmada considerando-se o município de Irati, que até o final da década de 1930, não possuía ainda sua escola de ensino secundário e em 1950 contava com três educandários ofertando este nível de ensino, sendo todos particulares: dois mantidos por congregações religiosas e o outro em poder de pessoa jurídica. Para o ensino primário o município contava, em meados do século XX, com mais de 30 escolas isoladas entre estaduais e municipais e 3 grupos escolares. Funcionavam também duas escolas Normais para a formação de professores primários, além de uma escola Técnica de Comércio (Orreda, 2004).

Um estabelecimento de ensino secundário de renome, nesse tempo, no município era o Colégio Irati, que fez parte da vida escolar de muitos cidadãos iratienses e hoje é lembrado com nostalgia por ex-alunos e professores. Dentre esses alunos, destaca-se o memorialista José Maria Orreda, que também exerceu a profissão docente no Colégio Irati e é um dos depoentes desta pesquisa.

O professor Orreda, ou Mima como muitos o conhecem, é autor de diversas obras sobre a História de Irati e em especial sobre a Educação no município. Hoje, conhecendo um pouco da trajetória de Orreda como aluno, professor, inspetor de ensino, escritor e político, não há como não relacionar sua vida a uma historieta que D. Leonídia, minha professora de 1ª série do 1º Grau, contou para seus alunos numa determinada ocasião. Lembro-me que a Dona – como a chamávamos – narrava as histórias com uma emoção e convicção que nos cativava. Depois de ouvir a tal historieta, naquele dia, fiquei muito comovida.

⁵⁰ Erasmo Pilloto é figura de destaque no cenário da Educação do Paraná. Foi Secretário da Educação e Cultura de 1948 a 1950. Deve-se a ele a abertura de mais de mil escolas rurais no interior dos municípios e a criação de 20 Cursos Normais Regionais destinados à formação de professores para as escolas primárias rurais. Também a instalação de 25 novos ginásios no Estado e a elaboração do ante-projeto de Lei Orgânica da Educação.

A história era de um filhote de cisne que havia sido chocado no ninho de uma pata e, por ser diferente de seus irmãos, o pobre filhote era perseguido, ofendido e maltratado. Sofria toda a espécie de discriminação por parte dos patos e galinhas do terreiro. Um dia, cansado de tanta humilhação, o filhote fugiu do ninho. Durante sua jornada, foi mal recebido em todos os lugares por onde passou e teve que agüentar o frio do inverno. Quando chegou a primavera, finalmente abriu suas asas e se uniu ao majestoso bando de cisnes, sendo, então, reconhecido como o mais belo de todos.

Era a história do *Patinho Feio* que me faz lembrar com saudades da minha primeira professora. Tal história representa, de uma certa forma, a vida de José Maria Orreda, um professor de Educação Física que vem se dedicando, ao longo dos anos, na constituição de um arquivo histórico do município de Irati, por meio de memórias e documentos. Colhi seu depoimento em 16 de fevereiro de 2007, em sua residência, onde me recebeu com muito zelo e atenção.

10. JOSÉ MARIA ORREDA

Sou natural do município de Irati. Nasci no dia 27 de novembro de 1936. Minha mãe chamava-se Ângela Eulália Brustolim Orreda e meu pai Luis Orreda. Ela dedicava-se ao lar e ele primeiramente foi motorista de caminhão, depois passou a fazer estofamento de bancos de automóveis e por último trabalhou como funcionário público. Deve ter sido um dos primeiros funcionários admitidos por concurso pela prefeitura de Irati, em 1938.

Meus pais tiveram quatro filhos: o Luis Carlos, eu que nasci em 1936, minha irmã Luiza Maria e o Antônio Marcos, já falecido.

Iniciei minha vida escolar no Grupo Escolar Duque de Caxias, nesse prédio atual que foi inaugurado em 1939. Fui aluno no Jardim de Infância de D. Vitória Chaibem e da professora Rosinha, da qual não lembro o sobrenome.

No Duque de Caxias fiz também o primeiro ano e repeti esta série. Nessa época, eu era tão gago que não conseguia falar. Tal problema começou depois de uma queda em uma escada, aos três ou quatro anos de idade.

Naquele tempo, minha família morava no porão da casa de minha avó. Num certo dia, as escadas foram lavadas e, quando eu estava subindo, minha tia gritou: “Cuidado que o diabinho te pega!” Com o susto, rolei da escada e perdi a voz.

Em outra ocasião, levaram-me para assistir um teatro de diabinhos no Colégio Nossa Senhora das Graças. Levei, então, um segundo susto com a figura do diabo. Parecia até que o diabo estava presente de tanto que falavam nele. Era uma coisa, assim, terrível! Há pouco tempo, Foed Castro Chamma, que é um grande poeta, escreveu um texto sobre seu tempo de Jardim de Infância no Colégio Nossa Senhora das Graças sendo assustado pela figura do diabo. Isso marcou a vida dele, como marcou a minha também.

Então, depois desses dois sustos, perdi a voz. E na escola era aquela metodologia antiga: dar a lição e tomar a lição. O professor marcava: “Estude da página tal até a página tal” e, na aula seguinte, chamava os alunos para dar a lição. Eu nunca consegui dar uma lição! Até os trinta anos tive dificuldades para falar.

Mas, no meu segundo primeiro ano, aconteceu uma das coisas mais fantásticas da minha vida escolar por intermédio de minha professora Jandira da Costa Marques. Nunca mais a esqueci! Certo dia, ela disse à classe que iria sortear um livro para o aluno mais comportado da turma. E eu, como não abria a boca, fiquei na expectativa de ganhar tal livro. Dias depois, ela chegou, pôs a mão no bolso de seu guarda-pó branco e disse que iria fazer o

sorteio. Tirou um papelzinho no qual estava escrito meu nome. Ganhei, então, o livro. Mas eu desconfio que ela havia escrito somente o meu nome no papel... O livro intitulava-se *O Patinho Feio*, que tenho guardado até hoje. Isso me marcou de uma maneira muito especial!⁵¹

Naquele tempo, no Duque de Caxias, existia a turma dos adiantados e dos atrasados. Na terceira série, fui para a turma dos atrasados. E eu era! Não falava, não abria a boca! Era mudo! Nessa série, em seis meses mudou sete vezes de professora! Acho que elas desanimavam com uma turma de casos perdidos! Não se adaptavam com a turma, não gostavam... Por esse motivo, minha mãe me transferiu para o Colégio Nossa Senhora das Graças. Porém, perdi o ano, novamente. Continuei no Colégio Nossa Senhora das Graças no ano seguinte e na 4ª série.

Quanto ao ensino da Matemática no meu primário, não lembro muito bem. Parece-me que era muito elementar: dividir, somar, multiplicar... Lembro que, numa ocasião, cheguei em casa e surpreendi minhas tias, que eram professoras: armei e resolvi uma conta de dividir por dois algarismos! Elas ficaram admiradas! Eu não era bom aluno, mas meus colegas pensavam que eu sabia as coisas...

Depois que terminei a quarta série, fui estudar em Curitiba, no Colégio Iguazu, em 1949. No ano seguinte, começou o ginásio no Colégio São Vicente. Voltei, então, para Irati e passei a estudar nesse Colégio. Repeti a série novamente, que era, naquele tempo, o primeiro ano do ginásio.

Essa mudança de 1º ano do ginásio para a 5ª série foi com a segunda LDB, a 5692, em 1971. A segunda LDB, pelo cronograma da Secretaria da Educação, levou nove anos para ser implantada. Não sei como um sistema pôde conviver com duas leis? A Lei 4024 e a Lei 5692 vigoraram ao mesmo tempo, pois a segunda não revogou a primeira. Em toda lei vem expresso no final: “Revogam-se as disposições em contrário”. Tal expressão não havia na Lei 5692! E eram leis completamente distintas.

A Lei 4024 era mais genérica. As verbas destinadas à Educação eram divididas em três partes iguais: para o ensino primário, para o ensino secundário e para o ensino superior. Isso foi um grande avanço! No Brasil, sempre se quer construir a casa começando pelo telhado! O investimento maior é sempre para o ensino superior. O Paraná faz isso até hoje, pois investe a maior parte dos recursos nas universidades. Isso representa um grande sacrifício para a Educação Básica.

⁵¹ Imagem da capa e dedicatória do livro em anexo pág. 229.

No Colégio São Vicente, continuei com as dificuldades, sem nunca conseguir dar uma lição e sem nunca ter um professor de Matemática de verdade. O que acontecia era o seguinte: como não havia professor, o padre diretor, que não era formado em Matemática, ministrava as aulas dessa disciplina. Suas aulas, no entanto, eram tomadas para dar sermões nos alunos. Uma tragédia! Aprendi muito pouco dos conteúdos de Matemática! Porém, em Língua Portuguesa tive um mestre de verdade, o Pe. Rui Pereira.

Nessa época, o curso secundário era oferecido, em Irati, no Colégio Nossa Senhora das Graças para as meninas, no Colégio São Vicente para os meninos e no Colégio Irati para ambos os sexos. Professora de Matemática formada, lembro-me somente da Maria José Hilgemberg que lecionava no Colégio Nossa Senhora das Graças e no Colégio Irati, mas não fui aluno dela.

O curso científico foi implantado no Colégio São Vicente somente no final da década de 1950. Não fiz esse grau de estudo nesse colégio, pois terminei o ginásio anos antes e passei a estudar em outra escola.

Com a implantação do científico, o São Vicente ganhou muito prestígio. Seu quadro de professores era excelente: o Padre Ribeiro lecionava Física, Química e Biologia, o Padre Alfeu, que também era o diretor, trabalhava com a disciplina de Matemática e outros padres como o Pe. Mota, Pe. Xavier, Pe. Marcelo e outros atuavam nas demais disciplinas. Muitos alunos conseguiam passar em vestibular sem cursinho.



**Religiosos do Colégio São Vicente de Paulo
Década de 1950⁵²**

⁵² Da esquerda para a direita: Pe. Rui do Carmo Pereira de Aguiar (Professor de Língua Portuguesa), Pe. José Freitas de Lima (Professor de Matemática), Pe. Nicolau Nejnek (Professor de Geografia) e Irmão Martins (Professor de Religião). Foto do arquivo pessoal de José Carlos Araújo.

Fiz o curso científico e o curso de contabilidade no Colégio Irati. Quem ministrava as aulas de Matemática era o gerente da Caixa Econômica, que podia lecionar somente nas primeiras aulas. Certamente, ele não era formado em Matemática. No Curso de Contabilidade era a Matemática Financeira e do Curso Científico as aulas foram pouco proveitosas. Nesse tempo, o Colégio Irati era um estabelecimento de ensino em fase final, tanto que funcionou até 1965 e cessou por falta de alunos e por falta de professores. Era uma situação difícil porque professor era raridade. Para as exatas: Matemática, Física, Química e Biologia, a situação era, ainda, mais complicada.

Então, pela falta de professores formados, o ensino de Matemática, tanto no ginásio como no colegial, foi deficitário. Não havia seqüência dos conteúdos, o que é essencial nessa disciplina. Contudo, havia alunos que se destacavam como o Francisco Miguel Stroparo, que estudou no Colégio Irati e depois passou já no primeiro vestibular da Universidade Federal em Curitiba, no curso de Odontologia. Mais tarde se tornou professor nessa Universidade. Quando o Francisco ministrava uma aula, a faculdade parava. Todo mundo ia assistir! Ele dava show!

Após concluir o colegial, voltei a estudar em Curitiba, onde fiz o curso de Educação Física, de 1958 a 1960. Na época, só existiam duas faculdades de Educação Física no Paraná: uma em Curitiba e outra, se não me engano, em Londrina. Meu curso não foi de alto nível, porque a faculdade estava mais para fechar do que para continuar. Era uma faculdade mantida pelo Governo do Estado que não pagava o aluguel do prédio. Hoje é um curso da Universidade Federal, mas na ocasião, nem sede própria tinha.

Em 1961, após minha formatura, voltei para Irati e iniciei minhas atividades docentes com a disciplina de Educação Física. Trabalhei primeiramente no Colégio Irati, com os cursos ginásio e Normal. Nesse primeiro ano, as aulas no Colégio São Vicente me foram negadas pelo diretor que temia pelo meu abandono das aulas. Isso porque a maioria dos professores formados que chegava a Irati, assumia as aulas, assinava o termo de posse e voltava para Curitiba removida, geralmente com a ajuda de um político. Dificilmente um professor vindo de outra cidade, permanecia por muito tempo em Irati. Então, o Padre Alfeu, diretor do São Vicente, preferiu não dispensar o professor que já lecionava no Colégio mesmo sem formação, para que eu assumisse as aulas. Como não fui buscar meus direitos, não assumi tais aulas e fui contratado pelo Colégio Irati. No ano seguinte, no entanto, fui admitido para lecionar no Colégio São Vicente.

Logo que voltei de Curitiba, fui eleito presidente da Liga de Basquete e Vôlei e também criei um jornal chamado O Debate, cujo objetivo maior era a motivação para a

construção de um ginásio de esportes em Irati. No jornal, publicávamos muitas matérias solicitando a construção do tal ginásio. Amolamos tanto, criamos tantos problemas, fizemos tantos lances, acertos, que conseguimos que o Dr. Zanetti⁵³, o prefeito na época, iniciasse a construção do ginásio.

Tivemos apoio, também, do governador do Estado, Paulo Pimentel, que assumiu o compromisso em sua campanha política. Naquela eleição, o candidato Pimentel estava perdendo na apuração dos votos até a abertura da “urna dos moços de Irati”. Nessa urna, foram contabilizados 80% dos votos para o Pimentel, que passou à frente na apuração e ganhou a eleição. Ele atribuiu a vitória ao nosso trabalho, dos que estavam envolvidos com o esporte em Irati.

Três anos depois, recebemos uma verba de cem mil reais do Governo do Estado, mas o ginásio estava orçado em trezentos e cinquenta mil. Diante disso, o Dr. Zanetti, cauteloso, não queria começar a construção, alegando que não poderia deixar para o próximo prefeito uma obra iniciada. Pedi, então, ao prefeito, um argumento para que eu não o criticasse no jornal, pois Irati estava perdendo uma verba de cem mil reais. Eu o aconselhei para que iniciasse a obra, fizesse a estrutura do ginásio e montasse a arquibancada. Caso o prefeito seguinte não continuasse a obra, iluminaríamos o ambiente e teríamos mais uma quadra de esportes na cidade. Diante da minha insistência, a obra foi iniciada. A gestão seguinte, do prefeito Edgard Gomes, deu continuidade à construção que finalmente foi concluída em 1972.

Na gestão do prefeito Dr. Zanetti, trabalhei à frente da Inspeção Regional de Ensino. Quando assumi esse cargo, voltaram de São Paulo dez professores que tinham feito um curso de supervisão escolar, por um ano, no INEP. Alguns desses professores foram trabalhar na Inspeção, no setor de Supervisão Escolar. Dentre eles: Avany Caggiano, Lídia Rocca e Efigênia Rolim. Essa equipe teve a incumbência de organizar e ministrar cursos para os professores das escolas primárias. Acabamos com a história de que o inspetor deveria fiscalizar as escolas, vigiar os professores e observar a parte administrativa. A inspeção, nesse tempo, teve por meta a parte pedagógica das escolas!

Nessa época, eram 63 escolas multisseriadas no interior, que foram divididas em núcleos como Cadeadinho, Rio do Couro e outros. Na sede desses núcleos, em dias marcados, eram oferecidos cursos de aperfeiçoamento aos professores. A professora Avany ficou responsável em trabalhar os conteúdos de Matemática e a Lídia Rocca com a Língua

⁵³ Idelfonso Zanetti é formado em Medicina e exerceu o cargo de prefeito municipal de Irati de 1963 a 1969.

Portuguesa. Dessa maneira, mudamos a maneira de atuação da inspetoria de ensino que, até então, tinha a função de nomear e remover professores e realizar os exames de final de ano.

Os exames eram feitos para ver se o aluno deveria ser aprovado ou não e eram realizados por uma banca da inspetoria que ia a cada escola. A relação com o dia e local das provas era colocada, inclusive, no jornal da cidade.

Quando a equipe aplicava os exames finais, era oferecido à banca um banquete. Era banquete pra cá, banquete pra lá! O dia de exame era mais para fazer festa para a equipe da inspetoria, do que propriamente um dia dedicado às avaliações. Acabei com toda essa história de banquete!

Os núcleos que formamos no interior do município eram para capacitar os professores, pois a maioria não tinha formação. Geralmente eram pessoas da própria comunidade que eram nomeados para que a escola não ficasse sem professor. Às vezes, era quem estivesse disponível ou uma moça, por exemplo, que tivesse estudado até o terceiro ano primário.

Para capacitar os professores não formados, foram realizados também cursos de férias no Colégio São Vicente. Foram cursos coordenados pelo MEC e tiveram a duração de um mês.

Logo que assumi a inspetoria, em 1964, observei na Lei do Sistema Estadual de Ensino e na Lei de Diretrizes e Bases Nº 4024, que as escolas deveriam trabalhar em colaboração com a família. Amparado nessas leis, fiz um plano de trabalho cujo objetivo era a fundação da Associação de Pais e Mestres (APM) em todas as localidades que possuíssem escolas.

Dessa forma, num trabalho conjunto das APMs e da prefeitura, foram construídas trinta novas escolas no meio rural e reformadas todas as outras, num período de cinco anos. Eu orientava as comissões, na época, para que não gastassem o dinheiro arrecadado em promoções, na estrutura física das escolas. “Para o prédio escolar, vão pedir para o prefeito! O dinheiro das promoções deve ser gasto para o aluno, na compra de caderno, lápis ou mesmo um par de sapatos”.

Então, com as APMs, fiz com que a comunidade se organizasse em benefício da escola. Tive a grande idéia quando, numa ocasião, estava passando pela comunidade do Rio do Couro. Lá a igreja era o prédio mais bonito do lugar e a escola o mais feio. A escola estava caindo aos pedaços com vidros quebrados, sem pintura, sem muro... Aí eu pensei: “Por que essa diferença?” Aí me contaram que havia uma comissão que cuidava da igreja. “Ah! Então vamos fazer uma comissão para a escola também!” Assim, me convenci de que a APM era fundamental e fiz com que as comunidades se mobilizassem para a criação de tais

associações. As escolas, por exemplo, não hasteavam a bandeira porque não tinham bandeira. Depois, com a atuação das associações, as escolas ficaram muito bonitas: foram pintadas, cercadas e passaram a ter mastro para bandeira...

Numa ocasião, inclusive, na fundação de uma Associação de Pais e Mestres, encontrei numa escola uma bandeira toda estragada. Era mais buraco do que bandeira! Levei essa bandeira comigo e, numa aula de oratória, ao proferir um discurso, abri a bandeira e disse: “Olhem! Esse é o retrato do Brasil! Vejam como é que estão tratando as crianças desse país!” Foi um desfecho que sensibilizou todo mundo, como estou me sensibilizando somente de lembrar.

Outro projeto que desenvolvemos em parceria com a ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná) - que hoje é a EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) - com a prefeitura e com o Colégio Nossa Senhora das Graças, foi a criação dos Clubes Agrícolas Escolares. Eram também denominados Clubes Quatro S. Cada S tinha um significado: saber, sentir, saúde e servir. Esse projeto objetivava o cultivo de hortas nas escolas e, por extensão, o cultivo destas nas residências dos alunos e a melhoria da saúde das famílias.

Tal projeto foi apresentado, em 1969, numa reunião no CETEPAR (Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná), em Curitiba, quando houve um seminário de integração de todo Paraná. O projeto foi muito bem aceito sendo, então, levado para todas as áreas de atuação da ACARPA, que passou a coordená-lo. Tenho uma estatística, inclusive, que tempos depois, mais de trezentas mil crianças das escolas faziam parte dos Clubes Quatro S no Paraná.

No entanto, ao terminar os estudos na escola, os alunos não queriam sair do clube. Por isso, fizemos novamente uma parceria com a ACARPA e fundamos o Conselho de Desenvolvimento da Juventude Rural e criamos os Clubes Quatro S não escolares. A Secretaria de Educação de Irati cedeu um professor para coordenar o trabalho nesses clubes e a ACARPA ofereceu toda a assistência técnica para a organização das hortas. Foi fundado um número considerável de Clubes Agrícolas não escolares. Houve um grande encontro, na época, na localidade de Florestal, onde os alunos demonstraram todas as técnicas que haviam aprendido. Foi um programa sensacional!

Hoje em dia, vejo que existem alguns programas inconsistentes como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que, no meu ponto de vista, é um absurdo! A criança precisa aprender a trabalhar! Ela não pode deixar de estudar e nem tampouco, ser submetida a um trabalho pesado, incompatível com sua idade, como nos fornos de carvão ou cortando

mandioca ou cana. Isso não pode! Mas ela pode e deve trabalhar desde cedo, porque o trabalho não faz mal a ninguém. O trabalho é um privilégio e um hábito. Quem não trabalha, não se acostuma a trabalhar. Entretanto, vejo que é um equívoco deixar uma criança o dia todo na escola, para que ela não trabalhe. Muitos pais colocam as crianças para trabalhar aos sábados e domingo, já que não se pode durante a semana. As crianças das nossas escolas, na época que fui inspetor, faziam horta e melhoravam a saúde. Aprendiam como fazer canteiros e como cultivar a terra.

Naquele tempo, as escolas no interior eram, na grande maioria, multisseriadas. Escola seriada havia em Riozinho, que hoje pertence ao quadro urbano, em Gonçalves Júnior e em Guamirim. Hoje, existem pouquíssimas escolas multisseriadas. Existem aquelas em que os pais não concordam que as crianças peguem ônibus para que estudem em outra localidade e, por isso, não abrem mão da escola do lugar. A maioria, hoje, é seriada, mas antigamente não era assim. Era tudo mais difícil!

Mas para se tornar professor, não era difícil, não! Houve um determinado período, que os candidatos ofereciam título de nomeação para servente de escola e para professor de 1ª a 4ª série em branco. Eram títulos de nomeação em branco! O cabo eleitoral oferecia tais títulos para líderes de uma determinada localidade – aquelas pessoas que podiam “arrumar” bastante voto – e diziam “Se você me apoiar nessa eleição, nomeio tua filha ou tua esposa para professora ou servente da escola”! Isso acontecia em todo Estado, inclusive em Irati!

Às vezes, acontecia o seguinte: os títulos de servente acabavam e, então, era dado o título de professora para o trabalho de servente. Quando fui Inspetor Regional de Ensino, entre 1964 e 1968, houve casos em que serventes nomeadas com títulos em branco, vieram me pedir a transposição de professor para servente, para regularizar a situação. Na época, até aconselhei essas pessoas que ficassem quietas, caso contrário poderiam ser exoneradas. Certamente, essas pessoas seriam investigadas e perderiam o cargo porque o que é aceitável é a transposição de servente para professora. Agora, de professora para servente? Isso foi noticiado em jornais, inclusive. Eram assim que as coisas aconteciam... Veja como era a política!

Em 1961, quando o governador Ney Braga⁵⁴ assumiu, a nomeação por QI, quer dizer, por quem indica, acabou. Ele determinou a realização de concursos e só era nomeado quem possuía título. Havia, ainda, problemas, porque algumas professoras eram nomeadas para um determinado lugar e não assumiam o cargo. Ainda os políticos davam um jeito! Enfrentei, por

⁵⁴ Ney Amintas de Barros Braga, governador do Paraná nos períodos de 1961 a 1965 e de 1979 a 1982.

isso, sérios problemas na Inspeção de Ensino! Se eu removesse uma determinada professora, quem iria colocar no lugar? Iria fechar a escola? E o que diria para a comunidade? Eu era o responsável pela Educação no município e na região! Tive até mesmo que deixar o cargo por não ceder a certas pressões. Afinal, meu cargo era para resolver os problemas da Educação e não para criar problemas para a Educação! A política funcionava, mandava e acontecia! Hoje ela manda e acontece, mas já diminuiu. A influência política nos cargos públicos não é tão grande, mas ela atua, ainda, nocivamente.

Após deixar o cargo de inspetor de ensino, passei a ministrar aulas de Educação Física, na comunidade do Riozinho, no Colégio Sagrado Coração, fundado em 1969. Nessa escola, exerci a função de diretor também até 1972.

Em 1973, me casei com Madalena Maria Anciuti, mãe dos meus dois filhos: o Fernando que é engenheiro mecânico e trabalha em Curitiba numa fábrica de fios elétricos e a Fabiana que fez a Licenciatura em Matemática e depois uma segunda graduação em Informática. A Fabiana trabalhou no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, e também na Secretaria de Educação. Atualmente, se encontra na Espanha fazendo doutorado.

Hoje não se pode mais ficar apenas na graduação. É preciso fazer especialização, depois o mestrado, o doutorado... Estudar sempre! Como dizia Euclides da Cunha: “Nós estamos condenados à civilização; ou avançamos ou regredimos”. Então, estamos condenados a estudar sempre; ou estudamos ou desaparecemos. Grande Euclides! Um dos maiores escritores brasileiros! Genial! A descrição dos Canudos, feita por ele, é fantástica! Parece que estamos vendo os combates, os momentos... Uma obra que não pode deixar de ser lida!

Eu sempre li bastante. Para fazer meus trabalhos, li e pesquisei muito sobre Irati. Descobri, por exemplo, que Irati foi, no passado, um dos maiores produtores de trigo do Paraná, tanto que em 1936 ou 1937, o Secretário da Agricultura do Estado veio solenizar o início da colheita deste cereal no município. Irati teve, também, uma fase de grande desenvolvimento quando foi o maior produtor de batatas do Brasil. Essa fase da batata durou até 1950, talvez 1948, quando houve uma grande crise na produção de batatas. Outro importante ciclo da agricultura foi o feijão. O município foi um dos maiores centros de comercialização de feijão no Brasil e, até hoje, é o maior centro de produção no Estado do Paraná. Já passou aquela fase de grande movimento do feijão, mas Irati ainda tem uma posição de destaque.

Outro importante ciclo de desenvolvimento da região foi o ramo madeireiro. Teve uma época, inclusive, que Irati ditava os preços da madeira na praça de São Paulo. Essa fase durou até meados da década de 1950, quando os madeireiros passaram a montar suas serrarias em

outras regiões, principalmente em Guarapuava. Irati, no entanto, continuou sendo um grande centro da madeira. Não um centro de produção, mas os escritórios das firmas continuaram em Irati. Ou seja, os madeireiros foram extrair em outros lugares, mas continuaram morando aqui, o que não era comum nos ciclos.

Normalmente, quando passa um ciclo, o pessoal vai embora e o lugar vira um espaço de fantasma. E em Irati, isso não aconteceu. As pessoas já estavam radicadas. Esse fenômeno aconteceu, também, na época da construção da estrada de ferro. Após concluírem a instalação dos trilhos nessa região, os trabalhadores continuaram a construção da estrada de ferro em outros lugares, mas as famílias ficaram em Irati, pois as crianças podiam freqüentar a escola.

Então, a região de Irati se desenvolveu com o ciclo da extração da erva-mate, da madeira, principalmente do pinheiro, e também com a agricultura. Essa região é considerada pioneira no desenvolvimento do Estado. É uma área que ficou abandonada pelos governos a partir do ciclo do café, quando as atenções se voltaram para o Norte do Paraná. O Sul do Estado, quando passou a fase do pinheiro, ficou esquecido.

Outro problema que aconteceu na região foi político. A região acabou se fragmentando quando os municípios se filiaram a outras associações. Irati, Rebouças, Rio Azul e Mallet se filiaram à associação de municípios de União da Vitória. Já Imbituva e Teixeira Soares se filiaram a região de Ponta Grossa, e Prudentópolis à Guarapuava. Eu critiquei muito no jornal *O Debate* essa fragmentação. Considerando o mapa do Paraná, se traçarmos linhas ligando os municípios de União da Vitória, Guarapuava e Ponta Grossa, observaremos um triângulo com o município de Irati inserido nele. Tenho um trabalho, inclusive, chamado *Geo-política*, no qual mostro isso. Fiquei quinze anos falando, dando entrevista em rádio, escrevendo artigos, citando em meus livros, que estávamos contrariando a política do Governo Federal, sobre as áreas metropolitanas. Irati é uma área metropolitana e gravitava em outras áreas. Era preciso constituir a micro-região.

Em 1982, me elegi vereador e o José Richa se tornou governador do Estado. A mulher do Richa é iratiense, nascida em Riozinho e é prima de minha esposa Madalena. Então, por conta dessa aproximação, a Madalena, juntamente com as esposas do prefeito e do vice-prefeito, também a Lenita Ruva e outras mulheres, foram a Curitiba solicitar ao Richa a instalação do Núcleo Regional de Educação em Irati. O Richa, no entanto, negou o pedido, alegando que Irati não era sede de micro-região. Isso motivou as lideranças políticas e em março de 1983, a AMCESPAR foi criada. A micro-região, foi, enfim, constituída, após vinte anos de esvaziamento e de dispersão.

Hoje nós temos uma situação exemplar na região, a ADECSUL, que reúne a AMCESPAR – Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná – com a AMSULPAR – Associação dos Municípios do Sul do Paraná – que é a região de União da Vitória. As duas associações estão unidas para discutir turismo, ecologia e projetos de desenvolvimento e economia sustentável. E isso é fantástico! A história nos ensinou que a democracia é o caminho e também que para se obter o sucesso, é necessário reunir pessoas em grupos e articular esses grupos com outros grupos cada vez maiores. Não tem sentido pensar em termos de município, isoladamente. Irati tem identidade com Imbituva, Prudentópolis, Rebouças, com os municípios vizinhos. Essa área foi colonizada mais ou menos ao mesmo tempo com a chegada do polonês, do ucraniano, do alemão, do holandês... Pela geografia física, a região é idêntica: terras acidentadas, mesmos problemas, mesmo clima... Há identidades em vários setores.

Depois da criação do Núcleo de Educação, vieram outros serviços: a Secretaria de Agricultura, do Trabalho e Emprego, da Saúde. Hoje, na economia de Irati, os serviços representam 57%, a agricultura 15% e 26% a indústria, segundo dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). A economia de Irati é uma economia pós-moderna, pois os serviços, atualmente, é que definem uma economia pós-moderna. Não é mais a agricultura o segmento fonte.

Com a instalação do Núcleo Regional de Educação, a Lenita Ruva, indicada por mim, assumiu a chefia e ficou por três gestões do governo do Estado. Em 1995, o governador Jaime Lerner⁵⁵ assumiu e passei a ser o chefe do Núcleo de Educação. Fiquei até 1999. Nesse período, conseguimos ampliar o número de escolas de Ensino Médio em 123%. Somente em Irati foram instalados quatro colégios, em Prudentópolis seis colégios e em Fernandes Pinheiro um colégio. Em Irati havia apenas duas escolas de Ensino Médio: o São Vicente e o Colégio Florestal. O Colégio Antonio Xavier da Silveira não era, ainda, de Ensino Médio, pois funcionava como uma extensão do Colégio São Vicente.

No governo Lerner, todas as escolas de Ensino Médio receberam verbas através do PROEM – Programa de Expansão do Ensino Médio – financiadas pelo Banco Mundial. Em várias escolas foram construídos laboratórios de informática, inclusive no Colégio Antônio Xavier, o único de Irati a receber esse benefício. Outros laboratórios foram instalados em escolas de Inácio Martins, de Rio Azul, de Prudentópolis... Foram cinco ao todo. Para o Ensino Fundamental havia o PQE, outro programa com recursos do Banco Mundial. Através

⁵⁵ Governador do Paraná de 1995 a 2002.

desse programa, foram ampliadas as bibliotecas das escolas. Os professores foram, inclusive, para Faxinal do Céu⁵⁶, comprar os livros. Também foram construídas escolas e reformadas outras. A escola da comunidade do Alto da Lagoa foi construída com recursos desse programa.

Quando eu assumi o Núcleo de Educação, lá havia apenas dois computadores: um XP 200, que eu chamava de X Tapa porque a gente tinha que dar “uns tapinhas” para funcionar, e um 486 no qual a Arilda Moleta trabalhava com a implantação do sistema de notas nas escolas. Em 1999, 100% das escolas municipais e estaduais estavam informatizados com o sistema. E no Núcleo, cada setor recebeu um computador. Então, o Jaime Lerner, fez algumas “bandidagens” em seu governo, como o pedágio, por exemplo, mas foi ele que começou a informatizar as escolas. Porque o Requião⁵⁷, em seu primeiro governo, não quis saber de informática nas escolas, nem o Álvaro Dias⁵⁸ depois!

Uma das coisas mais fantásticas que aconteceram na época que estive no Núcleo de Educação, foram os cursos de capacitação para os professores. Foi um dos momentos de maior capacitação que já tivemos. Eram seminários em Faxinal do Céu para todas as áreas e capacitações nos próprios Núcleos. Houve um seminário, em Faxinal do Céu, na área de Ciências, que durou quinze dias. Um dos docentes era dos Estados Unidos. No Núcleo, era a professora Joanice⁵⁹ que coordenava esse trabalho na área de Matemática. Temos o registro de centenas de participações em capacitação nesse período, de um total de seiscentos professores, aproximadamente, que trabalhavam nas escolas da região. Tenho esse registro num dos volumes sobre a História da Educação em Irati que escrevi.

O que me motivou a escrever sobre a história de Irati foi o jornal O Debate. Comecei a fazer jornal em 1961, e passei a publicar algumas coisas a respeito da história. Percebi, então, que Irati não tinha uma história escrita e me propus a fazer um volume sobre a história de Irati. Tive dificuldades por não ter formação na área de História e também porque na minha graduação em Educação Física, não tive noção alguma de pesquisa. Mesmo assim, fiz um primeiro volume da história de Irati, depois um segundo volume e acabei fazendo um terceiro. Publiquei, também, a História do Esporte e fiz um trabalho sobre a história da Educação em Irati, que tem mais de mil páginas.

⁵⁶ Centro de capacitação de professores criado no governo de Jaime Lerner.

⁵⁷ Roberto Requião de Melo e Silva: atual governador do Paraná desde 2003. Seu primeiro mandato foi de 1991 a 1994.

⁵⁸ Álvaro Dias: governador do Paraná de 1987 a 1991.

⁵⁹ Joanice Zuber Bednarchuk - depoente deste estudo.

Às vezes, até me pergunto como foi possível reconstituir uma história com o escasso tempo que tinha. Eu fazia o jornal na quarta, na quinta e na sexta e ele circulava no sábado. No domingo, eu procurava dar atenção para a família, para as crianças principalmente. Meu trabalho era puxado durante a semana: era de manhã, à tarde e à noite. Em casa eu almoçava, jantava e voltava para dormir. Nessa época, além do jornal, eu lecionava nas escolas e era coordenador de esportes no SESI.

O ato de escrever artigos para o jornal, me levou a pesquisar, a conversar com as pessoas. Acredito que fiz os trabalhos sobre Irati no momento oportuno, pois encontrei muitas pessoas antigas, do começo da instalação do município. Entrevistei muita gente da cidade e do interior.

Quando estava escrevendo meu primeiro livro, em 1972, fui candidato a prefeito. Até digo para as pessoas que fui o maior político que apareceu na história de Irati! Isso porque, aos domingos, naquela época, eu ia com meus amigos nas festas de igreja fazer campanha política. Ao chegar, eu já ia perguntando: “Quem é o mais antigo da localidade?” E me apresentavam algumas pessoas com as quais eu conversava. Cada um contava alguma coisa e eu tomava nota de tudo. Quando íamos embora, eu lembrava: “Puxa! Esqueci de contar que sou candidato!” No domingo seguinte era uma outra festa. E novamente perguntava: “Quem é o homem mais velho daqui?” E na conversa com as pessoas, eu me empolgava tanto que não dava tempo de contar que era candidato. Esquecia! Político como eu, não vai aparecer mais! Na verdade, eu estava mais interessado em saber das coisas da história do que fazer política.

Então, conversando com as pessoas, fui juntando material. Fui guardando tudo. E assim como as mulheres ao fazer almoço - se sobra arroz, fazem os bolinhos, se sobra feijão, fazem o virado - com o que sobrou do que coletei, fiz mais dois livros chamados *Aleluia*. Nele escrevi nomes de pessoas, das coisas, do lugar, dos passarinhos... Tem mais de dez mil sobrenomes, todos de gente de Irati.

Para selecionar esses sobrenomes, parti do seguinte critério: colocar o sobrenome de quem morava em Irati. Porque as pessoas são como as árvores: têm que ter raízes profundas, senão dá um vento e leva a árvore para o chão. Se alguma pessoa havia morado em Irati, mas foi embora, não coloquei o nome dessa pessoa no livro, porque não criou raízes. Eu tinha que fazer escolhas. Eu não posso fazer um trabalho e incluir tudo sobre o assunto. Primeiro porque é impossível! Segundo porque não posso ser tão ganancioso e não deixar nada para os outros. Tem que dar uma chance para alguém fazer um futuro trabalho.

No meu *Aleluia*, no primeiro volume coloquei os nomes dos poloneses, dos ucranianos, dos italianos, dos alemães, dos holandeses, todos separados! No segundo volume,

os nomes já aparecem juntos, porque foi isso que aconteceu. Na colônia Gonçalves Júnior, havia, antigamente, quatro clubes, quatro cemitérios, quatro igrejas... Os grupos étnicos não se misturavam, era cada um com o seu grupo. Depois eles foram casando: o polonês com a ucraniana, o alemão com a italiana... Começou a haver um entrosamento na comunidade. Uma miscigenação! É o que acontece no meu segundo *Aleluia*.

Foi muito prazeroso escrever os meus livros! E o que a gente faz com gosto não é difícil! A gente nem se cansa! O trabalho com qualidade é trabalho feito com amor, boa vontade... Hoje, estou na fase do caos, pois estou fazendo as revistas do centenário. Juntei muito material e agora pego, misturo, mexo... Estou quase confuso! Fui me acostumando a deixar as coisas espalhadas, me preocupando com o produto final. Sempre andei com papel no bolso, tomando nota de tudo que acho relevante. Às vezes, estou indo de carro e paro para tomar nota de alguma coisa porque na próxima esquina, talvez tenha esquecido.

Sempre guardo jornais, também. Dias atrás, um dos jornais que leio, trouxe uma página inteira sobre o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O jornal está guardado! Como estou fazendo a revista do centenário sobre Educação, tenho que pesquisar, saber como ficou a lei, o que mudou, qual é a proposta. Ao fazer o livro da Educação, por exemplo, pesquisei no que tenho guardado e acabei fazendo mais de mil páginas. É um trabalho que dá uma idéia geral do que foi a Educação em Irati. Porém, não desce à particularidade da sala de aula. Isso não consegui fazer! Acredito que é impossível contar como foi o ensino da Matemática ou da Língua Portuguesa em sala de aula... Posso me reportar somente a mim, ao meu tempo de estudo.

E, lembrando desse tempo, tenho a convicção de que como estudante fui o pior aluno de Irati! Vai ser difícil aparecer um igual! Tanto que, quando estive na chefia do Núcleo de Educação, sempre pedi para os professores: “Por favor, tomem cuidado com aquele aluno que não sabe nada, que tem mil dificuldades. Trate-o da melhor maneira possível! Ele pode ir muito longe, mas ele precisa de apoio!”

As minhas dificuldades na escola eram imensas! Só tirava zero do Padre Rui Pereira em Língua Portuguesa. Eu era um caso perdido! Ele me dava uma cópia para fazer, a fim de que eu conseguisse alguma nota. Mas eu tirava zero na cópia de um parágrafo. Não punha pingão no i, não punha pingão no j, não punha cedilha... Ele até me pedia para ler o que eu havia escrito, mas nem isso eu conseguia. Aí ele balançava a cabeça: “Não tem o que fazer com esse aqui”!

Tenho a certeza, contudo, de que aprendi muito com o Padre Rui Pereira que era muito exigente. Ele tinha sido aluno de um dos maiores nomes da educação mineira, Padre Antônio Cruz! Cada pinga no i ou uma vírgula que não era colocada, o Padre Rui descontava um ponto. Um ponto por erro! E eu era zero, zero, zero... A média, na minha época do São Vicente, era quatro e eu sempre estava perto do quatro.

Mas a questão de nota é muito relativa! Depende do professor! Ele pode dar sete para todo mundo, como pode dar seis para todo mundo. É uma questão de como avaliar! Acho que não significa muita coisa.

Enquanto professor, nunca me prendi em nota. Fui professor de 1961 a 2003. Desse período, fiquei quatro anos na Inspeção Regional de Ensino e cinco anos no Núcleo de Educação. Fiquei nove anos fora de sala de aula, não da Educação. Lecionei mais de trinta anos, em praticamente todas as escolas urbanas de Irati e saí porque estava chegando perto de ser mandado embora. No Brasil, infelizmente, aos setenta anos a aposentadoria é compulsória. Em qualquer setor do Estado, com mais do que setenta de idade o funcionário não fica, mesmo que não tenha tempo de serviço.

Então, antes que chegasse nos setenta, pedi a aposentadoria. Em Irati, já havia sido implantado um curso de Educação Física na Universidade e alguém poderia estar precisando da minha vaga. Também porque eu estava agüentando só quatro aulas diárias. Na quinta aula já não estava mais agüentando, não tinha condições. Isso porque nunca fiz como muitos professores da disciplina que dão a bola para os alunos e não ministram aula! Eu trabalhava realmente e isso era um desgaste muito grande. Então, estava na hora de dar lugar para alguém...

Foram quarenta e três anos na Educação. Sinto-me realizado! Se pudesse, gostaria de ter continuado. Sinto falta do convívio com os alunos. Uma coisa que não aceito é quando os professores dizem que os alunos estão impossíveis, que não podem com a vida deles. Acho que existe algum problema com o professor também. Talvez em sala de aula esteja mais difícil, mas na área de Educação Física, nunca tive problemas com alunos. Tive casos, às vezes graves, mas problemas não.

Em certa ocasião, no CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança⁶⁰), já no final de carreira, um aluno tirou uma colega da aula para namorar. Fui buscar a aluna e o menino me disse: “Vou quebrar a sua cara!” Aí, eu respondi: “Você vai quebrar a minha cara, se eu não

⁶⁰ Modelo de instituições educativas criado pelo governo federal, a partir de 1993, com a oferta de serviços especiais de atenção integral à criança e ao adolescente. Em Irati, a instituição foi instalada em 1996 e recebe o nome de CAIC João Paulo II.

quebrar a sua antes e suma-se daqui”. Nunca tive medo de conselho tutelar ou de pai de aluno, pois o que está errado, não abro mão. A criança nós temos que tratá-la com uma mão de ferro e a outra de veludo. Com uma mão você segura e com a outra você solta. Deve existir o equilíbrio.

Eu não tolerava bagunça em minha aula. Tratava os alunos como eles pediam para ser tratados. Claro que não se pode desrespeitar o aluno porque ele revida. Havia uma época que o professor agredia e o aluno ficava quietinho. Hoje não! Se você quer ser respeitado, tem que respeitar.

Tive uma turma no CAIC na qual havia seis alunos hiper-ativos. Imagine só, eu não conseguia nem que eles ficassem formados em fila! Saíam da aula e ninguém os segurava. Faziam o que queriam. Eram crianças pobres, maltratadas, sofridas. Era preciso tratá-las com muito carinho! E, numa ocasião, vieram algumas alunas do curso de Educação Física da Unicentro, fazer estágio na minha aula. Aí, eu pensei: “Meu Deus do céu, e agora”?

Mas naquele ano, aconteceu comigo uma coisa fantástica, que me emocionou. Um dia, cheguei e a turma estava virando a sala de perna para o ar! Não adiantava chamar atenção ou gritar. Aí, disse para eles: “Olha! Vocês precisavam ter sido meus colegas de escola! Quando o professor entrava na sala de aula, os alunos ficavam em pé e diziam, todos ao mesmo tempo: Bom dia professor! E o professor respondia: Bom dia, meus caros alunos! Os alunos sentavam-se e o professor começava a dar aula”. Conversei com a turma naquele dia, mas pouco adiantou. Na aula seguinte, quando entrei na sala, os alunos ficaram em pé e disseram em coro: “Bom dia professor”! Isso me marcou muito! Eu já estava conseguindo alguma coisa com eles, apesar de que com seis alunos problemáticos numa turma é muito complicado!

Acho que se o aluno for bem tratado, o professor terá sucesso. A tarefa fundamental do professor é conseguir que o aluno tenha auto-estima e autoconfiança. A primeira coisa é conquistar o aluno. E quando falo em conquistar, lembro-me da minha professora Jandira da Costa - aquela que me deu o livro - grande mestra no início de minha escolarização no Grupo Escolar. *O Patinho Feio* me marcou muito. Acho que a função do professor é transformar patinhos feios em cisnes...

11. OS GRUPOS ESCOLARES EM IRATI

Um educandário que fez parte da vida não somente do professor José Maria Orreda, como de grande parte da população iratiense, foi o Grupo Escolar Duque de Caxias. Criado no município na segunda década do século XX, o Grupo Escolar Irati (primeira denominação) veio substituir as escolas que, a partir da emancipação política em 1907, começaram a ser instaladas em casas particulares ou na própria residência dos professores, que vinham da capital do Estado para lecionar.

Os grupos escolares, nessa época, haviam se tornado um padrão de instituição pública primária, que foi sendo adotado pela maioria dos municípios brasileiros. Esta disseminação ocorreu devido a intensificação das demandas escolares e da falta de uma política consistente de ensino pela União que, pela Constituição de 1891, delegava a responsabilidade aos Estados e municípios pela organização, implementação e manutenção da instrução primária.

Foram por tais motivos, que já no início da Primeira República, intelectuais, políticos e educadores paulistas iniciaram um debate sobre a criação de um tipo de escola primária inovadora, com modernos métodos pedagógicos, pessoal docente qualificado e estrutura física adequada. O modelo proposto foi denominado Grupo Escolar e foi implantado pela primeira vez em São Paulo, em 1893, conforme assinala Marcus Bencostta (2005), em artigo publicado na obra *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*.

A organização do Grupo Escolar estabelecia a reunião de várias escolas primárias de uma determinada área em um único prédio. Isso representava para a administração pública um benefício para os cofres públicos, uma vez que o governo não precisava mais arcar com aluguéis das diversas casas que abrigavam as escolas.

Esse tipo de instituição, com uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial dos edifícios escolares, logo foi adotada em outros Estados e passou a ordenar o ensino primário. O Paraná instituiu os grupos escolares em 1911, quase duas décadas depois de São Paulo (NASCIMENTO, 2004).

Neste Estado, os alunos que frequentavam os primeiros grupos escolares eram provenientes de várias camadas sociais, com predominância dos filhos de imigrantes, em razão da campanha que se fazia na época contra a falta de nacionalismo das colônias, que mantinham as suas próprias escolas, valorizando a língua de origem.

Além de prédios próprios, localizados em lugares de destaque na cena urbana, mobília adequada que substituía os bancos sem encosto e a utilização do quadro-negro, os grupos escolares previam um novo método de ensino com a utilização de laboratórios e materiais didáticos como mapas, globos, figuras e quadros. Outra característica foi a inserção da figura do diretor, cuja função era ordenar o cotidiano dos alunos e professores e retransmitir e atualizar, junto ao corpo docente, os conteúdos discutidos em outras instâncias. O diretor, dessa maneira, tinha a incumbência de fazer a intermediação entre professores e inspetores de ensino e, conseqüentemente, ser um elo com a Diretoria Geral de Ensino do Estado.

Os programas de ensino dos grupos escolares eram de responsabilidade dos órgãos de ensino, como as inspetorias regionais e estaduais. Os conteúdos curriculares eram distribuídos em quatro anos em matérias como: leitura, caligrafia, aritmética, desenho, linguagem, música, geometria, trabalhos manuais, história, ginástica, geografia, ciências físicas e naturais, higiene e educação moral e cívica. Uma das práticas escolares estabelecida pelo currículo era “o processo de inculcação de valores patrióticos nas mentes das crianças, que supostamente garantiria a construção de uma nação civilizada. [...] É neste ambiente civilizatório que emergem os desfiles e festas patrióticas” (BENCOSTTA, 2005, p.75).

Os grupos escolares representavam um avanço no ensino, uma vez que consolidavam classes isoladas em um único prédio, com a direção de um professor habilitado pela Escola Normal. A organização das classes era feita segundo critérios de adiantamento com um professor para cada ano, podendo haver classes masculinas e femininas, sem distinção do número de vagas por sexo.

No Paraná, em 1916, esses estabelecimentos já haviam se expandido, contabilizando dez grupos escolares.

Os papéis que os grupos escolares desempenharam na Educação no Brasil marcaram, sem dúvida, a cultura da escola primária em praticamente todos os municípios do Brasil. Em Irati, o Grupo Escolar, por longo período, foi um modelar estabelecimento de ensino com grande afluência de alunos.

Segundo Orreda (2004), o primeiro Grupo Escolar foi instalado no município, na década de 1910, em caráter não oficial. No ano de 1918, encontrava-se em mau estado de conservação e as aulas passaram a ser oferecidas em outros espaços.

Uma nova sede para o Grupo foi inaugurada em 1924: uma construção em madeira com quatro salas de aula, gabinete do diretor e biblioteca. Oficialmente, foi a partir deste ano que o Grupo Escolar Irati passou a existir junto à Diretoria Geral de Ensino do Estado. Em 1927, o educandário contava com uma professora normalista, quatro efetivas e duas

provisórias que lecionavam para 191 alunos matriculados (Jornal A Semana, nº 235, nov/1927 apud ORREDA, 2004). Em 1930, eram oito professoras para 250 alunos.



Grupo Escolar em Irati inaugurado em 1924⁶¹

No ano de 1934, a matrícula do Grupo Escolar Irati se aproximava de 600 alunos, com um corpo docente de 16 professores (destes, 11 eram formados pela Escola Normal). Nesse mesmo ano, foi implantado o Curso Complementar, destinado a alunos egressos do ensino primário.

O Curso Complementar tinha duração de dois anos e uma professora apenas ministrava todas as matérias: Português, Matemática, História, Geografia e Educação Física. Segundo Orreda (2004), a professora da primeira turma foi Ada Kaminski Anciutti, normalista formada pela Escola Normal de Curitiba, que lecionou para uma turma de 24 alunos.

Grande parte dos alunos que frequentou o Curso Complementar, anos depois, passou a lecionar em escolas da região. Era uma época que, na falta de professores habilitados, pessoas com maior grau de escolaridade eram contratadas para ministrar aulas. São exemplos as professoras Doracy Castagnoli, Maria de Lourdes Weber, Maria Chaibem, dentre outras que, tendo cursado o Complementar, começaram a lecionar, ainda na década de 1930, como professoras provisórias em escolas de Irati. Depois de alguns anos de trabalho, tais professoras passaram a exercer o cargo como efetivas.

O Curso Complementar esteve em funcionamento no Grupo Escolar Duque de Caxias até 1939, quando foi extinto.

⁶¹ Foto do arquivo do Colégio Estadual Duque de Caxias.

Com o crescente aumento do número de alunos do Grupo Escolar Irati, as aulas desse educandário passaram a ser ministradas em casas particulares sem o conforto, higiene e requisitos necessários. Tornou-se, assim, urgente a construção de uma edificação mais ampla e confortável para atender a população escolar.

Após muitas reivindicações da comunidade iratiense, em 1936 o governo do Estado determinou o início da construção do novo edifício do Grupo Escolar que foi inaugurado somente em outubro de 1939. A nova escola - localizada em lugar de destaque da cidade de Irati - com 16 salas de aula, auditório e amplas dependências, se tornou referência na educação, não somente na região, como em todo Paraná, atendendo alunos do Jardim de Infância e de 1ª a 4ª séries.



Grupo Escolar inaugurado em 1939 ⁶²

A partir de 25 de agosto de 1941, a escola passou a se chamar Grupo Escolar Duque de Caxias. Nome de destaque na história do educandário é o da professora Mercedes Braga, que exerceu o cargo de diretora do Grupo de 1930 a 1942 e ainda de 1952 a 1954.

Outros grupos escolares foram também instalados em Irati na primeira metade do século XX: um no Distrito de Gonçalves Júnior, em 1937, e outro no Distrito de Guamirim, no ano de 1947, além da Casa Escolar do Riozinho instalada em 1938. A partir de 1950, devido a grande demanda discente, são criados no município outros grupos escolares para atender o ensino de 1ª a 4ª séries, a saber:

- Grupo Escolar Francisco Vieira de Araújo – 1956
- Grupo Escolar Tancredo Martins – 1959
- Grupo Escolar Francisco Stroparo – 1963

⁶² Foto do arquivo pessoal de José Carlos Araújo.

- Grupo Escolar João de Mattos Pessoa – 1966
- Grupo Escolar Padre Wenceslau – 1968.

São criadas também outras escolas com a denominação Casa Escolar, que se localizavam em regiões periféricas da cidade:

- Casa Escolar João XXIII – 1965
- Casa Escolar Trajano Grácia – 1967.

A extinção dos grupos escolares ocorreu nos primeiros anos da década de 1970, sendo substituído paulatinamente pelo sistema de ensino de 1º Grau, conforme determinava a Lei 5.692/71. Em Irati, no entanto, a denominação Grupo Escolar não desapareceu. É comum os moradores, inclusive as crianças, se referirem a Escola Duque de Caxias usando a expressão Grupo Escolar. Esse fato é confirmado por Maria Iveth Martins, a quinta colaboradora deste estudo, que guarda boas lembranças de seu tempo de Grupo.

Iveth, como prefere ser chamada, concedeu a entrevista na manhã de 20 de fevereiro de 2007, em sua residência. Posso defini-la como um misto de imponência, generosidade e cortesia. O “ser professor” é evidente em seu estilo, palavras e atitudes.

12. MARIA IVETH MARTINS

Eu me chamo Maria Iveth Martins. Nasci no dia dois de dezembro de 1944, em Prudentópolis, numa localidade denominada Rio dos Patos. Minha mãe, Delcira Martins, era dona de casa e meu pai, Calisto Martins, trabalhava como motorista de caminhão, carregando toras de madeira das serrarias. Dependendo da época, era transferido de um lugar para outro. Então, meu pai resolveu vir com a família para Irati para facilitar a vida e também para que meus irmãos pudessem estudar. Quando viemos para Irati, eu era criança, ainda neném. Passamos a residir no bairro Rio Bonito. Somos sete irmãos, sendo que três já são falecidos. Sou a caçula da família.

Quatro dos meus irmãos estudaram Técnico em Contabilidade no Colégio Irati, que era particular. Somente meu segundo irmão preferiu outro curso e por isso foi para União da Vitória, na casa de meus avós, para fazer o curso científico, pois queria seguir a profissão de dentista. Depois desistiu dessa idéia, passou num concurso e foi trabalhar no Banco do Brasil. Meu irmão mais velho, mais tarde, formou-se em Ciências Contábeis já com quarenta anos de idade, quando passou a residir em Curitiba.

Iniciei meus estudos no Grupo Escolar Duque de Caxias, em 1951. Naquela época, Irati era uma cidade pequena e, em tempos de chuva, dava muita enchente. Para ir à escola, eu e meus colegas vizinhos do Rio Bonito íamos a pé e tínhamos que passar sobre o Rio das Antas, que era chamado Rio do Cortume. Lembro-me que havia somente uma tábua sobre o rio e quando chovia, às vezes, alagava e era impossível a passagem. Então, tínhamos que ir pela Rua Vicente Machado, por um trajeto bem mais longo. Essas enchentes eram comuns, principalmente na época de São Miguel, que é no final de setembro. Na volta da escola, íamos pisando nas poças de água e quase apanhávamos de tão sujos que chegávamos em casa.

Estudei até a 4ª série no Duque de Caxias. A minha primeira professora chamava-se Ester de Almeida, uma senhora, na época, já de cabelos grisalhos. Era uma ótima pessoa. Das outras professoras recordo-me vagamente. Lembro-me das professoras Lídia Rocca, Julieta Leandro, Laura Leandro que era uma senhora já mais de idade, Lia Araújo, filha do Seu Primo Araújo que é um dos artistas de Irati, Vanda Duda, que era uma professora auxiliar, e também tenho na lembrança uma professora que era muito bondosa e também não era muito jovem que se chamava Judite Kalhut. Ela morava na Rua Quinze de Julho, onde hoje é o estabelecimento do Mazzur e foi uma pessoa que me marcou por sua delicadeza e meiguice. Dentre as diretoras lembro-me da Dona Mercedes Braga e da Dona Cornélia Xisto. A

formação necessária para dar aula no primário era a Escola Normal. Acho que todas as professoras do Duque de Caxias tinham tal formação.

As professoras eram muito criativas, pois lembro que faziam muitos desenhos no quadro. Quando fui à escola, eu já sabia pegar no lápis, mas a professora Ester sempre pegava na minha mão. As primeiras letras eram feitas sobre os pontilhados, passando o lápis por cima. Havia um caderno que usávamos para caligrafia para aperfeiçoar a letra e deixá-la bonita. Na parte de História e Geografia, que era chamada de Estudos Sociais, havia uma apostila que as próprias professoras criaram e tinha a capa de cartolina. Lembro-me que minha mãe encapou esta apostila com plástico porque morávamos longe e em dias de chuva o material escolar acabava molhando. Uma das professoras viu essa capa, achou a idéia muito interessante e mostrou minha apostila para os outros alunos. Dias depois, várias crianças trouxeram suas apostilas encapadas com plástico. Ficava tipo aquele “olhadinho” que se usava como toalha de mesa. Além de ficar mais bonito, protegia o livro e era mais higiênico.

Eu gostava muito de História e de Geografia, tanto que na terceira série consegui decorar o livro inteirinho. Lembro-me que nos encostávamos na parede da Escola Duque de Caxias e a professora, sentada ao lado, fazia perguntas para os alunos. Era a professora Vanda Duda, hoje Vanda Zavelinski. Já Ciências era a matéria que eu menos gostava de estudar, não sei o porquê. A Matemática era bem puxada. Lembro que regra de três, porcentagem e juro eu aprendi na terceira série. Hoje, esses conteúdos são dados bem mais tarde, na 6ª ou 7ª série.

Todos os bimestres havia provas e, no final do ano, era a prova final. Se não alcançasse determinada média, o aluno ficava reprovado. Muitos reprovavam. Na quarta série, tive um problema de saúde, faltei bastante e também repeti o ano. Naquela época, não havia vacina contra sarampo, varicela... Os alunos que pegavam essas doenças ficavam em casa por muito tempo. Depois, não conseguiam boas notas nas provas e acabavam reprovando.

No tempo que estudei o primário, havia aula de música na Escola Duque de Caxias, ministrada pela professora Rosimari Lopes. Ela tocava piano e era uma pessoa muito criativa. Seguidamente havia teatro na escola, idealizado por ela. Em certa ocasião, assisti um teatro muito bonito no antigo Cine Teatro Central, que foi dirigido pela professora Rosimari. Não lembro o nome do teatro, mas sei que havia uma cena chamada *Sonho de uma Criança*, na qual as crianças estavam vestidas de baianos e uma criança, deitada numa cama, teve um sonho relacionado com a situação do Brasil. Foram cantadas as músicas: *Brasileirinho* e *Aquarela do Brasil*. Isso me marcou muito.

Quem me levou para assistir essa peça foi uma sobrinha do meu pai que a gente chamava carinhosamente de Tia Queca. Ela morava nas proximidades do Colégio Irati. Por

ser perigoso sair à noite e minha mãe ter muitos afazeres, vim posar na casa da minha avó e essa prima, que a gente chamava de tia por ser a prima mais velha, me levou ao teatro.

Minha mãe não podia me levar aos eventos na cidade porque eu tinha uma irmã que teve paralisia e não conseguia andar. Minha mãe não deixava a minha irmã sozinha. Então, quem me levava era a Tia Queca. Inclusive, foi ela quem fez o vestido da minha primeira comunhão e me trouxe até a Igreja São Miguel, onde foi realizada a celebração. Ela chamava-se Noêmia Savi e foi criada por nossa avó porque perdeu os pais muito criança. Mais tarde, ela se casou, mas ficou viúva muito cedo com dois filhos. Então, voltou para casa de nossa avó. A Queca foi minha segunda mãe. Grande lembrança! Até me emocionou quando falo dela. Uma pessoa muito querida!

No Grupo Escolar Duque de Caxias as regras eram rígidas. Os alunos deviam ir de guarda-pó branco: das meninas era tipo um aventalzinho e dos meninos era abotoado na frente. Não se podia ir com qualquer roupa. Quando estava frio e colocávamos um casaco por cima do guarda-pó, a professora dava uma olhadinha para ver se realmente estávamos com o guarda-pó por baixo do casaco. Era assim que funcionava. Todo mundo igualzinho! Mas eu acho que era bom porque não havia diferença de classe social. Havia o rico e o pobre, mas essa diferença nem era percebida pelos alunos.

Na época que estudei o primário, a cidade era pequena, mas havia uma banda musical que tocava nas comemorações. Nos festejos do cinquentenário do município, em 1957, houve um desfile onde essa banda tocou. Desfilei naquela ocasião e, pela primeira vez, vesti uma calça que a gente chamava de “eslaque”. Era um uniforme inteiro branco. Naquele dia, acompanhados da professora Rosemari, fizemos uma apresentação no Clube Atlético União Olímpico.

O cinquentenário me marcou bastante porque naquela semana minha família mudou-se para a casa que moro atualmente. Viemos no dia nove de julho e dia quinze de julho foi o cinquentenário do município. Irati se desenvolveu muito daquela época até hoje devido principalmente à agricultura e ao comércio. A madeira também foi uma atividade econômica importante para o município. Irati tinha muitas serrarias. Meu pai trabalhou muito tempo puxando toras de madeira e depois, quando já morávamos nesta casa, passou a trabalhar na Agência Ford como vendedor de peças.

Meu pai era exigente e fazia os filhos estudarem bastante. Estava sempre cobrando. Ele e minha mãe não davam muitas tarefas em casa, mas da escola tínhamos que cuidar. Incentivaram bastante o estudo, tanto que no tempo que a família estava em Prudentópolis, meu irmão mais velho veio morar com minha avó para estudar e ficou morando o resto da

vida com ela. Como ele veio pequeno, depois ficou mocinho e sempre fez companhia para minha avó, ela não mais o devolveu para meu pai. Apegou-se muito com o neto. Ele é um dos meus irmãos que está vivo.

Depois que terminei a 4ª série no Grupo Escolar Duque de Caxias, fui fazer o exame de admissão para entrar na 5ª série no Colégio Nossa Senhora das Graças e, graças a Deus, consegui passar no primeiro. O resultado desse exame, com o nome e a nota do aluno, era até publicado no jornal da cidade que se chamava Correio do Sul.

A adaptação em outra escola não foi muito simples, apesar da distância entre as duas escolas ser pequena. O Duque de Caxias era uma escola com crianças com menos condições financeiras. O ensino era público, mas muito bom. Já quem estudava no Colégio Nossa Senhora das Graças eram crianças de maior poder aquisitivo, pois o ensino de primeira à quarta série era pago.

Da primeira série ginásial, então, até a quarta ginásial estudei no Colégio Nossa Senhora das Graças. O ginásio já era público. Dos professores lembro-me da Irmã Miquelina que era famosa, fazia de tudo na escola e lecionava Português e Francês. Já a Irmã Helena, que no tempo era Irmã Catarina, era a professora de Matemática. A Irmã Inês que, mais tarde, foi diretora da escola, ministrava aula de Ciências. Havia ainda a Irmã Eulália que atuava na disciplina de Matemática. A professora de Inglês chamava-se Irmã Adelina. A maior parte das professoras era freira. Havia outras professoras, eram poucas, mas não lembro seus nomes.

Acredito que as irmãs eram formadas pela Escola Normal, mas não tinham formação específica em alguma área. Eram dotadas do dom para dar aula. Naquela época, era difícil fazer faculdade.

As irmãs e os outros professores exigiam bastante dos alunos. Havia livro didático, porém tínhamos que comprá-lo. O ensino da Matemática era bem tradicional: era o livro, quadro de giz e a explicação da professora. De vez em quando, aparecia alguma motivação como um cartaz, mas era difícil. As turmas nesse tempo já eram mistas, mas anos antes havia a sala das meninas e a sala dos meninos.

Terminando a 4ª série do ginásio, fiz um outro “vestibularzinho” e entrei na Escola Normal que também funcionava no Colégio Nossa Senhora das Graças. Era necessário fazer a prova e se não passasse, não ingressava. A Escola Normal, nessa época, já era pública. Acho, até, que um ou dois anos antes de eu ingressar, o estudo era pago. Depois o ensino foi estadualizado, de primeira série até a Escola Normal.

Na Escola Normal o conteúdo de Matemática era geral: havia uma parte que era voltada para 1ª a 4ª série e outra voltada para o ensino médio Tive inclusive Estatística

durante o curso. A professora foi novamente a Irmã Helena. Foi ela que me fez ser professora de Matemática...

Formei-me na Escola Normal em dezembro de 1963. No começo de abril do ano seguinte, veio uma pessoa na minha casa dizendo para eu ir ao colégio que a diretora precisava falar comigo. Um pouco amedrontada fui pensando: “O que será que fiz?” Chegando lá, a diretora me disse que uma das irmãs que lecionava Matemática estava adoentada e, por indicação da Irmã Helena, estava me convidando para que eu substituísse essa professora por uns quinze dias. Eu aceitei. Porém, esses quinze dias se tornaram mais de vinte e cinco anos...

Substitui, então, a professora por quinze dias, fiquei o restante do ano e no início do ano seguinte, por indicação do colégio, fui fazer um curso de um mês em Curitiba cuja sigla era CADES. Depois de um mês era feita uma prova e, de acordo com o rendimento dessa prova, era dada, ou não, a autorização para o professor ministrar aula. E graças a Deus fui feliz e consegui obter a média exigida.



Turma da CADES – Curitiba (PR)⁶³

Esse curso era realizado nas férias de janeiro ou julho e eram trabalhados os conteúdos de Matemática. Foi um curso muito bom! Aprendi bastante. Depois de terminado o curso, vinha um certificado para escola no qual era informado se o professor teve um bom aproveitamento ou não. De acordo com esse aproveitamento, à medida que as aulas não fossem supridas, o professor cursista era contratado. E como no Colégio Nossa Senhora das Graças faltou professor para suprir as aulas, fiquei com algumas turmas.

⁶³ Foto do arquivo de Maria Iveth Martins (professora indicada pela flecha).

No entanto, todo ano tínhamos que renovar o contrato. Não havia estabilidade profissional. As aulas iam de fevereiro a dezembro. Nesse período, tínhamos emprego e nas férias não. No ano seguinte, se renovasse o contrato, continuávamos recebendo, caso contrário, rescindíamos o contrato. Essas aulas eram chamadas de suplementares e mais tarde passaram a se chamar aulas extraordinárias.

Anos depois, fiz um concurso para professor do ensino primário. Foi no tempo do governador Ney Braga. Tendo passado no concurso, tive que assumir o cargo em Coronel Vivida⁶⁴, porque em Irati não havia vaga. Fiquei nesta cidade de fevereiro a julho e, depois das férias, consegui transferência para Irati, para o Colégio Nossa Senhora das Graças. Foi somente esse ano que me ausentei do ginásio e lecionei somente de primeira a quarta séries. Inclusive, fiquei uns cinco anos só alfabetizando e, em Irati, também trabalhando com aulas suplementares.

Eu trabalhava pela manhã no ginásio com Matemática e à tarde no primário. Tive muitos alunos que alfabetizei e depois dei aula no ginásio. Uma das pessoas que tive a felicidade de mostrar as primeiras letras foi à Maria Helena Kriger, que hoje é esposa do prefeito. Ela fez a primeira série comigo no Colégio Nossa Senhora das Graças. Eu adorava trabalhar com o primário. Lecionei de cinco a seis anos para esse nível de ensino.

Lembro-me que quando atuei com a 1ª série, minha cunhada me ajudou a fazer o álbum seriado. Fazíamos letras bem grandes, escritas no papel com canetas grossas de cores variadas, que transferíamos da cartilha para o álbum. Em Matemática, fazíamos muitos desenhos. A tabuada ficava exposta na parede para que as crianças pudessem consultar, menos em dias de prova. Mais tarde o professor pode se utilizar do recurso do retro-projetor.

Em sala de aula sempre procurei motivar os alunos. Muitas vezes, punha as crianças sentadas no chão, em círculo, e trabalhava a tabuada e as letras a partir do álbum seriado. Mas era meio escondido da diretora da escola...

Em 1976, eu e algumas professoras de Irati fomos fazer um curso em Curitiba, cuja sigla era PREMEM. Era um curso de férias patrocinado pelo MEC, bem remunerado, com uma boa bolsa de estudos. Era na Universidade Federal do Paraná. As aulas eram nos meses de janeiro, fevereiro e julho e, a cada quinze dias, nos finais de semana: sexta-feira, sábado e domingo. Voltávamos sempre com tarefas para serem apresentadas aos professores na próxima quinzena. Primeiro era semanal depois virou quinzenal. Havia aula de Matemática,

⁶⁴ Município da região Sudoeste do Estado do Paraná.

Ciências, Física, Química e Biologia e começava às oito da manhã e ia até às seis da tarde. Às vezes se estendia à noite.

Professores de todo Paraná fizeram esse curso e, se não me engano, havia também para a área de Língua Portuguesa. De Irati fizeram esse curso comigo as professoras Cleide Bini, Irmã Helena e Laura Havresko. A Laura casou-se logo depois e, num acidente de carro, ela e o marido faleceram, muito jovens. Ela era uma ótima colega. Deixou grandes lembranças.

Esse curso do PREMEM, teve, também, em outras cidades. Lembro-me que as professoras Edite Andreassa, Ester Silva e Nini Vink fizeram em Ponta Grossa. Para entrar nesse curso tivemos que fazer uma prova, tipo um vestibular. Se não alcançasse determinada nota, não cursava. Na conclusão, teve solenidade com missa e imposição de grau. O curso teve a equivalência de uma faculdade, uma licenciatura curta: Licenciatura Experimental em Ciências e Matemática, que nos deu estabilidade profissional.

Tempos depois, quem tinha a Escola Normal e a Licenciatura Curta como no meu caso, pôde optar em trabalhar só no primário ou no ginásio. Aí optei em ficar somente de 5ª a 8ª série, porque o salário era melhor. Mais tarde, surgiu uma oportunidade para quem tinha de quinze a dezenove anos de trabalho, juntando as aulas suplementares e extraordinárias, de prestar um concurso e receber efetivação. Lembro-me, então, que eu, a professora Cirte e a professora Lenita Ruva nos reuníamos na casa uma das outras para estudar para o tal do concurso, que foi em Curitiba. O Padre Wilson, a Cleide Bini e a Marilene Silva também foram prestar esse concurso. Voltei muito apreensiva de Curitiba porque o concurso estava muito difícil. Difícil mesmo! E se eu não atingisse determinada média não seria efetivada. Mas, graças a Deus, passei e meus colegas também passaram. Aí, ficou mais tranqüilo com a efetivação no Estado. O salário também melhorou.

Mais tarde, iniciei a faculdade de Pedagogia na FECLI de Irati. Nessa época, eu trabalhava das sete e meia da manhã às cinco e meia da tarde. Às sete da noite já estava na faculdade. Voltava para casa às onze horas da noite e ainda planejava minhas aulas. Às vezes ficava carimbando os cadernos das crianças até duas e meia ou três horas da madrugada. Foram quatro anos bem puxados, mas valeu a pena. Também, fazia aquilo que gostava: estudava e lecionava.

Fiz outros cursos também, mas de curta duração. O Estado sempre proporcionou cursos de aperfeiçoamento para os professores. Alguns, eu lembro, foram na Escola Duque de Caxias, ministrados por docentes de outras cidades. Eram bons cursos. Teve um de alfabetização, na época que eu tinha a 1ª série, que foi em Curitiba. Sempre procurei me

atualizar. Esses cursos, além de nos auxiliar na prática, nos oportunizava momentos de troca de experiências e era gratuito. Antes não tínhamos recursos de informática. Era o quadro-de-giz, apagador e garganta. A partir de uma época, os alunos começaram a receber livros. Isso facilitou bastante o trabalho do professor. Os alunos podiam acompanhar as explicações do professor e depois fazer tarefas do livro. Havia, assim, mais tempo para a explicação dos conteúdos. O professor não precisava dividir o horário de cinquenta minutos em explicar e passar a tarefa no quadro.

Juntando o tempo de trabalho dos dois padrões, atuei aproximadamente vinte e oito anos em sala de aula. Trabalhei, em Irati, em dois estabelecimentos de ensino: Escola Nossa Senhora das Graças e na Escola Antônio Xavier da Silveira. Não havia diferença no trabalho nas duas escolas, mesmo uma sendo regida pelas irmãs. Vários professores trabalhavam nas duas escolas. A diretora do Xavier, na época, era a Eneida Camargo.

Em ambas as escolas lecionei Matemática e sempre procurei motivar os alunos nas aulas. Lembro-me que para ensinar o sistema de numeração na 5ª série, criei uma historinha: A Escola dos Números. Eu contava para as crianças assim: “Na escola dos números havia três alunos em três carteiras: da unidade, da dezena e da centena. Então, na primeira série se aprendia coisas bem simples e a professora chamava-se Dona Simples. Os mesmos três alunos, no ano seguinte, iam para uma outra sala onde também havia três carteiras: da unidade, da dezena e da centena, mas era um pouquinho mais difícil e a professora era Dona Milhar. No outro ano, eram novamente as três carteiras, numa outra sala, com a unidade, a dezena e a centena de milhões...” As crianças adoravam e aprendiam fácil aquela divisão de três em três algarismos. Liam, assim, qualquer número.

Em todo tempo que lecionei as provas eram bimestrais. A média no começo era sete e depois baixou para seis. Eu era considerada na escola a “Dona Brabinha”. Não brava no sentido de ser agressiva. Isso, graças a Deus, nunca fui! Mas não deixava ninguém brincar, pois queria que os alunos aprendessem e achava, também, que minha responsabilidade era muito grande. Havia nas turmas de trinta e cinco a trinta e oito alunos. Sempre dizia a eles: “Olhe! A mamãe está em casa fazendo o almoço, lavando o tênis... O papai está trabalhando para trazer dinheiro para casa e vocês estão aqui só estudando! Vocês tem que retribuir. No final do ano vocês têm que dar o presente da aprovação para o papai e para a mamãe”. E puxava a corda mesmo! Os alunos me respeitavam, participavam da aula e não havia problema. E as orientadoras educacionais, sempre que necessário, estavam lá para ajudar.

Os pais participavam da escola através da APM, promovendo festinhas para a melhoria das escolas. De vez em quando, havia reunião com os pais para entrega de boletins.

Vários pais compareciam e a APM estava sempre para dar uma força. Havia também, encontro com os professores nas escolas para troca de experiência, além do conselho de classe e, às vezes, para a diretora dar um puxão de orelha na gente.

Acho que o ensino, hoje, está mais liberal, mas na questão de conteúdo continua bom. Muitos de nossos alunos são brilhantes na vida. Houve muita mudança na relação professor e aluno e na relação com os pais, que é mais aberta. Os próprios alunos percebem que se não cumprirem as obrigações ficam reprovados e a cobrança em casa é grande.

Sempre gostei de trabalhar com aluno. Até fiz um concurso para o INSS, fui chamada, mas não fui trabalhar. Preferi o magistério porque já tinha tempo de serviço, gostava de lecionar e o salário era bom. No início de carreira, inclusive, na primeira substituição em 1964, fiquei até assustada quando recebi meu primeiro salário. Na época, meu pai já havia falecido e meu salário representou uma alegria para a família. Não que a família dependesse dele ou passasse necessidade, mas porque passou a ajudar no orçamento doméstico. O primeiro salário demorou uns três meses para vir depois que comecei a trabalhar. Era tudo manual. Não havia a rapidez da informática. Mas depois o salário vinha certinho e era muito bom. O salário começou a decair mesmo de uns dez anos para cá.

Sinto-me realizada como professora, não tenho do que me queixar. Encontro seguidamente ex-alunos que me reconhecem na rua e vem falar comigo. Muitos se realizaram na área política ou na área profissional: tem médico, dentista, professor, advogado... E isso é gratificante. Tempos atrás encontrei um aluno que veio me agradecer pelo incentivo que dei a ele nos estudos. Ele me deu um abraço e ficamos um tempo conversando. Ele ficou feliz com o reencontro e eu também.

Para mim, em todos os sentidos, posso dizer que valeu a pena seguir a profissão do magistério, tanto no sentido emocional, no sentido profissional e no financeiro. Sou aposentada de dois padrões e vivo bem. Devo isso a meus pais que me auxiliaram dentro de suas condições e do que havia em Irati.

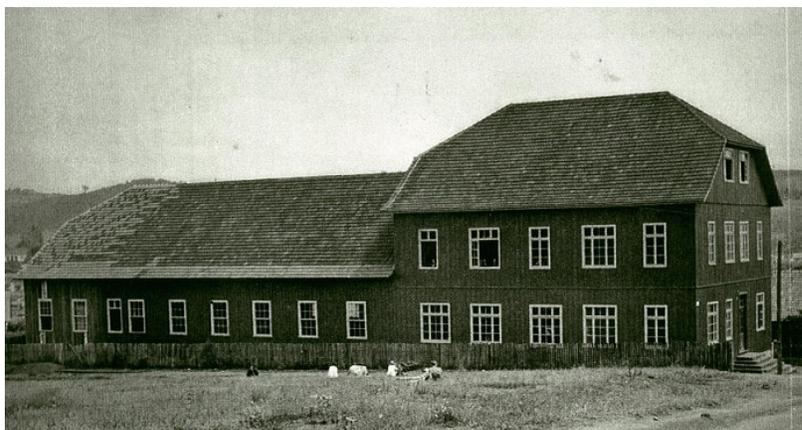
13. O COLÉGIO IRATI

Um dos estabelecimentos de ensino lembrados pela professora Maria Iveth em seu depoimento, foi o extinto Colégio Irati. A existência de tal colégio foi também salientada por outros colaboradores e para mim mostrou-se uma surpresa e incógnita, pois, atualmente, o lugar no qual esteve instalado é um terreno baldio e desse educandário não existe sequer ruínas.

Pesquisando sobre o Colégio Irati, encontrei pouca documentação que provasse a sua existência e com as pessoas que conversei, a maioria disse que “deve ter sido tudo incinerado”. Nessa minha caminhada, cada vez fico mais convencida de que: “Ah! Se não fosse o professor José Maria Orreda...”

Buscando em seus livros, pude verificar que o Colégio Irati foi a primeira escola de ensino secundário instalada na região, no ano de 1940, após intensas reivindicações da população iratiense⁶⁵. Trata-se de uma filial do Colégio Parthenon de Curitiba e pertencia à família Calderari.

O Colégio foi instalado num edifício de madeira que tinha sido sede da União Alemã Deutsche Vereinigung ou Clube Alemão - como era conhecido - inaugurado em 1930 e local de encontro dos imigrantes, onde cultivavam os costumes, a língua, a cultura e as festas alemãs. A Sociedade foi extinta em 1939, por determinação federal.



Sede do Colégio Irati –1940
Foto do arquivo pessoal de José Maria Orreda

⁶⁵ Em 1936, diversos municípios encaminharam ao prefeito de Irati da época, um memorial solicitando a intervenção do mesmo junto às autoridades estaduais para a instalação do ensino secundário em Irati. O conteúdo desse memorial foi transcrito na íntegra e publicado pelo jornal Tribuna dos Municípios, de 06 de agosto de 1955, nº 58, ano II. Matéria completa em anexo, p. 231.

O Colégio Irati, com amplas dependências, auditório, laboratórios de Física e Química, salão nobre, diversas salas de aula, quadra de esportes e piscina, passou a receber alunos de diversos municípios vizinhos sob o regime de internato para o sexo masculino e externato para ambos os sexos.

Inicialmente foi implantado no Colégio, o curso de admissão (madureza) e o ginásial nos períodos diurno e noturno. Em 1944, foi instalada a Escola Técnica de Comércio com os cursos de auxiliar de escritório e técnico em contabilidade em nível médio e, três anos depois, a Escola Normal. O curso colegial científico começou a funcionar na escola a partir de 1953 e, em 1960, foi instalada a Escola de Aplicação, mantida pelo Estado.



Primeira página de um livreto de divulgação do Colégio (segunda metade da década de 1950)

COLÉGIO IRATÍ.

INTERNATO PARA O SEXO MASCULINO E EXTERNATO PARA AMBOS OS SEXOS
SOB INSPEÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Direção: • *Dr. Luiz Anibal Calderari* - Diretor Superintendente.
Prof. José Emilio Calderari - Diretor Técnico-Administrativo

Rua Marechal Deodoro n. 360
Fône 197

IRATI — PARANÁ — BRASIL

Cursos :- Primário-Admissão.
Ginásial e Científico.

Escolas anexas: Junto ao Colégio Iratí funcionam:

Escola Técnica de Comércio Iratense - para formação de contadores (técnicos em contabilidade) Duração do curso - 3 anos;

Escola Normal Livre «Braz Calderari» - Sob a outorga do governo Estadual, para formação de professores primários normalistas — Duração 3 anos.

Aulas Diurnas e Noturnas — para ambos os sexos.

A maior riqueza que se pôde legar a um filho, indubitavelmente, é o preparo moral, intelectual e físico, sob a orientação dos princípios educativos da moderna pedagogia.

O Colégio Iratí, sob inspeção do Governo Federal é o educandário que proporciona aos seus alunos os mais sólidos conhecimentos intelectuais, graças ao preparo dos seus dignos professores, cultos, assíduos, dedicados e que se preocupam constantemente, com a ardua tarefa de ensinar e orientar a mocidade estudiosa, para as gloriosas conquistas do saber.

Antes de internar seu digno filho, em qualquer outro educandário congênere da República, queira tomar informações na sede do Colégio Iratí, sito á rua Marechal Deodoro n. 360 - Fône 197, de Iratí - cidade climatérica da linha sul do Estado do Paraná, onde serão dadas, todas as informações indispensáveis á matrícula, anualidades, frequência, condições e exigências regulamentares.

Condições regulamentares do externato.

† CURSO DE ADMISSÃO

Idade mínima 10 anos completos

Os exames de admissão serão realizados em Dezembro e Fevereiro de cada ano, respectivamente.

A anualidade deste curso é de Cr\$ 500,00, paga em 10 prestações de Cr\$ 50,00 cada.

EXIGÊNCIAS:-

- a) Certidão de idade (11 anos de idade completos ou que o complete até 30 de julho do ano seguinte).
- b) Carteira de saúde;
- c) Atestado de vacina anti-variólica recente.
- d) Diploma ou atestado de conclusão do curso primário.
- e) Requerimento dirigido ao Diretor do Colégio Iratí, pedindo inscrição nos exames de admissão, instruído com a documentação acima.

O Colégio Irati encerrou as atividades do complexo escolar em 1967. Com a estadualização do ensino nos colégios mantidos por congregações religiosas no município, muitas famílias preferiram um ensino gratuito a um ensino particular para seus filhos. Hoje, infelizmente, tal situação vem se invertendo...

No rol de professores que lecionaram no Colégio Irati, encontram-se bancários, advogados, engenheiros e outros profissionais liberais. Era uma época que o ensino secundário estava em plena expansão em todo território nacional, porém um tempo no qual esse nível de ensino parecia pela falta de professores com formação adequada para lecionar as disciplinas do currículo. Na verdade, o ensino primário também sofria com a ausência de qualificação dos docentes. Ou seja, a legislação obrigava a habilitação adequada aos professores, mas na falta destes, lecionavam, em muitos casos, até pessoas semi-analfabetas.

Surgem, por este motivo, cursos emergenciais com o objetivo de suprir esta carência de profissionais habilitados para atuar nas escolas de nível primário e secundário.

14. QUE CURSOS FORAM ESTES?

Nas entrevistas realizadas para este estudo, alguns professores fizeram referência a cursos ofertados por órgãos do Governo Federal, para suprir a falta de professores para atuar tanto em nível primário como em nível médio. Dentre esses cursos, destacaram-se nos depoimentos: a CADES, o PREMEM e o Logos II.

14.1 CADES

Com a expansão do ensino secundário, verificada no Brasil a partir da implantação do Estado Novo, esse nível de escolarização, antes privilégio da elite burguesa, começou a desfrutar de maior prestígio das classes populares, que passaram a vê-lo como agência de ascensão social. Conforme estudos de Jayme Abreu (1955), citado por Nunes (2000, p. 46), “o crescimento do curso em questão, no período de 1933 a 1954, atingira 490%”.

Esse crescimento foi motivado por diversos fatores como o aumento demográfico, as exigências de maior escolarização frente ao desenvolvimento industrial, a concentração da população em áreas urbanas e a aspiração das classes menos favorecidas ao ensino superior.

Desse modo, houve um aumento significativo no número de estabelecimentos de nível secundário nos grandes centros e, também, a expansão destes para o interior dos Estados, em localidades onde, anteriormente, este nível de ensino era inexistente.

Porém, se as escolas surgiam, era imprescindível o treinamento de docentes para nelas atuarem, tendo em vista que a maioria dos professores que passou a lecionar as disciplinas do currículo era, até então, leiga. As faculdades de Filosofia, instaladas geralmente nas capitais, eram insuficientes ou inviáveis devido as grandes distâncias.

Surge, dessa necessidade, a CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - criada no governo de Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953. O objetivo dessa campanha, conforme os estudos de Ivete Baraldi (2003, p. 146), era “difundir e elevar o nível do ensino secundário, ou seja, tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e necessidades da época, conferindo ao ensino eficácia e sentido social, bem como criar possibilidade para que os mais jovens tivessem acesso à escola secundária”.

Para tanto, a CADES passou a promover cursos intensivos de preparação aos exames de suficiência, geralmente com um mês de duração (janeiro ou julho), conferindo aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e o direito de lecionar onde não

houvesse disponibilidade de licenciados por faculdades de Filosofia. Nesses cursos, eram ministrados os conteúdos específicos das disciplinas que os professores iriam lecionar, ou que já estavam lecionando, e também as disciplinas pedagógicas.

A partir de 1956, os cursos da CADES foram implementados em diversas Inspetorias do Ensino Secundário, subordinadas às Secretarias Estaduais de Educação, e forneceram o registro provisório para muitos professores, desde as grandes cidades àquelas localizadas no interior do país. Em Irati, por exemplo, os professores passaram a se deslocar até Curitiba para freqüentar tal curso.

No entanto, antes de ser instalado em Curitiba, alguns padres e irmãs religiosas já haviam buscado a formação pela CADES em outros lugares. Prova disso, é o artigo escrito pelo Pe. Rui Pereira - professor de Língua Portuguesa do Ginásio São Vicente - ao jornal Correio do Sul. Em tal artigo, o Pe. Rui relata sua experiência, ocorrida em janeiro de 1955, em Nova Friburgo (RJ), quando freqüentou o curso⁶⁶:

Como todos sabem, o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO tem promovido vários cursos de aperfeiçoamento para professores do Ensino Secundário, sob o título CADES, visando com isto pôr o professorado em dia com a moderna pedagogia e com os novos métodos didáticos. [...] O Colégio Nova Friburgo foi muito bem escolhido para acolher 150 professores já registrados, vindos dos mais distantes recantos do país, para ali passar não um mês de férias, mas do mais sério trabalho intelectual: com efeito, tínhamos sete aulas por dia (grifos do autor). (CORREIO DO SUL, nº 858, p. 01, 1955)

No final da década de 1960, começam a surgir as primeiras faculdades no interior dos Estados, tornando os cursos e o exame de suficiência promovidos pela CADES desnecessários, uma vez que sua função de agilizar a formação de quadros não foi suficiente para torná-la interveniente para a formação continuada. Em 1971, com a Lei 5692, o exame de suficiência perde sua validade (BARALDI, 2003).

Nessa época, começam a ser disseminados pelo país os cursos de Licenciatura Curta em Ciências e surgem, também, como contra-opção, os “cursos vagos”, cujas atividades eram realizadas nos finais de semana. A obrigatoriedade e urgência da “formação” tornou-se uma mera “formalização”, posto que o professor, já exercendo suas funções, tinha, muitas vezes, como inviável sua formação em cursos regulares (GARNICA, 2005).

14.2 PREMEM

Um dos cursos de finais de semana que surgiu na década de 1970 e que foi freqüentado por Maria Iveth Martins, colaboradora desse estudo, foi ofertado através do PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, criado no governo Costa e

⁶⁶ Matéria completa em anexo, p. 231.

Silva, sob o decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968.

Tal Decreto, no seu artigo 1º, considerava o aprimoramento do ensino médio e a preparação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento desse nível de ensino. Previa, assim, como objetivo do PREMEM, “incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio”.

Desta maneira, além de outras atribuições, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), em parceria com os Estados, tinha a incumbência de “administrar os projetos de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores de ensino médio geral” (art. 6).

Em 1972, partindo da premissa de que a educação científica básica é um dos ingredientes indispensáveis ao desenvolvimento de uma nação, o MEC definiu o projeto denominado PREMEN – Projeto Nacional de Melhoria do Ensino de Ciências⁶⁷, cujo objetivo era “aperfeiçoar professores de ciências e matemática do 1º grau, de física, química e biologia do 2º grau(...)” e “proporcionar a alunos e professores materiais didáticos de qualidade e adequados à realidade brasileira” (BARRA e LORENZ, 1986, apud LIMA-TAVARES, 2006, p. 10).

Por meio desse projeto previa-se qualificar o professor para os novos métodos de ensino voltados para a experimentação, com a oferta de cursos e kits educacionais. Para tanto, o MEC buscou parcerias com as universidades e Centro de Ciências, com o intuito de atender principalmente os professores “leigos”, ou seja, aqueles que estavam em serviço sem formação específica para tal.

Nesse contexto, o PREMEN foi elaborado tendo-se em vista a falta de professores diplomados nas licenciaturas, o fracasso dos exames de suficiência e a crítica a um currículo não adequado às licenciaturas. De 1972 a 1980, o projeto atuou em duas áreas bem definidas: elaboração e experimentação de material didático para o ensino de Ciências e Matemática no 1º e 2º graus; capacitação de recursos humanos para o ensino de Ciências no 1º e 2º graus.

Com relação às atividades propostas pelo PREMEN, Porto (1978) apud Lima-Tavares (2006), cita:

- elaboração e experimentação de novos materiais didáticos na área de ciências e matemática (texto para alunos, para professores, equipamentos de laboratórios e recursos audiovisuais);
- capacitação de recursos humanos;

⁶⁷ Em 1968, foi criado, pelo Ministério da Educação, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM). Quatro anos depois, o Ministério da Educação criou o Projeto Nacional de Melhoria do Ensino de Ciências (PREMEN), programa executado pelo PREMEM.

- cursos de aperfeiçoamento;
- cursos de licenciatura experimental em serviço;
- cursos de licenciatura de curta duração;
- cursos de especialização em nível de pós-graduação (p. 58).

No Paraná, em convênios firmados com o Programa de Expansão do Ensino Médio (PREMEM) e com a Secretaria de Estado da Educação, a Universidade Federal do Paraná e as universidades estaduais passaram a oferecer o curso Licenciatura Experimental em Ciências e Matemática para o 1º Grau. Professores de todo o Estado das disciplinas voltadas às ciências freqüentaram tais cursos. Dentre eles diversos professores de Irati.

14.3. PROJETO LOGOS

Outro curso que surgiu da necessidade de habilitar professores, porém para as séries iniciais do 1º Grau, foi o Projeto Logos, tendo como mentora em Irati, a professora Avany Caggiano Santos, colaboradora deste estudo.

O Logos foi criado em 1973, através do parecer nº 699/72 do Ministério da Educação, tendo por objetivo transformar, em curto prazo, o perfil do sistema educacional nas regiões menos desenvolvidas do país, oferecendo curso de habilitação para o exercício do magistério ao grande número de professores leigos que já atuavam nas primeiras séries do 1º Grau. De acordo com o artigo de Kátia Morosov Alonso (s/d), estimava-se que, na época, cerca de 300.000 professores se localizavam na condição de leigos no Brasil.

O desafio do Logos era habilitar os professores, dispersos pelo país, sem retirá-los da sala de aula. Por isso, o planejamento e a execução do Logos exigiram estudos detalhados e um cuidadoso plano de acompanhamento, controle e avaliação. Muitos dos professores leigos estavam em áreas rurais de difícil acesso, sem energia elétrica e com escassos meios de transporte e comunicação.

O Projeto se constituiu em duas etapas: o Logos I de caráter experimental e o Logos II, desenvolvido na fase de expansão do projeto em nível nacional, através de convênios firmados com as Secretarias Estaduais de Educação. O curso propriamente dito, era proposto em módulos, subdivididos em duas partes: uma de formação geral, com um total de 12 matérias dividida em 106 módulos e outra de formação específica com 18 matérias em 99 módulos, além do micro-ensino. (ALONSO, s/d).

As avaliações eram registradas em formulário próprio, com a especificação de todas as disciplinas, conforme o mapa a seguir:

MAPA HISTÓRICO DO CURSISTA - LOGOS II		UF	ESTADO	CURSO							
NOME DO CURSISTA		NOME DO NÚCLEO									
Nº SÉRIE	NOME DAS DISCIPLINAS	MÓDULOS									
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
		11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
		MENÇÕES									
01	INFORMAÇÕES PEDAGÓGICAS										
02	TÉCNICAS DE ESTUDOS										
03	LÍNGUA PORTUGUESA										
04	OSP B										
05	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA										
06	CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS										
07	MATEMÁTICA										
08	LITERATURA BRASILEIRA										
09	HISTÓRIA										
10	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA										
11	GEOGRAFIA										
12	PROGRAMAS DE SAÚDE										
13	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO										
14	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL										
15	DIDÁTICA GERAL										
16	SOCIOLOGIA EDUCACIONAL										
17	PSICOLOGIA EDUCACIONAL										
18	EST E FUNCIONAMENTO DO 1º GRAU										
19	ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL										
20	DIDÁTICA DA LINGUAGEM										
21	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA										
22	DIDÁTICA DOS ESTUDO SOCIAIS										
23	DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS										
24	CURRÍCULOS DO 1º GRAU										
25	DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA										
26	TÉCNICA DE PREP DE MATERIAL DIDÁTICO										
27	DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA										
28	RECREAÇÃO E JOGOS										
29	EDUCAÇÃO FÍSICA										
30	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA										
31	MICROENSINO										

ESTÁGIO SUPERVISIONADO			REGÊNCIA DE CLASSE	DATA DE INÍCIO DO CURSO	DATA DE TÉRMINO DO CURSO
FREQ ENCONTRO PEDAGÓG	FREQ SESSÃO MICROENSINO	TOTAL ESTÁGIO		/ /	/ /
[] h	[] h	[] h	[] h		

O CETEB (Centro de Ensino Técnico de Brasília) era encarregado pela execução do Projeto, responsabilizando-se pela produção do material didático e dos instrumentos de controle e acompanhamento, pela capacitação e supervisão das equipes, realização de encontros anuais e acompanhamento direto e indireto dos cursos. Os estados e prefeituras, por sua vez, tinham a responsabilidade de por em prática e gerenciar o Logos.

O Logos II foi implantado em 17 Estados brasileiros e atendeu a 50.000 alunos,

diplomando 70% deles.

Em Irati, esse projeto foi implantado através do decreto municipal nº 1583, de 06 de fevereiro de 1976, e atendeu, já na sua primeira etapa, 187 professores do próprio município e dos municípios vizinhos: Teixeira Soares, Mallet, Rio Azul e Rebouças. O curso era semi-presencial incluindo estudos à distância (205 módulos), 30 encontros pedagógico (realizados aos sábados) e 320 horas de acompanhamento de pequenos grupos (micro-ensino⁶⁸).

A coordenação geral ficava a encargo da CETEB. Os professores orientadores recebiam cursos de aperfeiçoamento a cada dois meses no CETEPAR (Centro de Treinamento do Magistério do Paraná), em Curitiba e o assessoramento direto ficava por conta da 23ª Inspeção Regional de Ensino de Irati.

Em nível nacional o Logos II foi desativado em 1990, pelo CETEB. No município de Irati, porém, funcionou somente até 1988, tendo sido ofertadas quatro etapas.

Mesmo tendo formado centenas de professores a nível primário na região, esse Projeto não supriu totalmente a falta de professores para esse nível de ensino na época. Prova disso é que 1988, data de extinção do Logos no município, coincide com o ano que ingressei na profissão docente, recém formada pelo curso Magistério. Nesse ano, os alunos de uma escola do interior, localizada a cerca de 10 km da cidade, estavam sem aula porque não havia professores habilitados que quisessem assumir tal escola pelas dificuldades de moradia e transporte.

Por insistência do Secretário Municipal assumi, então, sem prestar concurso, as aulas da Escola Rural Municipal de Serra do Papuã, com alunos de 1ª a 4ª séries numa mesma sala. Nessa escola, além de professora, eu era a merendeira, fazia a limpeza e organizava a horta juntamente com os alunos. O meio de transporte do qual me utilizava, era uma moto que me dava um trabalho enorme, pois a partida era no pedal e eu não conseguia funcioná-la. Não foram poucas vezes que tive que me recorrer a vizinhos da escola para voltar para casa. Era uma dureza!

No ano seguinte, por ter passado em concurso, assumi outra escola, também multisseriada, porém com duas séries, próximo de minha residência. A Escola de Serra do Papuã novamente ficou sem professor e, tempos depois, assumiu as aulas uma professora sem formação que ficou vários anos nela lecionando.

Assim, percebe-se que, mesmo com os “cursos de emergência” oferecidos pela administração pública, na década de 1980 ainda havia a carência de professores para atuar nas

⁶⁸ O micro-ensino consistia na preparação de aulas pelos cursistas sobre um determinado assunto e a exposição oral da aula para uma banca de professores e para um grupo de alunos cursistas.

escolas do município, em especial nas do interior. Seja nas primeiras séries do 1º Grau ou nas últimas séries, várias escolas recebiam professores não habilitados, como a professora Joalice Zuber Bednarchuk, que começou a lecionar de 1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª séries, sem ter formação para tal.

Joalice, ou Jane como todos a conhecem, exerce suas funções atualmente no Núcleo Regional de Educação, na coordenação pedagógica da disciplina de Matemática. Muito estimada pelos professores da região, está sempre de bom humor e deixa um rastro de euforia nos ambientes que circula, manifesto por atitudes e palavras.

14. JOANICE ZUBER BEDNARCHUK

Nasci na época mais chuvosa do inverno de 1963, em Irati, no dia 22 de junho, próximo a data comemorativa de São João, que é dia 24. Por este motivo, meu nome era para ser Joana, mas ainda bem que meus pais optaram por Joalice, pois é mais bonito.

Recordo-me da minha infância com muita saudade, pois foi muito gostosa. Por sermos cinco irmãos, na maioria mulheres, brincávamos muito de casinha, de balanço, de bonecas...

Desde cedo minha mãe nos ensinava a ter responsabilidades. Lembro-me que, quando eu cursava a 2ª série na Escola Nossa Senhora das Graças, minha irmã estava iniciando a 1ª série e chorava muito nos primeiros dias de aula. Numa ocasião, recordo-me que precisei tomar uma atitude, pois ela não parava de chorar na entrada da aula. As professoras vieram, conversaram com ela, mas não adiantou. Então, lembrei que em frente da escola havia um ponto de táxi, no qual trabalhava um conhecido da família. Atravessei a rua com minha irmã, peguei o táxi e a levei para casa. Voltei em seguida com o mesmo táxi. E veja: eu estava na segunda série! Isso me marcou muito.

Minha mãe sempre foi uma excelente cozinheira. Para ela, o momento da refeição é sagrado: a família ao redor da mesa, uma comida feita com muito carinho... Isso é bem importante. Herdei essa qualidade de minha mãe, pois vivo inventando na cozinha. Teve uma época, que meus pais, já estabilizados e com os filhos estudando, resolveram abrir uma lanchonete em frente ao hospital, ao lado de nossa casa. Minha mãe cuidou desse estabelecimento por vários anos.

Meu pai era eletricitista. Um fato que me marcou bastante foi quando ele comprou seu primeiro carro, uma rural com a qual nos levava para passear pela rua principal de Irati, a Munhoz da Rocha. Como não sabia dirigir bem, ele se atrapalhava com a embreagem e o acelerador e, por isso, o carro ficava soqueando. Para nós era uma festa!

Outra recordação de minha infância e a de meus irmãos foi a construção do hospital de Irati. Brincamos muito junto à obra: nas pilhas de tijolos, na fundação, nas lajes, andando de bicicleta... Foi nessa época, que minha irmã e eu ganhamos uma bicicleta! Numa ocasião, minha mãe foi ao mercado e recomendou que não saíssemos de casa. Mas sabe como é criança! Saímos brincar na construção e eu levei um baita tombo com essa bicicleta. Bati a cabeça numa pedra, machucando bastante. Eu devia ter uns nove ou dez anos. Foi por volta de 1972. A inauguração do hospital foi marcada por grande festividade.

Pelo que meus pais sempre contaram e também pelo que vejo, Irati mudou muito nas últimas décadas em relação à cultura, agricultura, educação, lazer... A urbanização tomou conta desse município. A cidade cresceu bastante. O município é bem classificado economicamente dentre os 399 do Paraná. As escolas tradicionais continuam imponentes.

Iniciei minha vida escolar na Escola Nossa Senhora das Graças, hoje Escola Irmã Helena Olek. Fui direto para a 1ª série, não fiz o pré-escolar. Essa época me traz muitas saudades. O cheiro do lápis, do plástico lembra muito a 1ª série, da primeira professora...

Quem lecionou na minha turma de 1ª série foi Dona Amélia. Excelente professora! Está aposentada há alguns anos. Lembro-me que ela premiava os alunos que se destacavam na aprendizagem com o 1º, o 2º e o 3º lugar. Eu sempre levava um dos prêmios. Na 2ª série tive como professora Dona Neide, na 3ª Dona Cleide e depois de um período novamente a Dona Neide. A Dona Arlete lecionou na minha 4ª série. Não há como esquecer dessas professoras. Como de 1ª a 4ª séries os professores trabalham todas as disciplinas, passam mais tempo com os alunos. Criam, assim, uma relação mais afetiva com os alunos. Na 5ª série, observa-se uma ruptura muito grande na relação professor/aluno pela quantidade de professores das diferentes disciplinas.

A Matemática sempre foi a disciplina que me envolveu desde pequena por tratar os conteúdos de forma mais objetiva. Sempre gostei de Matemática e, de maneira especial, da resolução de problemas.

No meu primário, os conteúdos de Matemática já eram ensinados a partir de material concreto. Usávamos muitas tampinhas de garrafa e pedrinhas para aprender a tabuada e fazer os cálculos. Saíamos a campo para aprender a parte de geometria, observando a quadra de esporte, o formato das árvores... Sempre me saí bem em Matemática. Não que as outras disciplinas ficassem de lado, mas a Matemática era prioridade para mim.

Naquela época, as provas eram feitas com lápis tinto comprados pelos alunos exclusivamente para esse fim. Não era permitido apagar nada na avaliação e o tal lápis era uma coisa desconhecida para os alunos. Então, na prova era uma borradeira só!

Os dias de provas, que ocorriam em datas determinadas, se resumiam em grande preocupação para mim. De tão nervosa, eu tinha ânsia, vômito, passava tão mal que minha mãe era obrigada a me acompanhar na escola nesse dia. Esse trauma se perpetua ainda hoje. Fico angustiada ao fazer uma prova ou qualquer avaliação.

Continuei na Escola Nossa Senhora das Graças de 5ª a 8ª séries. A disciplina preferida continuou sendo a Matemática que me fascinava e desafiava. Eu era uma aluna que prestava atenção na aula e revia os conteúdos dados em casa. Estudava mesmo! Marcava o tempo no

relógio e refazia os exercícios, mesmo os que já haviam sido corrigidos. Era uma prova para mim mesma, pois em sala de aula sempre tive receio de perguntar para o professor quando não havia entendido. Ficava com medo de ser rotulada na frente dos colegas.

Por ser uma escola regida por congregação religiosa, as irmãs sempre estiveram presentes na vida escolar dos alunos na Escola Nossa Senhora das Graças. As aulas de Ciência eram ministradas pela Irmã Inês e as de Matemática pela Irmã Helena. Eram excelentes professoras. Lembro-me até hoje da maneira como ensinavam os conteúdos... Aprendíamos com gosto! Percebia-se nas atitudes dessas irmãs o carinho, a vontade, a vocação pela profissão, principalmente em relação à Irmã Helena. Certos conteúdos marcaram porque foram bem trabalhados e bem compreendidos. E isso, fica para sempre...

Além da Irmã Helena, outra professora de Matemática que foi excelente no 1º Grau, hoje Ensino Fundamental, foi a Maria Iveth Martins. Seu jeito de ensinar, de trabalhar não somente os conteúdos de matemática, mas de dar uma atenção especial aos alunos com dificuldades na disciplina, era fantástico!

Após terminar a 8ª série, fui estudar o Científico, que era também chamado de Patologia Clínica, no Colégio São Vicente de Paulo. As disciplinas eram mais voltadas para o vestibular, para a formação de técnico em laboratório, porém quase sem aulas práticas. Como eu morava próximo ao hospital, o trajeto até o Colégio era longo para quem o fazia a pé. Então, eu passava na casa de duas amigas para ir ao colégio! Era muito gostoso! O tempo do São Vicente foi muito marcante porque foi a época da paquera. Éramos adolescentes, entre 14 e 17 anos. As turmas eram mistas e as paqueras rolavam na entrada, na saída da escola e mesmo na sala de aula.

Duas amigas inesquecíveis da escola foram a Soeli, cujo apelido é Kika, e a Maria Helena, a Nena. Nós sempre estudamos juntas, da 1ª série até a faculdade. A Maria Helena, na faculdade teve um problema de saúde e precisou trancar a matrícula por um ano. Somente aí nos separamos. Éramos tão unidas que fizemos uma promessa de que quando casássemos, uma seria madrinha da outra. E isso aconteceu. Temos uma grande amizade até hoje.

Naquela época, estudar no Colégio São Vicente tinha um caráter de imponência, pois era uma escola de Ensino Médio e eram poucos que chegavam até esse nível de ensino. Graças ao apoio dos meus pais, dos meus irmãos e dos próprios amigos, consegui ir mais longe... Em relação aos professores desse tempo, lembro-me com carinho de muitos deles. O professor de Matemática era o Kempa, que lecionou nos três anos do Científico. Era formado em Matemática. Ele não é natural de Irati, mas ficou muito tempo nessa cidade. Atualmente, acredito que mora em Ponta Grossa.

Os dias preferidos de nossa turma para as provas de Matemática e de outras matérias, eram os dias de chuva. Para que o professor não ficasse ao lado de nossas carteiras enquanto fazíamos a prova, adotávamos a seguinte estratégia: armávamos as sobrinhas no corredor entre as carteiras, colocando-as para secar. O professor, então, não podia passar. Trago desde pequena o trauma da avaliação e ainda o professor parar do meu lado no momento da prova e ficar me observando? Bloqueava meu raciocínio! Ficava constrangida, não sabia se estava fazendo certo ou errado e me atrapalhava com as questões. O recurso da sombrinha dava certo nos dias de chuva. Quando não estava chovendo, aí não tinha jeito.

Nas vésperas de prova, sempre nos reuníamos formando grupos de estudo para rever toda a matéria. A Kika, a Nena e eu sempre nos ajudávamos e estudávamos juntas, principalmente na disciplina de Matemática. Queríamos boas notas, mas pensávamos em adquirir conhecimentos para prosseguir nos estudos.

Outro professor que também marcou esse período foi o Padre Venuto, de Língua Portuguesa. Ele gostava muito de poesia. Em época de Páscoa ou Natal, sempre agradava seus alunos com um bombom, um apontador, um lápis ou algum outro mimosinho. Era a forma de expressar o carinho que tinha pela gente. Isso marcou muito! As aulas do Pe. Venuto eram muito prazerosas. Ele falava de literatura maravilhosamente bem!

Também tivemos como professora de Língua Portuguesa a Dona Lídia que era muito exigente. A letra no caderno tinha que ser desenhada. Acho até que ela reforçou o trauma que eu já tinha de avaliação, pois deixava todos os alunos para recuperação bimestral. Havia uma semana em cada bimestre destinada à recuperação. Eu conseguia nota em todas as disciplinas, porém, em Português, a Dona Lídia nunca nos dizia o resultado da média do bimestre e, por isso, todos faziam a recuperação. Todo mundo tinha que ir! Num certo ponto, acho que ela estava certa, pois queria a nossa aprendizagem. Por outro lado, para os alunos era traumático. Na época, não tínhamos o poder de discernimento que temos hoje, entendendo que o professor quer o conhecimento para o aluno, quer que ele aprenda mais.

A professora Lídia adotava livro em suas aulas, acho que era uma gramática. Havia, também, livros de Matemática e Biologia, mas nem todos tinham tais livros porque eram comprados pelos alunos. De 1ª a 4ª série, se não me engano, eram distribuídos pelo MEC e de 5ª a 8ª séries tínhamos que comprar também.

Ao terminar o curso Científico, fiz o vestibular aqui mesmo em Irati, pois meus pais não tinham condições de bancar uma faculdade fora. Eu não sabia bem o que queria e acho que isso acontece muito com os alunos concluintes de Ensino Médio até hoje. Terminam o curso e ficam indecisos na escolha de uma profissão.

No meu caso, como tinha afinidades com a área de exatas, fiz vestibular para Ciências Licenciatura Curta. Consegui a aprovação e iniciei o curso na FECLI, que estava instalada no prédio ao lado da Igreja Nossa Senhora da Luz, onde hoje é o CAM – Centro Administrativo Municipal – e a Secretaria Municipal de Educação. A faculdade era particular. A turma era grande e vários acadêmicos da época, hoje são os professores que atuam comigo. Alguns alunos de nossa turma de Ciências não optaram por lecionar e hoje estão em outras áreas como Banco do Brasil.

Na Licenciatura, tínhamos a disciplina de Prática de Ensino e trabalhávamos com aula simulada, na qual os alunos davam aula para os colegas. Lembro-me que o conteúdo que coube a mim preparar e transmitir foi sobre raízes. Essa aula me marcou porque colhi diversas plantas com distintas raízes: rizomas, bulbos, tubérculos... e as levei para a faculdade para dar a minha aula. Porém, naquela noite, o professor faltou e tudo aquilo ficou murcho. Na aula seguinte, tive que levar de novo e o professor faltou novamente!

Além dessas aulas simuladas, fiz estágio de observação e de atuação na Escola Nossa Senhora das Graças, de 5ª a 8ª séries.

Terminando o curso de Ciências, que foram dois anos e meio, iniciei um ano depois, em 1987, o curso de Complementação em Matemática para tornar a licenciatura plena. Os professores com licenciatura curta ficavam em desvantagem na distribuição de aulas e o salário era menor. Por isso, tornava-se crucial fazer a Complementação.

A duração do curso de Complementação era um ano e seis meses e foi ofertada aqui em Irati para duas turmas somente. As disciplinas eram específicas da Matemática: Análise Combinatória, Geometria Analítica, Matemática Aplicada, Cálculo Diferencial e Integral... Os professores desse curso eram engenheiros, como o professor Tuco, que lecionava a disciplina de Cálculo. Ele é filho de Dona Avany Caggiano e era um excelente professor. Lembrando do Tuco, lembrei que a Dona Avany Caggiano também foi minha professora de 5ª a 8ª série no Colégio Nossa Senhora das Graças. Agora voltou a memória e me recordo até a sala, o jeito dela falar... Nossa! São tantas lembranças!

No curso de Complementação, os acadêmicos tinham muita dificuldade nas aulas, pois as disciplinas eram somente de cálculo. Para alcançarmos boas notas, eu e algumas colegas estudávamos em grupo. A turma era formada por alunos interessados, que buscavam o conhecimento. Havia professores de vários municípios vizinhos. Irati é um centro, um pólo e por isso muito alunos vêm estudar aqui na universidade.

Comecei a exercer a profissão de professora substituindo minha irmã, que em 1982 se casou e foi morar em Curitiba. Ela trabalhava em Gonçalves Júnior com alunos de 1ª a 4ª

séries. Tendo aberto a vaga e não havendo nenhum professor da localidade que tivesse 2º Grau, Escola Normal ou faculdade, fui convidada pela professora Avany Caggiano, que era inspetora regional de ensino, para assumir a turma que minha irmã havia deixado.

Então, fui trabalhar em Gonçalves Júnior com 1ª a 4ª série, na Escola Municipal Edgar de Andrade Gomes. As classes não eram multisseriadas nessa escola. Assumi nesse tempo também, turmas de 5ª a 8ª séries. Eu ficava o dia todo naquela localidade. De manhã lecionava de 1ª a 4ª e à tarde de 5ª a 8ª séries. Foi uma época bastante difícil, pois iniciei sem ter experiência, sem curso de formação específica. Mas aprendi muito com meus alunos e eles, acredito, também aprenderam muito comigo. Trabalhei nessa escola de 1982 a 1986. Nesse período, lecionei de 5ª a 8ª com disciplinas fora de minha área de estudo, como Técnicas Comerciais, Inglês e Educação Artística. Trabalhei, também com a disciplina de Técnicas Agrícolas. As disciplinas de Ciências e Matemática eram ministradas por professores já formados. Havia uma turma de cada série de 5ª a 8ª.

Para ir a Gonçalves Júnior, eu saía de casa às seis horas da manhã. Ia com outros professores, com os quais dividia as despesas da lotação. Eu e uma outra professora chamada Eulália, ficávamos em Gonçalves Júnior. Os demais professores seguiam até Guamirim, onde lecionavam de 5ª a 8ª séries, no período da manhã. À tarde, esses professores voltavam para lecionar em Gonçalves Júnior. Voltávamos depois das cinco e meia da tarde. O acesso a Gonçalves Júnior era difícil, pois a estrada não era asfaltada como hoje. Quando chovia, havia muito barro. Lembro-me que até uma ponte caiu, naquele tempo, impedindo a passagem. Aquela região é montanhosa e isso torna as estradas perigosas. Algumas vezes tive que ficar pernoitando naquela localidade. Outras vezes, tive que ligar de um PS (telefone público) para meu pai me buscar. Ele tinha um Fiat 147!

Teve uma época, que fiquei morando em Gonçalves Júnior, porque o carro ia direto para o Guamirim por outra estrada. Hospedei-me na casa de uma professora, uma alemã de nome Guerta. Lembro-me que à tarde, quando terminava a aula, eu ia buscar leite na chácara de um vizinho. Nossa! Era tão gostoso! A Dona Guerta fazia uns pãezinhos maravilhosos de dar água na boca!

Essa época marcou muito a minha vida. Aprendi muito! Os alunos eram maravilhosos! Os alunos e os pais valorizavam muito o trabalho do professor. A gente percebia o carinho, o afeto... Como eram alunos do interior, presenteavam-me com espiga de milho verde, feijão e até um bolo! Por eu gostar de culinária, pedia aos alunos assinarem meu caderno de recordação. Mas não era um caderno comum! Era um caderno de recordação com receitas. Tenho até hoje vários desses cadernos, pois pedia aos alunos de 1ª a 8ª série, como uma

lembrança. Guardo com muito carinho esses cadernos e hoje quando encontro esses alunos, ainda me chamam de professora. Muitos deles são pais e até avós. É muito gratificante ser lembrada depois de tantos anos... Fico até emocionada em lembrar desse tempo... Meus olhos enchem-se de lágrimas...

Quando ainda trabalhava em Gonçalves Júnior, resolvi fazer o Magistério para ter uma formação específica nas séries iniciais. Iniciei o curso na cidade de Rebouças, porque estava namorando alguém de lá. Como ministrava poucas aulas de 5^a a 8^a que haviam passado para o período da manhã, concentrei-as em dois dias, para que nos outros pudesse freqüentar o Magistério. Pude eliminar algumas disciplinas por já ter concluído o Científico. Então, em determinados dias ia para Rebouças de manhã, voltava para Irati ao meio dia e às treze horas já estava em Gonçalves Júnior para lecionar de 1^a a 4^a série. Fiz apenas um ano de Magistério e parei. Anos mais tarde, acabei voltando, mas para o CND - Curso Normal à Distância – que foi ofertado nas dependências da Secretaria Municipal de Educação. Foram mais dois anos. Penso que foi em 1999 e 2000.

Em Gonçalves Júnior, trabalhei também com a disciplina de Matemática e Desenho Geométrico, mas somente no último ano, em 1986. Foi muito bom trabalhar com Matemática naquela escola, porque já tinha sido professora da maior parte dos alunos de 1^a a 4^a série e havia, portanto, maior proximidade com eles. Chamo a atenção para professores 1^a a 4^a série que muitas vezes deixam a Matemática um pouco de lado para trabalhar com outras disciplinas. Tem que se ter cuidado quanto a isso. Eu, como gostava muito de Matemática, trabalhava muito os conteúdos dessa disciplina. Procurava trabalhar com o concreto e com jogos, construindo os materiais com os alunos, mesmo porque a escola não disponibilizava de recursos financeiros para a compra de materiais. Nada era comprado, tudo era construído! Com a disciplina de Desenho Geométrico era complicado, pois lá é um distrito e os pais tinham dificuldades de vir para a cidade comprar o material para os filhos como régua, esquadro, compasso... Então, usávamos o pouco material disponível da escola. Era até gostoso ver o aluno emprestando e repartindo o material. Um aprendia com o outro.

No tempo que ainda trabalhava em Gonçalves Júnior, comecei a Faculdade. Lembrome que saía de lá cinco e meia da tarde e ia direto para a Faculdade, onde fazia um lanche antes de assistir as aulas. Voltava pra casa por volta das onze horas da noite. Novamente lanchava e ia dormir para começar nova jornada no dia seguinte, às cinco meia da manhã. Foi uma fase difícil, mas muito boa também.

A partir de 1986, tive a oportunidade de trabalhar em Irati, no Colégio Florestal com a disciplina de Física, por não ter professor formado nessa área. Para Matemática não sobravam

aulas. O Colégio Florestal, já naquele tempo, era requisitado por alunos de todo país por dar ao aluno a formação técnica específica. São pouquíssimos colégios técnicos florestais que existem no Brasil, são dois ou três.

Outro estabelecimento que lecionei foi na Escola Trajano Grácia, em Gutierrez. Em 1989, no começo do ano, me casei e passei a residir no município de Rebouças, mas trabalhando em Irati. Acordava também bem cedinho, porque o ônibus saía de lá às seis horas com destino a Irati. Chegava à Escola Trajano Grácia, em Gutierrez, às seis e meia. Eu ficava até às sete e meia esperando dar o sinal de entrada dos alunos. Nesse período, preparava as aulas, confeccionava algum material, lia algum livro... Quando terminava a aula ao meio dia, ia até a PR pegar o ônibus e retornar para Rebouças. Chegava em casa, almoçava e às treze horas já estava na Escola Maria Ignácia, onde também passei a lecionar.

Nessa época, recebi um convite da professora Lenita Ruva para trabalhar no Núcleo Regional de Educação, que ficava onde hoje está instalado o CEEBJA. Aceitei o convite e voltei a morar em Irati. No Núcleo, meu período de trabalho era de manhã. À tarde lecionava Matemática no Colégio Antônio Xavier da Silveira.

No Núcleo de Educação, coordeno a área de Matemática e tive oportunidade de aprender muito. Atualmente, o Núcleo de Irati atende nove municípios. No começo eram dez, pois incluía o município de Imbituva. Além das escolas estaduais, o NRE atende as Secretarias Municipais de Educação, as escolas particulares e as APAES.

Particpei e coordenei muitos cursos de capacitação para professores dos municípios jurisdicionados ao NRE de Irati. Foram cursos oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação, muitos deles ministrados por docentes das IES como da Unicentro, UEL, UEM, UFPR, abordando conteúdos específicos da Matemática ou metodologias. Tais cursos eram voltados para o ensino de 5ª a 8ª série e para o Ensino Médio. Participavam professores de toda a região, concentrando-se em uma determinada escola de Irati. Os professores recebiam bolsa alimentação e transporte. Lembro-me que um dos cursos foi ministrado pela professora Maria Tereza da Universidade Federal do Paraná. Os professores gostaram muito do trabalho e ela retornou um ano depois para ministrar outro curso.

Durante o tempo que estou no NRE, foram várias gestões do governo estadual com diferentes formas de conceber a capacitação dos professores. Houve muitas mudanças nas políticas públicas, mas a capacitação sempre foi essencial para a Secretaria de Estado da Educação. O Estado sempre ofereceu formação continuada aos profissionais da Educação.

Acho que na gestão atual, que entrou em 2003, o professor tem sido mais ouvido nas suas reivindicações. Houve uma mudança radical na política de capacitação com os grupos de

estudo em cada disciplina que ocorrem aos sábados e ainda os simpósios que normalmente são em Faxinal do Céu, um espaço que o outro governo também utilizou para capacitar os professores. Ocorreram, nessa gestão, a construção coletiva das Diretrizes Curriculares Estaduais em cada disciplina ou Orientações Curriculares como vêm sendo chamadas, e as Semanas Pedagógicas que ocorrem no início e no meio do ano letivo e fazem parte do calendário escolar.

O calendário escolar abre espaço, ainda, para a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e da proposta curricular. Outra política do atual governo é o incentivo à produção científica por meio do Projeto Folhas e do OAC (Objeto de Aprendizagem Colaborativa), nos quais o professor é estimulado a produzir, a criar, a estudar e mostrar seu trabalho, numa concepção de interdisciplinaridade e fundamentos metodológicos. Dessa forma, é necessário que o professor adentre a outras áreas do conhecimento e a escola se transforme em um ambiente de troca e colaboração.

Em 1996, a Secretaria de Estado da Educação disponibilizou aos professores da rede estadual cursos de Especialização com bolsa auxílio. Houve uma seleção e consegui uma vaga para fazer essa Especialização que foi ofertada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foram disponibilizados três cursos: Alfabetização; Supervisão e Orientação e ainda Fundamentos e Metodologias que eram ofertados na sexta à noite, no sábado o dia todo e em uma semana de julho. De Irati foi um grupo de professores de diversas disciplinas e também pedagogos. Fiz a especialização em Fundamentos e Metodologias. Tive, assim, a oportunidade de estudar e aprender um pouco mais sobre a questão didática e metodológica, linhas filosóficas, tendências da Educação... Foi um curso excelente!

Tempos depois, em 2001, fiz um teste seletivo e entrei como professora colaboradora na Unicentro, pelo Departamento de Pedagogia. No entanto, fui trabalhar com o curso de Ciências Licenciatura Plena, com a disciplina de Prática de Ensino. Era a disciplina que não tinha sido assumida por nenhum professor titular, doutor ou mestre, que tem prioridade na escolha das turmas e disciplinas.

Aliando a minha experiência como professora de Matemática e como coordenadora de Matemática do Núcleo Regional de Educação, tive oportunidade de conciliar a teoria e a prática na universidade. Pude conciliar o estágio dos acadêmicos da faculdade com meu trabalho no Núcleo, fazendo com que as escolas da rede estadual de Irati participassem ativamente de minha proposta para o estágio. Os estágios eram feitos aos sábados com oficinas de Ciências e Matemática nas escolas e com a participação de alunos de 5ª a 8ª séries. As oficinas eram oferecidas em uma escola diferente a cada sábado e a frequência dos alunos

era excelente. Os acadêmicos vinham, inclusive, de municípios vizinhos e trabalhavam com material concreto, com jogos, com experiências e dinâmicas relacionadas aos conteúdos de Matemática e Ciências. Os professores que lecionavam nas escolas também participavam, acompanhando o estágio, mesmo sem ser dia letivo. Era uma forma conveniente de interação dos alunos, dos professores e dos acadêmicos. Existe ainda um distanciamento muito grande entre a universidade e a rede pública, que a gestão estadual vem procurando minimizar.

Na universidade trabalhei também com a disciplina de Pesquisa e Metodologia Científica, orientando a elaboração de projetos de pesquisa. Os alunos da graduação elaboram no final do curso o TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – desenvolvendo um projeto de pesquisa. Lecionei a disciplina para duas turmas de mais de quarenta alunos e trabalhei com projetos direcionados a Ciências e Matemática, que abordavam diversos temas como jogos, avaliação na disciplina de Matemática, metodologias, experiências... Também orientei alguns trabalhos de conclusão de curso. Um deles foi relacionado à merenda escolar. Como no Núcleo Regional de Educação, além de coordenar a disciplina de Matemática, atendia o programa da merenda escolar, pude relacionar a Matemática a este programa. O trabalho ficou muito interessante.

O trabalho na universidade ampliou meus conhecimentos na questão da produção independente. Tive a oportunidade de estudar, de buscar o aperfeiçoamento, de apresentar trabalhos, de pesquisar... Meu contrato na UNICENTRO era para dois anos, mas foi prorrogado para mais dois. Fiquei, então, quatro anos na universidade e aprendi muito nesse período.

No tempo que o professor José Maria Orreda foi chefe do Núcleo Regional de Educação, foi desenvolvido na escola de Gonçalves Júnior um projeto de Matemática, voltado às séries iniciais do Ensino Fundamental. O projeto foi coordenado pela Ana Maria Nawiaki de Oliveira, professora aposentada da Universidade Federal do Paraná, que estava desenvolvendo sua pesquisa de mestrado. Ela é professora de Matemática e também é psicopedagoga. É parente do professor José Maria Orreda. Daí a opção da realização do projeto em Irati. Como desenvolvia minhas funções no NRE, fui a coordenadora regional desse projeto.

As escolas de 1ª a 4ª séries em Irati, são todas da rede municipal e, então, o projeto teve apoio da Secretaria Municipal de Educação, além do Núcleo Regional. Tal projeto consistia em verificar como o aluno aprende a partir do concreto. Antes de desenvolver a pesquisa, ficamos por um ano estudando as teorias da Educação, as tendências, os estágios da aprendizagem, o construtivismo, as concepções de teóricos como Piaget, Vigotsky... Formamos um grupo de estudos e nos reuníamos aos sábados, o dia todo, nas dependências

do NRE. Participavam do grupo alguns professores, a diretora da escola, uma coordenadora da Secretaria Municipal de Educação, eu como coordenadora de Matemática do Núcleo, além da professora Ana Maria. Nesse estudo, houve uma produção de material sobre como o aluno aprende, como raciocina, como efetua os cálculos matemáticos, como resolve problemas. Era um projeto que relacionava a Matemática à Psicologia.

No decorrer da realização do projeto, participamos de um curso de psico-pedagogia em Curitiba, no Colégio Santa Maria, com docentes da Argentina. A Secretaria Municipal disponibilizou verbas, mas ficamos na casa da Ana Maria. Nesse curso, tivemos muitas orientações para o desenvolvimento do projeto e, a partir daí, produzimos materiais específicos da pré-escola e de cada série: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série. Era uma apostila de cada série. O resultado foi relatado na produção de um livro, no qual somos como colaboradores. Hoje a Ana Maria tem uma clínica em Curitiba e deve usar esse nosso material no seu trabalho.

Esse projeto, na época, foi encaminhado para a revista Nova Escola e uma das professoras foi contemplada na premiação Vitor Civita. Ela teve a oportunidade de ir a São Paulo e participar de toda a comemoração. Não ganhou o prêmio principal, mas ter o projeto selecionado pode-se considerar uma vitória.

Penso que a formação dos professores de Matemática e a minha também, foi muito técnica e, na maioria das vezes, reproduzimos e ensinamos como aprendemos. Não culpo ninguém por isso porque era da época. O professor se preocupava mais com o conteúdo científico do que com a parte metodológica. Sinto essa dificuldade como professora de Matemática. Mas isso não é só da Matemática e sim das Licenciaturas de uma forma geral, que evidenciavam mais o conteúdo específico, deixando de lado a parte da prática pedagógica. Muitos conteúdos de Matemática de 5ª a 8ª séries e de Ensino Médio aprendi com a reprodução de exercícios em quantidade excessiva. Era muito técnico! Acredito que hoje melhorou, mas ainda falta essa formação pedagógica para o professor.

Como professora fui aprendendo na prática que não é somente o conteúdo que é importante. Em sala de aula, tive que dar conta do recado e percebi, então, a falta de subsídios teórico-metodológicos. Tive que correr atrás, buscar o que me faltou na graduação. O trabalho no Núcleo de Educação me proporcionou um crescimento nessa parte teórica.

Acredito que hoje as universidades têm se preocupado mais com a formação do professor. A Matemática em sala de aula está sendo trabalhada de forma diferente. Vejo progressos na prática do professor, pois o aluno está sendo mais compreendido. Há mais respeito ao tempo de aprendizagem do aluno. Nem todos aprendem igual! Cada aluno tem seu tempo pedagógico e, por isso, o professor precisa retomar os conteúdos sempre que

necessário. Penso, então, que houve uma melhora, mas ainda falta muito. Mas isso é a longo prazo! Comparando do tempo que fui aluna e do que percebo atualmente na escolarização, houve desenvolvimento...

Pelas condições da família, não tive outra opção senão ser professora. Mas hoje, não me arrependo nem um pouquinho. Gosto muito do que faço! O professor para ser realmente um educador, tem que ter vocação, tem que se dedicar e trabalhar não apenas o conteúdo, mas a relação humana. Porque os nossos alunos estão aí e dependem de nós! Quanto à realização profissional, ela ainda não é total, porque acho que nunca podemos dizer que estamos realizados. Sempre temos que estar galgando, querendo mais, buscando mais. Quero ainda fazer um mestrado, fazer outros cursos, talvez uma outra graduação como Pedagogia... Gosto muito de estudar! Não sou uma aluna excelente, mas me dedico, me esforço muito e sou muito responsável. Acredito que isso é influência da educação católica que tive em casa e também na escola, já que todo o 1º e o 2º Graus fiz em escola religiosa. Mas, enfim, quero ter a oportunidade de estar trabalhando sempre com a Educação.

16. OS EDUCANDÁRIOS RELIGIOSOS EM IRATI

Como salienta Joanice, as congregações religiosas exerceram e ainda exercem grande influência na escolarização primária e secundária em Irati. Tal influência é observada a partir da segunda década do século XX, quando grupos religiosos instalaram diversas escolas, em distintas localidades do município. Assim, vários padres e irmãs religiosas vêm se dedicando, ao longo dos anos, à educação de crianças, jovens e adultos, exercendo cargos de professores, diretores, supervisores e orientadores em seminários, conventos, escolas e colégios.

Este fato é observado não somente em Irati como em todo o Brasil, mesmo antes da Proclamação da República, quando diversas congregações religiosas começaram a instalar suas edificações.

Com a Constituição de 1891, que propôs a laicização do ensino e a supressão do ensino religioso nas escolas públicas, o catolicismo no Brasil perdeu a condição de religião oficial e passou a concorrer com outras associações religiosas. Este fato obrigou a Igreja Católica a passar por profundas reestruturações institucionais, com a formação e consolidação de uma extensa rede de escolas católicas em todo o território nacional.

De acordo com Norberto Dallabrida (2005, p. 79), “o fator decisivo do êxito da Igreja Católica no campo educacional foi a atuação das ordens e congregações católicas, masculinas e femininas, de origem européia”. Para o autor, a entrada desses grupos no Brasil, que teve início no século XIX, intensificando-se após a Proclamação da República, contribuiu decisivamente para a conversão dos brasileiros à fé católica romanizada e para a fundação de muitas escolas desde a instrução primária até as universidades, além de orfanatos, creches, hospitais e asilos de idosos.

Dallabrida (2005) salienta, ainda, que desta maneira o episcopado brasileiro reintroduziu a doutrina católica no sistema público e incentivou os professores católicos a realizarem o curso Normal e prestarem concursos públicos para recatolizar a cultura escolar republicana e laica, principalmente até a década de 1930, quando o Estado mostrou-se ausente e muito tímido em relação à escolarização.

Quanto ao ensino secundário, a atuação das congregações religiosas foi decisiva no ensino brasileiro, pois, com dedicação exclusiva e fervor missionário, teceram uma rede de colégios de abrangência nacional. Segundo Bruneau (1974) citado por Dallabrida (2005, p.81), “por volta de 1931, havia poucas escolas católicas de nível primário, porém, mais de $\frac{3}{4}$ das 700 escolas secundárias eram católicas”. Esses educandários geralmente tinham sistema

de internato de forma que os meninos estudavam em “colégios de padres” e as meninas freqüentavam os “colégios de freiras”, que geralmente ofereciam o curso Normal.

A falta de uma sólida política para a instituição de estabelecimentos públicos, a negligência na formação de pessoal docente qualificado e a descentralização do ensino primário aos Estados que investiam somente nesse nível de ensino, são fatores que contribuíram para que o ensino secundário fosse entregue às instituições privadas, principalmente aquelas de caráter confessional, de forma regular na Primeira República e na era Vargas.

Emprestando ou fazendo cessão de terrenos e prédios em condições vantajosas, concedendo subsídios financeiros diretos ou sob forma de bolsas de estudos, convênios, contrato de serviços e, sobretudo, matriculando seus próprios filhos, os grupos dirigentes se mostraram particularmente empenhados no sucesso dessa política educacional entregue em mãos de autoridades diocesanas e das ordens e congregações religiosas, sobretudo das estrangeiras, especializadas na prestação desse tipo de serviço. (MICELI, 1988, p. 23)

Os colégios católicos, então, mostraram-se eficientes e lucrativos, por possuírem quadros docentes com formação européia, praticamente inexistente no Brasil, e serem desejados pelas elites nacionais.

Assim, as congregações religiosas contribuíram de forma significativa na produção de sujeitos dóceis, ordeiros e produtivos, proporcionaram a escolarização primária e secundária de várias gerações, mas, direcionando-se para as elites burguesas, colaboraram na concretização do dualismo escolar no sistema nacional brasileiro. O êxito da Igreja Católica na educação do país foi, por fim, coroado com a instalação das primeiras universidades católicas, durante o Estado Novo (DALLABRIDA, 2005).

Grande parte das escolas e colégios instalados pelas congregações religiosas no Brasil, a partir de meados do século XX, passou a ser mantida pela administração pública estadual ou municipal, que passou a pagar aluguel das edificações. Exemplo disso ocorreu em Irati, onde seis congregações religiosas, a seguir citadas, fundaram suas instituições educativas.

- **Congregação da Missão**

O Colégio São Vicente de Paulo foi fundado em 1925 pela Congregação da Missão e instalado em Irati devido ao entusiasmo do povo religioso do município e das facilidades propostas pelas autoridades locais. Funcionou, primeiramente, como seminário menor, de 1928 a 1948. Nesse período, o ensino era ministrado por padres da congregação e voltado exclusivamente à formação de sacerdotes.



Escola Apostólica São Vicente de Paulo – década de 1930 ⁶⁹

A partir de 1950, foi autorizado, pela Secretaria da Educação e Cultura, o ensino secundário ginásial e em 1953, a escola foi estadualizada, atendendo apenas a seção masculina, sob regime de internato e externato. Apesar da adequada base física, não existiam professores habilitados para lecionar algumas disciplinas. A solução foi recorrer a profissionais liberais para as funções docentes não atendidas pelas habilitações dos sacerdotes.

Em 1957, após ampliação do edifício, foi instalado o curso secundário científico e, cinco anos depois, foi implantado o curso Técnico em Contabilidade. No ano de 1968, encerrou-se o internato nas dependências do educandário e, em 1976, foi implantado o curso Magistério.

Atualmente, o Colégio Estadual São Vicente de Paulo atende 919 alunos de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental, Ensino Médio e do curso Formação de Docente das Séries Iniciais e Educação Infantil.

- **Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo**

A Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo fundou em Irati, no ano de 1930, o Instituto Nossa Senhora das Graças, em atendimento à solicitação da comunidade e de colonos poloneses.

No ano seguinte, foi instalado o ensino primário e o jardim de infância e, em 1932, com a chegada de outras irmãs da congregação, a escola passou a oferecer cursos como pintura, flores artificiais, música, trabalhos manuais e preparatórios ao exame de admissão, madureza e línguas estrangeiras.

⁶⁹ Foto do arquivo pessoal de José Carlos Araújo

O novo prédio do Instituto Nossa Senhora das Graças foi inaugurado em 1937. Nesse ano, encontravam-se matriculados 240 alunos entre meninos e meninas, internos e externos. O corpo docente era formado por oito irmãs da congregação, uma normalista e uma adjunta.



Instituto Nossa Senhora das Graças (à esquerda) – inaugurado em 1937 ⁷⁰

Em 1945, as irmãs instalaram o curso ginásial para meninas, estadualizado em 1953, ficando vinculado ao Ginásio São Vicente de Paulo até 1967. O Curso Normal Colegial começou a funcionar no Instituto em 1947, sendo estadualizado em 1961 e, com a implantação da Lei 5692 / 71, foi transferido para o Colégio São Vicente, em 1976.

Atualmente, funcionam nas dependências duas escolas: a Escola Municipal Irmã Helena Olek, que atende alunos da pré-escola e de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, e a Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, com alunos de 5ª a 8ª séries. Ao todo, estudam no educandário 1067 alunos.

- **Congregação Servas de Maria Imaculada**

O Distrito de Itapará, vinculado a Irati, situa-se a aproximadamente 60 km da sede, e tem a sua população, na grande maioria, formada por imigrantes ucranianos que começaram a chegar ao local no início do século XX.

Nessa comunidade, as irmãs da Congregação Servas de Maria Imaculada fundaram o Colégio São Miguel de Itapará, no início de 1937, quando foram matriculadas, no ensino primário, mais de cem crianças em classes multisseriadas.

Em 1962, o governo do Estado construiu nova escola em Itapará, uma casa de madeira, com duas salas de aula. Em 1988, com o processo de municipalização das escolas de 1ª a 4ª séries, o ensino passou a ser seriado. No início de 1990, uma nova escola de

⁷⁰ Foto do arquivo pessoal de José Carlos Araújo. A igreja ao lado da escola foi construída por descendentes de poloneses na década de 1920. É denominada Matriz São Miguel.

alvenaria foi construída com recursos do governo estadual e, no ano seguinte, após ampla reivindicação da comunidade, começou a funcionar o ensino de 5ª a 8ª séries.

As Irmãs Servas de Maria Imaculada também instalaram em Irati, no ano de 1938, o Colégio São Valdomiro, na comunidade ucraniana da Linha B de Gonçalves Júnior, localizada a 23 km da sede do município. No início as irmãs moravam na escola onde lecionavam, atendendo o ensino primário em classes multisseriadas, além de ofertarem a educação cristã a toda comunidade.

Em 1949, foi instalado nas dependências do Colégio o Orfanato São Valdomiro, abrigando meninos e meninas desamparados de toda a região. Devido ao difícil acesso e de meios de transporte quase inexistentes, o orfanato foi transferido para a cidade de Irati, em 1962. Além das crianças internas, o orfanato, com o nome de Escola São Valdomiro, passou a atender crianças da comunidade local com o ensino primário.

A Congregação Servas de Maria Imaculada fundou, ainda, em 1944, o Colégio Sagrada Família na comunidade de Palmital, situada na divisa dos municípios de Irati e Prudentópolis.

- **Ordem São Francisco de Assis**

Em 1948, chegou a Irati um grupo de freis capuchinhos da ordem de São Francisco de Assis, assumindo os serviços pastorais de uma das igrejas e logo iniciando entendimentos com a comunidade iratiense para a construção de um grandioso seminário na região.

No ano seguinte, o Frei Patrício de Nébola, superior da congregação dos capuchinhos, determinou aceitar a oferta da família Anciutti de 18 alqueires de terreno, na localidade de Riozinho, para a construção do Seminário. Feita a escrituração das terras, em 1950 se iniciaram as obras da magnífica edificação com capacidade para 300 alunos, sob a supervisão do próprio Frei Patrício e empenho da família Anciutti. O seminário, que recebeu o nome Santa Maria, iniciou seu funcionamento com sistema de internato, em março de 1953.



Seminário Santa Maria – década de 1970

Aos primeiros seminaristas, foi oferecido o ensino das duas séries finais do primário, o exame de admissão e o ginásio em cinco séries, além da formação religiosa cristã. Mais tarde, os freis capuchinhos passaram a ministrar aulas do colegial clássico. Com rigidez e disciplina, o Seminário Santa Maria habilitou centenas de jovens para diversas profissões e deu início à formação de muitos adolescentes para o exercício do sacerdócio da ordem seráfica dos frades franciscanos. Até 1977, eram 49 alunos do Seminário que haviam se tornado sacerdotes.

Em 1987, os frades franciscanos encerraram as atividades do Seminário e, no ano seguinte, deixaram o prédio, transferindo-se para outras cidades do país. No início de 1994, a Universidade Estadual do Centro-Oeste – Campus de Irati – instalou sua sede nas amplas instalações do extinto seminário, patrimônio adquirido da congregação franciscana numa parceria dos governos estadual e municipal.

- **Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria**

No início de março de 1952, a Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria enviou um grupo de sete irmãs da província de Campinas a Irati, tendo por objetivo a instalação da primeira casa da congregação no Paraná. As irmãs chegaram ao município no dia seis de março e se dirigiram à comunidade do Riozinho, onde estava em construção o Seminário da ordem dos franciscanos. Foram recebidas com muitos festejos e se instalaram numa casa de madeira junto ao seminário, doada também pela família Anciutti.

No dia seguinte, as irmãs fundaram a Escola Sagrado Coração, sendo a Irmã Martha Inacarato Bueno a professora da primeira turma. Era uma classe multisseriada que se iniciou com apenas oito alunos de 1ª, 2ª e 4ª séries. Logo, porém, a escola passou a receber alunos de diversas comunidades próximas e o número de estudantes muito se elevou.

Em 1955, as irmãs transferiram residência para o novo prédio e a escola passou a funcionar em amplas instalações, havendo regime de internato para meninas residentes em comunidades distantes onde não havia escola. Em 1969, o ensino de 1ª a 4ª séries foi estadualizado e, nesse mesmo ano, foi criado o Ginásio Sagrado Coração.

Com a municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries, em 1997 foi criada a Escola Municipal Frei Patrício, funcionando nas mesmas dependências do Colégio Sagrado Coração. Ambas as escolas, no entanto, foram extintas em 1999.

- **Congregação das Irmãs de São Pedro Canísio**

A Congregação das Irmãs de São Pedro Canísio, com sede na Suíça, instalou a sua primeira casa provincial no Brasil, na cidade de Aparecida (SP), no ano de 1951. Anos depois, tal congregação determinou a construção de uma segunda casa em Irati no Paraná, por indicação do Pe. Rui do Carmo Pereira de Aguiar, que exercia suas funções sacerdotais no município.

E assim, no final de 1958, as irmãs canisianas iniciam suas atividades em Irati, na Escola de Educação Familiar São Pedro Canísio, com o acompanhamento da formação religiosa das noviças, assistência à comunidade e oferta de cursos de iniciação profissional e economia doméstica à população iratiense como datilografia, culinária e trabalhos manuais.

Devido à demanda crescente de alunos, a madre superiora das Canísias em Irati, solicitou auxílio financeiro ao governo suíço, que prontamente liberou verbas para a construção de uma nova sede escolar com espaçosas dependências. A nova edificação foi inaugurada em 1967.

Nesse ano, teve início o curso ginásial e, em 1975, foi implantando o curso supletivo de 2º grau, com habilitação em Auxiliar de Escritório. Em 1986, o ensino de 5ª a 8ª séries foi estadualizado e foi criada a Escola Estadual Pio XII que funciona, desde então, nas mesmas dependências do Colégio São Pedro Canísio.

Atualmente, além do ensino de 5ª a 8ª mantido pelo governo estadual, o complexo escolar mantido pelas irmãs canisianas atende mais de 860 alunos desde a educação infantil ao ensino médio particular, recebendo alunos de diversos municípios da região.

Diante do exposto, é possível constatar o alcance que as instituições religiosas tiveram no ensino primário e secundário em Irati. Seja no centro, na periferia ou no interior, são poucas as pessoas que não passaram anos escolares em alguma dessas instituições.

Minha trajetória como aluna é marcada também por “colégio de freira” e “colégio de padre”, uma vez que estudei na Escola Estadual Nossa Senhora das Graças - das irmãs vicentinas - de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e no Colégio Estadual São Vicente de Paulo – dos padres vicentinos – o curso Magistério. Mais forte, ainda, é a influência dessas instituições na minha trajetória como docente, pois iniciei lecionando Matemática na Escola Nossa Senhora das Graças e, atualmente, sou lotada como professora da disciplina no Colégio São Vicente, onde exerço a profissão há 16 anos. Trajetória similar é da professora Izabel Passos Bonete, que viveu a maioria de seus anos escolares nessas instituições, onde também exerceu a profissão docente.

Izabel foi minha professora de Geometria na faculdade. Suas boas aulas deixaram marcas profundas e exercem influências positivas na minha prática pedagógica. Acho que sempre tentei me espelhar nas aulas da Izabel... Um misto de exigência e companheirismo, rigor e brandura. Certamente, uma referência no ensino de Matemática em Irati.

17. IZABEL PASSOS BONETE

Nasci em Irati, dia nove de setembro de 1960. Fui registrada, no entanto, no 20 de setembro, porque minha mãe havia recém assumido aulas como servidora pública estadual e, caso me registrasse dia nove, perderia o emprego, pois não havia completado ainda 40 dias na função de professora. Era uma disposição da lei na época.

Minha mãe fez a Escola Normal depois de casada e, mais tarde, fez Pedagogia. Trabalhou 34 anos na Educação. Quase todo esse tempo lecionou de 1ª a 4ª série. Teve um período que trabalhou com a disciplina de Matemática nas 5ª séries, quando já era formada em Pedagogia. Nos últimos anos, antes de se aposentar, trabalhou na secretaria de duas escolas. Não estava mais em sala de aula por apresentar problemas de alergias ocasionados pelo giz.

Já meu pai foi primeiramente motorista de caminhão e depois motorista de táxi. Faleceu com 50 anos de idade, vitimado por uma diabete muito violenta.

Tenho mais dois irmãos: um que é administrador de empresas e mora em Curitiba e outro que é médico e mora em Florianópolis. Por ser a única menina entre os irmãos e primos, quando criança, não brincava com bonecas. Minhas brincadeiras eram mais com os meninos: jogar bola, correr, esconde-esconde... As brincadeiras que os meninos também participam.

Sempre morei em Irati, na área urbana. Primeiramente, minha família e eu residíamos numa casa a algumas quadras de onde hoje moramos. Há 38 anos aproximadamente, moramos neste endereço atual. Viemos morar vizinhando com minha avó. Lembro-me que, naquele tempo, havia muitos lotes vazios nesse local. Numa esquina aqui perto, seguidamente se instalava um circo, num lote baldio e, como era pertinho, íamos assistir aos espetáculos. Era o sonho da criançada! O hospital era perto do Bini⁷¹, aquele ponto de referência que todo mundo conhece! Hoje, se andarmos nas quadras próximas de onde moro, veremos que não há terreno vazio. A região mudou muito. A cidade cresceu bastante.

Em minha família são vários professores: minha mãe, que foi professora primária; minha tia Luiza, irmã de minha mãe, que é da área de Letras; meu tio, que é médico patologista e trabalhou muito tempo na Universidade Federal do Paraná; um primo que é engenheiro civil e trabalha na Universidade Federal do Paraná e a minha tia Regina, também irmã de minha mãe, que é da área de Letras e trabalha na Unicentro.

⁷¹ Ponto comercial conhecido como Bar do Bini, localizado no entroncamento de duas avenidas.

Iniciei minha vida escolar na Escola Francisco Stroparo que era perto de minha antiga residência e o local de trabalho de minha mãe. Fiz o 1º ano primário nessa escola. Depois mudamos de residência e me transferi para a Escola Nossa Senhora das Graças, onde fiz de 2º a 8ª série.

Minha primeira professora chamava-se Luci. Não lembro muito bem do meu primeiro ano. Já faz tanto tempo! Na 2ª série foi a professora Cleide, na 3ª a professora Neli e na 4ª série a professora Iracema. Lembro-me que na disciplina de Matemática sempre tive muita facilidade. Já minha dificuldade era o Português. Os obstáculos maiores eram em análise sintática, verbos... Hoje escrevo bem. Tenho até facilidade! Leio bastante e produzo textos com tranqüilidade. Às vezes, tenho dificuldade com o verbo, crase, vírgula, mas aí é só pesquisar! Acho que é natural ter um pouquinho dessa dificuldade.

Na 7ª e 8ª séries, minha professora de Matemática foi a Irmã Helena que morava na própria escola, no Colégio Nossa Senhora das Graças. Lembro-me de suas aulas sobre inequações do 2º grau... Eu participava bastante e discutia com ela sobre os sinais de desigualdade. Na verdade, em sala, não conseguia prestar muita atenção na aula. Eu preferia chegar em casa, me debruçar sobre os cadernos e descobrir o caminho sozinha. Não me prendia muito na explicação do professor. Aprendia muito mais sozinha, mesmo as outras matérias como História, Geografia.

Terminando a 8ª série, passei a estudar no Colégio São Vicente onde fiz o Ensino Médio. O curso era de manhã e denominado Científico. A formação era para técnico em laboratório, mas nunca aprendi nada de laboratório, nem as peças conheço.

Depois, em 1978, prestei vestibular na FAFIG – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava⁷² - para o curso de Licenciatura em Ciências, pois não havia o curso de Matemática. Fiz meio ano de Ciências em Guarapuava e pedi transferência para a Universidade Federal do Paraná, na intenção de fazer Matemática. Fiz mais meio ano de Ciências na Federal e, então, comecei a Licenciatura em Matemática, aproveitando a maior parte das matérias que já havia cursado em Ciências.

No curso de Ciências, não me dediquei muito nas disciplinas biológicas. Meu forte mesmo era para a Matemática. Na Federal, naquele meio ano que cursei Ciências, fiz a disciplina de Botânica que era feita em laboratório. Foi excelente! Uma experiência muito boa que, mais tarde, me auxiliou nos primeiros anos de profissão quando lecionei Ciências. Muito

⁷² Município localizado na região Centro-Oeste do Paraná.

do que aprendi na disciplina de Botânica pude trabalhar em sala de aula. Foi muito interessante!

Já em Matemática, era a pura mesmo: cálculo, álgebra, análise... Era um ensino muito técnico. Fazíamos as disciplinas juntamente com os cursos de engenharia, o que atualmente não acontece. Acho que o ensino no curso de Matemática deveria ser mais voltado para a licenciatura e não para a engenharia. Aprendi muito matemática e isso foi muito bom, mas a formação pedagógica, acho que foi falha. Cheguei a fazer estágio, mas, nessa época, o ensino era bem tradicional. Não tive formação de pesquisadora e nem na área de informática. Não havia, ainda, os computadores, mas já usávamos o Fortran, aquela programação por cartões. Numa sala da universidade havia várias máquinas nas quais digitávamos os cartões. Montávamos programas escritos, por exemplo, de como resolver uma equação do 2º grau. Montávamos os fluxogramas, transformando a linguagem numa sentença que digitávamos nos cartões. Era uma pilha de cartões! Superdemorado! No dia seguinte, pegávamos o resultado para ver se o programa estava certo ou não. Às vezes acusava erro numa determinada linha e aí tínhamos que refazer o programa.

Assim, tive uma noção de programação computacional, mas acho que hoje nem se usa mais o Fortran. Hoje é só microcomputador! Mas naquela época, a informática estava começando na universidade.

Minha formatura foi em julho de 1982, mas permaneci em Curitiba até o final de 1983, porque comecei a fazer o curso de Estatística na Universidade Federal do Paraná. Nesse tempo, como precisava de um emprego, comecei a trabalhar com aulas particulares e isso me ajudou bastante, porque aprendi muito Matemática de 5ª a 8ª série e também de Ensino Médio. Trabalhei com aulas particulares para alunos de 1ª a 4ª séries e alunos de cursinho pré-vestibular. Como na universidade os conteúdos eram mais complexos, com as aulas particulares pude retomar os conteúdos de Ensino Fundamental e Médio e também aprender maneiras de ensinar o aluno por meio de metodologias diferenciadas. Além disso, comecei a ganhar meu próprio dinheiro e minha mãe não precisou mais me sustentar.

Em Curitiba, não consegui lecionar em escolas públicas porque era recém formada e ficava no final da fila para a escolha de aulas. Por esse motivo, retornei a Irati em 1984. Nesse município era mais fácil conseguir aulas, pois eram poucos professores que tinham formação em Matemática. Já de início, consegui vinte aulas semanais no Colégio São Vicente. Assumi as aulas de um professor que estava ainda cursando Ciências na FECLI. Enfrentei algumas resistências por parte dos alunos do 2º grau que tentaram me desafiar por ter ficado com as aulas desse professor. Foi bastante difícil, mas logo os alunos perceberam

que eu tinha condições de substituí-lo, que estava bem preparada e tinha segurança. Aí, o restante do ano foi tranquilo.

Continuei mais meio ano o curso de Estatística, viajando toda a semana para Curitiba. Isso, porém, foi me cansando. Tranquei, então, a matrícula e não consegui mais voltar. O ensino no curso de Estatística era bem tradicional e muito ligado à Matemática. Na verdade, quem tinha Matemática, tirava o curso “de letra”. Inclusive, nem participei frequentemente das aulas, pois lecionava em Irati três dias da semana. Nos outros dois dias, viajava para Curitiba e assistia apenas 50% das aulas! Faltava bastante, mas os professores sabendo que eu tinha formação em Matemática, não consideravam minha presença tão importante e permitiam, por esse motivo, que eu fizesse as avaliações em datas diferentes das que meus colegas faziam. Mesmo faltando às aulas, me saía muito bem.

Hoje, no entanto, não tenho mais intenção de retornar. Adoro estudar! Se pudesse, ficava só estudando! Tanto que nesse ano vou trabalhar com a disciplina de Organização e Funcionamento da Educação Básica no curso de Matemática e estou revendo toda a História da Educação. Estou adorando! Mas não gosto de viajar, chegar a lugares desconhecidos, me instalar em pensão... Ah! Isso não!

Sinto não ter concluído o curso de Estatística... Hoje, na UNICENTRO, não há estatístico formado. Em determinadas ocasiões, porém, é necessária a assinatura de uma pessoa formada na área de Estatística como, por exemplo, numa pesquisa eleitoral, e não há quem assine. Se tivesse continuado...

Depois que parei com o curso de Estatística, fixei residência em Irati e nos primeiros anos lecionei Matemática e Ciências no 1º e 2º graus. Fui, ano após ano, aumentando o número de aulas: de vinte para trinta, depois para quarenta... Teve uma época que trabalhei com mais de cinquenta aulas semanais. Eram de dez a quatorze aulas diárias: manhã, tarde e noite. Era muito cansativo! Mas entra aí a questão financeira... Na época era tranquilo, porém, hoje, sinto o peso disso na minha saúde. Acho que não valeu a pena. As conseqüências apareceram depois.

Nos primeiros anos, trabalhei como professora contratada no regime CLT. No início de cada ano, havia a distribuição de aulas no Núcleo de Educação como deve haver até hoje. Eu odiava aquela distribuição de aulas! Era o pior momento da minha vida! Terrível! Então, em 1988 ou 1989, não lembro bem, saiu o concurso para professor do Estado. Preparei-me bastante para aquele concurso. Comprei diversos livros e, por um período, estudei até duas ou três horas da manhã. Os conteúdos para a prova eram subdivididos em duas partes: a específica com conteúdos de Matemática e a pedagógica com a parte de fundamentos da

Educação. A parte específica foi tranqüila, mas tive que estudar muito a parte de fundamentos. Na universidade considero que estes conteúdos não foram bem discutidos. Estudei bastante e fiz, então, o concurso.

Quando saiu o resultado, de cinquenta professores aproximadamente da região, somente três conseguiram aprovação: dois professores e eu. Na prova de matemática eu e um dos professores tiramos a mesma nota, mas na prova de fundamentos tirei menos que este professor. Ele ficou, então, em primeiro lugar, eu em segundo e outro professor em terceiro. Passamos, assim, a ser professores efetivos no Estado.

No começo, foi uma decepção tão grande que me arrependi de ter estudado para o concurso! Como professora CLT meu salário era bem maior. Como efetiva, passei para o primeiro nível da tabela de progressão de carreira e recebia uma miséria! Fiquei tão decepcionada que até escrevi uma carta para associação dos professores, em repúdio. Fiquei muito triste mesmo! Estudei tanto para ganhar menos!

Com o passar do tempo fui avançando na tabela de vencimentos e meu salário foi melhorando. Porém, demorou mais de oito anos para eu chegar ao último nível. Teve uma época que os professores ganhavam muito bem. Depois o salário foi se degradando... E continua...

No Colégio São Vicente as turmas eram lotadas, tinham quarenta e poucos alunos. Não havia sequer espaço para o professor circular na sala! Acho que o excesso de alunos numa turma prejudica bastante a qualidade de ensino - embora os governantes não admitam. É muito complicado fazer uma discussão sobre um conteúdo, com os alunos falando todos ao mesmo tempo... E outros, ainda, querendo brincar... O professor acaba sendo tradicional mesmo, pois não tem opção: ou trabalha o conteúdo ou a sala vira uma bagunça. Com quarenta e cinco alunos numa sala é impossível! O professor tem que fazer milagre e, nas atuais condições das escolas, muitas vezes o professor tem que ser pai, tem que ser psicólogo... Acaba tendo que ser palhaço na classe e tendo que ter um jogo de cintura enorme. É preciso que isso mude. Uma sala com menos alunos é muito mais produtiva!

Quando comecei a trabalhar, minha metodologia era tradicional, como havia aprendido. Na verdade, somos muito influenciados por nossos professores. Fiz, com o tempo, diversos cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo Núcleo de Educação que, em minha opinião, não acrescentaram muito na prática. Talvez houvesse alguma mudança, mas pouca. Eu era bem rigorosa, exigia bastante dos alunos nas avaliações. Hoje, exijo bastante dos alunos também, mas minhas metodologias e avaliações são diferentes. Antigamente, eu adentrava à sala de aula e já ia partindo para o conteúdo, sem haver uma discussão sobre se os

alunos possuíam ou não algum conhecimento sobre o assunto. Hoje não! Converso com os alunos, faço uma discussão antes de entrar no conteúdo. Busco também metodologias diferenciadas. Porém, devo salientar: não existe uma receita!

Comecei a ter uma visão diferente da prática em sala de aula, a partir do curso de especialização no ensino da Matemática, que fiz em Guarapuava. O curso era voltado à informática. Foi na FAFIG, nos meses de férias: janeiro e julho, nos anos de 1986 e 1987. Nossa! Passei um frio naquela cidade! Lá venta muito no mês de julho!

Por um período de aproximadamente um ano, exerci também o cargo de coordenadora pedagógica da disciplina de Matemática, no Núcleo Regional de Educação. Nesse período, ministrei cursos para os professores da rede estadual. Um deles foi sobre a História da Matemática, conteúdo que, acredito, todos os professores deveriam ter um sólido conhecimento. Como nas licenciaturas de Matemática ou de Ciências, tempos atrás, não era oferecida a disciplina de História da Matemática, os professores não possuíam conhecimentos sobre tal assunto. Por esse motivo, fiz bastante leitura e ministrei o curso, cuja duração foi de três ou quatro dias, nas dependências da antiga FECLI.

Outro curso que ministrei para professores de Matemática foi na época da implantação do Currículo Básico, em 1990. Os professores estavam recebendo o livro, várias mudanças estavam sendo sugeridas e muitos docentes não sabiam como trabalhar a nova proposta, implementada pela Secretaria de Educação do Estado. No curso, então, expus as reestruturações curriculares que estavam sendo indicadas e propicieei momentos de reflexão e discussão. O Currículo Básico propunha o ensino da Matemática por eixos, articulando os conteúdos de geometria, números e medidas. Acredito que essa articulação entre os conteúdos é muito importante no ensino/aprendizagem para que o aluno possa fazer a associação do que se aprende em sala de aula com o seu cotidiano.

Nesse tempo que trabalhei no Núcleo Regional de Educação, já ministrava aulas na faculdade. Fui convidada para trabalhar na FECLI – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati – em 1988, quando a faculdade ainda funcionava na região central de Irati. Iniciei no curso de Ciências com a disciplina de Análise Combinatória. Era a disciplina que estava sem professor. Fiz contrato na FECLI e, no final do ano, pedi demissão. Eu estava, na época, assumindo o padrão no Estado e, caso tivesse outro vínculo empregatício, não poderia receber o fundo de garantia que tinha direito. No ano seguinte, fiz novo contrato e passei a ministrar aulas de mais uma disciplina. Nesse tempo, eu trabalhava de manhã e à tarde com o 1º e 2º graus e à noite na faculdade, com o curso de Ciências.

Comecei, dessa forma, trabalhar com o Ensino Superior e nunca mais parei. Em 1990, houve a junção da FECLI com a FAFIG e foi criada a UNICENTRO. Aproximadamente vinte professores, incluindo eu, passaram a efetivos, sem precisar fazer o concurso. Em 1991, o Campus de Irati foi transferido do centro da cidade para a localidade do Riozinho.

Nesse mesmo ano, a UNICENTRO fez um convênio com a UNICAMP e ofereceu o primeiro Mestrado em Educação, em Guarapuava. Fiz a seleção para o mestrado, passei na prova escrita, mas na entrevista não fui aprovada. Algum tempo depois, acho que em 1995, fiz novamente a seleção e consegui a aprovação.

Assim, iniciei o mestrado cursando algumas disciplinas em Guarapuava e outras, no mês de julho, em Campinas – SP. Em Guarapuava, as disciplinas eram divididas em etapas: começávamos num determinado mês, fazíamos os trabalhos em casa e três meses depois apresentávamos tais trabalhos na continuação das disciplinas. Os professores eram muito bons, eram da UNICAMP. Fiz uma disciplina, inclusive, com o Demerval Saviani.

O mestrado era voltado para a formação do educador e foi o que realmente me fez mudar, abrindo a minha visão na questão da prática pedagógica. O mestrado abriu minha cabeça! Foi muito importante para a minha formação. Acho que os professores das universidades deveriam fazer seus mestrados e doutorados em Educação e não somente nas áreas específicas. Ouço muitas reclamações dos alunos na universidade sobre determinados professores que sabem o conteúdo, mas não têm didática. Certamente, as pós-graduações em Educação levam o professor a conhecer novas metodologias, a inovar em sala de aula. O professor não pode ficar preso ao que viu na graduação ou passar trinta anos ensinando do mesmo jeito. Se ministro aulas de uma mesma disciplina três ou quatro anos seguidos, não posso trabalhar da mesma maneira todos os anos. Devo sempre renovar o material, buscar novas metodologias, acrescentar outras bibliografias... Na minha prática, estou sempre modificando...

No mestrado, desenvolvi minha dissertação no ensino da geometria euclidiana e não-euclidiana, apresentando metodologias diferenciadas no trabalho em sala de aula. Trabalhei com a Psicologia Cognitiva em discussões e experiências com os alunos da Licenciatura em Ciências. Fiz três experiências, sendo a primeira com o ensino da geometria de forma bem tradicional. A partir dessa primeira experiência, analisei os resultados e fiz uma segunda experiência com um ensino de forma diferente, uma nova metodologia, numa outra turma de Ciências. Nessa época, passei a trabalhar somente na universidade com tempo integral de dedicação exclusiva (TIDE). Estava muito difícil fazer o mestrado, trabalhar no Estado e na universidade, coordenar e organizar casa e, ainda, atender a família.

Na qualificação do trabalho, a banca, formada pela professora Maria Ângela Miorim e pelos professores Antônio Miguel e Dionísio Burak, sugeriu que eu realizasse uma terceira experiência, promovendo discussões e valorizando o conhecimento dos alunos. A qualificação foi um momento muito rico no qual recebi novos referenciais e aprendi muito. A partir daí, comecei a repensar minha prática e olhar novos horizontes. Para concluir o estudo, fiz a experiência sugerida pela banca com uma terceira turma da Licenciatura. As discussões do conteúdo e o diálogo com os alunos estavam acima de tudo neste experimento.

Acredito que houve muita mudança nos últimos anos no ensino da Matemática. As universidades estão voltando o ensino mais para a pesquisa. Os novos professores estão terminando as licenciaturas com uma formação diferente e estão trabalhando diferente nas escolas, promovendo discussões com os alunos e inovando em sala de aula. Temos insistido bastante com os alunos da graduação que deve haver mudança, que eles precisam trabalhar diferente, mesmo com os problemas que continuam nas escolas como o grande número de alunos em sala de aula.

Tenho trabalhado, ultimamente, com a disciplina de Estatística nos cursos de Psicologia e Fonoaudiologia de Irati e no curso de Economia de Prudentópolis. No curso de Matemática, trabalho duas disciplinas: Organização e Funcionamento da Educação Básica e Geometria Euclidiana e Não-Euclidiana, que é a minha área. A UNICENTRO cresceu bastante na última década. Foram criados vários cursos como Engenharia Florestal, Turismo, Administração, Matemática...

Matemática é o curso mais novo, implantado em 2006. Teve uma época, quando ainda era a FECLI, que foi ofertada a Complementação em Matemática, porém somente para duas turmas, em meados da década de 1980. Trabalhei nesse curso, mas por pouco tempo. Hoje, no curso de Matemática, percebemos que muitos alunos que se graduaram em Ciências estão retornando à universidade para fazer Matemática. Para esses alunos o curso é mais fácil porque podem aproveitar algumas disciplinas que já fizeram em Ciências.

Mas não foi fácil implantar o curso de Licenciatura em Matemática no Campus de Irati. Trabalhamos muito tempo para que isso se concretizasse. Até 1999, o curso de Ciências na UNICENTRO, era licenciatura curta. Porém, como a LDB 9394/96, em um de seus artigos, prevê a extinção dos cursos de licenciatura curta, fomos para Maringá conhecer o funcionamento do curso de Licenciatura Plena em Ciências que lá existia. Aí, transformamos o curso de Ciências, que era feito em dois anos e meio, em Licenciatura Plena em Ciências com duração de quatro anos. Os alunos que se formavam neste curso, garantiam o direito de trabalhar de 5ª a 8ª séries, com as disciplinas de Ciências e Matemática.

No entanto, houve um concurso, tempos depois da implantação, que os graduados em Licenciatura Plena em Ciências que passaram em tal concurso na área de Matemática, não puderam assumir as aulas porque no edital havia um item que exigia formação para o Ensino Médio e o nosso curso habilitava somente para o Ensino Fundamental. Isso deu um problema enorme, tanto que numa reunião do Departamento, decidimos não mais ofertar o curso de Ciências, a partir de 2006.

No curso de Ciências, os alunos têm formação para trabalhar Ciências Físicas, Químicas e Biológicas, além de Matemática. Acho que o aluno de 5ª a 8ª série está perdendo pela falta de valorização do professor formado em Ciências. Acho, também, que o Estado está perdendo. Quem está assumindo as aulas dessa disciplina é o professor de Biologia que, geralmente, não tem formação em Física e Química e são conteúdos ministrados na 8ª série. O ideal seria um professor de Física e de Química, mas são pouquíssimos os que têm tal formação e, certamente, não irão assumir por um período de meio ano.

Este ano, 2007, é o último de oferta da Licenciatura em Ciências na UNICENTRO. Será a formatura da última turma de 4º ano. Na verdade, o curso não foi extinto, está desativado temporariamente. Acredito que haverá, ainda, a valorização dos professores de Ciências e será reaberto.

Com o fim do curso de Ciências partimos para a proposta de ofertar Matemática ou Biologia. Nós, professores da área de Matemática do Campus de Irati, montamos então um projeto, no qual informávamos sobre a existência de professores habilitados e a infra-estrutura da qual dispúnhamos. Como não haveria gastos para o Estado, o projeto foi logo aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. E hoje está aí o curso, no 2º ano de funcionamento.

Na universidade, trabalhei também por um tempo, com a disciplina de Prática de Ensino. Além de orientar a observação das aulas nas escolas, trabalhei bastante com aulas simuladas, nas quais os alunos escolhiam um tema e trabalhavam o conteúdo para seus próprios colegas. Antes do estágio de atuação, os alunos estudavam a parte teórica: o construtivismo, as leis, diretrizes curriculares, enfim as propostas para o ensino.

Nas aulas simuladas percebi, por muitas vezes, que os alunos têm buscado a inovação e o dinamismo, pois trabalhavam conteúdos de Matemática e Ciências de uma maneira bem diferente em relação ao meu tempo de 5ª a 8ª série. Acredito que essa formação que as universidades têm dado hoje, surtirá efeito no ensino mais tarde.

O curso de Ciências, que formará sua última turma, tem a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica voltada para a formação de pesquisadores. Nas aulas dessa disciplina, os alunos montam projetos voltados à prática de ensino e vão a campo entrevistar professores

para conhecer sua prática pedagógica. Assim, eles estão se familiarizando com a pesquisa, o que acredito faltou na minha formação.

Para fazer a minha primeira monografia foi muito difícil. Parecia coisa de outro mundo! Hoje, no entanto, os alunos, já no final do último ano, fazem o TCC - Trabalho de Conclusão de Curso – que é uma monografia mais simplificada, não muito extensa. Tenho orientado quatro ou cinco desses trabalhos todo ano. Os alunos saem da graduação com uma noção muito maior de pesquisa.

Não tenho tido contato com alunos concluintes dos cursos que leciono, pois não vou frequentemente às escolas ou ao Núcleo de Educação, por falta de tempo. A maioria dos alunos, sei que está atuando em sala de aula, poucos seguiram outras profissões. Muitos são de outras cidades como de Palmeira, Ivaí, Prudentópolis, Imbituva... Alguns alunos retornam à universidade para fazer especialização e então converso com eles.

É gratificante reencontrar alunos e perceber que estão atuando de maneira crítica e consciente. Isso nos motiva, dá ânimo para prosseguir na caminhada, pois são muitos os obstáculos que nós, professores, temos enfrentado... Gosto muito de minha profissão, mas financeiramente acho péssima. E, infelizmente, não vejo perspectiva de melhora. Acho também que pago imposto em excesso e não vejo retorno desse gasto. A sociedade e o governo também não valorizam o professor. No entanto, quando estou em sala de aula, esqueço o salário e os percalços da profissão, porque para mim, é um prazer ministrar aula.

Atualmente não tenho trabalhado com o Ensino Fundamental e Médio. Um dos motivos que me fez deixar o trabalho com esses níveis de ensino, foi ter que aprovar o aluno sem que este tenha um conhecimento básico. Sou bastante rigorosa e acho que quando o aluno não tem condições, deve repetir a série. Falo isso, inclusive para os professores e equipe pedagógica da escola que meus filhos estudam, que é particular. Se um dos meus filhos não estiver aprendendo, quero que faça de novo a série, pois, caso contrário, irá padecer a vida escolar inteira. Não que eu concorde com um grande índice de reprovações! Sempre ajudei os alunos com trabalhos, provas com consulta, nova avaliação, prova de recuperação... Na universidade, inclusive, procuro ajudar o aluno ao máximo, mas ele deve se esforçar e mostrar interesse. Não concordo em “empurrar” o aluno!

Em sala de aula, os alunos devem participar, compreender o que está sendo trabalhado e construir o conhecimento com o professor. Para mim, isso é uma boa aula. E o professor deve buscar a boa aula através de leitura, de pesquisa, de inovações... Ele precisa refletir sobre sua prática para tenha condições de provocar mudanças e melhorar o ensino nas escolas. Uma Educação de qualidade, certamente, é reflexo das Licenciaturas e do empenho do professor.

18. OS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL

As licenciaturas foram criadas nas antigas Faculdades de Filosofia, na década de 1930, como consequência da preocupação com a regulamentação do preparo de docentes para a escola secundária. Elas constituíram-se segundo a fórmula "3 + 1", na qual as disciplinas de natureza pedagógica - cuja duração prevista era de um ano - justapunham-se às disciplinas de conteúdo, com duração de três anos. Também é dessa época a criação das associações de classe para professores do ensino público e do sindicato de professores do ensino particular.

De acordo com Edda Curi (2000), o primeiro curso de Matemática no Brasil começou no segundo semestre de 1934, na recém criada Universidade de São Paulo (USP). Incluíam em seu currículo as disciplinas de Análise da Matemática, Geometria Analítica e Projetiva, Cálculo Vetorial e Física. Neste curso estavam matriculados apenas seis alunos e os professores eram todos estrangeiros. A autora salienta que tanto os cursos de Matemática como de outras áreas voltados para a formação do professor para o ensino secundário, apesar do pouco interesse despertado pelo jovem, proliferaram.

Com o golpe de Getúlio Vargas, em 1937, as universidades passaram a sofrer repressões que trouxeram impactos significativos aos diversos cursos de Licenciaturas existentes. A formação de professores ficou esvaziada, uma vez que perdeu um alicerce importante: a produção do conhecimento pedagógico no meio acadêmico - trazendo como consequência a desvalorização da função docente. Nunes (2003) apud Lima-Tavares (2006), destaca que ao “esvaziar o significado de sua atuação, o professor não era mais visto como pesquisador de sua prática, mas simplesmente como técnico a serviço do Estado” (p. 17).

O processo de expansão das Faculdades de Filosofia acentuou-se a partir de 1949. Segundo dados do INEP, nessa época havia 22 Faculdades de Filosofia, sendo 7 em Universidades oficiais: Bahia, Universidade do Brasil, Minas Gerais, Recife, Paraná, Porto Alegre e São Paulo; 5 em Universidades particulares, todas católicas, PUC do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Campinas e São Paulo, esta última possuindo duas escolas; e mais dez escolas isoladas. Dez anos depois, esse número triplicou (CURI, 2000, p.4).

A Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61, embora não atingisse a estrutura dos cursos superiores, regulamentou o funcionamento e as formas de ingresso à carreira docente. A formação de professores primários, segundo essa lei, seria realizada em escolas de Ensino Normal em nível médio e a dos professores do ensino médio seria feita nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras⁷³.

⁷³ Segundo a Lei, N.º 4024, de 20 de dezembro de 1961, o ensino médio é subdividido em dois ciclos: “o ginasial ou de 1º ciclo e o colegial ou de 2º ciclo, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.” (art. 34).

Nessa época, o capital econômico, ávido por mão-de-obra qualificada a custos mínimos, pressiona a sociedade e esta responde aumentando a procura por ensino superior. Entretanto, o Estado não conseguiria prover essa educação para todos, uma vez que as vagas nas universidades não atendiam ao número de candidatos. Uma crise educacional se pôs frente ao governo que, encurralado em suas próprias medidas, não vê uma saída clara para este problema. (LIMA-TAVARES, 2006, p. 28)

No final da década de 1960, a expansão das Faculdades de Filosofia foi muito grande, principalmente pela iniciativa privada. Esse alargamento se deve, em parte, aos “cursos fáceis” nelas implantados, ou seja, aqueles que não necessitavam de equipamentos especiais para serem aprovados pelos órgãos do governo. Porém, a precariedade do corpo docente, a falta de bibliotecas e laboratórios e a estrutura dos cursos eram entraves para a realização satisfatória dos mesmos.

Exemplo desses entraves foi sentido pelo grupo de pessoas que reivindicava, nos anos finais da década de 1960, a criação de uma instituição de ensino superior em Guarapuava, no Paraná. De acordo com Marcondes, Gruber & Michaliszyn (1985), a instalação da Faculdade em Guarapuava foi marcada pela luta de muitas pessoas, que não mediram esforços para que tal idéia se tornasse realidade.

Os autores esclarecem que, sendo predominante a atividade agropecuária na região, a pretensão inicial era fundar uma Escola de Agronomia, cujo principal requisito para a sua criação, seria a existência de laboratórios, para os quais, porém, não havia disponibilidade de recursos. Outros entraves surgiriam ainda, sendo o mais sério deles, a formação de um corpo docente especializado, para todas as disciplinas do currículo, conforme exigia a Câmara do Ensino Superior.

Diante dos obstáculos, optou-se, então, pela criação de uma Faculdade de Filosofia para, posteriormente, serem anexados novos cursos. Assim, em 15 de julho de 1968, sob a Lei nº 5804 do governo estadual, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava – FAFIG – para manter os cursos de Licenciatura em Ciências, Geografia, História, Letras e Licenciatura em Pedagogia.

Entretanto,

[...] como o Curso de Licenciatura em Pedagogia, na época, não oferecesse vantagens, foi preciso propor à Assembléia Legislativa que fizesse a sua substituição pelo Curso de Matemática que era o mais procurado e o mais necessário de acordo com o mercado de trabalho (MARCONDES, GRUBER & MICHALISZYN, 1985, p. 95).

Em fevereiro de 1970 foi solenemente instalada a FAFIG, ficando assim consolidado o velho sonho da população guarapuavana.

18.1. OS CURSOS DE LICENCIATURA CURTA

É num contexto político que culminou com a chegada do regime militar que surgem os cursos de Licenciatura Curta no país, cujo ideário era o barateamento do ensino e a mais rápida inserção do alunado no mercado.

Tais cursos, aprovados em outubro de 1964, eram destinados à formação de professores para o 1º ciclo, tinham duração de três anos e eram subdivididos em três áreas, a saber:

- Línguas;
- História, Geografia e Organização Política e Social;
- Ciências Físicobiológicas e Matemática.

Especificamente no curso de Ciências Físicobiológicas e Matemática, sob o Parecer n.º 81/65, fixou-se o currículo mínimo que ficou assim dividido: Matemática, Física Experimental e Geral, Química (Geral, Inorgânica e Analítica, Orgânica), Ciências Biológicas (Biologia Geral, Zoologia, Botânica), Elementos de Geologia, Desenho Geométrico e as matérias pedagógicas. Ainda, de acordo com esse parecer, uma vez “formados”, os professores teriam direito a lecionar no 1º ciclo ou ginásio as disciplinas: Iniciação às Ciências, Ciências Físicas e Biológicas e Matemática. A estes professores só seria permitido lecionar no 2º ciclo ou colegial na falta de docentes mais qualificados.

Dessa forma, de acordo com Daniele Lima-Tavares (2006), pelo Parecer nº 81/ 65, os professores tornavam-se “polivalentes”, podendo atender mais de uma disciplina e não precisavam ser especialistas para atuar no curso ginasial. Para a autora, nessa época, um fator relevante foi a questão dos “exames de suficiência”, os já citados cursos CADES, que, aos poucos, foram sendo substituídos pelos cursos de licenciatura curta.

Com a Reforma Universitária de 1968, ampliaram-se, oficialmente, as vagas de acesso à universidade e, como as licenciaturas curtas não exigiam altos investimentos, a iniciativa privada se viu estimulada ao “negócio”. Surgem, assim, numerosas faculdades pelo país ofertando cursos de curta duração, incluindo os de Licenciatura Curta em Ciências.

Na década de 1970, entra em vigor o Parecer n.º 895/71, do CFE, que diminui o tempo da Licenciatura Curta em Ciências de 2430 horas na área científica, para 1500 horas. Em 1974, é aprovada a Resolução nº 30/74 que deu mais força à implementação de tais cursos, fixando os conteúdos mínimos e estabelecendo as habilitações específicas em Matemática, Física, Química e Biologia.

Desse modo, a Resolução 30/74 obrigou as Instituições de Ensino Superior a transformar as licenciaturas específicas, como as de Matemática, em uma das Habilitações da Licenciatura em Ciências. Essa obrigação provocou reações contrárias da comunidade acadêmica, que entendia ser mais adequada à formação advinda de uma Licenciatura Plena e Específica. Surge, por esse motivo, no final da década de 1970, movimentos para reformulação dos cursos de formação, que se fortaleceram com a instalação, em 1980, do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador.

Em 1983, os problemas das Licenciaturas estavam constantemente em pauta. A cada ano novos documentos solicitavam a extinção das Licenciaturas polivalentes, curtas e parceladas e a não autorização da criação de novos cursos nesses moldes. O principal problema da Licenciatura discutido nos documentos dos encontros realizados nessa década era a dicotomia ‘teoria e prática’ que tinha como reflexo a separação entre ensino e pesquisa, o tratamento diferenciado entre alunos do Bacharelado e da Licenciatura, a separação entre disciplinas de conteúdo específico e pedagógico e o distanciamento entre a prática acadêmica e as questões colocadas pela prática docente nas escolas de 1º e 2º graus. (Pereira, 2000, apud MARTINS, 2001, p. 28)

Conforme ressalta Ronaldo Martins (2001), a partir dos anos 90, algumas iniciativas começaram a ser tomadas, principalmente por parte de instituições de nível superior, com a instalação de fóruns permanentes de discussões e de deliberações fomentando o debate a respeito da problemática das Licenciaturas. Aliado a essas discussões, houve um aumento significativo dos cursos de Licenciatura noturnos e de instituições públicas de ensino superior.

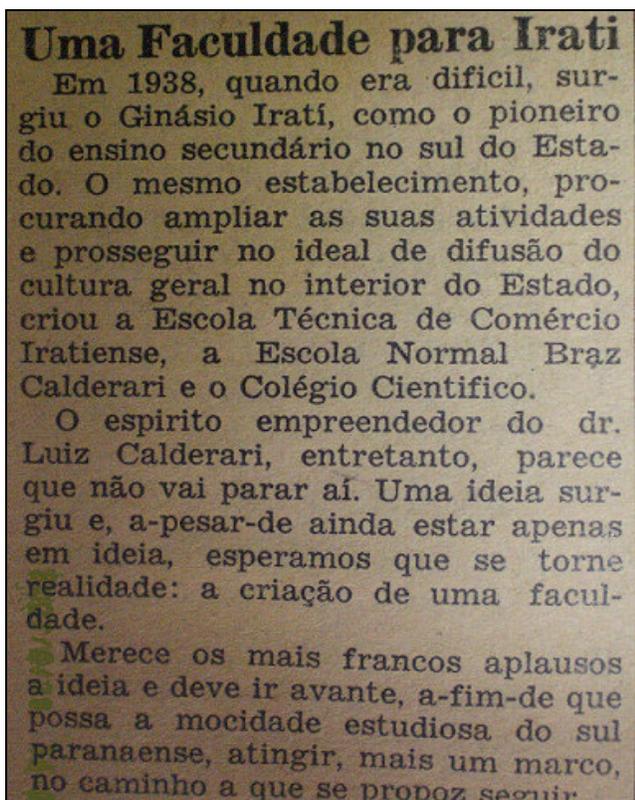
Assim, a licenciatura curta foi perdendo terreno ao entrar nos anos 90 e, com a promulgação da LDBEN 9394/96, submergiu definitivamente, já que pelo artigo 62 de tal Lei, “*a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena (...)* (grifo nosso)”.

18.2. A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE IRATI

Dentre os diversos cursos de curta duração instituídos no Brasil, a partir de meados da década de 1960, está a Licenciatura Curta em Ciências da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati (FECLI), criada em meados da década de 1970.

A primeira manifestação pública que se tem conhecimento sobre a instalação de uma faculdade em Irati, ocorreu em 1954, por meio de um jornal de circulação regional, no qual se estampava o desejo da direção do Colégio Irati, o pioneiro de ensino secundário no sul do Paraná, de ampliar as atividades do educandário, oferecendo cursos de ensino superior em

suas dependências. Eis a matéria do jornal Tribuna dos Municípios, edição n.7, de 4 de julho de 1954⁷⁴.



Esta aspiração dos diretores do Colégio Irati, entretanto, nunca se concretizou, mas sensibilizou a população do município e lançou a semente para que membros da elite cultural, políticos e administradores públicos passassem a observar como possível a consolidação desta idéia. Em reuniões políticas e encontros docentes, a criação da faculdade em Irati era, por vezes, uma das discussões em pauta, a partir desse tempo.

Quase uma década depois, o Deputado Antônio Lopes Júnior apresentou na Assembléia Legislativa do Estado um projeto de lei para criação, na sede do município de Irati, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tal projeto recebeu apoio de vários

⁷⁴ Transcrição da matéria do jornal: **Uma faculdade para Irati**: Em 1938, quando era difícil, surgiu o Ginásio Irati, como o pioneiro do ensino secundário no sul do Estado. O mesmo estabelecimento, procurando ampliar as suas atividades e prosseguir no ideal de difusão da cultura geral no interior do Estado, criou a Escola Técnica de Comércio Iratiense, a Escola Normal Braz Calderari e o Colégio Científico. O espírito empreendedor do dr. Luiz Calderari, entretanto, parece que não vai parar aí. Uma idéia surgiu e, apesar ainda estar apenas em idéia, esperamos que se torne realidade: a criação de uma faculdade. Merece os mais francos aplausos a idéia e deve ir avante, a fim de que possa a mocidade estudiosa do sul paranaense, atingir, mais um marco, no caminho que se propôs seguir.

deputados e foi aprovado pela Assembléia, conforme noticiou o jornal Tribuna dos Municípios, em 19 de outubro de 1963⁷⁵:

Faculdade para IRATI

A Assembléia Legislativa do Paraná, aprovou em redação final, projeto de lei do deputado Antônio Lopes Júnior, criando em Irati uma Faculdade de Filosofia. Resta tão somente a sanção do sr. Governador do Estado, que por certo não a negará.

Irati necessita realmente dessa Faculdade. Somente aqui funcionam três ginásios e, nas imediações, entre ginásios e escolas normais regionais, temos 14 estabelecimentos. É certo também que muita gente desejaria ser professor do ensino médio, mas por dificuldade não faz o curso. A solução ideal é a Faculdade em Irati que começará com um curso apenas e irá ampliando, ano por ano, formando assim os professores de que tanto carecemos em nossa região.

A alegação pueril de que não existiriam professores para a Faculdade não tem a mínima procedência e só pode partir de pessoas absolutamente leigas no assunto, que estão longe da realidade cultural de Irati.

Esperamos e estamos certos de que o Governador Ney Braga sancionará a Lei, dando a Irati e à região o que tanto necessita para que não venha a ser incompleto o ensino, tão necessário ao nosso desenvolvimento.

Mesmo com a aprovação na Assembléia dos Deputados, surgiam muitos entraves para que a criação da faculdade se tornasse realidade, como a ausência de corpo docente qualificado, falta de biblioteca e insuficiência de recursos financeiros.

⁷⁵ Transcrição da matéria: **Faculdade para Irati**: A Assembléia Legislativa do Paraná, aprovou em redação final, projeto de lei do Deputado Antônio Lopes Júnior, criando em Irati uma Faculdade de Filosofia. Resta tão somente a sanção de sr. Governador do Estado, que por certo não a negará. Irati necessita realmente dessa Faculdade. Somente aqui funcionam três ginásios e, nas imediações, entre ginásios e escolas normais regionais, temos 14 estabelecimentos. É certo também que muita gente desejaria ser professo do ensino médio, mas por dificuldade não faz o curso. A solução ideal é a Faculdade em Irati que começará com um curso apenas e irá ampliando, ano por ano, formando assim os professores de que tanto carecemos em nossa região. A alegação pueril de que não existiriam professores para a Faculdade não tem a mínima procedência e só pode partir de pessoas absolutamente leigas no assunto, que estão longe da realidade cultural de Irati. Esperamos e estamos certos de que o Governador Ney Braga sancionará a Lei, dando a Irati e à região o que tanto necessita para que não venha a ser incompleto o ensino, tão necessário ao nosso desenvolvimento.

A FECLI – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati só foi criada em 16 de julho de 1974, sob a Lei Municipal nº 420, depois de mais de duas décadas de reivindicação de alunos e professores e de embates políticos, marcados pelo esforço de muitas pessoas. O início das atividades da instituição se deu no início de março de 1975, com a implantação dos cursos de Pedagogia, Letras e Licenciatura Curta em Ciências. Como os recursos municipais eram escassos, os acadêmicos desses cursos eram obrigados a pagar mensalidades à mantenedora da Faculdade, ou seja, à Prefeitura Municipal.

Em março de 1985, foram autorizados os cursos de Ciências Contábeis e Complementação em Matemática. Este último, cuja duração era de um ano e seis meses, foi ofertado somente para duas turmas.

Com a promulgação do Decreto nº 9295 de 13 de junho de 1990, o Governo do Paraná instituiu a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), com a integração da FAFIG (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava) e da FECLI. A partir dessa junção, a Universidade imprimiu amplo processo de expansão e diversos novos cursos foram implantados.

A UNICENTRO – Campus de Irati - encontra-se instalada nas antigas dependências do Seminário Santa Maria, em Riozinho, desde o início do ano letivo de 1994. Atualmente, são ofertados nesse Campus 14 cursos, incluindo a Licenciatura em Matemática, implantada em 2006.



Universidade Estadual do Centro-Oeste
Campus de Irati⁷⁶

⁷⁶ Imagem disponível no site www.irati.pr.gov.br.

Desde a sua criação a FECLI/ UNICENTRO vem formando numerosos profissionais para o mercado de trabalho, extrapolando os limites geográficos do município e da região. Dentre esses profissionais, grande parte são professores que atuam nas escolas do município e de todo Paraná.

A FECLI foi a instituição na qual me formei, em 1990, em Licenciatura Curta em Ciências. Após a conclusão do curso, comecei lecionar Matemática e pude “sentir na pele” as dificuldades de se ter uma licenciatura curta.

Já nos primeiros anos que participei do “leilão de aulas”, no começo dos anos letivos, percebi claramente a desvalorização de minha graduação perante a Secretaria Estadual de Educação, pois os professores com graduação plena ficavam em vantagem na distribuição, mesmo com tempo de serviço inferior.

Tal desvalorização ficou ainda mais evidente ao assumir o cargo de professora efetiva, após concurso público. Na ocasião, mesmo com melhor colocação nas provas, fiquei na última posição e com menor remuneração. Os demais professores que haviam passado nesse concurso tinham a Licenciatura Plena, título obtido pela Complementação em Matemática, ofertado na década de 1980, pela FECLI.

Diante da necessidade do título de Licenciatura Plena, busquei outra instituição que ainda ofertasse a Complementação em Matemática. Esta instituição foi a FAFI (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória), localizada a 130 Km de Irati, para a qual me desloquei durante um ano, freqüentando um curso noturno.

Trajetória análoga na formação docente foi percorrida pelo professor Valdecir Aksenen, que relata, no próximo capítulo, seus caminhos trilhados como aluno e docente de Física, Química, Matemática, Biologia, Ciências, além de Informática e Estatística. Está aí um professor polivalente, almejado pelas políticas públicas do governo, desde a década de 1960...

19. VALDECIR AKSENEN

Sou nascido em Irati, em 05 de novembro de 1972. Meu pai e minha mãe eram agricultores recém chegados na cidade, quando nasci. Eles vieram do interior do município, da localidade de Linha B de Gonçalves Júnior, em busca de uma vida melhor. Instalaram-se numa humilde casa no bairro Rio Bonito.

Minha mãe já morava na Linha B antes de se casar e meu pai era de uma localidade próxima, da Linha Ordenança. Ele foi quem mais estudou da família, fez até a 7ª série na Escola das Canisianas⁷⁷. Ela, por um curto tempo, ficou interna em um colégio de freiras para estudar. A situação da família de minha mãe era bastante complicada e se agravou depois que meu avô morreu num acidente na BR 277, próximo ao Corintiano⁷⁸. Ela conta que teve que trabalhar na roça muito cedo. Com oito anos já puxava arado, capinava a terra, plantava, colhia... Teve uma infância e adolescência muito sofrida.

A localidade de Linha B era uma região bastante pobre, de poucas oportunidades. Meus pais, que eram bastante novos, achavam que na cidade iriam ter uma vida diferente. Era um outro tempo no qual o grau de instrução não era tão importante para quem queria trabalhar, mas mesmo assim, isso veio a afetar bastante. Meu pai sempre foi uma pessoa bastante humilde. Trabalhou em serviços muito simples, nunca em serviços mais rebuscados, até mais ou menos 1986, quando foi trabalhar no Detran e se aposentou há uns dois ou três anos atrás.

Quando vieram para a cidade, a vida de meus pais continuou muito difícil. A minha mãe tinha recém perdido uma menina por um aborto. Meu pai conseguiu um emprego braçal e ganhava muito pouco. Ele conta que, quando veio para a cidade, trouxe nas costas apenas meio saco de milho para vender e comprar o café da manhã do outro dia. Imagine como vinham as pessoas do interior naquele tempo!

Meu pai conseguiu alugar uma casinha de um senhor que, mais tarde, se tornou meu padrinho de batismo. Nossa casa era nos fundos da residência desse senhor e era muito pequena, tanto que, diz meu pai, para ele andar tinha que ser de cabeça abaixada. Então, era uma situação bem sofrida. Para piorar, minha mãe tinha muitos problemas de saúde e quando engravidou de mim, teve que tomar medicamentos até o parto e, mesmo assim, nasci prematuro. Ela sofreu muito. Vivia adoecida. Dos 19 anos até hoje, com seus 48 anos, ela fez nove cirurgias. Teve câncer, problemas de bexiga, de intestino, tem varizes... Sempre estive

⁷⁷ Colégio São Pedro Canísio.

⁷⁸ Restaurante Corintiano, localizado às margens da BR 277.

se tratando de alguma coisa e todo capital que meu pai conseguia juntar, vinha a doença e consumia todo ele. A gente não tinha como crescer na vida.

Somos quatro irmãos, um irmão e duas irmãs, com a diferença de dois anos de um para outro. Sou o mais velho e quem conseguiu ir mais longe nos estudos, concluindo uma faculdade, fazendo um complemento e depois uma especialização.

Da minha infância a principal recordação é da fábrica de ervas na qual meu pai trabalhava e onde havia os pilões para socar erva. Ficava em frente de nossa casa no Rio Bonito, próxima à Igreja Perpétuo Socorro. Mesmo sem estudo, mas por desempenhar bem as funções, meu pai ocupou, posteriormente, o cargo de gerência da fábrica.

No início da década de 1980, a fábrica faliu e meu pai ficou desempregado por mais de três anos. Mas tem coisas que vêm para bem na vida da gente! Meu pai passou a fazer “bicos” e eu o acompanhava nos serviços que surgiam: pintar cerca, construir cerca... Dentre esses trabalhos, o que eu mais gostava era a parte de eletricidade. Se precisasse instalar uma lâmpada, um chuveiro, ou outra coisa, eu estava lá com ele. Como ele é muito alto, tinha certa dificuldade de andar nos forros das casas e, por isso, me orientava e me botava para instalar os fios. E eu gostei daquilo, tanto que, posteriormente, fui aprender eletrônica. Fiz cursos pelo Instituto Universal e trabalhei sete anos com eletrônica. Aprendi muito nesse ramo, graças a meu pai.

Meu pai, tempos depois, conseguiu um novo emprego, mas me senti na responsabilidade de ajudar a família por ser o mais velho. Com 11 anos comecei a trabalhar. Sabia que se não buscasse um emprego, a 8ª série seria o meu limite, pois meu pai raramente recebeu mais que um salário mínimo e, assim, não conseguiria bancar a educação de quatro filhos. Comecei muito cedo, mas fui adquirindo muita experiência.

Sempre vou me espelhar no meu pai. Ele é incrível! Nas ocasiões em que a crise apertava e era necessário fazer a escolha entre comprar o livro da escola para os filhos ou a comida, ele sempre optava pelo livro. Naquele tempo, o livro, o caderno não era fornecido pelo governo. Era necessário comprar tudo! Meu pai até nos orientava para que fôssemos em busca de livros usados com os colegas das séries mais adiantadas. Alguns vendiam os livros por um preço mais baixo e outros até doavam. Aí, a gente apagava com a borracha o que já estava escrito.

De 1ª a 4ª séries, estudei na Escola Duque de Caxias e lá as crianças eram muito parecidas comigo. Já de 5ª a 8ª séries foi na Escola Nossa Senhora das Graças, onde os alunos, em geral, tinham um poder aquisitivo maior e onde pude sentir na pele a diferença social. Para conseguir uma camiseta branca para ir à escola, participei da antiga Campanha do

Zequinha na qual trocávamos notas fiscais por figurinhas que, às vezes, vinham premiadas com uma camiseta ou um brinquedo qualquer. Lembro-me que eu ficava em frente do antigo Supermercado Glinski catando tickets, ora pedia para as pessoas, ora juntava do chão. Ao trocar os tickets na coletoria, o que eu mais gostava era quando vinha um pacotinho premiado no qual estava escrito: “Vale uma camiseta”! Aqueles tickets eram como dinheiro!

Então, era uma vida muito sofrida. Iogurte, por exemplo, era uma coisa raríssima em casa que, até aos nove anos, não pude consumir mais do que quinze vezes. Mas, meu pai nos incentivava dizendo: “Vocês devem estudar para ter um bom emprego e não passar pelas dificuldades de hoje”. E eu levava o estudo muito a sério! Estudava bastante, mas na escola não havia abertura para se dizer que em casa faltava comida e, muitas vezes, nossa tristeza, não era compreendida pelos professores. Naquela época, era ainda o tempo da ditadura que muitos dizem que era bom, mas não havia nenhum tipo de assistencialismo. Era cada um por si e se quiser dinheiro, vai trabalhar! Eram os anos de chumbo no país, em que as coisas eram resolvidas de forma equivocada ou errada mesmo. Mas, os professores, eu acho, eram empenhados em suas tarefas e, tanto eu como meus irmãos, acumulamos muitos conhecimentos. A gente aprendia talvez com mais vontade, porque tinha um objetivo: aprender para sair dessa vida. E a gente levou com muita seriedade o estudo.

Recordo-me que, aos sete anos de idade, sofri um acidente por conta de um botijão de gasolina que era guardado dentro de casa. Também, nossa casa era muito pequena! Dividida em três peças: dois quartos e uma cozinha, não tinha mais que trinta metros quadrados. Numa casa como essa, não havia onde guardar as coisas e meu pai guardou um botijão de gasolina em um dos quartos, porque havia conseguido comprar um carro, daqueles bem antigos que o pessoal chamava de vemaguete. Mais tarde, foi trocando, trocando e conseguiu comprar um carro melhor. A casa própria veio quando meu pai tinha seus 35 anos e colocou o carro no negócio. Foi uma grande conquista!

Na Escola Duque de Caxias, minha primeira professora foi a Dona Alice Trevisan que era bastante atenciosa, mas também muito enérgica. Guardo dela excelentes lembranças. Havia alunos rebeldes, mas ela raramente perdia a paciência. Eu era bastante tímido, quase não falava e nunca tive problemas. Dentro das disciplinas, minha maior dificuldade era com a Língua Portuguesa. Eu lia bem, mas era muito lento para copiar um texto. Enquanto a maior parte dos alunos já havia terminado de copiar um determinado texto, eu estava apenas na metade e tinha que terminar em casa. Mas em compensação, com o cálculo eu tinha muita facilidade. Eu adorava Matemática!

Na escola, havia uma cartilha para o Português, mas para Matemática era somente o caderno. Fazíamos muitas contagens utilizando palitinhos de sorvete. A professora nos incentivava a conseguir palitinhos de sorvete e, por isso, eu ficava em frente de uma sorveteria catando os tais palitinhos. Eu achava que levar uma grande quantidade de palitinhos era símbolo de status na sala de aula. Com esse material, fazíamos adições, subtrações, multiplicações e divisões.

Usávamos, então, algum material concreto, mas aprendíamos a abstrair muito cedo. Eu acredito que, o que torna o ser humano dominante em relação a outros seres que habitam nosso planeta, é a capacidade de abstrair, de criar situações e agir em relação a isso. Penso, assim, que as pessoas precisam aprender a abstrair e quanto antes melhor. O material concreto é importante, ajuda a entender, mas diminui a capacidade de abstração.

Eu acho que o ensino deveria ser mais contextualizado, apesar de ser mais difícil para o professor, que precisa ter afinidades com diversas situações, e para aluno que, muitas vezes, não consegue compreender determinados problemas que lhe são apresentados. Se o professor, por exemplo, apresenta um texto sobre o computador para crianças que não conhecem a linguagem da informática, ele precisa entender bem sobre aquela linguagem para poder explicar. Não se pode ficar falando em joystick do vídeo game, que gira pra cá, vira pra lá, que faz determinado movimento, se a criança nem sabe o que é e se o que ela tem mais próximo de um joystick na casa é uma maçaneta ou um trinco de porta.

Se um professor estiver lecionando na comunidade do Itapará, por exemplo, não pode colocar uma situação problema sobre a praia onde Joãozinho coletou 15 conchinhas ou 18 estrelas-do-mar... Há criança que nem sabe o que é conchinhas ou estrelas do mar. Penso, assim, que para contextualizar a Matemática, seu ensino deve ser pensado de forma diferente, até mesmo num livro didático mais regionalizado. Para crianças da Bahia, posso propor problemas matemáticos sobre o vatapá ou o acarajé, mas para crianças do sul tais problemas não têm sentido e podem ser desmotivantes.

No meu tempo de ensino fundamental era, ainda, o período de ditadura e se uma professora começasse a colocar idéias “subversivas” na cabeça das crianças, dava um problema muito grande. Não havia liberdade de se trabalhar diferente, porque ensinar o ato de pensar poderia gerar uma situação um tanto complicada para o professor. Não se podia criar alunos muito questionadores. Pessoas bem informadas, instruídas, eram uma ameaça, pois estas poderiam se rebelar contra os governos locais ou até mesmo governos das mais altas esferas. Isso, definitivamente, não era muito interessante para o governo daquele tempo!

Mas uma pessoa que já tentava mostrar a Matemática de uma maneira mais contextualizada, mesmo na época da metodologia “siga o modelo”, foi o professor Eurico Pereira, uma pessoa que me marcou muito. O Eurico foi meu professor de 5^a a 8^a série e estava vivendo um momento muito difícil, na época, porque tinha recém perdido a esposa. Ele colocou na minha cabeça que eu era capaz e que poderia sonhar muito mais. Incentivou-me muito a prosseguir os estudos. Depois que terminei a 8^a série, o encontrei na banca de revistas do Cavalim e contei a ele que estava fazendo o Técnico em Contabilidade. Ele ficou doido e me disse que eu deveria estar fazendo um ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Porém, como se diz: “Deus dá asa pra quem não quer voar” e eu não podia voar muito longe devido a minha situação econômica. O Eurico lecionou na maior parte das séries que estudei na Escola Nossa Senhora das Graças. Foi uma pessoa que, além de distribuir o conteúdo, distribuía sonhos para a gente. Ele foi bastante importante pra mim. Era enérgico, mas bastante bondoso. Quando era necessário, ele falava na cara mesmo, não tinha rodeios: “Esse caderno é um luxo!” ou “Esse caderno é um lixo!”, dizia ele. Às vezes, encontro meu amigo Eurico por aí e sempre falo que sou metade dele. A outra metade... Não sei! Acho que sou um pedaço de cada professor.

Os professores da época eram, na grande maioria, enérgicos, mas isso era fruto de um momento. A educação era muito restrita. Poderia se ensinar o conteúdo, mas não se poderia colocar outras idéias, que poderiam ser interpretadas equivocadamente. Então, os professores, eram pessoas mais fechadas, raramente conversavam com os alunos fora de sala de aula. O aluno tinha o seu lugar e o professor o dele. Não era uma relação afetuosa, mas também não de desprezo. Mas, acho que eles eram excelentes. Acumulei muito conhecimento com eles e na minha prática sou muito influenciado por eles. Acho, até, que certas coisas deveriam ser recuperadas daquele tempo.

Hoje se fala muito que a Matemática deve ser entendida e eu concordo com isso! Mas têm coisas que é necessário se guardar na memória. Quando estou trabalhando com o Ensino Médio, por exemplo, deduzo a fórmula da lei dos cossenos, mas eu digo para os alunos que eles não podem ficar deduzindo a vida inteira, é preciso decorar para usar no momento oportuno. O trabalhador civil quando vai utilizar um simples martelo ou um martelo pneumático, ele não vai ver como que se fabricam os tais martelos. Ele simplesmente aprende a operar. Então, acho que na Matemática é necessário ensinar como produzir determinado conhecimento, mas é necessário, também, mostrar para o aluno a importância do estudo, que ele deve decorar para diminuir o tempo de trabalho em um problema a ser resolvido. Caso contrário, a Matemática se torna muito cansativa.

Se um aluno não sabe a tabuada, por exemplo, como que ele vai fazer uma divisão de 1315 por 56? Vai puxar o palitinho o tempo todo? E quando ele foi trabalhar ou mesmo na sua vida diária, será que vai ter o material concreto? A matemática precisa ser entendida, mas muita coisa precisa ser decorada! Às vezes, brinco com os alunos perguntando se eles sabem quantas fórmulas existem na química e na física. Eu digo para eles que não sei, mas que conheço e decorei 99,9 % delas. Eu tive que decorar, pois, caso contrário, o meu trabalho seria penoso. Teria que deduzir as fórmulas toda vez que precisasse delas e isso seria muito lento e até inviável. Comecei a decorar fórmula ainda no tempo de 5ª a 8ª série.

Quando eu estava na 7ª série, morava bem próximo onde hoje se localiza o cemitério Jardim das Paineiras. Mesmo sendo uma distância longa, ia para a escola a pé, de chinelinhos de dedo. Em dias de chuva, levava o tênis e uma calça guardados em uma sacola plástica e, chegando à Escola Nossa Senhora das Graças, lavava os pés, vestia a calça e o tênis e ia para a sala de aula. Tinha muito barro pelas ruas. A maioria nem era asfaltada. Acho que a cidade de Irati mudou bastante desde meu tempo de criança, mas acho também que, em termos de estrutura, isso é natural. Toda cidade tem de mudar, porém cada uma tem o seu ritmo. Eu, particularmente, por ser professor voltado a área de ciências, me preocupo muito com a questão ambiental, não apenas com a região de Irati, mas de um modo geral. Nas últimas férias, fui à casa de minha irmã e percebi que nas proximidades de sua residência foi derrubada uma floresta, onde havia inclusive uma araucária. Não consigo entender o porquê de se derrubar o mato para ocupar um espaço! O homem vem mudando a face do planeta dia-a-dia e pensando muito em cidades horizontais. Os prefeitos adoram ver as cidades crescerem horizontalmente, esparramando-se. Porém, com isso, a área das cidades vai aumentando e vai aumentando também os problemas como a distância até o centro e a infraestrutura dos bairros.

Mesmo com alguns problemas que existem, a cidade evoluiu, não tanto como poderia. Às vezes, faltam pessoas preparadas para ocupar os cargos públicos comissionados. Para trabalhar com o trânsito, tem que ser pessoas que entendam de tráfego. Para se asfaltar uma rua é preciso pessoas que entendam do assunto. Atualmente, acho que houve uma melhora. Da época que eu era menino do ginásio, percebo que hoje é mais fácil ser estudante. Em todos os bairros e localidades há o transporte escolar e isso é um importante avanço.

Quando terminei a 8ª série, falei para meu pai que iria fazer o Magistério. Ele, por sua vez, me fez desistir da idéia dizendo que era um curso para mulheres e que eu deveria fazer o Técnico em Contabilidade – “um curso para homens”. Pra ver o preconceito que existia na época! Fui, então, para o Colégio São Vicente, seguindo o pedido de meu pai. No Técnico em Contabilidade, que funcionava à noite, eu me sentia como um astronauta numa convenção

sobre melhoria genética de repolho! Não entendia nada daquele negócio de débito, crédito, PIS... Não era definitivamente minha praia! Até digo para meus professores da época, que hoje são meus colegas, que eles foram muito solidários comigo, porque eu era uma droga! Eu odiava contabilidade! Mas estava lá, fazendo o curso porque meu pai mandou. Enquanto isso, deixei o sonho de fazer magistério. Eu gostava apenas das aulas de Física, Química, Biologia e Matemática. A Matemática era um pouco deficiente, muito simples e mais voltada ao curso.

No entanto, foi no curso de Contabilidade que tive a certeza de que minha vocação era para o magistério. Como eu gostava muito de Química e tirava notas excelentes, numa certa noite em que haveria prova dessa disciplina, os meus colegas estavam aflitos na aula que antecedia a avaliação, tanto que a professora não conseguiu ministrar a sua aula porque ninguém estava prestando atenção nas suas explicações. A professora, um tanto revoltada com a situação, mas compreendendo a aflição da turma, cedeu a sua aula pra que pudéssemos rever os conteúdos de Química. Um dos meus colegas sugeriu, então, que eu fosse explicar a matéria no quadro para toda a turma, sugestão que foi acatada pela professora. Então, expliquei os conteúdos de Química para toda a classe. As pessoas que passavam no corredor e me viam dando aula, achavam até engraçado porque eu era muito pequeno, deveria ter 1,45 m, aos meus 17 anos. Hoje, tenho 1,80m. Imagine o quanto cresci! Mas, dei aquela explicação e percebi que lecionar tinha tudo a ver comigo.

Depois que conclui o Técnico em Contabilidade, fui prestar vestibular para Ciências Licenciatura, que era o curso, em Irati, que mais se aproximava das minhas aptidões. Tive a felicidade de passar e, dentre as 50 vagas, passei em 17º lugar.

No curso de Ciências, já de início, senti na pele o que era não ter feito o curso que era chamado de Científico, no qual os conteúdos eram bem mais aprofundados. Reprovei o 1º período em Matemática. Uma professora da faculdade até me sugeriu que eu mudasse de curso. Eu não tinha me dado conta de que era tão fraco! Aquilo mexeu com o meu brio! Disse, então, à professora que não queria mudar de curso e pedi a ela uma sugestão para melhorar. Ela assim me disse: “Olha! Vá à biblioteca, pegue livros de Ensino Médio e estude!”. A partir daquele dia, não é de se acreditar, mas fiquei conhecido como “rato de biblioteca”. Quando tinha um tempo, corria para a biblioteca. E eu aprendi matemática! Hoje falo para os meus alunos que aprender matemática é possível, por maior dificuldade que se tenha. Crime é não querer aprender! Não saber, não é crime.

Eu fui atrás do conhecimento! No segundo período de Ciências, comecei a ter um crescimento, a entender matemática e cheguei no 3º ano com outro gás. Passei a tirar boas notas, fui melhorando, mas nunca tive o prazer de tirar nota dez. Eu passei a dar valor a

estética na Matemática, na faculdade. Primeiramente era a FECLI e depois, já no final de minha graduação, a Unicentro.

Durante o curso, fiz estágio em Geologia e em Matemática por me identificar com essas áreas. Após o término da Licenciatura, a primeira escola que lecionei foi no João de Mattos Pessôa. A diretora, Dona Eva, gostou do meu trabalho e me elogiou à chefe do Núcleo Regional de Educação, Lenita Ruva. Devo isso a Dona Eva, pois por causa desse reconhecimento, um mês depois de começar a lecionar, fui chamado pela professora Lenita para assumir as aulas da minha professora da faculdade, Izabel Bonete, que ainda trabalhava no Colégio São Vicente, e havia entrado em licença maternidade. No início, hesitei em assumir essas aulas porque não me sentia preparado, mas aceitei o desafio. Novamente, então, recomecei o martírio de estudo. Passei a estudar de manhã, à tarde e à noite para entender o conteúdo que iria ensinar aos alunos do Ensino Médio.

No início da minha carreira, tive alguns problemas. Primeiro pela desconfiança, não somente por parte da direção como por parte dos alunos, por eu ter uma aparência muito parecida com a deles. E, segundo, pelo medo de enfrentar uma sala de aula. Confesso que, a primeira vez que entrei numa classe no Colégio São Vicente, quase tive um “tiricótico”! Quase desmaiei de medo! Foi a primeira vez que fui chamado de senhor. Lembro-me que, quando entrei num 3º ano do Ensino Médio, a turma estava na maior bagunça. Eu me encostei ao quadro e fiquei olhando para que eles se sentassem. Nisso, a vice-diretora do colégio chegou e me mandou sentar. Eu, meio sem jeito, disse que não iria, pois era o professor de Matemática da turma.

Para aparentar mais velho, comecei, então, a moldar uma personalidade, deixando a barba crescer. Isso virou minha identidade, tanto que hoje não consigo mais me ver sem ela. Quanto ao conteúdo, eu tinha domínio, mas não tinha domínio de técnica, da aplicação. O maior medo era que o aluno perguntasse alguma coisa que eu não soubesse responder. Ter começado numa escola grande e bem conceituada, foi muito bom porque cresci profissionalmente e bastante rápido. No ano seguinte, foi bem mais tranquilo! Assumi aulas de Física no 3º ano, o que foi uma grande alegria, pois meu sonho era trabalhar com o conteúdo sobre eletricidade. Acredito que trabalhei bem e me senti capaz. Lecionei por vários anos a disciplina de Física e também de Química.

A Licenciatura Curta em Ciências dava direito a lecionar Física, Química, Biologia, Matemática, além de Ciências de 5ª a 8ª séries. Na verdade, a faculdade que eu almejava era Química, mas fui até onde meu bolso pôde chegar. Trabalhei com todas as disciplinas de

direito e, mais tarde, passei em concurso e concentrei minhas aulas nas áreas de Matemática e Ciências.

Desde que comecei a lecionar, ganhei fama de bom professor. Sinto-me lisonjeado com isso, mas sei que sou falho em diversos aspectos e tenho defeitos. Mas é certo também, que por ter trabalhado com várias disciplinas, acumulei muitos conhecimentos e hoje tenho facilidade em aplicar a matemática às outras áreas. Eu não trabalho com o conteúdo de logaritmo sem falar de PH ou da escala Hichter, aliando a Matemática à Química ou à Física. Em assuntos de difíceis aplicações cotidianas como sistemas lineares, utilizando a regra de Cramer ou pelo método de Gauss, consigo mostrar para os alunos como que adubos com um determinado teor de nitrogênio, de pentóxido de fósforo e de óxido de potássio, combinados podem produzir um outro adubo. Então, essa gama de conhecimentos torna-se um diferencial em minhas aulas, me tornou bastante flexível e versátil e, por isso, ganho fama.

Minha postura em sala de aula era e ainda é bastante enérgica, mas também de respeito mútuo. Acredito que, para que o aprendizado realmente se efetive, o professor deve ter domínio do conteúdo e a sala de aula deve ser um ambiente de harmonia.

Quando terminei a faculdade - Licenciatura Curta em Ciências - logo percebi que era necessário tornar a licenciatura plena, pois, além do salário ser menor, ficava em desvantagens na distribuição de aulas perante meus colegas que tinham a licenciatura plena. Mais tarde, inclusive, quem não tinha a licenciatura plena não pôde sequer fazer concurso. Então, alguns colegas e eu, resolvemos iniciar a Complementação em Matemática e o lugar mais próximo era União da Vitória.

Esse curso me marcou muito e me deixou algumas seqüelas, pois foi bastante sofrido. Eu trabalhava, na época, 40 horas para o Estado, mais 16 horas em curso pré-vestibular. Nós saíamos de Irati numa lotação, às 5 horas da tarde e chegávamos às 7 horas da noite em União da Vitória. Na volta, saíamos de lá às 11 horas da noite e, quando passávamos em frente a uma das escolas que eu lecionava, por volta das uma e meia da madrugada, eu dizia para meus colegas: “Daqui a 5 horas e meia, estarei novamente adentrando a esse portão para trabalhar!” Teve um tempo que eu já não agüentava o cansaço.

No curso de Complementação, tive bons professores, mas me identifiquei mais com o professor Paulo, uma pessoa superinteligente. No início do curso, tive dificuldades na disciplina de Cálculo Diferencial e Integral, mas depois foi tranqüilo. O grupo de Irati era formado por 15 pessoas e, para estudar para as avaliações, formamos um grupo de estudos e eu sempre ia ao quadro para explicar os conteúdos para eles. Nós nos ajudávamos muito!

Logo em seguida, em 1997, iniciei o curso de Especialização, também em União da Vitória, no qual tive uma introdução à matemática computacional. Aprendi a manipular softwares em matemática, que eram raros há dez anos. Tive, também, uma disciplina com uma carga horária maior, voltada à Geometria.

Nesse curso, aprendi a manipular programas computacionais, porém, são softwares caríssimos com os quais não pude trabalhar em sala de aula com os alunos. Eu não posso instalar um software nos computadores do laboratório de informática da escola, sem a concessão do fabricante. Isso é ilegal! Por isso que, quando o governo trouxe os computadores para as escolas, eu digo que foi como dar um carro zerinho, sem gasolina, para ser rodado no meio da floresta amazônica! As escolas não têm suporte para isso. Os programas gratuitos não atendem todas as exigências e as informações que estão na Internet não são eternas. Determinados endereços deixam de ser disponibilizados de uma hora para outra.

Eu acho que agora estamos começando a viver um importante momento com a chegada dos softwares livres nas escolas, através do sistema operacional Linux. É um sistema tão avançado quanto o Windows, apenas um pouco mais difícil de operar. Mas, tudo que vamos aprender pela primeira vez é difícil. Quem não caiu quando foi aprender a andar de bicicleta? Com um programa aberto, temos a oportunidade de criar o software que venha a atender a nossa necessidade. Sempre fui cabeça aberta para as novas tecnologias e sempre divido com os colegas e com os alunos tudo aquilo que produzo. Comecei a lidar com os softwares na Especialização em União da Vitória e não parei mais.

Mas, desse tempo, fiquei com uma seqüela para o resto de minha vida. Ninguém havia me falado que trabalhar demais podia matar e eu achava que a depressão, o estresse, eram doenças de pessoas que não queriam trabalhar! Eu me entreguei de corpo e alma ao trabalho. Aos 23 anos de idade adquiri uma grave depressão da qual fui melhorar somente aos meus 31 anos. Em poucos meses, passei de 68 kg para 113 kg por causa dos pesados medicamentos que influenciavam no meu humor e no meu raciocínio. Tudo pelo excesso de trabalho. Eu não descansava. Nos finais de semana, estudava ou corrigia prova. Não saía de casa. Meus amigos me abandonaram por completo porque eu não dava atenção a eles. Eu ficava só trabalhando! Sofri muito por causa da doença e minha esposa também. Até pensei em suicídio. Para ir trabalhar, eu vestia uma máscara, pois fingia que estava tudo bem. Hoje estou bem, mas sei que a depressão é um gatilho que pode ser acionado a qualquer momento. Não posso exagerar no trabalho, pois posso ter uma recaída. Eu poderia ter aprendido muito mais, tinha potencial para evoluir, mas fui bastante barrado por essa doença.

Acho que no Brasil nunca houve um cuidado com a saúde do professor por parte dos governos. Não há valorização desse profissional. Quando busquei a Complementação em Matemática e também a Especialização, além do conhecimento, busquei também melhorias salariais. Mas tive muitos gastos. Fiz até um cálculo: levei mais de oito anos para recuperar o que investi nesses cursos. É muito tempo na carreira de um profissional! Os professores sofrem muito pra conseguir os títulos que são considerados menores em relação à de outros profissionais que ganham muito mais e fazem trabalhos menos complexos. Não são eles que ganham muito, somos nós que ganhamos pouco! Acho que o investimento na educação teria que ser maior. Deve-se investir muito na formação do professor. Acho que um dia isso vai acontecer. Vai demorar, mais vai acontecer...

No Brasil, os professores encontram barreiras, inclusive quando buscam o aperfeiçoamento ou uma experiência diferenciada. Eu, por exemplo, trabalhei também na Unicentro com o Ensino Superior por dois anos. Lecionei Informática, Matemática e Estatística para os cursos de Ciências e Engenharia Florestal e Matemática Financeira para a primeira turma de Administração. Quando fiz o teste seletivo para entrar na Universidade, eu tinha dois padrões no Estado e tive que pedir exoneração de um dos padrões para ser contratado. Foi no governo do Jaime Lerner cuja política era de privatização, inclusive no setor da Educação.

Na época, telefonei para a Secretaria de Estado da Educação solicitando uma licença sem vencimentos para não exonerar um dos padrões. Expliquei que eu queria trabalhar na universidade para adquirir uma nova experiência. Tal pessoa foi extremamente grossa e me disse que a licença sem vencimentos era um pedido que só poderia ser atendido se fosse uma vontade bilateral. Como a licença somente a mim interessava, ela me foi negada. Revoltado, fui ao Núcleo de Educação e pedi exoneração de um padrão. A Marialva que trabalhava com recursos humanos no NRE, até me aconselhou a não exonerar o cargo. Mas, não segui seus conselhos. Exonerei o cargo e hoje pago um preço alto por isso. Fui para a universidade com o intuito de ficar por lá, fazer concurso e depois um mestrado. No entanto, a oportunidade de me efetivar por concurso e de cursar o mestrado não apareceu. Trabalhei muito em sala de aula e quando venceu os dois anos do contrato, saí da universidade e fui novamente assumir aulas no Estado. Como eu só tinha um padrão de 20 horas, o que financeiramente era muito pouco, voltei a participar do leilão de aulas e fazer pacto com outros professores para conseguir aula. No primeiro ano fui o último a escolher as aulas e me senti muito mal. Era uma humilhação! Passei, então, a trabalhar numa escola particular e hoje, sou mais professor de escola particular, pois chego a ter 25 horas-aula semanais. Na escola pública tenho 16

horas-aula. Então, sou professor hoje de escola particular pelo meu sonho de trabalhar na universidade o que, por certo, não causaria nenhum dano ao sistema.

Estou na escola particular há três anos e acho que ela tem apenas uma vantagem perante a escola pública: o professor é contratado e não tem estabilidade. O professor mantém sua vaga por merecimento e não tanto pela formação ou pelos títulos. Nesses últimos anos, tenho trabalhado na escola particular com as turmas de Ensino Médio, nas disciplinas de Química e Física.

Não tenho feito cursos de capacitação pelo Estado porque a maior parte deles é em outras cidades. Tenho uma filha e não troco minha família por curso nenhum. Passei por uma desestabilidade emocional por um longo período e fui muito amparado pela família. Hoje, a valorizo muito.

Quanto à realização como professor, tenho momentos de altos e baixos. Têm dias que estou com todo gás, que tudo dá certo, recebo elogio de pais, de alunos e me dou nota dez. Por outro lado, têm aqueles dias que vou obrigado trabalhar, seja por uma doença ou pelas condições da profissão. Fico nervoso e parece que nada dá certo. Tem aqueles dias também, que fico meio revoltado: vejo tanta gente com empregos bem mais fáceis e que ganham bem mais. Mas posso dizer que são mais momentos de realização do que momentos de frustração. Se um dia for o contrário, não vou mais exercer essa atividade...

A realização profissional está atrelada à convivência diária e, também, ao local de trabalho. Tenho a felicidade de trabalhar em duas excelentes escolas. A pública é o Colégio Antônio Xavier da Silveira que vem crescendo, não apenas em volume de alunos, como também em qualidade. A escola particular que trabalho é o Colégio São Pedro Canísio, no qual estuda um outro tipo de público. São alunos bastante educados, obedientes e que valorizam muito o trabalho dos professores.

Em ambas as escolas, raramente tiro um aluno de sala de aula ou mando um aluno para a supervisão ou orientação. Geralmente quando surge alguma intriga na classe, contorno a situação ali mesmo. Às vezes, um aluno tem problemas em casa e qualquer esbarrão que se dê nele, é motivo para ele explodir. Problemas de relacionamento são comuns entre seres humanos. Quando os casos são mais complicados, a equipe pedagógica da escola procura ajudar o aluno, mas o máximo que está podendo fazer é anotar numa ficha os acontecimentos, para mostrar para os pais a rebeldia dos filhos. As escolas têm problemas gravíssimos de indisciplina e um aluno indisciplinado complica a sala toda. E, infelizmente, a escola está de mãos atadas e a participação dos pais no ensino é muito pequena.

Quanto à escola pública, sinto que ela não é valorizada pela sociedade e nem pelos pais. Os alunos, os pais e a própria sociedade, tem a visão equivocada de que a escola pública é gratuita. As pessoas não se dão conta de que nosso salário, a parte física ou os equipamentos e materiais da escola, são pagos com o dinheiro dos impostos de cada cidadão, que deveria cobrar por isso. Os pais não ligam para a qualidade de ensino dos filhos e têm pouco tempo para eles. Os professores, devido aos baixos salários, são obrigados a assumir muitas aulas, diminuindo a eficiência do trabalho em sala de aula. Mas nós estamos trabalhando com gente que precisa da gente! Precisamos dar mais atenção aos nossos alunos...

Mas não faremos nada se não tivermos pelo menos um fio de esperança de que a Educação ainda será valorizada, de que o professor terá seu merecido valor. Não somente em termos monetários, pois não somos movidos a dinheiro. Mas em termos de qualidade de vida para o professor, que trabalhando menos, terá mais tempo para se dedicar ao seu trabalho e para sua vida pessoal.

A LDB obriga as escolas a cumprir os tais 200 dias letivos. O professor, coitado, que pega uma gripe forte e precisa ficar em casa, é obrigado a fazer um projeto de reposição. Eu acho isso um absurdo, um crime contra um ser humano, que não é uma máquina! Há pesquisas que comprovam que mais da metade dos professores do país sofre de algum tipo de doença ocupacional, mas ninguém está preocupado com isso. Há professores de excelente qualidade que estão afastados das suas atividades escolares. E a maioria dos diretores, quando um professor fica doente, se preocupa em quando ele vai voltar, independente se o professor está bem ou não. Com a carga horária de trabalho do professor, a maioria não tem tempo sequer para fazer um exercício físico, pois precisa trabalhar mais para se alimentar melhor ou tratar uma doença na família. Um médico, em uma única consulta ganha e equivalente ao que o professor ganha em 10h de trabalho.

Agora, do ponto de vista do ensino, apesar de muito se falar que antigamente era melhor, os professores de hoje são mais preparados e têm mais conhecimento para repassar aos alunos. O que os professores não estão conseguindo é trabalhar com novas metodologias. Antigamente, o professor conseguia pôr os alunos quietos e conseguia ensinar. Hoje, o professor precisa se utilizar de artifícios que, muitas vezes, levam ao cansaço extremo. O que funciona hoje, não funciona amanhã e começa aqueles altos e baixos no trabalho. O que tem dificultado, e muito, o trabalho do professor, é a indisciplina que precisa ser discutida. Nós não podemos trabalhar em ambientes escolares onde o aluno é livre para fazer o que quiser, dificultando cada vez mais o nosso trabalho. Para que possamos dar boas aulas, nós precisamos da disciplina e do respeito em sala de aula. Uma boa aula é quando conseguimos

cativar, mostrando assuntos interessantes aos nossos alunos e, no final, um aluno nos diz que entendeu e que gostou da aula. Se a cada dia conquistarmos nossos alunos, todas as aulas serão boas e seremos lembrados por toda a vida deles.

Para finalizar, eu acho que está na hora dos governos olharem a Educação como algo importante e investir pensando em resultados a longo prazo. Uma nação verdadeira, respeitada e inteligente é rica em conhecimentos. É necessário dar apoio aos estudiosos e pesquisadores para que possam desenvolver seus trabalhos em prol da nossa população aqui no Brasil e não fora do país. Também, é importante o incentivo da produção do conhecimento no Ensino Médio e não apenas no Ensino Superior. O professor do Ensino Médio é tão capaz quanto o professor da universidade. A distância entre eles é muito pequena e nem sempre as pessoas que têm maiores títulos, são as mais competentes. Está na hora de se investir no professor e olhá-lo como ser humano, não como máquina capaz de cumprir uma meta. Nós estamos lidando com outros seres humanos e precisamos ser respeitados. Mas eu tenho fé que vai mudar, que vai melhorar...

20. QUANTIFICANDO...

No município de Irati, de acordo com o relatório de matrículas fornecido pelo Núcleo Regional de Educação, estão em funcionamento⁷⁹:

- 30 escolas municipais que atendem as séries iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil;
- 16 escolas estaduais atendendo alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- 06 escolas particulares desde a Educação Infantil ao Ensino Médio;
- 11 creches mantidas pela administração municipal.
- 01 Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos - CEEBJA

Da Pré-escola à 4ª série do Ensino Fundamental estão matriculados nas escolas 4829 alunos, distribuídos em 236 turmas e são atendidos pela Rede Municipal. De 5ª a 8ª séries são 4094 alunos, em 136 turmas, e do Ensino Médio são 97 turmas, com 3099 alunos, sendo a entidade mantenedora a Secretaria de Estado da Educação. As escolas particulares atendem 993 alunos desde a Educação Infantil ao Ensino Médio.

Os professores da Pré-escola à 4ª séries são em número de 464. Já os que atuam na disciplina de Matemática de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio são 63 professores. Destes, 57 são formados em Licenciatura Curta em Ciências e fizeram a Complementação em Matemática.

O CEEBJA de Irati atende 837 alunos em sua sede e 235 em APED (Ação Pedagógica Descentralizada), disseminadas em escolas da periferia da cidade.

⁷⁹ Relatório de matrículas de março de 2008.

21. DIÁLOGOS: MEMÓRIAS ENTRELAÇADAS

O município de Irati, localizado na região Centro-Sul do Paraná, apresenta semelhanças com muitos outros municípios do Brasil, seja em aspectos geográficos, econômicos, históricos ou políticos, seja na cultura, na composição da população, nas facilidades e dificuldades no desenvolvimento e mesmo na formação de seus professores.

Pude perceber vários desses aspectos nos trabalhos elaborados por Lando (2002), Baraldi (2003), Martins (2003), Galetti (2004), Gaertner (2004) e Martins (2007), pesquisadores que tratam de temas similares ao meu e que também utilizam a história oral como metodologia de pesquisa. Nesse capítulo, minha intenção é estabelecer um diálogo entre aqueles que colaboraram com nossos estudos e têm nos ajudado a recompor o cenário educacional de uma determinada região do país⁸⁰.

Assim, mesmo sem precisar me deslocar, pude “viajar” e conhecer o “semblante” de outros municípios do Brasil por meio dos estudos supracitados. Pude perceber que Irati tem trilhado caminhos diferentes se comparado aos grandes centros, porém tem muita similaridade com outras paisagens interioranas como da região da Nova Alta Paulista - no extremo oeste, da região de Bauru (SP), de Blumenau (SC), de Sinop (MT) e de Jaú (SP).

A Nova Alta Paulista foi a última região do estado de São Paulo colonizada pelo homem branco e desenvolveu-se economicamente a partir do final do século XIX, com a expansão da lavoura cafeeira no estado de São Paulo e, por conseqüência, com a chegada de migrantes de todo país e de imigrantes europeus, basicamente italianos e japoneses. “*Esse pessoal vinha porque esta era uma região que estava se abrindo*”, disse Antônio Jorge⁸¹, afirmando, ainda, que outro fator que estimulou o crescimento de tal região foi a implantação do sistema de rodovias e ferrovias. *Com a construção da Noroeste, pela primeira vez no estado de São Paulo uma estrada de ferro penetra em uma região praticamente desabitada, onde se encontram, além de alguns pequenos núcleos de povoamento, índios que resistem violentamente à entrada do homem branco.*

Evento semelhante é observado em Irati - também no passado ocupada por índios - que “se abriu” com a chegada dos trilhos da estrada de ferro e da instalação da estação ferroviária no início do século XX, fato este observado, quase ao mesmo tempo, em Bauru que cresceu em torno da ferrovia. Conforme relata Miriam Delmont⁸²: “[...] o centro antigo

⁸⁰ Todos os trabalhos, excetuando o de Lando (2002), encontram-se disponíveis no site www.ghoem.com

⁸¹ Colaborador da pesquisa de Galetti (2004, p. 72).

⁸² Colaboradora da pesquisa de Baraldi (2003, p. 58).

de Bauru ficava na região da Estação Ferroviária. Toda a importância de Bauru e seu crescimento deveram-se justamente ao entroncamento ferroviário. Nós tínhamos a Noroeste, a Paulista e a Sorocabana.”

Desse modo, as cidades Bauru (SP) e Irati (PR) tiveram as estações ferroviárias e a ligação aos grandes centros através dos trilhos como impulso para o progresso da região. Por muito tempo, as ferrovias foram a mais vantajosa e segura maneira de se chegar a tais cidades. Ambas têm, porém, somente na memória de seus moradores as lembranças dos “trens de passageiros”.

O crescimento de Irati foi impulsionado também pelo ciclo da erva-mate e pela imigração, mas principalmente pelos poloneses e ucranianos que fixaram residência nessas terras. Já o município paulista de Jaú, conforme declara Wanda Carboni⁸³, [...] *enriqueceu por causa do café, porque todos os fazendeiros da redondeza tinham café. Jaú era uma cidade muito rica. O café enriqueceu, o café abateu.* Neste município predominou, no final do século XIX, a imigração italiana, que contribuiu também para o desenvolvimento da região.

Em diversos lugares interioranos do Brasil, na medida em que os povoados, vilas e cidades iam se formando, no início do século XX, tornava-se emergente a criação de escolas para a instrução das crianças e, naturalmente, a figura do professor era imprescindível.

No entanto, havia poucas escolas Normais no Brasil nesse tempo e escassos eram os professores formados. A solução encontrada pelas Diretorias de Instrução Pública nos estados, era a efetivação para o exercício do magistério por meio de exames de habilitação.

Desse modo, em muitas escolas, o suprimento dos primeiros professores dava-se quando alguma pessoa do próprio lugar ou de outra cidade prestava um exame na capital e, conseguindo aprovação, apresentava o título de habilitação. Foi assim em Irati, quando em 1901, D. Rosalina, de posse do título, passou a ministrar aulas na primeira escola do povoado.

Os poucos professores que se formavam nas escolas Normais, nas primeiras décadas do século XX, almejavam uma cadeira para lecionar nas capitais ou nos grandes centros urbanos. Dessa maneira, os administradores públicos criaram legislações próprias nos estados que praticamente obrigavam os professores normalistas a se aventurarem pelos interiores dos estados para conseguir a nomeação. É o que explica a professora Maria Cesarina⁸⁴, se referindo ao estado de São Paulo:

“Funcionava assim: no início era primeiro estágio, segundo estágio, terceiro estágio. O primeiro estágio era lá no sítio. Segundo estágio era melhorzinho. Terceiro estágio era

⁸³ Colaboradora da pesquisa de Martins (2007, p. 127).

⁸⁴ Colaboradora da pesquisa de Martins (2007, p. 110).

capital, cidade. Terminando o ano, a gente entrava em concurso. Aquele tempo tinha roça, era ruim mesmo. Às vezes, escolhia uma escola melhor que era segundo estágio. Era difícil ter vaga de segundo estágio para quem tinha acabado de se formar, não eram tantas escolas, como é hoje” (p. 110).

A afirmação de D. Maria Cesarina é ratificada pelo professor Rosala⁸⁵, em alusão aos formados pela escola Normal do Paraná: *“Naquele tempo, os professores se formavam normalistas em Curitiba e iam para o interior sem saber das dificuldades que iam encontrar. Os primeiros professores iam para o interior porque na capital não havia muitas escolas”.*

As dificuldades a que se refere Rosala vão desde a falta de material pedagógico, isolamento da família ao desconforto das residências e escolas. Diz ele que, em Irati, *“a escola era um barracão. [...] Na sala de aula havia uns bancos compridos e não tinha mesinhas para escrever. Havia somente a mesa do professor. Na classe havia alunos de 1ª a 4ª séries. Todos juntos!”.*

Tal fato é observado, décadas mais tarde, numa região distante, onde a colonização se deu de forma bastante rápida, por habitantes não-nativos vindos das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, em busca de um “eldorado”, uma chance de mudar de vida. Chegando lá, os colonizadores encontraram uma grande clareira aberta no meio da floresta, sem nenhuma infra-estrutura, tal e qual acharam os primeiros habitantes de Irati. *“No início não tinha escola. Depois fizeram uma escola onde morávamos. [...] Uma escola cor de rosa, de madeira, bem simples... Tinha uma sala de aula só, era um salão aberto”*, diz Maria Vilma⁸⁶, se referindo a Sinop (MG), para a década de 1970.

Terezinha⁸⁷, também moradora de Sinop, complementa que *“os pais ajudaram muito na implantação da escola. Se não fossem os pais, não tinha escola em Sinop. Tinha aqueles que estavam ali direto, construindo escola, vindo ajudar plantar árvore, a ajudar plantar grama, ajudar limpar em volta...”.*

Assim, não há dúvida, pela fala de Terezinha, que a escolarização dos filhos, em Sinop, era uma das preocupações dos pais em meio ao sertão. Contudo, é possível afirmar que essa inquietação é independente do lugar geográfico ou do tempo histórico. Prova disso é o relato de Irmã Verônica⁸⁸ quando afirma que, por volta do ano de 1935, *“os moradores de Irati ajudaram na construção do Colégio Nossa Senhora das Graças. Lembro-me que meu*

⁸⁵ Colaborador deste estudo.

⁸⁶ Colaborador da pesquisa de Lando (2002, p. 88).

⁸⁷ Colaboradora da pesquisa de Lando (2002, p. 55).

⁸⁸ Colaboradora deste estudo.

pai ajudou a puxar pedras com a carrocinha para a fundação. Na fundação não tem tijolos, é toda de pedras. Cada pedra enorme eles puxaram!”, diz ela.

O Colégio Nossa Senhora das Graças foi fundado em 1930, por irmãs vicentinas, de origem polonesa. Nessa escola, o ensino era ofertado também em língua polonesa, como em outras do município nas primeiras décadas do século XX. “*O ensino era pago, mas era uma coisa pequena*”, diz Irmã Verônica. “*Tínhamos aula em dois períodos: pela manhã no idioma português e à tarde, até às duas horas, no idioma polonês*”. Essa característica no ensino em Irati é notada, igualmente, em outros municípios brasileiros, nos quais imigrantes europeus fundaram suas escolas.

No início, em tais escolas, as aulas eram ministradas somente em língua estrangeira. A partir de 1917, quando ocorreu a primeira campanha de nacionalização, foi obrigatório o ensino nessas escolas também no idioma português. Exemplo disso ocorreu no município de Blumenau (SC), onde já no final do século XIX muitas escolas alemãs foram instaladas.

A senhora Johanna Helene⁸⁹ estudou numa dessas escolas, a Deutsche Schule, e relata: “*Os meus irmãos: August, Lieselotte, Willi e o Herbert também foram. Mas todos não foram muitos anos na escola porque depois já precisavam trabalhar, ajudar em casa. A Escola Alemã tinha que ser paga; ela era particular*”.

“*No segundo ano começava o alemão. Mas não era a manhã toda em alemão. Era sempre certa parte da aula em alemão. Todas as matérias*”, diz Waltraud Koch⁹⁰, ex-aluna de escola alemã .

O rigor das escolas estrangeiras é salientado por Waltraud quando diz que “*a Matemática era muito ‘puxada’. Tabuada? Tinha que saber de cor até a de 25. O professor tomava todos os dias. Fazíamos muito cálculo mental*” (p. 27). Irmã Verônica ratifica tal rigidez no ensino, também em Irati: “*Na disciplina de Matemática, era tudo decorado. Regras, tabuada... Já no 1º ano, tínhamos que decorar a tabuada. Fazíamos continhas de somar, de subtrair, de multiplicar e de dividir*”.

“*Em meados de 1938, ocorreu uma mudança significativa em nossa vida, quando houve o chamado período de nacionalização introduzido por Getúlio Vargas, que era o presidente da República na época*”, conta Lothar Schmidt⁹¹: “*A Deutsche Schule fechou, foi tudo modificado e continuou a ter aula*”.

⁸⁹ Colaboradora dos estudos de Gaertner (2004, p. 35).

⁹⁰ Colaboradora dos estudos de Gaertner (2004, p. 25).

⁹¹ Colaborador dos estudos de Gaertner (2004, p. 53).

Em Irati, os impactos da nacionalização são também relatados pela Irmã Verônica: *“Quando houve a 2ª Guerra Mundial, lembro-me que eu tinha um livro na 3ª série em polonês. Por volta da metade do ano, proibiram o ensino em língua estrangeira e, então, ficamos somente com o português”*. A proibição deu-se em todo o território nacional, pelo Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, da Campanha de Nacionalização criada pelo governo brasileiro.

Com o fechamento das escolas estrangeiras, novos estabelecimentos públicos foram criados. Os alunos, filhos de imigrantes, foram remanejados para esses estabelecimentos que geralmente eram os Grupos Escolares, instituições que ordenavam o ensino primário nos centros urbanos na época. Na maioria dessas instituições eram ofertados dois níveis de ensino: o curso primário, em quatro anos, e o Complementar, com dois anos de duração, que se equiparava ao primeiro e ao segundo ano do ginásio.

De acordo com Dagobert Günther⁹², após o fechamento das escolas estrangeiras em Blumenau, *“os alunos foram transferidos para o Grupo Escolar Professor Honório Miranda, do Estado, que tinha sido inaugurado naquele ano. [...] Depois do primário, para aqueles que quisessem continuar a estudar, tinha o curso Complementar, que era um tipo de ginásio”*.

Em Irati, a Escola Complementar também foi instalada no Grupo Escolar existente na cidade, porém quatro anos antes da Campanha de Nacionalização. Conforme as palavras de Avany Caggiano⁹³, *“na 2ª série, minha professora foi D. Laura Leandro, que era muito enérgica! D. Laura Leandro não fez a Escola Normal, fez somente o Complementar. Várias pessoas fizeram esse curso: Doraci Castanholi, Santa Leite, D. Laura Leandro, Lurdes Wiebich... Acho que o Complementar deveria equivaler a Escola Normal porque era de um preparo extraordinário. Minhas professoras eram super preparadas! [...] Não havia Escola Normal em Irati, naquele tempo”*.

O Curso Complementar não tinha por objetivo o preparo para o exercício do magistério. Entretanto, na ausência de professores formados, as vagas remanescentes nas escolas primárias eram supridas por quem tinha interesse em lecionar e possuía maior escolaridade. Por esse motivo, em Irati, muitos dos alunos que freqüentaram o curso Complementar, maior grau de instrução à época, assumiram, anos depois, classes primárias em escolas isoladas ou mesmo no Grupo Escolar. Quem desejasse freqüentar a Escola Normal no Paraná, na década de 1930, tinha que residir em cidades distantes como Curitiba, Ponta Grossa ou Paranaguá.

⁹² Colaborador dos estudos de Gaertner (2004, p. 92).

⁹³ Colaboradora deste estudo.

Fato semelhante, narrado por Wilson Alves Pessoa⁹⁴, é observado nesse mesmo tempo em Santa Catarina, ao afirmar: “*Aqui em Blumenau tinha uma falta muito grande de professores: não havia professor de Educação Física e nem normalistas. Quem quisesse estudar, além do primário e do Complementar, ou ia para fora, ou ia para o Colégio Santo Antônio, ou para o Colégio Sagrada Família*”.

Nesse tempo, os normalistas, geralmente, eram lotados nos Grupos Escolares, localizadas nos centros urbanos. O problema de suprimento de professor se agravava nas escolas do interior dos municípios, as denominadas isoladas ou rurais, que pelejavam com a falta de docentes. Mesmo a partir da década de 1960, a maioria dos professores que atuavam nessas escolas era leiga.

Esse fato é corroborado por Avany, inspetora regional de ensino no período de 1969 a 1982 em Irati, quando afirma: “*Para ser professor, naquele tempo, não precisava de uma formação específica. [...] Havia lugares no meio rural, como na localidade denominada Linha 13, em que não havia professores formados. Então eu ia, acompanhada de coordenadores e o motorista, à procura de professores que tivessem pelo menos a quarta série, para lecionar para a primeira e segunda série. Em certa ocasião, lembro-me que levei uma professora normalista, acompanhada da mãe, na Linha 13. Quando chegamos lá, aproximou-se de nós um deficiente mental que morava nas vizinhanças. Pronto, acabou! A moça não quis mais ficar! [...] Uma época, em Água Quente, [...] tive que colocar um professor com apenas a segunda série primária que vinha estudar comigo*”.

Mesmo que a comunidade oferecesse moradia, a mudança para a zona rural não era muito tranquila para os professores, pois, em geral, estes eram muito novos e acostumados a outra realidade em residências urbanas, onde dispunham de certos confortos que o campo não oferecia. No interior do estado de São Paulo, oeste paulista, entre os anos de 1950 a 1970, a maioria dos alunos que se formavam na Escola Normal, assumiam classes em escola rural e passavam por muitas dificuldades.

Segundo Rodolpho Pereira Lima⁹⁵, professor no interior do município de Alto Alegre, região oeste do estado de São Paulo, em 1955: “*Sair de um centro como Bauru e ir para uma zona rural e depois andar a cavalo, sofri muito! Morei nesse sítio numa casa de barro, piso de terra batida, sem porta no quarto, colchão de palha. Não tinha água encanada, era água de poço. Banho tomava-se no rio. Caso se sentisse mal, uma dor de cabeça, não tinha uma*

⁹⁴ Colaborador dos estudos de Gaertner (2004, p. 117).

⁹⁵ Colaborador da pesquisa de Martins (2003, p. 217)

farmácia para ir buscar remédio, era difícil. Era um total isolamento, porque não tinha luz elétrica (era luz de lamparina), não tinha rádio, não tinha televisão, tinha nada”.

Os professores da zona rural, além das dificuldades de locomoção, a falta de materiais didáticos e apoio pedagógico, enfrentavam a extrema vigilância dos inspetores de ensino que faziam visitas surpresas e aplicavam as provas finais nos alunos. De acordo com o professor Rodolpho, *“em um ano o inspetor visitou três vezes a escola. Eles registravam no Livro de Registro de Visita, que a escola era obrigada a ter. O professor era obrigado a ter um registro, num caderno, para os cursos de alfabetização do que ele ia dar diariamente, a lição da cartilha que ele ia dar. E para os 2º e 3º anos era obrigado a fazer um Semanário, um planejamento do que dar para aquelas classes durante a semana. O inspetor também verificava se o professor corrigia o caderno dos alunos ou não, principalmente Linguagem (Português) e tinha que constar tudo isso no Semanário. O comportamento do aluno, se ele mantinha a disciplina na sala: o inspetor chegava e via”.*

Essa vigilância é reforçada também pela professora e inspetora Avany, ao afirmar que: *“Quando eu era secretária municipal e fazia visitas nas escolas do interior do município, eu ia de carteira em carteira tomar a lição dos alunos de 1ª série para ver se eles poderiam passar para a 2ª série. Eu era enérgica, mas tinha que ser! Alguns professores tentavam nos enganar aprovando alunos sem saber ler e escrever. Eu visitava as escolas rurais acompanhada de alguns dos supervisores. [...] Íamos com a condução da prefeitura”.*

Desse modo, a figura do inspetor representava o controle de tudo o que acontecia nas escolas e, também, sobre a equipe docente, discente e administrativa. Além dos relatórios minuciosos que deviam ser elaborados, havia o controle rígido de frequência de alunos e professores. Nas lembranças de Dagobert Günther⁹⁶, do tempo que era aluno em Blumenau (SC), o inspetor escolar *“ia a todas as turmas e fazia muitas perguntas para os alunos. Era um homem ruim, o inspetor. As professoras se borravam de medo. Ele vinha fiscalizar o trabalho delas”.*

José Maria Orreda⁹⁷ foi também inspetor regional de ensino, anos antes da professora Avany. Ele reafirma que visitava as escolas e, no final de cada ano, aplicava os exames finais nos alunos. Estes *“eram feitos para ver se o aluno deveria ser aprovado ou não e eram realizados por uma banca da inspetoria que ia a cada escola. A relação com o dia e local das provas era colocada, inclusive, no jornal da cidade”.*

⁹⁶ Colaborador do estudo de Gaertner (2004, p. 93).

⁹⁷ Colaborador deste estudo.

No interior desses municípios, não raro as comunidades tomavam para si a própria responsabilidade de construir e manter as escolas, tendo como efeito colateral a isenção de responsabilidade dos poderes públicos no que diz respeito à manutenção e desenvolvimento das escolas rurais.

Conforme aponta Orreda: *“Fiz com que a comunidade se organizasse em benefício da escola. E a grande idéia tive quando estava passando pela comunidade do Rio do Couro. Lá a igreja era o prédio mais bonito do lugar e a escola o mais feio. A escola estava caindo aos pedaços, vidros quebrados, sem pintura, sem muro... Aí eu pensei: “Por que essa diferença?” Aí me contaram que havia uma comissão que cuidava da igreja. “Ah! Então vamos fazer uma comissão para a escola também!”*

No oeste paulista, tal situação se apresenta semelhante, visto que a expansão do número de escolas no estado de São Paulo não foi apenas mérito do Estado e das políticas públicas, conforme denuncia a professora Jacyra⁹⁸, sobre um dos locais em que lecionou: *“Era uma escola de madeira, bem ampla, mas só tinha uma sala. Os sitiantes ajudaram a fazer a escola, seja com mão de obra, seja com dinheiro”*.

Nas escolas do interior, em muitas situações, era aparente a desvinculação entre formação específica e a atuação dos professores, já que a prática era fundada nas próprias experiências pelas quais passaram como alunos e alimentada pela experiência como professores. Essa desvinculação verifica-se em outros tempos e em diversos espaços. Em Irati, por exemplo, não raro, os professores trabalhavam com disciplinas de 5ª a 8ª série sem nenhuma formação para tal. A professora Joalice⁹⁹, formada depois em Matemática, diz que trabalhou [...] *“na escola de Gonçalves Júnior de 1982 a 1986. Nesse período, lecionei de 5ª a 8ª com disciplinas fora de minha área de estudo, como Técnicas Comerciais, Inglês e Educação Artística. Trabalhei, também com a disciplina de Técnicas Agrícolas. Logo eu que mal conhecia uma enxada!”*.

As escolas do meio rural começam a dar os primeiros sinais de esgotamento na década de 1950, porém o êxodo rural e o fenômeno da urbanização não eram, ainda, preocupantes. Nessa época, se inicia em diversos estados brasileiros um processo de expansão do ensino secundário para o interior dos estados e a construção de prédios escolares passa a ser prioridade nos planos de governo.

Se a expansão do ensino secundário era necessária para a democratização do ensino, tal expansão, no entanto, trouxe para os administradores públicos um novo problema: como

⁹⁸ Colaboradora do estudo de Martins (2003, p. 182).

⁹⁹ Colaboradora deste estudo.

formar professores para atuar nas escolas secundárias, construídas em cidades distantes das capitais dos Estados? Existiam as faculdades de Filosofia, porém, estas não davam conta da formação de uma grande quantidade de professores. Passaram, então, a atuar nessas escolas professores sem formação específica para as disciplinas do currículo.

Devido a falta de professores qualificados, em 1953, o governo Getúlio Vargas cria a CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – para suprir a falta de professores e preencher os quadros nas escolas. Assim, anualmente, eram organizados cursos de emergência, depois dos quais os candidatos se habilitavam ao registro definitivo de professor.

A professora Miriam¹⁰⁰, da região de Bauru (SP), relata que: *“Desde o primeiro colegial já lecionava, pois me chamavam para substituir os professores de Matemática no Colégio São José. Eu já havia feito dois anos do curso de Pedagogia e havia passado para o terceiro quando fui fazer a CADES. Em dezembro fiz a inscrição e passei o mês de janeiro de 1960 inteirinho, até três de fevereiro, fazendo a CADES e vim com o registro. [...] A CADES, nesse ano, foi em Araçatuba”*.

Já a professora Maria Iveth¹⁰¹, de Irati, diz que: *“Fui, por indicação do colégio onde já lecionava, fazer um curso de um mês em Curitiba, cuja sigla era CADES. Depois de um mês era feita uma prova e, de acordo com o rendimento dessa prova, era dada ou não a autorização para dar aula. E, graças a Deus, fui feliz e consegui obter a média exigida. Esse curso era realizado nas férias de janeiro ou julho e eram trabalhados os conteúdos de matemática. Foi um curso muito bom! Aprendi bastante. Depois de terminado o curso, vinha um certificado para escola no qual era informado se o professor teve um bom aproveitamento ou não. De acordo com esse aproveitamento, à medida que as aulas não fossem supridas, o professor cursista era contratado”*.

Os docentes que ministravam os cursos da CADES eram contratados pelo MEC e ministravam as aulas em diversas cidades do Brasil. Um desses docentes foi o professor João Lineu¹⁰², da região paulista de Bauru, que diz: *“Lecionei em São Carlos, Londrina (Paraná), Ubá (Minas Gerais), Nova Friburgo (Rio de Janeiro). Na CADES, era incumbido de desenvolver o conteúdo do ginásio, com o nível um pouco mais elevado”*. Outro professor da CADES foi o Dr. Rosala, em Curitiba, que descreve: *“Os cursos da CADES eram realizados no Colégio Estadual. Vinham pessoas de diversos lugares: padres, freiras, moços, moças,*

¹⁰⁰ Colaboradora da pesquisa de Baraldi (2003, p. 61).

¹⁰¹ Colaboradora deste estudo.

¹⁰² Colaborador da pesquisa de Baraldi (2003, p. 21).

peças de mais idade... Tinha gente do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Era uma miscelânea. Os cursos eram bem puxados: de manhã e à tarde, todo dia, durante um mês”.

Um dos professores de Santa Catarina que cursou a CADES em Curitiba, foi José Valdir Floriani¹⁰³ da região de Blumenau. Segundo seu depoimento, foi o diretor da escola, na qual já trabalhava como professor de Geografia, quem insistiu para que ele realizasse o curso, porém em Matemática, disciplina para a qual havia falta de professor. Floriani, tendo aceitado o desafio, diz: *“Entre na sala de aula da turma de Matemática; eram 10 horas de aula... Fazer o quê? Nos primeiros dois, três dias, só assisti. Depois, comecei a me interessar, já que estava lá... Comecei a tomar notas. O professor de Matemática era o Sandoval Ribas, da Universidade Federal do Paraná. Foi aí que aprendi a extrair a raiz quinta de polinômios. [...] Fiz o curso. Fui bem em Didática Especial. Fui muito bem em Didática Geral, cujo professor foi quem me abriu os olhos. Era o Reitor da Universidade Federal da Bahia. Ninguém faltava (e olha que ele não fazia a chamada). Havia mais de 600 pessoas na sala. Ele dava aula de Didática Geral de todas as matérias. [...] Era incrível como ele era capaz de trabalhar com todas as matérias. Isso sim era interdisciplinaridade! O curso, no total, era de 600 + 600 + 600 horas = 1.800 horas, que corresponderia à licenciatura curta. No final de cada 600 horas, era feito um exame para aqueles que fossem indicados. No final das 1.800 horas você era obrigado a fazer esse exame. Se fosse reprovado, estava reprovado”.*

Nos anos de 1960, as faculdades começam a ser disseminadas pelo interior dos estados. Os cursos da CADES se tornaram desnecessários e foram extintos em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases nº 5692. As faculdades eram criadas, geralmente, pelo empenho de professores, ou grupo de professores, que assumiam um projeto expansionista no que diz respeito ao ensino superior.

Espalhados pelo Brasil, numerosos professores não mediram esforços para que se concretizasse o “sonho” de se ter instalada uma faculdade em seus municípios interioranos. Exemplo disso ocorreu em Nova Alta Paulista e é salientado pelo professor Thiago Alves¹⁰⁴: *“Eu criei a Faculdade de Filosofia de Tupã. A Faculdade era o meu sonho. Eu fui para Brasília... eu ‘dei duro’, eu consegui criar a Faculdade sozinho. Ninguém me ajudou, eu gastava do meu dinheiro. Eu até perdi uma licença-prêmio por me envolver demais com a criação da Faculdade”.*

¹⁰³ Colaborador da pesquisa de Gaertner (2004, p. 131).

¹⁰⁴ Colaborador da pesquisa de Galetti (2004, p. 98).

Já o professor Antonio Jorge se envolveu na criação da faculdade em Adamantina: *“Quando eu cheguei aqui, nós não tínhamos Faculdade e também não tínhamos o Curso Colegial, então resolvemos montar o Curso Colegial. Fomos procurar o Deputado, fomos à Secretaria da Educação e conseguimos criar o Colegial aqui em Adamantina. Depois, quando o curso Colegial deslanchou, nós começamos uma nova luta para a instalação da Faculdade (de Filosofia). Aí, precisei convencer todo mundo que dava para instalar uma Faculdade aqui... o pessoal achava que eu estava ficando louco. Naquele tempo, 1966...65 mas, graças a Deus, deu certo!*

Nesse tempo, em Irati, a batalha para a instalação da faculdade já havia sido iniciada. A concretização de tal faculdade, porém, só se deu no ano de 1974, após anos de reivindicações, acertos e desacertos. Assim como Antonio Jorge em Adamantina, alguns professores de Irati também se envolveram em ações políticas, participando de reuniões que tinham por objetivo a solicitação de apoio para a criação da faculdade. Conforme o depoimento da professora Avany, *“[...] foi difícil trazer a faculdade para cá! Muito difícil! A Maria Rosa trabalhou de mangas arregaçadas. Também Seu Romeu Crissi e Seu Edgar não mediram esforços. O vice-governador, Parigot de Souza, veio diversas vezes aqui. Foi uma luta! Mas graças a Deus deu certo! Começou com o curso de Pedagogia, Letras e Ciências”*.

Nessa época, tornam-se muito comuns os cursos de Licenciatura Curta em Ciências por todo o país, dos quais surgem, mais tarde, os cursos de Complementação que dariam o direito legal para o exercício do magistério em nível médio. Na FECLI, em Irati, o curso de Complementação em Matemática funcionou somente para duas turmas, na segunda metade da década de 1980.

Porém, a sobrevivência do professor secundário esteve vinculada na obtenção desse título universitário, como confirma o professor Valdecir¹⁰⁵, graduado pela FECLI: *“Quando terminei a faculdade - Licenciatura Curta em Ciências - logo percebi que era necessário tornar a licenciatura plena, pois, além do salário ser menor, ficava em desvantagens na distribuição de aulas, perante meus colegas que tinham a licenciatura plena. Mais tarde, inclusive, quem não tinha a licenciatura plena não pôde sequer fazer concurso. Então, alguns colegas e eu, resolvemos iniciar a Complementação em Matemática e o lugar mais próximo era União da Vitória”*. Dessa forma, é possível perceber que o título de licenciatura curta deixava o professor em desvantagem perante os que tinham a licenciatura plena.

¹⁰⁵ Colaborador deste estudo.

Tal desvantagem foi sentida também por Ana Maria Ventura¹⁰⁶ que fez a graduação em Ciências na cidade de Bauru, no período de 1968 a 1970, e logo em seguida passou a lecionar em municípios vizinhos, onde faltavam professores formados. A professora relata que “[...] *embora fosse formada em Ciências, lecionava Matemática no segundo grau, mediante uma autorização do MEC, fornecida na cidade de São Carlos. Com a Licenciatura Curta, [...] não poderia lecionar no segundo grau sem essa autorização, pois os colegiais surgiram de uma hora para outra e não havia professor habilitado. Os pedagogos também lecionavam diversas disciplinas mediante o registro do MEC fornecido através do Exame de Suficiência. No entanto, quem não fazia o exame tinha que ir para São Carlos buscar uma autorização e todo ano precisava renová-la. Por causa disso, decidi complementar minha formação com a Licenciatura Plena em Matemática*”.

No Paraná, em 1990, houve a junção da FECLI de Irati, com a FAFIG de Guarapuava e criou-se a UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Entretanto, “*até 1999, o curso de Ciências na Unicentro, era licenciatura curta. Porém, como a LDB 9394/96, em um de seus artigos, prevê a extinção dos cursos de licenciatura curta, fomos para Maringá conhecer o funcionamento do curso de Licenciatura Plena em Ciências que lá existia. Então, transformamos o curso de Ciências, que era feito em dois anos e meio, em Licenciatura Plena em Ciências com duração de quatro anos e que formava o aluno para trabalhar de 5ª a 8ª séries, com as disciplinas de Ciências e Matemática*”, declara a professora Izabel¹⁰⁷.

A Unicentro de Irati implantou o curso de Matemática somente em 2006. Atualmente, a maioria dos professores que atua nas escolas da região é formada na Licenciatura Curta em Ciências com a Complementação em Matemática. “*Mas não foi fácil trazer a Licenciatura em Matemática para o Campus de Irati. Trabalhamos muito tempo para que isso se concretizasse*”, diz Izabel.

Percebe-se, desse modo, que as conquistas das regiões interioranas vêm, na maioria das vezes, depois de intensos embates políticos ou administrativos. Essas regiões são, por vezes, esquecidas ou ignoradas por autoridades da esfera estadual ou federal, o que torna a batalha pelo desenvolvimento árdua e sofrida.

O professor Antonio Jorge, ao se referir ao descaso por parte um membro do Conselho Estadual de Educação a uma das cidades da região de Nova Alta Paulista, reagiu com altivez em defesa do município, conforme conta: “[...] *E assim demos entrada no Conselho Estadual de Educação para a criação da Faculdade de Adamantina. A luta havia*

¹⁰⁶ Colaboradora do estudo de Baraldi (2003, p. 81).

¹⁰⁷ Colaboradora deste estudo.

começado. A aprovação do Conselho demorou um ano. Um fato que para mim ficou marcado foi quando um membro do Conselho Estadual de Educação, numa das sessões falou: ‘Adamantina? Onde fica isso? Eu nem sei se existe essa cidade. Como é que querem criar uma Faculdade assim sem mais nem menos?’ Fiquei com tanta raiva que saí do Conselho, fui a uma livraria que tinha lá perto, comprei um mapa do Estado de São Paulo, um compasso e circudei a região em volta de Adamantina, peguei os dados do IBGE sobre a população da região e falei para o Presidente do Conselho : Aqui está o mapa do Estado de São Paulo. Aqui fica Adamantina. Esse círculo que nós traçamos, com centro em Adamantina, equivale a um raio de cem quilômetros e pelo IBGE, nesse raio de cem quilômetros, há trezentos mil habitantes e essas estradas estão quase todas asfaltadas (p.86).

Em Mato Grosso a discriminação existente em relação às cidades do interior do estado é confirmada pela professora Terezinha Pissinatti quando declara que os professores, em Sinop, ficaram sem receber salário por onze meses e que seu processo de nomeação para o cargo docente foi muito lento. Neste município, os moradores, na década de 1970, contavam com o auxílio de um líder que trabalhava para a agilização dos processos, conforme descreve Terezinha: *Então, era o Osvaldo Sobrinho que tinha que correr atrás, porque se a gente chegava em Cuiabá e dizia que era de Sinop, eles ficavam meio... de pé atrás com a gente. Então nós dependíamos tudo dele. [...] E quando eu falei que era de Sinop, eles ficaram meio assustados, porque Sinop tinha fama de que aqui só havia índio, que aqui tinha não sei o quê... Até hoje... Sinop em Cuiabá ... Era terrível...*

Sinop é a sigla de Sociedade Imobiliária **NO**roeste do **PAR**aná, uma empresa colonizadora do norte do Paraná, que fundou a cidade em pleno sertão do Mato Grosso onde *era muito mato, não tinha muita coisa, não tinha recurso, nem energia*¹⁰⁸. Blumenau é homenagem a Hermann Bruno Otto Blumenau, um persistente alemão que organizou uma colônia no Vale do Itajaí, que foi crescendo e se transformou numa cidade com características germânicas que impressionam por sua arquitetura enxaimel. Já o nome Jaú quer dizer “peixe guloso”, “comedor”, “um grande bagre comedor”. *“Botucatu também é palavra indígena, quer dizer bons ares. Araraquara eu não sei. Eu sei começando com Ita, ita é pedra, entendeu? Itapetininga é pedra... é pedra que canta, uma coisa assim, é uma pedra*¹⁰⁹. É como Itapará, que é um distrito de Irati. E Bauru? Bauru vem dos índios Caingang e é de significado controverso: pode ser “águas turvas” ou “cesto de frutas”. Irati, na língua tupi, significa rio de mel. *“Irati mudou muito nas últimas décadas em relação à cultura,*

¹⁰⁸ Fragmento do depoimento de Maria Augusta Paula São José (LANDO, 2002, p. 61)

¹⁰⁹ Fragmento do depoimento de Nilza Carboni (MARTINS, 2007, p. 206).

agricultura, educação, lazer... A urbanização tomou conta desse município. A cidade cresceu bastante. O município é bem classificado economicamente dentre os 399 do Paraná”¹¹⁰.

E assim, por meio de depoimentos de professores, é possível conhecer as raízes, o povo, a história, o semblante de uma cidade. É possível constatar que regiões como a Nova Alta Paulista, Sinop, Jaú, Blumenau e Bauru, mesmo separadas por grande distância da região de Irati, têm aspectos bastante similares no que tange à formação e atuação dos professores e também no que diz respeito às dificuldades e facilidades encontradas por docentes, alunos, administradores, quanto ao ensino e aprendizagem da Matemática: sucessos, fracassos, angústias, conflitos e contradições vividos no “chão de sala de aula”. As memórias de professores e de ex-alunos dessas distintas regiões do Brasil se entrelaçam e suas vozes, em diversos contextos e tons, se misturam. Às vezes até mesmo se confundem: cantam tão juntas que são uma só. São vozes que nos permitem compreender como vem se constituindo a História da Educação Matemática no Brasil.

¹¹⁰ Fragmento do depoimento de Joalice Zuber Bednarchuk, colaboradora deste estudo.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

22.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No ano de 2003, os professores de Matemática dos estabelecimentos de ensino jurisdicionados ao Núcleo Regional de Irati foram convidados a participar de uma reunião, cujo propósito era a formação de um grupo de estudos para discussão da prática pedagógica das aulas de Matemática.

Estando presente na reunião, aceitei o desafio de integrar tal grupo, uma vez que partilhar coletivamente saberes da prática docente era para mim sedutor. Outras dez professoras também aceitaram o convite. Suas falas, ainda tímidas, me permitiram perceber que buscavam como eu, algo mais do que um curso de aperfeiçoamento. Buscavam, na verdade, um espaço para discutir questões autênticas da prática docente, vislumbrando a possibilidade de debater “o chão da sala de aula”. Esse conjunto de pessoas com interesses comuns recebeu a denominação de Grupo de Estudos em Educação Matemática.

A proposta, na ocasião da formação do grupo, era o aprofundamento de aspectos teórico-práticos do trabalho pedagógico em sala de aula, por meio de leituras, reflexões partilhadas, discussões e socialização de experiências. Desse modo, as professoras componentes do grupo, passaram a fazer leituras, previamente aos encontros, de artigos de revistas, jornais, livros e periódicos de variados temas ligados à Educação Matemática como formação de professores, práticas de avaliação, mudanças curriculares, tecnologias no ensino da Matemática, história da Educação Matemática, práticas docentes, dentre outros. Nas reuniões, as componentes apresentavam seus apontamentos e conclusões sobre o texto lido e discutiam as possíveis intervenções em sala de aula proposta pelos autores, além de relatarem experiências consideradas inovadoras em seu fazer pedagógico e partilhar das angústias e tensões profissionais.

Um dos textos apresentados no grupo foi o artigo escrito por Antônio Vicente Marafioti Garnica (2003), no qual o autor apresenta uma regulação da prática em História Oral para a Educação Matemática e descreve, detalhadamente, os procedimentos metodológicos deste tipo de pesquisa.

Tal artigo despertou-me um interesse especial, pois, até o momento, não tinha conhecimento de estudos que utilizassem a História Oral como metodologia de pesquisa em Educação Matemática. Busquei, então, na internet, outros referenciais sobre o tema e

encontrei o site do Grupo de História Oral e Educação Matemática (GHOEM)¹¹¹, no qual estão publicados trabalhos que se valem dessa metodologia. Debrucei-me, a partir daí, na leitura de diversos trabalhos do GHOEM, dentre eles de Souza (1998), Baraldi (2003), Martins (2003), Galetti (2004) e Gaertner (2004) que visam a constituição de um mapa da trajetória de formação de professores em distintas regiões do Brasil, inscrevendo seus estudos na tendência História da Educação Matemática.

Percebi, por meio das leituras, que a História Oral apresenta-se como uma possibilidade metodológica de organização de uma pesquisa historiográfica, tendo como norte o conhecimento do passado expresso em testemunhos orais. E assim, deslumbrada pelas leituras, tive a convicção de que a História Oral seria uma forma de compor um cenário educacional também da região de Irati, tendo em vista minhas inquietações sobre as antigas escolas e a formação profissional dos docentes do município.

Com o objetivo de constituir um panorama do movimento de formação e atuação dos professores na região de Irati, elaborei, então, o projeto de pesquisa, delimitando o período do início do século XX aos primeiros anos do século XXI, ou seja, a toda existência do município, focando a reconstituição histórica da Educação Matemática.

Na elaboração do projeto, não tive dúvidas em definir a metodologia de investigação, pois estava claro que utilizaria a História Oral em sua vertente História Oral Temática. As incertezas brotaram na definição dos critérios que utilizaria para a escolha dos possíveis colaboradores a serem entrevistados. Alguns nomes, entretanto, já os incluía como certos.

Após uma conversa com o orientador deste estudo, ficou definido que os depoentes seriam professores que estudaram em escolas de Irati, não sendo necessariamente professores de Matemática, tendo em vista que todos os docentes, qual seja a área ou nível de atuação, estudaram longos períodos de suas vidas tal disciplina.

Antes de realizar a primeira entrevista, fiz diversas leituras em História Oral tais como *Manual de História Oral*, de Meihy (2005); *A Voz do Passado*, de Thompson (2002); *Vida de Professores*, organizado por Nóvoa (1992); *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, de Bosi (1994), *Manual de Historia Oral*, de Alberti (2004). O intuito era melhor compreender os procedimentos teórico-metodológicos desse tipo de pesquisa e colher idéias e informações sobre a postura de um entrevistador. Também busquei fundamentação nos trabalhos em História Oral e Educação Matemática como artigos, teses e dissertações.

¹¹¹ Site do GHOEM: www.ghoem.com

Para a realização das entrevistas, procurei apoio em Paul Thompson (2002), que fornece orientações detalhadas para o entrevistador principiante:

Tudo o que interessa é fazer o informante falar. Você deve manter-se o mais possível em segundo plano, apenas fazendo algum gesto de apoio, mas não introduzindo seus próprios comentários ou histórias. Essa não é a ocasião par você demonstrar seus conhecimentos ou charme. E não se deixe perturbar com as pausas. Ficar em silêncio pode ser um modo precioso de permitir que um informante pense um pouco mais e de obter um comentário adicional. Hora de bater papo é depois, quando o gravador for desligado. Claro que você pode exagerar nesse sentido, e fazer com que o informante fique gaguejando por falta de um retorno seu. Ficar remoendo uma pausa em silêncio, depois de esgotado um assunto, é desanimador e antes que isso aconteça deve ser feita uma pergunta firme. Mas em geral você não deve fazer mais perguntas do que o necessário, de um modo claro, simples, e sem pressa. Mantenha o informante relaxado e confiante. Acima de tudo, nunca interrompa uma narrativa (p. 271).

Dessa forma, minha postura como entrevistadora foi de estabelecer uma relação de cooperação, confiança e respeito mútuo. Optei por realizar entrevista semi-estruturada e dialogada, de forma que a conversa fluísse de maneira espontânea e os fatos fossem emergindo naturalmente. Roteiro havia para auxiliar na aproximação de temas, mas não necessariamente para ser seguido. Desejava que o depoente não se preocupasse com respostas imediatas e tratasse ora de temas de sua infância, de seus primeiros anos escolares, ora de temas relativos à sua formação profissional, embaralhadas às informações do presente.

Definida a metodologia, estabelecidos os critérios para seleção de professores e ciente da postura que optei por assumir, fui à busca dos depoentes. Tive a clareza, desde o princípio, que a professora Avany Caggiano Santos seria uma das colaboradoras, tendo em vista sua dedicação ao magistério por mais de 40 anos, trabalhando em cargos de chefia e lecionando a disciplina de Matemática nos níveis primário, secundário e superior. Fiz os primeiros contatos e, sendo prontamente atendida, realizei a primeira entrevista na residência da professora Avany, em meados de dezembro de 2006.

Realizada a primeira etapa, iniciei o trabalho de transcrição da entrevista, mantendo os vícios e erros de linguagem nas falas e conservando perguntas e respostas. Em seguida, elaborei a textualização, fase que eliminei idéias repetitivas, realizei correções gramaticais e me familiarizei com o depoimento em seus tons mais profundos. O texto foi elaborado em primeira pessoa, estabelecendo-se uma ordem cronológica dos fatos. Concomitantemente a esse processo, passei a fazer leituras sobre a História de Irati, buscando referenciais com o professor José Maria Orreda, com o qual passei a fazer contatos constantes devido ao vasto material que possui sobre o tema. Senti que ali estava outro depoente para meu estudo.

Nesse tempo, fiz contato também com a professora Izabel Bonete e convidei-a para um depoimento. Este era outro nome que tinha como certo, por se tratar de uma pessoa muito envolvida com a formação de professores no Campus da Universidade de Irati. Realizei,

assim, a segunda entrevista na residência de Izabel, em meados de fevereiro de 2007 e, na mesma semana, colhi o depoimento do professor José Maria Orreda.

Solicitei, na ocasião das duas entrevistas, a indicação de outros possíveis depoentes para a pesquisa, me utilizando assim do mecanismo de critério em rede. O professor Orreda me indicou a professora Iveth Martins e também a professora Joalice Bednarchuk. Já a professora Izabel sugeriu-me o professor Valdecir Aksenen e, igualmente, a professora Joalice.

Dessa forma, complementei minha lista de depoentes e fiz contato com os professores indicados. Todos prontamente aceitaram colaborar com meu estudo e marcamos, assim, a data das entrevistas que ocorreram ainda nos meses de fevereiro e março.

Com a transcrição e textualização das entrevistas, comecei a perceber relações entre os depoimentos e os estudos que vinha fazendo sobre a História da Educação em Irati - ampliados agora num contexto mais amplo com leituras da História da Educação do país.

Porém, senti a necessidade de coletar depoimentos de professores que tivessem estudado nas escolas fundadas no município nas primeiras décadas do século XX, a fim de obter mais dados sobre tais escolas. Os depoimentos colhidos até aquele momento não abarcavam o período anterior a 1930.

Assim, passei a fazer um levantamento de possíveis depoentes que tivessem mais de oitenta anos de idade. Logo, no entanto, percebi que não seria tarefa fácil encontrar professores ainda vivos. Dos poucos nomes que levantei, considerei a possibilidade de entrevistar os professores Rosala Garzuze, com 101 anos de idade, e Irmã Verônica, com 84 anos. Nos contatos com esses professores, expus os objetivos do trabalho, o porquê da indicação de seus nomes e deixei claro que nada seria publicado sem autorização prévia. Ambos prontamente aceitaram colaborar na pesquisa e, assim sendo, realizei a entrevista com o professor Rosala no início de maio de 2007 e com a Irmã Verônica no final do mesmo mês.

As entrevistas deste estudo foram gravadas em aparelho *MP3 player*, em datas e horários estabelecidos pelo colaborador, conforme o cronograma que segue:

DEPOENTE	DATA	LOCAL	DURAÇÃO
Avany Caggiano Santos	17/12/2006	Residência	140 min
Izabel Passos Bonete	13/02/2007	Residência	82 min
José Maria Orreda	16/02/2007	Residência	104 min
Maria Iveth Martins	20/02/2007	Residência	62 min

Joanice Zuber Bednarchuk	01/03/2007	NRE - Irati	90 min
Valdecir Aksenen	02/03/2007	CEEBJA - Irati	108 min
Rosala Garzuze	08/05/2007	Resid.- Curitiba	76 min
Irmã Verônica Sedoski	24/05/2007	Col. Nossa Sra. das Graças	70 min

Na ocasião das entrevistas, solicitei a todos depoentes fotos e documentos antigos que tivessem guardados em seus pertences. Busquei também materiais em escolas, secretarias da administração de Irati e no arquivo particular de outras pessoas. Folhee jornais antigos, manuseei velhos livros e atas, adentrei em almoxarifados e, inevitavelmente, aspirei o cheiro do pó e do mofo. Estruturei, com o material colhido, um arquivo com fotos e documentos antigos e organizei ainda um álbum virtual.

Nesse tempo de investigação, parafraseando meu colega Adilson na defesa de sua Tese¹¹², sem me desvincular de presente, “mergulhei no passado; vivi intensamente trajetórias de professores e a história de um município que é meu lugar de vida”. Conheci muita gente, conversei com muitas pessoas que prontamente me atenderam. Algumas, infelizmente, já se foram... Resgatei informações, fotos e documentos. Ser pesquisadora me trouxe imensa satisfação pessoal. E, uma coisa é certa: não consigo parar por aí...

22.2. MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: COMPREENSÕES

As entrevistas, contatos e levantamentos bibliográficos e documentais realizados para esta pesquisa, me permitem tecer algumas considerações quanto às questões educacionais do município de Irati, em especial, referentes ao movimento de formação dos professores de Matemática.

Foi possível detectar que a partir da chegada dos primeiros habitantes em Irati, no final do século XIX, houve uma demora significativa para que se instalasse a primeira escola no povoado. Essa demora foi ocasionada pela ausência de professor habilitado para ministrar aulas, tendo em vista que praticamente não havia professores formados no Paraná. A única Escola Normal localizava-se na capital Curitiba, porém com um índice de matrícula irrisório, devido à falta de estímulo para a profissão docente.

¹¹² Tese defendida por Adilson Longen, em 31 de julho de 2007, intitulada *Livros didáticos de Algacyr Munhoz Maeder sob um olhar da Educação Matemática*.

Nos povoados que se formavam no interior do Estado, as escolas eram instaladas na medida em que alguma pessoa residente no lugar – ou outra vinda de região distinta - se habilitasse para o exercício do magistério sob avaliação realizada na capital. Tal avaliação, denominada exame de habilitação, era constituída de uma prova de conhecimentos gerais da escola primária e uma prova didática que visava a demonstração de aptidão para o ensino.

Com a habilitação, os professores passavam a ministrar aulas em cidades, vilas ou povoados, exercendo a profissão sob vigilância de um inspetor escolar cuja função era visitar as escolas e observar as condições de funcionamento, os planos de aula dos docentes, regimentos e livros de chamada, além de aplicar exames finais nos alunos.

A primeira escola foi instalada em Irati no ano de 1901, após a chegada de Rosalina Gonçalves Cordeiro. Proveniente de Curitiba, ela e seu pai fixaram residência em Irati e tendo apresentado a autoridades locais o título de nomeação obtido pela aprovação no exame de habilitação, Rosalina passou a lecionar em um depósito de erva-mate para uma turma de meninos e meninas. A Matemática era ensinada sob a denominação “disciplina de contabilidades”.

Rosalina foi, talvez, a única professora da localidade até 1909, quando começaram a chegar os primeiros professores normalistas. Estes eram formados pela Escola Normal de Curitiba que, no início do século XX, passou a ter um crescente número de matrículas devido a aprovação de decretos que garantiam melhores vencimentos aos professores.

Entretanto, depois de formados, os normalistas tinham que ascender às cadeiras de professor da capital, onde desejavam exercer a profissão. A legislação determinava que as primeiras nomeações fossem para as escolas interioranas, com acesso para as escolas das cidades e destas para as da capital, onde os vencimentos eram maiores. Assim, grande parte dos normalistas que se “aventurava” para o interior do Paraná, era do sexo masculino, tendo em vista as restrições impostas ao sexo feminino pela sociedade da época.

Assim, diversos professores formados foram para Irati. Alguns deles abriram escolas particulares e outros passaram a lecionar em suas próprias residências. Na segunda década do século XX, foi criado no município o Grupo Escolar que veio substituir as pequenas casas de ensino. Oficialmente, porém começou a funcionar em 1924.

Esse tipo de instituição passou a ser adotado em praticamente todo o Brasil e ordenava o ensino primário da época. Com uma organização administrativo-pedagógica, nos grupos escolares era previsto um ensino inovador com a utilização de livros e materiais didáticos, uso de laboratórios, mobília adequada, além da inserção da figura do diretor que tinha a incumbência, dentre outras funções, de manter a ordem escolar e atualizar o corpo docente.

No Grupo Escolar criado em Irati, a demanda discente crescia aceleradamente e, pela ausência de professores normalistas, atuavam neste educandário também professores não formados. Em 1934, dos dezesseis docentes da escola, somente onze tinham formação pela escola normal.

Neste mesmo ano, foi instalado no Grupo Escolar o Curso Complementar, com duração de dois anos e era destinado aos alunos egressos do ensino primário. Como havia escassez de professores formados, a maioria dos alunos que concluiu o Curso Complementar, anos depois, passou a ministrar aulas em escolas isoladas do município ou no Grupo Escolar. Era uma época na qual grande parte da população era analfabeta e conseguia uma vaga para lecionar quem tivesse maior escolaridade.

Outra característica observada no ensino em Irati nas primeiras décadas do século XX, foi a instalação de escolas estrangeiras, dentre elas as polono-brasileiras, nas quais lecionavam professores de nacionalidade polonesa. As aulas eram ministradas no idioma polonês e também em português, uma exigência das leis governamentais que, desde 1900, enfatizavam a necessidade da língua vernácula nas escolas.

As escolas polono-brasileiras estiveram ativas em Irati até 1938, quando por determinação federal foi proibido o exercício das funções das escolas de língua estrangeira em todo o território nacional, através do Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril, da Campanha de Nacionalização do governo brasileiro.

Até essa época, em Irati era ofertada somente a escolarização primária. Logo porém, no ano de 1940, foi criado o Colégio Irati e nele implantado o primeiro curso secundário em nível ginásial da região. O Colégio, com amplas dependências, era particular e, sob o regime de internato e externato, se tornou referência, recebendo alunos de vários municípios vizinhos. Em 1947, em tal Colégio foi instalada, também, a primeira Escola Normal da região e, em 1953, o curso colegial.

Nesse tempo, o ensino secundário em todo país se encontrava em grande expansão, motivada por fatores como o aumento populacional, a concentração demográfica em áreas urbanas, o desenvolvimento industrial e a aspiração da classe operária ao ensino superior. Houve um aumento significativo no número de estabelecimentos de nível secundário nos grandes centros e, também, a expansão destes para o interior dos Estados, em localidades onde, anteriormente, este nível de ensino era inexistente.

Em Irati, foram instalados outros dois cursos em nível secundário nessa época. O primeiro, em 1947, no Colégio Nossa Senhora das Graças mantido pela Congregação das

Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e outro no Colégio São Vicente de Paulo em 1950, sendo mantenedora a Congregação da Missão.

As congregações religiosas, a partir da década de 1920, instalaram diversas escolas no município e exerceram - e ainda exercem - grande influência na Educação. Este fato, contudo, é observado não somente em Irati, mas em praticamente em todo o Brasil, principalmente após a Proclamação da República.

Com a Constituição de 1891, que propôs a laicização do ensino e a supressão do ensino religioso nas escolas públicas, o catolicismo no Brasil perdeu a condição de religião oficial e passou a concorrer com outras associações religiosas. Tal fato obrigou a Igreja Católica a passar por profundas reestruturações institucionais com a formação e consolidação de uma extensa rede de escolas católicas em todo o território nacional.

A atuação das congregações religiosas foi decisiva no ensino brasileiro, principalmente no nível secundário. A maioria das escolas de ensino ginasial e colegial existentes no Brasil, em meados do século XX, era católica. Esses educandários geralmente tinham sistema de internato de forma que os meninos estudavam em “colégios de padres” e as meninas freqüentavam os “colégios de freiras”, que geralmente ofereciam o curso Normal, como no Colégio Nossa Senhora das Graças de Irati que, a partir de 1947, passou a ofertar essa modalidade de ensino.

Nessas escolas, o quadro docente era constituído, quase que na sua totalidade, por padres e freiras que não possuíam habilitação para lecionar as disciplinas do currículo do ensino secundário. Todavia, frente às exigências da legislação brasileira que impunha a condição de se ter registro de professor para quem desejasse atuar nos cursos ginasiais e colegiais, muitos desses religiosos buscaram o registro de professor freqüentando cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES.

A CADES foi criada em 1953 pelo governo de Getúlio Vargas com o objetivo de difundir e elevar o nível do ensino secundário no país. Um dos grandes problemas que a expansão desse nível de ensino acarretou foi a insuficiência de professores habilitados para lecionar nas escolas. Por tal motivo, dentre outras ações, a CADES passou a promover cursos intensivos de emergência para a preparação aos exames de suficiência, conferindo aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e o direito de lecionar onde não houvesse disponibilidade de licenciados por faculdade de filosofia.

Os cursos CADES foram disseminados por todo o Brasil e garantiram a muitos professores o direito de ministrar aulas das matérias do ensino secundário. Os professores de

Irati que não possuíam habilitação buscaram esses cursos principalmente em Curitiba. A CADES esteve em vigor até 1971.

Nessa época, começam a se alastrar pelo país os cursos de Licenciatura Curta e surgem, também, como contra-opção, os “cursos vagos”, cujas atividades eram realizadas nos finais de semana. Um desses cursos foi ofertado por meio do PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, criado no Governo Costa e Silva, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio. Assim, além de outras atribuições, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), em parceria com os Estados, passou a administrar projetos em âmbito nacional como o PREMEN – Projeto Nacional de Melhoria do Ensino de Ciências.

A meta do PREMEN era o aperfeiçoamento de professores de Ciências, Matemática, Física, Química e Biologia para métodos de ensino voltados para a experimentação. O público-alvo era principalmente o professor “leigo”, ou seja, aquele que estava em serviço sem formação específica para tal.

No Paraná, por meio de convênios firmados com o Programa de Expansão do Ensino Médio (PREMEM) e com a Secretaria de Estado da Educação, a Universidade Federal do Paraná e as universidades estaduais passaram a oferecer o curso Licenciatura Experimental em Ciências e Matemática para o 1º Grau. Professores de todo Estado, das disciplinas voltadas às ciências, freqüentaram tais cursos. Dentre eles, diversos professores de Irati.

Outro curso em caráter emergencial criado pelo Governo Federal, em 1973, foi o Projeto Logos, voltado para a habilitação de professores leigos que já atuavam nas primeiras séries do 1º Grau. O curso, sob supervisão do Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB), era semi-presencial incluindo estudos à distância, encontros pedagógicos aos sábados e acompanhamento de pequenos grupos. As matérias, subdivididas em módulos, eram de formação geral e específica.

Em Irati, o Logos foi implantado em 1977 e capacitou centenas de professores primários de diversos municípios da região, até 1988, quando foi desativado.

Na época da implantação do Projeto Logos, Irati já possuía a sua faculdade. Esta foi criada em 1974, sob a denominação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati (FECLI). Os primeiros cursos implantados na FECLI foram: Pedagogia, Licenciatura Plena em Letras e Licenciatura Curta em Ciências.

Era uma época em que os cursos de Licenciatura Curta haviam se propagado pelo país, principalmente em escolas do setor privado, estimulados pelos baixos investimentos e a mais rápida inserção do alunado na profissão. O perfil do profissional formado por essas

licenciaturas era de um professor polivalente, ou seja, um professor que podia transitar facilmente entre as disciplinas da área de estudo.

A Resolução nº 30/74 do Conselho Federal de Educação, fixou o currículo mínimo do curso de Licenciatura Curta em Ciências, tornando obrigatória sua adoção como modelo único na área. De acordo com este modelo, a formação do professor de Ciências e Matemática de 5ª a 8ª séries do 1º grau se daria exclusivamente via um curso polivalente de curta duração, que poderia ser acrescido de uma habilitação específica em Matemática, Física, Química e Biologia, formando o professor de 2º Grau.

Em Irati, a grande maioria dos professores de Matemática obteve a formação pelo modelo exposto acima que era, então, composto de duas etapas: a primeira pela graduação em Licenciatura Curta em Ciências e a segunda pela Complementação em Matemática.

A Complementação em Matemática, entretanto, foi ofertada pela Faculdade do município, a FECLI, somente para duas turmas, na segunda metade da década de 1980. A partir desse tempo, os licenciados em Ciências se viram obrigados a buscar a Complementação em outras instituições. A mais procurada foi a FAFI – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – tendo em vista a possibilidade de acesso diário a professores que já atuavam em sala de aula em Irati.

Mesmo com a integração da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, em 1990, formando a UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste, o curso de Licenciatura Curta em Ciências continuou sendo ofertado nessa instituição, no Campus de Irati, até o final da década de 1990. No ano de 2006 é implantado, enfim, no Campus o curso de Licenciatura em Matemática.

Lançando, pois, um olhar sobre o ensino em Irati - desde a constituição do povoado no início do século XX - tendo como suporte os depoimentos colhidos e a documentação analisada, posso concluir que até o final do século passado as escolas do município, em geral, batalharam contra a falta de professores, seja no ensino fundamental ou médio. A situação era ainda mais grave em se tratando das disciplinas de Matemática, Física e Química e das escolas localizadas na área rural.

Ao reconstituir a história da Educação, ainda que num enfoque regional, pude constatar, no período pesquisado, que a escola pública expandiu-se realmente em Irati, como em todo território nacional. Porém a principal promessa dos discursos políticos de se levar a instrução às crianças e jovens até as mais distantes regiões, com professores devidamente preparados, não ocorreu efetivamente. Desde que as escolas em Irati passaram a existir,

ministraram aulas muitos professores leigos e, por vezes, foram até recrutados para lecionar. Saliento, também, que as conquistas e os avanços para a Educação na região, se deram somente após longo período de reivindicações e quando houve pressão de grupos interessados forçando a concretização de propostas encaminhadas ao governo.

A partir de 1990, a situação, no que se refere a habilitação para o magistério, em especial para a disciplina de Matemática, me parece ter se normalizado, tendo em vista que as vagas nas escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental e Médio são preenchidas por professores formados. Por outro lado, ancorada nos depoimentos, posso salientar que a maioria dos professores que hoje atua nas escolas públicas está insatisfeita, seja pelos baixos salários ou pelas condições de trabalho nos estabelecimentos de ensino.

Desse modo, por meio das entrevistas coletadas, percebo que, ao reconstituir o passado seguindo os parâmetros da História Oral, me apropriei não apenas de aspectos históricos da região de Irati, mas também de aspectos docentes e administrativos com os quais é possível compreender a Educação Matemática de uma forma específica, isto é, as práticas pedagógicas, as relações professor/aluno, as mudanças curriculares e ainda os sucessos, angústias e tensões profissionais que permeiam o cotidiano nas aulas de Matemática. Pude perceber, também, pela trajetória dos colaboradores, as emoções, sentimentos, relações de poder e crenças que os professores têm em relação à Educação e, especificamente, em relação ao conhecimento matemático escolar.

Encerro esta dissertação considerando que o estudo realizado foi de grande importância para a (re)constituição mais clara de um panorama da trajetória da formação docente nas diferentes décadas, não somente do município de Irati como do Brasil. Também foi de grande valia para a compreensão de questões históricas do ensino de Matemática e da Educação como um todo e os reflexos que tais questões trazem para o presente. Acredito que interrogações ainda permanecem, mas a riqueza de um período como o investigado traz elementos para se repensar a formação do professor e ainda para se rever as condições postas atualmente para o ensino e aprendizagem em sala de aula.

22. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALONSO, K. M. **Educação à distância no Brasil**: a busca da identidade. s/d. Disponível em <<http://www.nead.ufmt.br/documentos/Ident.doc>> Acesso em 20 junho 2007.
- BALHANA, A. P. Imigração e Colonização. In: FAISSAL, El-Kathib. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BALHANA, A. P. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira**. Curitiba: 1961. Série Didática, Tese de Docente Livre/ UFPR.
- BARALDI, I. M. **Retraços da Educação Matemática na Região de Bauru (SP)**: uma história em construção. 2003. 3v. 288 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BENCOSTTA, M. L. A. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.
- BARBIERI, I. **A Educação no Governo de Vargas (1930 – 1945) com ênfase no Ensino Normal e na Escola Primária**. Tese (Doutorado) – Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, Osasco, 1973.
- CURI, E. **Formação de professores de Matemática**: realidade presente e perspectivas futuras. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- DALLABRIDA, N. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.
- GAERTNER, R. **A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968**: da Neu Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau. 2004. 248f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.
- GALETTI, I.P. **Educação Matemática e Nova Alta Paulista**: orientação para tecer paisagens. 2004. 199p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.
- GARNICA, A.V.M. História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação. In: **Zetetiké**. Campinas: CEMPEM, v. 11, n.19, p. 09-55, jan./jun. 2003.
- GARNICA, A.V.M. Escolas, professores e caipiras: exercício para um descentramento histórico. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.1, p.121-136, jan/abr. 2005.

- GHIRALDELLI, P. Jr. **História da Educação Brasileira**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LANDO, J. **O Ensino de Matemática em Sinop nos anos de 1973 a 1979**: uma história oral temática. Monografia de Especialização. Universidade Estadual do Mato Grosso, Faculdade de Ciências Exatas, Sinop, 2002.
- LIMA-TAVARES, D. A. de. **Trajetórias da formação docente**: o caso da Licenciatura Curta em Ciências das décadas de 1960 e 1970. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2006.
- LONGEN, A. **Livros didáticos de Algacyr Munhoz Maeder sob um olhar da Educação Matemática**. 2007. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- MARCONDES, G. G.; GRUBER, A. T; MICHALISZYN, S. A. **FAFIG: 15 anos de história**. Guarapuava: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1985.
- MARTINS, M. A. M. **Estudo da evolução do Ensino Secundário no Brasil e no Estado do Paraná com ênfase na disciplina de Matemática**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.
- MARTINS, E. M. **Resgate histórico da formação e atuação de professores da escola rural**: um estudo no oeste paulista. Relatório de Iniciação Científica. Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2003.
- MARTINS, R. M. **Projeto Pedagógico e Licenciatura em Matemática**: um estudo de caso. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.
- MARTINS, R. M. **Cuidado de si e Educação Matemática**: perspectivas, reflexões e práticas de atores sociais (1925 – 1945). 304 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MENON, M. U. **Estudo demográfico e determinação do modelo de crescimento populacional de Irati**. Monografia. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 1993.
- MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988. 184 p.
- NADALIN, S. O. **Paraná**: ocupação do território, populações e migrações. 107 p. Curitiba: SEED, 2001.
- NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. 225 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação, Campinas, 2004.
- NÓVOA, A. **Vidas de professores**. 2ed. São Paulo: Porto, 1995.

NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 14. Universidade Federal Fluminense. 2000.

ORREDA, J. M. **Irati**. Irati: Edipar, 1972.

ORREDA, J. M. **Educação em Irati: 1901 – 2001: cem anos de história**. O Debate: Irati (PR), 2004.

PETRONE, M. T. S. Imigração. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano. Vol.2: Sociedade e instituições. Direção de Boris Fausto. 3ed. São Paulo: Difel, 1985.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1989. v. 1. 184 p.

RENK, V. E. Educação de Imigrantes alemães em Curitiba. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.14, p.101-111, jan./abr. 2005.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 13 ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930 / 1973)**. 7ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

RUDEK, C., (et al). **A cultura ucraniana e polonesa em Irati**. Irati: D’Arte, 2002.

SBCI – **Sociedade Beneficente Cultural Iratiense**. Livreto comemorativo dos 75 anos de fundação. Irati, 1996.

SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

WACHOWICZ, L. A. **A relação Professor – Estado: estudo da política elaborada para o magistério no Paraná de 1853 a 1930**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1981.

WACHOWICZ, R. C. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba, Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 6ed. Curitiba: Vicentina, 1988.

<<http://www.irati.pr.gov.br>> Acesso em 14 jun. 2007.

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/irati_pr.htm> Acesso em 30 mai. 2007.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>> . Acesso em: 10 jun. 2007.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm Acesso em 14 jun. 2007.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm Acesso em 18 jun. 2007.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 10 de novembro de 1937). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm> Acesso em 18 jun. 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (de 20 de dezembro de 1961). Coletânea da Legislação Estadual de Ensino. Governo do Estado do Paraná.

BRASIL. **Decreto N° 63.914**, de 26 de dezembro de 1968. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194725> Acesso em: 17 junho 2007.

BRASIL. **Lei de N.º 5540**, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www.6.senado.gov.br/legislacao/sf/legislacao/legisla> Acesso em: 17 jun. 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (de 11 de agosto de 1971). Coletânea da Legislação Estadual de Ensino. Governo do Estado do Paraná.

BRASIL, **Lei nº 9394: Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (de 20 de dezembro de 1996). Brasília, Congresso Nacional.

OUTROS DOCUMENTOS

LIVRO ATA PARA REGISTROS DE EXAMES. **Ata de Exame – 1902**. Irati, 1901. Arquivo particular de José Carlos Araújo.

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO. **Relatório de Matrículas do Município de Irati**. Jun/ 2007.

PEREIRA, R. Irati se fez representar em Nova Friburgo. In: **Jornal Correio do Sul**, N° 858, 13 fev.1955, p. 01.

GOMES, E. B. O Município de Irati. In: **Jornal Correio do Sul**, N° 972, 14 julho 1957, p. 08.

Uma faculdade para Irati. **Tribuna dos Municípios**, Irati, Edição. n.7, 04 julho 1954, p. 01.

Faculdade para Irati. **Tribuna dos Municípios**, Irati, 04 out 1963, p. 02.

ANEXOS

Anexo I

Roteiro de entrevista

Identificação:

Nome completo:
Local e data de nascimento:
Profissão dos pais:
Locais onde residiu:
Dados sobre sua infância, adolescência, juventude:

Vida escolar

Ano que iniciou a vida escolar:
Primeira escola (características):
Primeira professora:
Lembrança dessa época (rotina escolar, regras, acontecimentos marcantes):
O ensino de matemática: (o que era ensinado, livros adotados, metodologias, avaliação...)
Os professores de Matemática: (quem e de onde eram, a formação deles, a relação com os alunos...)

Dados sobre Irati

A região de Irati na infância e adolescência:
Os habitantes da região:
As escolas de Irati:
Características da economia (zona urbana e rural, transporte, comércio, principais produtos agrícolas, ...)
Mudanças ocorridas da infância até hoje:

Formação profissional

Onde e quando se formou:
Quem foram seus professores:
A formação acadêmica (disciplinas estudadas, metodologias, formas de avaliação, livros utilizados, contribuição para a sua prática docente, ...):
A opção pelo magistério:

Carreira no magistério

Início da carreira (quando e onde começou a lecionar):
Graus que lecionou:
Cargos que ocupou:
Formação continuada:
Realização (ou não) Profissional:
Pessoas que influenciaram;

Rotina em sala de aula

Metodologias utilizadas:

Conteúdos trabalhados

Recursos e livros didáticos:

Avaliação:

Participação dos pais e equipe pedagógica:

Características das escolas que lecionou:

Comparação em ser professor no início de carreira e hoje:

Questões oficiais: legislação, órgãos de inspeção...

A organização da escola:

Esclarecimentos de dúvidas:

Projetos de capacitação e atualização dos professores:

Encontros entre professores:

Coordenação, supervisão, direção das escolas:

Mudanças significativas ocorridas no processo educacional e na Matemática durante a sua trajetória profissional:

Trajetória dos alunos concluintes:

Como avalia o ensino hoje:

Anexo II



**Turma de Rosalina Gonçalves Cordeiro em dia de exame
Década de 1910**

Foto do arquivo pessoal de José Carlos Araújo

Anexo III

Avaliação realizada por Rosala Garzuze em 09/04/1918

Documento do arquivo pessoal de Rosala

1^{ta} Sábada de Arithmetica

1^o Questão - Preliminares
 2^o " - Quatro operações
 3^o " - Frações decimal.

1^{ta} Questão

Grandezas - é tudo o que é capaz de aumento ou diminuição
 exp. a extensão o peso e o tempo.

Há duas espécies de grandezas, grandezas ^{contínuas} e ^{gran} e grande-
 zas descontínuas. Grandeza contínua - é aquella que pode
 augmentar ou diminuir por graus tão pequenos quanto se
 queira; exp. a extensões. Grandeza descontínua ou collecti-
 va - é aquella que representa uma collecção de indivíduos
 ou objectos da mesma especie; exp. um grupo de homens.

Para ter-se idéa exata de uma grandeza, é preciso medil-a
 se for contínua, contal-a se for descontínua. Unidade - é
 uma grandeza que serve para medil todas as outras grandezas;
 ou é uma das grandezas que se contam. Nas grandezas contínuas
 as mais das vezes a unidade é tomada arbitrariamente, isto é
 quer dizer que a unidade é a grandeza arbitraria mas sempre
 das especies das grandezas que se quer medil. Tem-se por exemplo
 uma distancia que se quer avaliar. Nas grandezas descontí-
 nuas a unidade é um individuo ou uma collecção da
 mesma especie; aqui a unidade é homem ou é uma collec-
 ção de homens exp. uma reunião de homens. Razão ou relação
 é o resultado da comparação de uma grandeza com a sua
 unidade. Numero é o valor de uma razão. As razões po-
 dem se representadas por tres especies de numero: o inteiro e
 fracção e o numero misto. Numero inteiro - é aquelle que
 se compõem unicamente de unidades, exp. 35 metros, 14 litros.
 Numero quebrado ou fracção - é aquelle que é formado de
 partes de unidades sem formal-a; exp. $\frac{1}{2}$ Kilogrammo.
 Numero misto - é aquelle que é formado de unidades e
 partes de unidades exp. $5\frac{1}{2}$ litros $2\frac{1}{2}$ metros etc.

1^{ta} Questão
 Grân 13

Há duas espécies de numeração, numeração falhada e numeração scripta. Numeração falhada — é a arte de exprimir os números com um systema limitado de palavras convenientemente combinadas. Numeração scripta — é a arte de exprimir os números com um systema limitado de signaes que se chamam algarismos. Algarismos — são signaes numericos e letras que abreviadamente representam os números. Princípio convencional — dez unidades de uma ordem formam uma unidade ordem immediatamente superior. Das unidades simples. Para formarem-se os números, considera-se primeiramente a unidade que recebeu o nome de um, juntando-se a si mesma mais umas unidade tem-se o numero dois, e continuando a juntar-se tem-se os números tres, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove etc. Numeração scripta. Princípio convencional — todo o algarismo scripto es esquerda de outro representa unidades dez vezes maiores que os deste outro.

2.ª Questão

Quatro operações

As operações fundamentais são quatro: adição, subtração, multiplicação e divisão. As de composição são adição e multiplicação, as de decomposição são subtração e divisão. Sommar — é reunir o valor de muitos números em um número só. Subtrahir ou diminuir — é tirar um número menor de outro maior, escreve-se o menor de baixo do maior. Multiplicar — é repetir o número tantas vezes quantas são as unidades do outro. Dividir — é achar quantas vezes o número contém o outro ou dividir o número em partes iguaes. Prova — é a segunda operação para verificar se a primeira está exata. Numeração romana — são as sete letras do mais simples das do nosso alphabeto. Tais são:

I	V	X	L	C	D	M
um	cinco	dez	cincoenta	cem	quinhentos	mil

Continua

Atendendo-se ao principio convencional da numeração escripta vê-se que os números tem dois valores: absoluto e local. Valor absoluto de um numero é o dado pela fórma desse algarismo ou por outro é valor que o algarismo tem como se estivesse só. Valor local ou relativo é o dado que o algarismo occupa relativamente a casa das unidades. Assim 25 o valor local do primeiro é 5 e do segundo é 2 que se pronunciam 5 unidades 2 dezinhas ou 2 unidades. Arithmetica — é a sciencia que trata das propriedades mais elementares dos números e das operações que dictamente sobre elles se podem effectuar.

Para ler-se um numero de tres algarismos nomea-se successivamente cada um dos numeros começando pela esquerda, dando-se ao ultimo algarismo a denominação competente. Para escrever-se um numero de tres algarismos escreve-se successivamente quantas centenas dezinhas ha no numero dando suprindo-se com zeros as ordens que faltarem. Para ler-se um numero qualquerdividi-se o numero em classe de tres algarismos da direita para a esquerda, exceptuando-se a ultima que podera constar de um de dois ou meamos de tres algarismos.

Para escrever-se um numero qualquerescreve-se primeiramente a classe mais mais elevada, a seguinte desta a classe inferior e assim por diante preenchendo com zeros as classes e ordens que faltarem.

3^a Questão

Fracções decimales

Fracções decimales — são partes de unidades menores do que ella na razão decupla, isto é na razão de dez. A fracção decimal divide-se em decimas, centesimos millesimos, decimas millesimos centesimos millesimos, millianesimos etc.

Para ler-se as frações decimais — ler-se o número como si fosse inteiro dando-se no fim da leitura ao ultimo algarismo a denominação que lhe compete. Para escrever frações — escreve-se o número como si fosse inteiro dando-se ao ultimo algarismo a denominação que se pronuncia e vai-se successivamente crescendo de ordens de ordens até chegar a posição das unidades onde se põem a virgula.

Para sommar frações decimais — escrevem-se as frações umas debaixo de outras de modo que decimos fiquem debaixo de decimos, centesimos debaixo de centesimos etc. Para diminuir frações decimais — igualam-se as casas da direita em ambas as frações escreve-se o menor por baixo da maior, para que basta

que as virgulas se correspondam em uma columna vertical, faz-se a operação como nos números inteiros collocando-se a virgula a corresponder com as virgulas do minuendo e do subtraendo. Para multiplicar frações decimais — faz-se a operação como nos números inteiros se atender a virgula depois colloca a virgula quantos casas houver em ambas as frações.

Para dividir frações decimais — subtrae-se a virgula depois faz-se a operação como nos números inteiros. Ha tres casos a considerar

1.^o Uma fração por um número inteiro.

2.^o Um inteiro por uma fração.

3.^o Uma fração por outra

1 Questão - 70

2 " - 10

3 " - 18

30

6

13
12 = 1
12 = 1
12 = 1

Traty, 4-4-718

Ronala Garzuz

Anexo IV



Título de habilitação para o magistério concedido a professora Rosalina Gonzalves Cordeiro

Documento do arquivo pessoal de José Maria Orreda

Transcrição da ata:

Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro de mil novecentos e dois, neste Districto Policial de Iraty, do [...] do Imbituva, Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, ao meio dia, na salla da casa da professora D. Rosalina Gonsalves Cordeiro Ferreira, aki presente o Cidadão Benedicto Gerrete, Juiz Distrital, servindo de Inspector escolar e dos Cidadãos Emilio Baptista Gomes e Hilário Pupo Bueno e a Exma. Sra. D. Francisca de Andrade Macedo, comigo Antonio Vicente de Miranda, convidado para secretário da meza, foi pelo presidente declarada e instalada a meza examinadora, e convidou a professora a apresentar o número de alunos para serem examinados. Presente grande número de convidados, a referida professora apresentou para exame final as Exmas. Srtas D. Julieta de Andrade Gracia e Otilia Caldeirari, pelo que o presidente ordenou aos examinadores a começarem os seus trabalhos, ficando distribuído do modo seguinte: Cidadão Emilio Baptista Gomes para examinar as provas escriptas e contabilidades, o Cidadão Hilário Pupo, leitura e gramática e a Exma. Sra. D. Francisca de Macedo para pontos agulhas e trabalhos domésticos, pelo que a referida comissão passou a fazer os exames exigidos pelo regulamento nº 365 de 11 de abril de 1901. Todas as perguntas foram respondidas optimamente [...] pelo que a Comissão passou o diploma de aprovado com distinção em todas as matérias do ensino primário e trabalhos domésticos. Depois passou a comissão a examinar as classes, sendo chamados os alumnos Exma. S.Sª D. Etelvina de Andrade Gracia, Julieta Bastos, o aluno Antonio Mariano Netto que foram aprovados plenamente, foram também chamados os alumnos José Servolo de Moraes, Albino Vieira de Souza, Eurico Bastos, Duflío Andrade Calderari, Laurindo Antonio Fogaça e Nathalia [...], cujos alumnos depois de examinados, a comissão considerou aprovados plenamente e distingue-se entre elles o aluno de oito annos José Servolo de Moraes a Comissão considerou-o com distinção, pela prova que exhibio em história pátria, leitura e contabilidades. Achavam-se presentes trinta e seis alumnos, todos devidamente decentes, pelo que esta comissão muitos elogios faz a Ilustre Preceptora, não só pelo zelo, dedicação que tem a causa da instrucção como também pelo asseio e ordem que mantém na escola, que em tão boa hora o Ilustre Governador do Estado colocou nesta localidade, pelo que até a presente data é digna de todo elogio. Falarão, agradecendo as [...] dos examinadores as Exmas. Senhoritas Julieta de Andrade Gracia e Otilia Caldeirari, e respondidos pelo Sr. Antonio Vicente de Miranda em nome da Comissão. E como nada mais houve a tratar, o Sr. Presidente mandou lavrar a presente acta em que assignam todos os membros da Comissão e pessoas presentes, mandou o Sr. Presidente que tire-se cópias e sejam submetidas ao Dr. Director da Instrucção Pública e outra ao Governador do Estado. Eu Antonio Vicente de Miranda servindo de secretário a escrevi e assino (Em tempo, a última hora, foi a ilustre preceptora saudada pelo sympathico [...] Hilário Pupo Bueno, que com palavras cheias de amor e dedicação a instrucção demonstrou as qualidades de Ilustre professora, merecedora de todos os elogios). Eu Antonio Vicente de Miranda, secretário, a fez. (Seguem assinaturas).

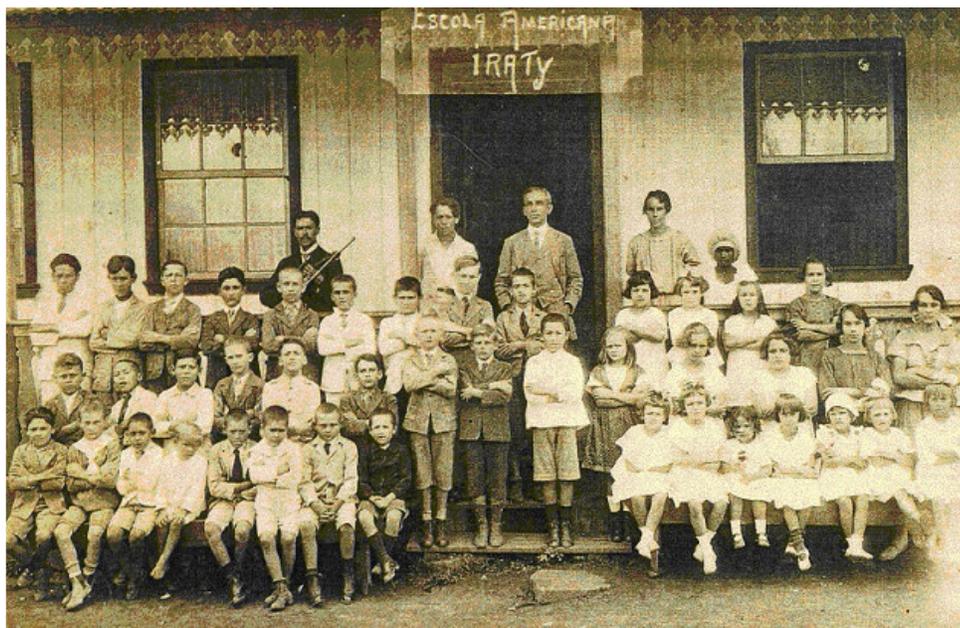
Anexo VI

ESCOLA				ESCOLA				
Numero de Ordem	ALUNOS	Idade	Distrito	RESPONSÁVEIS	diarias, no mez de Outubro de 1914	TOTAL Justificadas	Residencia	Observações
1	Galicia Jones	18		Emilia Jones				
2	Esther Jones	18		"				
3	Emilia Bassett	9		João Bassett				
4	Aracy L. Ferreira	13		Aracelis Ferreira				
5	Acadêmia Ferreira	11		"				
6	Palmyra Ferreira	9		David Araujo				
7	Kaiz Araujo	8		"				
8	Agnes Donique	14		Miguel Donique				
9	Maristacia Donique	8		"				
10	Venerica Dias	13		Joaquim S. Dias				
11	Maria Rosa Dias	10		"				
12	Maria T. da Conceição	9		"				
13	Assencia Floriani	12		Brazilio Floriani				
14	Cecilia V. Araujo	18		Emilio V. Araujo				
15	Martha V. Araujo	11		"				
16	Emilia V. Araujo	9		"				
17	Julia Bolton	10		Marcellino Bolton				
18	Rosa Bolton	8		"				
19	Maria V. da Silva	14		Rafaelo Pereira				
20	Joanna Tomsson	11		João Tomsson				
21	Anna de Andrade	13		João J. de Andrade				
22	Dora Mendes	8		"				
23	Anaia S. Leite	13		"				
24	Theresequela Salicetti	11		João Salicetti				
25	Julita Salicetti	7		"				
26	Marcela Tracia	7		Julia Tracia				
27	Julia Ott	12		Christiano Ott				
28	Maria Saphaj	11		Paulo Saphaj				

Livro de chamada da professora Rosalina Gonçalves Cordeiro - 1914

Documento do arquivo pessoal de José Carlos Araújo

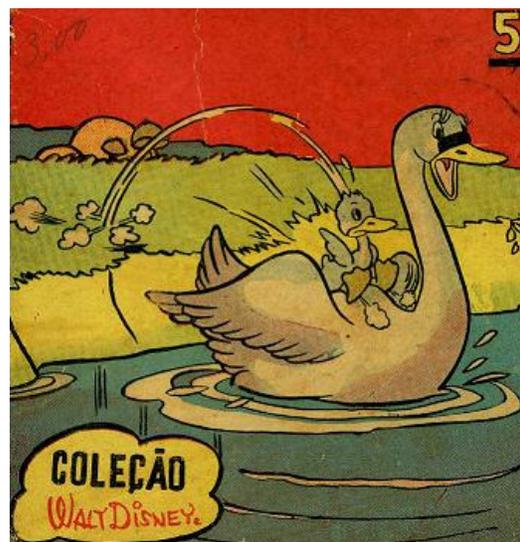
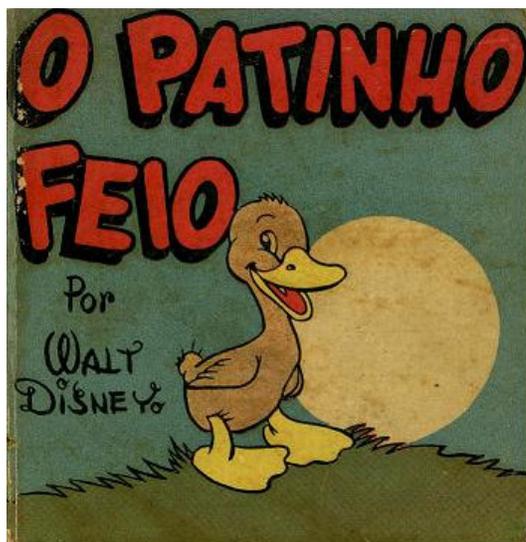
Anexo VII



Escola Americana em Irati

Documento do arquivo pessoal de José Maria Orreda

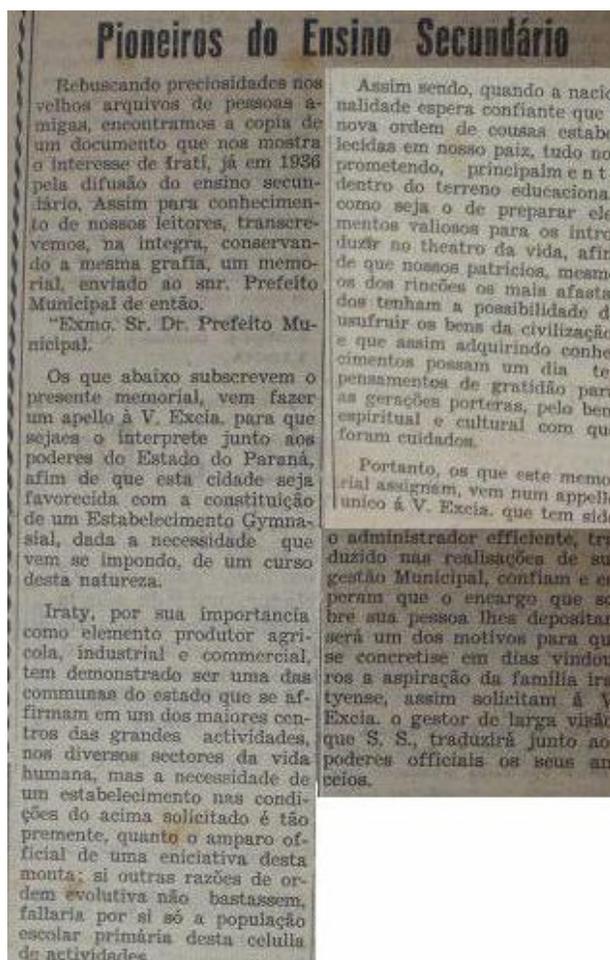
Anexo VIII



Do José Maria, como prêmio
ao seu comportamento exemplar.
De sua professora
Jandira da Costa Marques.

Tratê, 27 de abril de 1944.

Capa e dedicatória do livro doado a José Maria Orreda pela professora Jandira da Costa Marques

Anexo IX¹¹³

Transcrição da matéria publicada pelo jornal Tribuna dos Municípios, de 06 de agosto de 1955, nº 58, ano II:

PIONEIROS DO ENSINO SECUNDÁRIO

Rebuscando preciosidades nos velhos arquivos de pessoas amigas, encontramos a cópia de um documento que nos mostra o interesse de Iraty, já em 1936, pela difusão do ensino secundário. Assim, para conhecimento de nossos leitores, transcrevemos na íntegra, conservando a mesma grafia, um memorial enviado ao snr. Prefeito Municipal de então.

"Exmo Sr. Dr. Prefeito Municipal:

Os que abaixo subscrevem o presente memorial, vem fazer um apêllo à V. Excia., para que seja o interprete junto aos poderes do Estado do Paraná, a fim de que esta cidade seja favorecida com a constituição de um Estabelecimento Gimnasial, dada a necessidade que vem se impondo, de um curso dessa natureza.

Iraty por sua importância como elemento produtor agrícola, industrial e commercial, tem demonstrado ser uma das comunas do estado que se afirmam em um dos maiores centros das grandes atividades nos diversos setores da vida humana, mas a necessidade de um estabelecimento nas condições do acima solicitado é tão premente quanto o amparo oficial de uma iniciativa desta monta; si outras razões de ordem evolutiva não bastassem, fallaria por si só a população escolar primária desta cellula de atividades.

Assim sendo, quando a nacionalidade espera confiante que a nova ordem de cousas estabelecidas em nosso paiz, tudo nos prometendo, principalmente dentro do terreno educacional, como seja o de preparar elemento valiosos para os introduzir no theatro da vida, a fim de que nossos patricios, mesmo os dos rincões os mais afastados tenham a possibilidade de usufruir os bens da civilização, e que assim adquirindo conhecimentos possam um dia ter pensamentos de gratidão para as gerações porteras, pelo bem espiritual e cultural com que foram cuidados.

Portanto, os que este memorial assignam, vem num appello único V. Excia. que tem sido o administrador efficiente, trazido nas realizações de sua gestão Municipal, confiam e esperam que o encargo que sobre sua pessoa lhes depositam será um dos motivos para que se concretise em dias vindouros a aspiração da familia iratyense, assim solicitam à V. Excia., o gestor de larga visão que S. S., traduzirá junto aos poderes officiais os seus anccios.

Anexo X

Irati se fez representar no Colégio Nova Friburgo

A pedido do Dr. Jorge Garzuze, é que redijo esta nota sobre o que vi, ouvi e aprendi em Nova Friburgo.

Como sabem, o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO tem promovido vários cursos de aperfeiçoamento para professores do Ensino Secundário, sob o título CADES, visando com isso pôr o professorado em dia com a moderna pedagogia e com os novos métodos didáticos.

O local não poderia ser melhor escolhido. Friburgo nada tem a invejar da Suíça e o Educandário, se não possui o luxo de Quitandinha, muito se lhe assemelha quanto ao aspecto externo e quanto a seus recantos e parques. Mas sobretudo sua organização interna é tão completa e aparelhada, que, não obstante a subvenção federal correspondente à arrecadação de um sêlo de 1,60 e o pagamento individual de 23 contos por aluno, o estabelecimento ainda tem um déficit de 30 mil contos. Com efeito, segundo nos informaram, as despesas normais de um aluno em Nova Friburgo sobem a 43 contos anuais: eis a razão do

rigorismo para lá se entrar, além do exame de admissão, são exigidos um concurso e dois exames médicos, um de saúde e outro de capacidade intelectual.

Como se vê, o Colégio Nova Friburgo foi muito bem escolhido para acolher 150 professores já registrados, vindos dos mais distantes recantos do país, para ali passar não umas férias, mas do mais sério trabalho intelectual: com efeito, tínhamos sete aulas por dia.

O corpo docente de Nova Friburgo visando a maior eficiência em nosso ensino médio, estudou vários planos e métodos didáticos, postos em experiência em diversos países.

Assim foi estudado o PLANO DALTON, experimentado em 1918, em DALTON-MASSACHUSETTS, de autoria de Miss Helen Parkhurst. Segundo este plano fracussado, o alu-

no possui salas muito bem aparelhadas, bibliotecas especializadas, laboratórios, etc., para realizar trabalho puramente de iniciativa pessoal. O professor desempenha apenas o papel de consultor, permanecendo em um gabinete à parte, onde dá consultas aos alunos que as pedem. Mas o aluno é obrigado a assinar com ele um contrato de trabalho para determinado prazo.

Foi estudado o PLANO WINNETKA, do americano Mr. Washbourne, em que não se exige um estabelecimento ultra-modêrno como o anterior, mas um professorado ultra-superior, para dar a cada aluno um programa elaborado exclusivamente para a capacidade de cada um. Quase que se requer um professor para cada aluno.

Por fim foram examinados os métodos de projetos, de William Kilpatrick e o método das unidades, idealizado por Morrison e que serviu de base ao PLANO NOVA FRIBURGO. Em 1926, Henri C. Morrison, professor em Chicago, publicou o livro em que apresentou seu

método didático baseado no ensino por unidades, isto é, o material a ensinar deve ter organização intrínseca, capaz de constituir unidades. A vantagem do estudo por unidades é dar ao aluno uma visão de conjunto da matéria ministrada. E sua aplicação no Colégio Nova Friburgo é uma adaptação brasileira do plano Morrison, em período de experiência, mas já com êxitos admiráveis.

Para eficiência deste Plano, o corpo docente de Nova Friburgo deve escrever cada aula, passá-la pelo mimeógrafo e dela tirar uma ficha para seu governo pessoal na classe.

Quanto ao corpo discente, é interessante notar que em estudos realizados em várias universidades, chegou-se a conclusão que em qualquer comunidade humana, apenas 16% tem capacidade intelectual para ir além do ensino primário. E por

razões econômicas, dactilas, etc., esta percentagem desce a 8%. Em Nova Friburgo, esse critério para eliminação dos candidatos é observado a todo o rigor e todo reprovado recebe automaticamente sua ficha de transferência.

Ficamos igualmente surpreendidos quando o Diretor do Ensino Secundário nos disse que o Brasil é o único país em que o ensino primário aumentou apenas 90% e o secundário, 400%. O que prova suficientemente a falta de base para o ensino médio.

No mais, minha classe muito se debateu pela simplificação de nossa gramática. Neste sector, quatro distintas e preparadas representantes paranaenses tiveram papel relevante, como aliás em toda a vida social do curso.

Eis em resumo, o que vi, ouvi e aprendi no Curso de Aperfeiçoamento de NOVA FRIBURGO.

Pe. Rui Pereira

Texto publicado pelo jornal Correio do Sul N° 858, em 13 de fevereiro de 1955.

Transcrição da matéria

Irati se fez representar no Colégio Nova Friburgo

A pedido do Dr. Jorge Garzuze, é que redijo esta nota sobre o que vi, ouvi e aprendi em Nova Friburgo.

Como sabem, o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO tem promovido vários cursos de aperfeiçoamento para professores do Ensino Secundário, sob o título CADES visando com isso por o professorado em dia com a moderna pedagogia e com os novos métodos didáticos.

O local não poderia ser melhor escolhido. Friburgo nada tem a invejar da Suíça e o Educandário, se não possui o luxo de Quitandinha, muito se assemelha quanto ao aspecto externo e quanto a seus recantos e parques. Mas sobretudo sua organização interna é tão completa e aparelhada, que, não obstante a subvenção federal correspondente a arrecadação de um sêlo de 1,60 e o pagamento individual de 23 contos por aluno, o estabelecimento ainda tem um deficit de 30 mil contos. Com efeito, segundo nos informaram, as despesas normais de um aluno em Nova Friburgo sobem a 43 contos anuais: eis a razão do rigorismo para lá se entrar, além do exame de admissão, são exigidos um concurso e dois exames médico, um de saúde e outro de capacidade intelectual.

Como se vê, o Colégio Nova Friburgo foi muito bem escolhido para acolher 150 professores já registrados, vindos dos mais distantes recantos do país, para ali passar não um mês de férias, mas do mais sério trabalho intelectual: com efeito, tínhamos sete aulas por dia.

O corpo docente de Nova Friburgo visando a maior eficiência em nosso ensino médio, estudou vários planos e métodos didáticos, postos em experiência em diversos países.

Assim foi estudado o PLANO DALTON, experimentado em 1918, em DALTON-MASSACHUSETTS, de autoria de Miss Helen Parkhurst. Segundo este plano fracassado, o aluno possui salas muito bem aparelhadas, bibliotecas especializadas, laboratórios, etc., para realizar trabalho puramente de iniciativa pessoal. O professor desempenha apenas o papel de consultor, permanecendo em um gabinete à parte, onde dá consultas aos alunos que as pedem. Mas o aluno é obrigado a assinar com ele um contrato de trabalho para determinado prazo.

Foi estudado o PLANO WINNETKA, do americano Mr. Washbourne, em que não se exige um estabelecimento ultra-modêlo como o anterior, mas um professorado ultra-superior, para dar a cada aluno um programa elaborado exclusivamente para a capacidade de cada um. Quase que se requer um professor para cada aluno.

Por fim foram examinados os métodos de projetos de Willian Kilpatrick e o método das unidades, idealizado por Morrisson e que serviu de base ao PLANO NOVA FRIBURGO. Em 1926, Henri C. Morrisson em Chicago, publicou o livro que apresentou seu método didático baseado no ensino por unidades, isto é, o material a ensinar deve ter organização intrínseca, capaz de constituir unidades. A vantagem do estudo por unidades é dar ao aluno uma visão de conjunto da matéria ministrada. E a sua aplicação no Colégio Nova Friburgo é uma adaptação brasileira do plano Morrisson, em período de experiência, mas já com êxitos admiráveis.

Para eficiência deste Plano, o corpo docente de Nova Friburgo deve escrever cada aula, passá-la para o mimeógrafo e dela tirar uma ficha para seu governo pessoal na classe.

Quanto ao corpo discente, é interessante notar que em estudos realizados em várias universidades, chegou-se a conclusão que em qualquer comunidade humana, apenas 16% tem capacidade intelectual para ir além do ensino primário. E por razões econômicas, doenças, etc., esta porcentagem desce a 8%. Em Nova Friburgo, esse critério para eliminação dos candidatos é observado a todo o rigor e todo reprovado recebe automaticamente sua ficha de transferência.

Ficamos igualmente surpreendidos quando o Diretor do Ensino Secundário nos disse que o Brasil é o único país em que o ensino primário aumentou apenas 90% e o secundário 400%. O que prova suficientemente a falta de base para o ensino médio.

No mais, minha classe muito se debateu pela simplificação de nossa gramática. Neste sector, quatro distintas e preparadas representantes paranaenses tiveram papel relevante, como aliás em toda a vida social do curso.